

ISSN- 1516-8182
e-ISSN: 2527-2594

V. 27, n. 2, 2024

Retratos de Assentamentos



UNARA
Centro Universitario de Araraquara



 **CNPq**

Retratos de Assentamentos

Volume 27, Número 1, 2024

Arte de Capa: Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany
Mariano

Diagramação: Thatiany Mariano
Beatriz Trivelato

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v.27, n.2, 2024. 248p.

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

Editores

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Luís Antonio Barone
Oswaldo Aly Junior

Editoração eletrônica/Diagramação/Normalização

Thatiany Mariano
Beatriz Trivelato

Apresentação



Nesta edição da Retratos de Assentamentos, apresentamos uma seleção de artigos que abordam os desafios e as potencialidades da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária e dos movimentos sociais em busca de justiça socioambiental no Brasil.

Todas essas questões se entrelaçam com os desafios contemporâneos identificados pelo relatório “Panorama da Infodemia Socioambiental”, elaborado pelo NetLab/UFRJ. O relatório analisa como a desinformação tem sido usada para manipular o debate socioambiental no Brasil, promovendo o agronegócio e atacando movimentos sociais e ambientais.

A pesquisa, que abrange o período entre janeiro de 2021 e novembro de 2022, revela um ecossistema digital onde políticos, influenciadores e plataformas online disseminam narrativas falsas que reforçam interesses econômicos predatórios e desvalorizam a luta por direitos socioambientais (NetLab/UFRJ, 2022).

Entre as principais narrativas de desinformação destacadas estão: “Make the Amazon Great Again”, que promove a exploração econômica da Amazônia; “O Exército protege a Amazônia”, que justifica a militarização da região; “O agronegócio alimenta o mundo”, que exalta o agronegócio como solução global; e “Tudo é agro, e o agro é pop”, que glorifica o agronegócio como parte essencial da identidade brasileira. Outras narrativas, como “Nós temos direito ao progresso” e “Negacionismo socioambiental”, atacam a ciência e os movimentos ambientais, associando a defesa ambiental ao atraso econômico e à interferência estrangeira (NetLab/UFRJ, 2022).

Essas narrativas são amplificadas em plataformas como WhatsApp, Telegram, YouTube, Facebook, Twitter e TikTok, criando um ambiente digital hostil às políticas socioambientais e às iniciativas sustentáveis. A desinformação compromete a percepção pública e dificulta a implementação de políticas voltadas à sustentabilidade e à justiça social (NetLab/UFRJ, 2022).

Os temas explorados nesta edição refletem questões urgentes e contemporâneas que dialogam em diferentes facetas dos estudos rurais no país.

Os artigos discutem a educação financeira e o acesso ao crédito rural subsidiado, ressaltando a importância de políticas públicas como o PRONAF para fortalecer a agricultura familiar. Contudo, os pesquisadores identificam barreiras institucionais e burocráticas que dificultam o acesso ao crédito, impedindo o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores. Em paralelo, o cenário de crise econômica atual torna ainda mais urgente a necessidade de suporte financeiro e organizacional para esses agricultores.

A segurança alimentar e nutricional também é uma preocupação central. Os estudos demonstram que o modelo primário-exportador adotado por países como Brasil, Paraguai e Argentina tem agravado o desabastecimento interno, comprometendo a soberania alimentar. Mesmo diante desses desafios, narrativas hegemônicas continuam a promover o agronegócio como a solução para alimentar o mundo, ignorando os impactos

ambientais e sociais desse modelo.

Além disso, os artigos trazem à tona as tecnologias socioterritoriais da agroecologia implementadas em assentamentos no Brasil e em Portugal. Experiências como agroflorestas, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e práticas de educação popular demonstram que há alternativas viáveis e sustentáveis ao agronegócio convencional. Apesar disso, essas práticas enfrentam resistência devido a campanhas de desinformação que associam a proteção ambiental ao atraso econômico e à falta de progresso.

A reforma agrária e a titulação de terras são abordadas com profundidade, destacando os desafios enfrentados pelos assentados em termos de segurança jurídica, assistência técnica e apoio institucional. Os artigos revelam como a luta por dignidade e autonomia no campo continua sendo prejudicada pela falta de políticas eficazes e pela disseminação de narrativas e práticas que deslegitimam movimentos sociais como o MST. Ações como essas perpetuam injustiças e impedem que os assentamentos cumpram sua função social de produzir alimentos e garantir qualidade de vida para as famílias agricultoras.

Os impactos dos desastres ambientais, como o rompimento da barragem em Brumadinho/MG, revelam a vulnerabilidade das comunidades rurais frente à exploração irresponsável dos recursos naturais. Enquanto essas tragédias afetam a estrutura socioeconômica e ambiental das regiões, campanhas de desinformação buscam minimizar esses eventos ou transferir a responsabilidade para ONGs e movimentos sociais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam justiça ambiental e reparação adequada às populações afetadas.

Outro tema relevante é a discussão sobre o uso de agrotóxicos e o modelo predatório do agronegócio. Os artigos expõem os riscos ambientais e à saúde humana associados à aplicação intensiva de pesticidas. No entanto, a narrativa dominante continua a glorificar o agronegócio como símbolo de progresso e prosperidade, ocultando os danos causados por essas práticas.

Diante desse cenário, é urgente fortalecer a disseminação de informação confiável e crítica, apoiar os veículos de comunicação locais e promover a educação ambiental e digital. É necessário amplificar as vozes dos movimentos sociais, das lideranças comunitárias e dos pesquisadores que lutam pela justiça socioambiental. Somente com uma abordagem integrada que una pesquisa acadêmica, políticas públicas e comunicação responsável será possível enfrentar a desinformação, proteger os territórios rurais e construir um futuro mais justo, sustentável e inclusivo para todos.

NETLAB/UFRJ. **Panorama da infodemia socioambiental:** análise multiplataforma do ecossistema brasileiro de mídia digital 2021-2022. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/panorama-da-infodemia-socioambiental>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Boa leitura!
Os editores



A armadilha primário exportadora e os impactos na segurança alimentar e nutricional de países do cone sul

Yamila Goldfarb^{1*}

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes²

Resumo: Este trabalho visa analisar a opção primário exportadora especializada em três países do cone sul latino-americano e a relação com os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional. A hipótese é que tal escolha leva ao desabastecimento interno de alimentos dos países, além de gerar impactos na economia como um todo, dado à desindustrialização resultante dessa opção. A pesquisa se baseia em dados do Observatório da Complexidade Econômica (oec.world), do Banco Mundial, além de índices socioeconômicos de cada país estudado. O pano de fundo teórico é um diálogo com a teoria da dependência e com a noção de Pacto do Agronegócio desenvolvida por Guilherme Delgado (2011 e 2022). Verifica-se que não apenas há de fato uma piora nos índices de insegurança alimentar, como que essa opção de economia política afeta negativamente o desenvolvimento social e econômico dos países como um todo.

Palavras-chave: América Latina; Padrão Primário Exportador; Segurança Alimentar e Nutricional; Dependência.

The primary export trap and the impacts on food and nutritional security in southern cone countries

Abstract: The objective of this work is to analyze the primary specialized export option in three countries of the Latin American Southern Cone and the relationship with the Food and Nutritional Insecurity indices. The hypothesis is that this choice leads to internal food shortages in the countries, in addition to generating impacts on the economy as a whole, given the deindustrialization resulting from this option. The research is based on data from the Observatory of Economic Complexity (oec.world) of the World Bank, as well as socioeconomic indices of each country studied. The theoretical background is a dialogue with the theory of dependency and with the notion of the Agribusiness Pact developed by Guilherme Delgado (2011 and 2022). It is concluded that not only is there a worsening of food insecurity rates, but also that this political economy option negatively affects the social and economic development of the countries as a whole.

Keyword: Latin America; Export Primary Standard; Food and Nutritional Safety; Dependence.

¹Associação Brasileira de Reforma Agrária- ABRA, Brasil. *Autora correspondente: yamilageo79@gmail.com

²Universidade Estadual Paulista-UNESP, Brasil.

Introdução

A especialização primário exportadora a que foram empurrados os países latino-americanos nas duas últimas décadas é uma veia aberta por onde jorra a possibilidade de soberania energética, alimentar e territorial da nossa região. A análise dessas questões se mostra um caminho fértil para aqueles que buscam compreender as causas da desigualdade nos nossos países. Para tanto, iremos olhar para o campo produtivo três países: Brasil, Argentina e Paraguai, buscando captar em que medida essa especialização se dá em detrimento da produção de itens básicos, e o que ela representa de fato para as contas dos países em questão.

A hipótese é que a opção por uma especialização produtiva agroexportadora, somada às políticas de redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos, o que inclui políticas de estocagem, instrumentos de controle de preço e de garantia de renda aos produtores, a que esses países foram submetidos ao longo dos anos de implementação do neoliberalismo, foram responsáveis pelo aumento da situação de vulnerabilidade da população na região o que, em períodos críticos como os de crise econômica e pandemia de COVID-19, fez aumentar significativamente os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional, ou melhor dizendo, fome ou risco de fome¹.

O pano de fundo teórico desta pesquisa é um diálogo com a teoria marxista da dependência trabalhada a partir das interpretações de Jaime Osório e Rui Mauro Marini, bem como com a noção de Pacto do Agronegócio desenvolvida por Guilherme Delgado (2011 e 2022). Utilizaram-se dados do observatório da complexidade econômica (oec.world) além de índices socioeconômicos de cada país estudado gerados pelos ministérios de fazenda/economia, e de dados sistematizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho se baseou também em pesquisa de campo no Brasil, Argentina e Paraguai (Tabela 1).

Tabela 1 - Principais exportações - 2021 - bilhão usd.

Brasil		Argentina		Paraguai	
Minério De Ferro	46,2	Milho	8,88	Soja	2,99
Soja	39,0	Farelo de soja	8,63	Eletricidade	1,63
Petróleo Bruto	30,7	Óleo de soja	6,17	Carne bovina	0,79
Açúcar Bruto	10,0	Caminhões de entrega	3,89	Carne bovina congelada	0,77
Carne De Aves	7,66	Trigo	2,71	Farelo de soja	0,76

Fonte: Observatory of economic complexity. Organização: Yamila Goldfarb.

Um olhar sobre o cone sul

Como podemos notar na tabela 1, por meio dos dados do Observatory of Economic Complexity, as principais exportações do Paraguai, Brasil e Argentina são compostas em sua grande maioria, por produtos pouco ou nada processados.

O Paraguai exportou principalmente para o Brasil (\$ 3,56 bilhões), Argentina (\$ 2,65 bilhões), Chile (\$ 1,01 bilhão), Rússia (\$ 757 milhões) e Índia (\$ 235 milhões). A Argentina para o Brasil (\$ 11,2 bilhões), China (\$ 5,93 bilhões), Estados Unidos (\$ 4,55 bilhões), Índia (\$ 4,19 bilhões) e Chile (\$ 3,93 bilhões) e, por sua vez, o Brasil exportou principalmente para a China (\$ 88,3 bilhões), Estados Unidos (\$ 30,2 bilhões), Argentina (\$ 12 bilhões), Holanda (\$ 9,29 bilhões) e Chile (\$ 7,14 bilhões). (Observatório da Complexidade Económica). Nota-se a importância da China bem como do comércio intra-regional.

Ao mesmo tempo, e isso é justamente ao que queremos chamar a atenção, as importações são marcadas pelo caráter de maior beneficiamento e tecnologia incorporada, conforme podemos ver na Tabela 2.

Tabela 2 - Principais importações - 2021 - bilhão usd.

Brasil		Argentina		Paraguai	
Petróleo refinado	13,1	Veículos automotores; peças e acessórios	2,99	Equipamentos de transmissão	1,52
Veículos automotores, Peças e acessórios	7,58	Petróleo refinado	2,69	Petróleo refinado	1,4
Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas	6,4	Gás de petróleo	2,35	Automóveis	0,51
Fertilizantes minerais ou químicos mistos	6,37	Soja	2,26	Pesticidas	0,34
Gás de petróleo	5,72	Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas	1,76	Fertilizantes minerais ou químicos mistos	0,29

Fonte: Observatory of economic complexity. Organização: Yamila Goldfarb.

As principais importações do Brasil em 2021 foram provenientes da China (\$ 53,8 milhões), Estados Unidos (\$ 39,3 milhões), Alemanha (\$ 12,4 milhões), Argentina (\$ 11,2 milhões) e Índia (\$ 6,77 milhões). No Caso da Argentina foram provenientes principalmente da China (\$ 12,6 bilhões), Brasil (\$ 12 bilhões), Estados Unidos (\$ 6,41 bilhões), Alemanha (\$ 2,68 bilhões) e Paraguai (\$ 2,65 bilhões). E no caso do Paraguai também da China. (\$ 3,73 bilhões), Brasil (\$ 3,06

bilhões), Estados Unidos (\$ 1,55 bilhões), Argentina (\$ 1,13 bilhões) e Chile (\$ 437 milhões). Novamente nota-se a importância da China enquanto parceira comercial.

O que os três países estudados possuem em comum é justamente uma pauta exportadora majoritariamente centrada em pouco produtos primários, com baixa tecnologia incorporada ao mesmo tempo que importam majoritariamente produtos intensivos em tecnologia.

Segundo o Atlas de Sistemas Alimentares do cone Sul, organizado por Patrícia Lizagarra e Jorge Pereira Filho (2022), a participação dos produtos industrializados nas exportações da Argentina e do Brasil chegou a ser de 35% (em 1989) e 59% (em 1993) respectivamente. Hoje, essas porcentagens são significativamente menores: 15% na Argentina e 27% no Brasil, resultado das décadas de implementação do neoliberalismo e do pacto de economia política com o setor agroexportador.

Embora tenhamos tido algumas décadas de industrialização movidas em especial pelo processo de substituição de importações, em especial Brasil, Argentina e México, isso não ocorreu conflitando com os interesses dos setores primários exportadores nos países da América Latina. Em toda ela:

[...] surge um modelo misto, com a substituição de importações ocorrendo concomitantemente a diversificação das exportações de integração regional, tem nos produtos primários relevante papel para arrecadação de capital e financiamento do setor manufatureiro (LOPES, 2020, p. 191).

A década de 1980 virá com o abandono dos projetos de industrialização fruto do neoliberalismo e sua abertura econômica (que facilitará aquisição de bens de capital e maquinário estrangeiros) e da ideia de vantagens comparativas que reforçará o padrão primário exportador da região, ao mesmo em tempo que desmontará a capacidade de autossuficiência dos países. Esse processo impactará diferentes partes do sul global.

Patnayk e Moyo (2011), analisando os efeitos da colonização no continente africano, já indicavam que a ideia de segurança alimentar havia sido redefinida pelas instituições internacionais no sentido de solucionar a demanda por alimentos por meio do livre comércio internacional e por meio de reformas econômicas. Países em desenvolvimento foram impulsionados a dismantelar seus sistemas domésticos de produção de grãos e de distribuição de alimentos bem como de controle de preços que haviam sido construídos logo após as independências. O mesmo vai se dar de forma aprofundada no período neoliberal.

Não é de se estranhar que os cultivos de produtos tradicionais que compõem historicamente a dieta dessas populações mostrem uma redução década após década, enquanto que os de commodities apresentem aumento tanto em área como em quantidade. O Atlas Sistemas Alimentários del Cono Sur (LIZARRAGA; PEREIRA FILHO, 2022) analisa a produção dos principais ali-

mentos habituais e das principais commodities produzidas em alguns países da América do Sul. Na Argentina, enquanto o milho e a soja apresentam grande aumento na quantidade per capita (Kg por habitante) produzida, as batatas e os feijões apresentaram queda. Em 1996, eram produzidos 600kg de soja per capita no país. Em 2019 já eram 1.200 per capita. Por sua vez, a produção de feijões estava em torno de 30kg por habitante em 1996 e se manteve igual em 2019. As batatas tiveram uma queda de 75kg per capita para 50kg, no mesmo período. No Brasil, enquanto se produziam em torno de 160kg de soja per capita em 1996, ao final da década de 2010 a produção já alcançava os 450Kg per capita. Por sua vez, a produção de arroz e feijão tiveram leve queda, de 40kg para quase 30Kg per capita e cerca de 15Kg para menos de 10Kg por habitante respectivamente. O Paraguai teve o incrível aumento de algo em torno a 450Kg per capita para cerca de 1.300kg de soja produzidos no mesmo período. Os feijões tiveram aumento nos primeiros anos e em seguida grande queda, indo de cerca de 600 kg per capita para próximo de 400Kg (LIZARRAGA; PEREIRA FILHO, 2022).

Embora não seja nossa área de estudo o caso chileno é muito ilustrativo. A área destinada a produção de leguminosas sofreu uma redução de 86% entre as décadas de 1990 a 2020 caindo a superfície cultivada com esses produtos de 91mil para 12,8 mil hectares. Um cultivo tipicamente camponês como é o caso da lentilha sofreu enormemente com a competição desleal da produção estadunidense e canadense fortemente mecanizadas e subsidiadas pelos seus governos. O caso do feijão também é um bom exemplo. O Chile semeia apenas metade do feijão que consome internamente. A questão é que eles importam 97% do consumo de lentilhas e grão de bico. Como se nota, os alimentos mais presentes nas dietas tradicionais sofrem redução, enquanto os produtos de exportação possuem grande aumento. A soja chama atenção como produto de aumento vertiginoso em todos os países selecionados pelo Atlas.

Uma mostra da enorme queda na produção de alimentos nos países é o fato de que o Paraguai hoje importa entre 60% e 80% dos alimentos que consome. Numa visita ao Mercado Central pode-se notar a origem importada dos produtos mais básicos como alho, banana, abacate, cebola, pimentão e tomate. Segundo o coordenador de logística do Mercado em entrevista para esta pesquisa, 60% dos produtos vendidos são importados. No Mercado Central de Buenos Aires, o segundo lugar na distribuição da arrecadação vai para produtos importados, representando quase 14% do valor total. A Província de Buenos Aires fica em primeiro lugar com pouco mais de 25% do valor total pago. (Mercado Central de Buenos Aires, 2023) A título de comparação, na CEAGESP, que é o equivalente aos mercados centrais de Buenos Aires e Assunção, a porcentagem proveniente

de outros países é de apenas 4,9%, sendo que a principal origem é a Argentina, representando 2% dos produtos comercializados (CEAGESP, 2023).

Essa aposta da política econômica nas exportações de commodities faz com que o setor industrial tenda a declinar de peso econômico ou a se limite a funções coadjuvantes da chamada “economia do agronegócio”. (DELGADO; LEITE, 2022) Em 2019, o Brasil voltou a ter mais de 50% de suas exportações baseadas em produtos básicos, o que não ocorria há 40 anos. Dos US\$ 224 bilhões exportados em 2019, US\$ 118 bilhões (52,7%) corresponderam a itens básicos. Em 2018, a fatia havia sido de 49,8%. Em 2000, o valor das exportações da soja representava 5% do valor total exportado. Em 2020 já era 16,8%, sendo a China a maior importadora do nosso grão, consumindo 70% do total de soja que exportamos. (DELGADO; LEITE, 2022) O papel da China como grande consumidora global é inegável. Mas o que explica essa concentração numa pauta exportadora tão primarizada?

Primarização das economias e o pacto do agronegócio

A década de 2000 é marcada pelo aumento no preço das commodities o que certamente estimulou sua produção, acompanhada de grandes estímulos governamentais. No Brasil, no início dos anos 2000 tivemos uma rearticulação dos mecanismos de política econômica e social que convertem as exportações de commodities agrícolas e minerais em carro chefe do comércio exterior brasileiro, passando a se configurar como uma política de Estado. (DELGADO; LEITE, 2022) O objetivo era, e ainda é, obter superávit na balança comercial com vistas à obtenção de divisas que o país necessita, entre outras coisas, para honrar seus compromissos. Entenda-se: pagar os juros da dívida. O mesmo pode ser dito do que ocorreu na Argentina e no Paraguai. No entanto,

Ao contrário do que sugere o senso comum, essa especialização não melhorara a autonomia em nossas relações econômicas externas. Antes acentua a dependência do conjunto do sistema econômico relativamente ao setor especializado em exportações, expelindo paulatinamente todos os demais, sobretudo as exportações de manufaturados (DELGADO; LEITE, 2022, p. 2).

Esse pacto de economia política, como bem definem os autores supracitados, possui como meta, portanto, a maximização das exportações, mas, desta vez, com o abandono da diversificação. Há o abandono de qualquer política de substituição de importações de insumos básicos e de bens de capital para a agricultura, junto ao abandono da regulação da produção e do abastecimento do mercado interno. Vale fazer um breve recuo histórico para compreender como, na atualidade, há uma completa subordinação de todo o sistema econômico à produção desse superávit exportador baseado em commodities agrícolas e minerais:

A chamada Modernização Conservadora da agricultura, a qual aqui alerta-se para a necessidade de se adjetivar também de violenta², ocorrida entre 1965 e 1980, vai diversificar a produção para romper a dependência das exportações de café e das demandas urbanas e industriais. Esse ciclo também representa um pacto com grande atuação do Estado, por exemplo por meio de crédito. O fim desse ciclo corresponde justamente ao início do ciclo do agronegócio, cuja meta era exclusivamente a exportação de *commodities* (DELGADO; LEITE, 2022).

Com a crise cambial de 1999, o governo de Fernando Henrique Cardoso altera a política de comércio exterior e volta para a estratégia de 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo para suprir o déficit na Conta Corrente. Ocorre uma fuga de capitais e a balança de pagamentos fica deficitária. Setores primário exportadores são chamados a gerar saldo comercial. A agricultura capitalista volta a ser prioridade na política macroeconômica externa e da política agrícola externa (DELGADO, 2010).

Esse esforço de relançamento vai encontrar um ambiente internacional de fato favorável nos anos 2000 com grande demanda pelos *feedgrains* (soja e milho em especial), açúcar, álcool, carne bovina e celulose além dos produtos minerais. Estes vão passar a dominar a pauta exportadora brasileira durante a primeira década de 2000. O valor médio anual das exportações vai passar de USD 50 bilhões nos anos 1990 para USD 200 bilhões nos anos 2010 (Delgado, 2010) e em 2021 o valor já alcançava os USD 280,4 bilhões.

Os produtos básicos vão passar de 25% da pauta exportadora para 45% em 2010. Os básicos mais os semimanufaturados vão passar de 44% em 1995/1999 para 54,3% entre 2008/2010. Por sua vez, a exportação de manufaturados cairá de 56% para 43,4% da pauta.

É entre 2003 e 2007 que essa opção primário exportadora alcançará maior sucesso, tornando a conta corrente nacional superavitária. Porém, a partir de 2008, o déficit em conta corrente retornará fortemente, como podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução e Composição das Transações Externas Correntes na Década de 2000 - (Bilhões de Dólares).

Períodos	Saldo Médio da Balança comercial	Saldo médio da Conta Serviços	Total - Saldo da Conta-Corrente
1995/99	(-) 4,75	(-) 23,71	(-) 26,22
2000/2002	+ 5,01	(-) 25,26	(-) 18,36
2003/2005	+ 34,07	(-) 27,86	+ 9,92
2006/2007	+ 43,06	(-) 39,83	+ 7,59
2008	+ 27,78	(-) 57,23	(-) 28,19
2009	+ 25,30	(-) 52,90	(-) 24,30
2010	+ 20,28	(-) 70,63	(-) 47,52

Obs.: O saldo da "Conta de Transações Correntes" é a soma algébrica dos saldos das

Fonte: Delgado, Guilherme. 2010. Desenvolvimento em Debate. V 1, No. 2. UFRJ.

²Para a compreensão do período denominado de Modernização Conservadora do campo como um período marcado também pela extrema violência, ver Goldfarb, Y. As violações de direitos humanos das popu

O saldo médio das contas de serviços é negativo o tempo todo. Ele resulta da remuneração do capital estrangeiro que entra no Brasil por meio de pagamento de juros, lucros e dividendos. O setor primário é chamado a suprir essa brecha, mas isso não se sustenta.

A via primária das exportações não resolve o desequilíbrio externo, mas é conjunturalmente uma fonte precária à solvência do Balanço de Pagamentos. Mas é absolutamente inviável como solução estrutural ao desequilíbrio externo, até mesmo porque a persistência do déficit no quadriênio 2008 - 2011 evidencia um custo de remuneração ao capital estrangeiro que não pode ser compensado por saldos comerciais, gerados pelas vantagens comparativas das exportações primárias (DELGADO; 2010, p. 116).

Vemos então que entre 1990 e início dos anos 2000, três processos de acomodação do setor primário da economia vão ocorrer: a alteração do comércio externo já citada; o pacto entre Estado e economia do Agronegócio para promover a valorização econômica do setor com fomento e proteção diferenciada (como isenções fiscais, por exemplo); a reconfiguração do sistema econômico para produzir e repartir excedente a partir do setor primário, “às expensas do conjunto da economia e da sociedade, mas sem revelar explicitamente seus métodos.” (IDEM, p. 12) Isto é, a forma como esse setor é fomentado, subsidiado, a repartição dos bônus e a socialização dos ônus não é explícita para a sociedade como um todo. Na realidade é camuflada, escondida, já que de fato **é uma grande armadilha** para toda a sociedade brasileira, como veremos.

O que ocorre é a articulação da acumulação do capital no setor rural como uma política de Estado por meio da expansão das cadeias agroindustriais, do sistema de crédito público e do mercado de terras, juntamente à expansão dos mercados mundiais de commodities. O que comumente se chama de expansão do agronegócio é o aprofundamento do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 2010).

A valorização do mercado de terras, inclusive na baixa dos preços das commodities, será consequência desse processo e trará graves consequências para as populações do campo da América do Sul com a intensificação do processo de estrangeirização de terras (acaparamiento de tierras ou land grabbing).

O diagnóstico macroeconômico e ambiental desse período revela indicadores empíricos críticos que convém ressaltar até para melhor caracterizar qualitativamente o processo em curso, bem como a rápida financeirização da agricultura, convertendo ativos reais, como commodities e terra, em alvo de investimentos especulativos que conferem novos significados à dinâmica dessa economia agrária nacional (DELGADO; LEITE, 2022, p. 2).

Um dos indicadores empíricos a que os autores chamam de críticos, são aqui trabalhados enquanto índices de insegurança alimentar, ou risco de fome. O pro-

cesso de especialização primário exportadora afeta negativamente as estratégias de desenvolvimento rural baseadas na sustentabilidade, na agroecologia e que possuam como meta a segurança alimentar e nutricional nacional ou o combate à desigualdade. A análise dos indicadores nos países em questão, na realidade, aponta para o oposto: o agravamento da desigualdade. A análise, portanto, da economia política dos sistemas agroalimentares dos países do cone sul nos remete à perpetuação de uma situação de dependência e vulnerabilidade correlata.

Dependência primário exportadora e a produção da fome

A insegurança alimentar moderada ou grave na América Latina e Caribe (ALC), isto é, a fome ou o risco de fome aumentou consideravelmente. A insegurança alimentar, medida a partir da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar³ (FIES na sua sigla em Inglês), passou de 26,2% para 31,1% entre os triênios 2014-2016 e 2016-2018. Esse aumento significou um acréscimo de 32 milhões de pessoas aos cerca de 155 milhões que viveram em insegurança alimentar na região entre 2014 e 2016. Os dados de 2021 são ainda piores: 40,6% da população se encontrava em estado de Insegurança Alimentar moderada ou grave na América Latina e Caribe. Isso representou 267,7 milhões de pessoas. A média mundial em 2021 foi de 29,3% da população (FAO; OUTROS, 2023).

Segundo relatório da FAO, no triênio de 2014-2016 a prevalência da população com fome (Insegurança Alimentar Grave) no Paraguai era de 8,3%. Já no triênio seguinte, 2019-2021, o valor foi para 25,3% do total. Um aumento expressivo. Já a Argentina, o mesmo triênio apresentou 37% da sua população em insegurança alimentar moderada ou grave. Isso também representa piora frente ao triênio 2014-2016, quando 19,2% da população total estava nessa situação. Para o Brasil, nos mesmos períodos analisados pela FAO também houve piora, passando de 18,3% para 28,9%.

Por sua vez, a má nutrição devido ao excesso de peso é um dado que chama a atenção e indica problemas sérios nos entornos alimentares da América Latina, causando problemas de saúde pública⁴ muito relevantes. O índice da região é um dos mais altos do mundo e continua a aumentar. A prevalência de excesso de peso em crianças menores de 5 anos aumentou de 6,2% para 7,5% entre 1990 e 2018, o que significa que 4 milhões crianças da Região convivem com essa condição. Em 2020, esses números se mantiveram iguais (FAO; OUTROS, 2023). Em adultos, a prevalência de sobrepeso e obesidade passou de 42,7% para 59,5% entre 1990 e 2016, o que se traduz em 262 milhões de pessoas na região.

Especificamente a Argentina e no Paraguai são os países de toda América Latina e Caribe que apresentam os piores índices: 12,9% e 12% respectivamente.

³La inseguridad alimentaria medida por el indicador de la FIES se refiere al acceso limitado a los alimentos, para las personas o los hogares, debido a limitaciones de dinero u otros recursos. La gravedad de la inseguridad

A média mundial é de 5,7% para as crianças até 5 anos. O Brasil, por sua vez possuía em 2021, 7,3% das crianças menores de 5 anos com sobrepeso.

Já a obesidade⁵, outro importante indicador de problemas no nosso sistema alimentar, apresenta números ainda mais impactantes. Tanto no mundo como na região, esse indicador cresceu ainda mais rápido do que o excesso de peso. Enquanto as taxas de excesso de peso no mundo e na região quase dobraram entre 1975 e 2016, a obesidade praticamente triplicou, com um crescimento de 5% a 13% em adultos no mundo, e de 7% a 24% na Região. Dos 105 milhões de adultos com obesidade na América Latina e Caribe em 2016, 62 milhões eram mulheres e 43 milhões eram homens (FAO; OPS; WFP; UNICEF, 2020). Na Argentina eram 28,3% da população adulta com obesidade; 22,1% no Brasil e; 20,3% no Paraguai. Vale destacar que a média mundial é de 13,1% e para a América Latina e Caribe, 24,2%.

Sabe-se que a Insegurança Alimentar e nutricional é, em grande medida, resultado das dificuldades de acesso econômico aos alimentos saudáveis, logo, em períodos de crise tais índices tendem a aumentar. Por isso a FAO aponta a necessidade de se ter políticas de curto e longo prazo que tenham objetivos claros de melhorar a nutrição, aumentar a resiliência das famílias e reduzir os impactos dos choques econômicos na população, com ênfase especial nos grupos em situação de pobreza que possuem maior vulnerabilidade frente às crises.

O estudo da FAO aponta para, entre outras coisas, a necessidade de medidas de enfrentamento da desaceleração da economia como as políticas anticíclicas. No que se refere ao setor agroalimentar, o estudo aponta que:

As políticas do setor agroalimentar que vão nesse sentido são aquelas que visam **promover a produção nacional de alimentos por meio de facilidades financeiras para a aquisição de insumos e melhorias de equipamentos, fortalecimento dos serviços de apoio e extensão rural e incentivos à inovação tecnológica e marketing**. Estas medidas devem ser acompanhadas por políticas estruturais que ajudem a diversificar as opções econômicas nas zonas rurais, a inclusão de jovens e mulheres, o investimento em infra-estruturas, a investigação e a formação (FAO; OPS; WFP; UNICEF, 2021, p. 14. Grifo meu).

No entanto, a América Latina parece rumar no sentido oposto. A opção por uma especialização produtiva agroexportadora, somada às políticas de redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos (o que inclui políticas de estocagem, instrumentos de controle de preço e de garantia de renda aos produtores), foram responsáveis pelo aumento da situação de

riedad alimentaria se mide usando los datos obtenidos mediante el módulo de la encuesta FIES, que consta de ocho preguntas que piden a los encuestados un reporte sobre las condiciones y experiencias típicamente asociadas con el acceso limitado a los alimentos. Con el propósito de monitorear anualmente

vulnerabilidade da população na região o que, em períodos críticos como os de crise econômica e pandemia de COVID-19, fez aumentar significativamente os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional.

En los últimos años, las economías del Cono Sur intensificaron un proceso de reprimarización, en otras palabras, una dependencia cada vez mayor de actividades económicas vinculadas al sector agropecuario y minero. Estos sectores concentran la mayor parte del comercio exterior en la región y están estructurados en la superexplotación de la naturaleza y de los trabajadores y trabajadoras para atender las demandas del mercado externo.

[...]

La producción de commodities posee una integración cada vez más intensa con las cadenas productivas internacionales, sobre todo de origen chinas, con un altísimo uso de tecnología y sistemas informatizados en un vínculo inseparable a la especulación financiera (LIZAGARRA; PEREIRA FILHO, 2022, p. 30).

A opção em terem nas exportações de produtos primários, pouco ou nada elaborados e intensivos em recursos naturais a grande aposta para entrada de divisas e equilíbrio da balança comercial não leva em conta uma série de outros fatores como: diminuição das áreas cultivadas com alimentos⁶, devastação ambiental, conflitos com comunidades e povos pelos seus territórios, dependência e vulnerabilidade com relação ao mercado externo e a um pequeno leque de produtos.

Mesmo quando parece haver algum indício de diversificação da pauta exportadora, como pode ser considerado a crescente produção de eucalipto no Paraguai, isso não muda o quadro contraditório, já que essa produção não apenas não é de alimento, mas servirá, em grande medida, como carvão para a secagem dos grãos de soja. Isso num dos países com a maior produção de energia elétrica do mundo.

Esse quadro nos leva a refletir sobre quais os sentidos de uma inserção no mercado internacional de forma tão subalterna. Ainda mais considerando que sequer do ponto de vista econômico isso seja de fato interessante. Só parece sê-lo porque há imensa campanha midiática voltada para tal.

Uma conta que não fecha

Do ponto de vista econômico, há uma forma de medir a dependência econômica que se mostra relevante. Trata-se do fator de crescimento do déficit em serviços e rendas pagos ao exterior. Ou seja, é preciso olhar para todas as transações que o país faz com o exterior, e não apenas para a balança comercial. Trata-se de analisar registro contábil de todas as transações econômicas entre

o país e o resto do mundo durante um determinado período de tempo, como já fizemos no início do artigo.

Como podemos ver na Tabela 4 a seguir, o saldo das transações do Brasil, também na última década, é negativo.

Tabela 4 - Transações correntes - Brasil - bilhão de dólares.

	saldo comercial de bens (balança comercial)	saldo comercial de serviços*	saldo de rendas**	Total em bilhões de dólares***
2019	(+) 26.65	(-) 35.49	(-) 56.09	(-) 65.02
2020	(+) 32.37	(-) 20.49	(-) 36.37	(-) 24.49
2021	(+) 36.36	(-) 25.96	(-) 55.76	(-) 45.36
2022	(+) 44.39	(-) 39.99	(-) 60.07	(-) 55.67

Organização: Guilherme Delgado e Yamila Goldfarb

Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI.

*Receitas e despesas relativos a prestação de serviços em transações: Principais Classificações: Transportes (bens e pessoas); Viagens internacionais (viagens a negócio ou turismo com duração de até um ano, estudo e saúde não depende do tempo de duração); Seguros (bens e pessoas); Seguros financeiros (custos com intermediação financeira); Computação e informação; Royalties e licenças (uso autorizado de ativos e direitos de propriedade intangíveis-livros, filmes, patentes, franquias); Aluguel de equipamentos (aluguel ou leasing); Serviços governamentais (embaixas e consulados, por exemplo); Comunicações (correios e serviços de telecom); Construção; Serviços relativos ao comércio; Serviços empresariais, profissionais e técnicos (feiras e exposições internacionais); Serviços pessoais, culturais e recreação (filmes, eventos esportivos, shows [...]); Serviços diversos (conta residual) .

**São receitas e despesas associados a rendas do trabalho e do capital em transações entre residentes e não residentes (pessoas ou instituições). Renda do trabalho: salários recebidos/pagos em contratos de curta duração ou sazonais e Renda do capital: lucros, dividendos e juros.

***Compõe ainda esse valor a Transferência Unilateral de Renda que consiste em rendas que não têm como contrapartida a aquisição de um bem, a prestação de um serviço ou a utilização de um fator de produção. Elas podem ser governamentais ou privadas.

Como pode-se notar, mesmo o saldo da balança comercial sendo positivo, o saldo total das contas do país é deficitário. Logo, cabe a reflexão acerca

da validade ou não de se impulsionar um superávit da balança comercial a qualquer custo, entenda-se principalmente: custo social e custo ambiental.

O saldo das transações correntes externas, que não se limita apenas às trocas comerciais, revela o verdadeiro balanço de divisas, com déficits profundos. Na Conta de Serviços e Rendimentos, que corresponde à prestação de serviços e outras transações, dentro das quais estão incluídos os principais itens de gasto líquido do Agro (seguros, fretes, juros, lucros, assistência técnica, patentes/royalties etc.), na série histórica apresentada, conclui-se uma longa trajetória de déficits. Um déficit que só vem aumentando mesmo com os superávits da Balança Comercial. No dado global do Total da Conta Corrente, que expressa as trocas entre países de bens, serviços e transações financeiras, evidencia luminosamente as trocas desiguais. O déficit em conta corrente é um indicador preciso para mostrar o empobrecimento da economia brasileira e sua dependência de investimentos, tecnologias e serviços de outros países (MITIDIERO; GOLDFARB, 2021, P. 11).

No ano de 2022, Brasil, Argentina e Paraguai apresentaram exatamente o mesmo problema: Segundo dados do Banco Mundial, em 2022, a Argentina apresentou um déficit em conta corrente, fechando a Balança de Pagamentos em 3 bilhões e 787 milhões de dólares negativos, o Brasil fechando em 56 bilhões de dólares negativos e o Paraguai em 2 bilhões e 713 milhões de dólares negativos (BANCO MUNDIAL, 2023). Logo, vemos que o esforço exportador não parece dar os resultados de fato necessários.

Além disso, esse modelo de exploração impacta diretamente o uso dos recursos naturais, particularmente o da terra, elevando seus custos, o que aumenta a pressão sobre áreas de preservação ambiental e áreas de povos e comunidades tradicionais que historicamente mantiveram a qualidade ambiental de seus territórios. Diante do fato de termos quase metade da área agricultável do país como pastagem degradada⁷, a pressão criminosa sobre os territórios tradicionais aumentou muito nos últimos anos. Podemos notar isso por meio do aumento dos conflitos por terra envolvendo justamente territórios consolidados de povos e comunidades tradicionais (CPT, 2022). Na Argentina e no Paraguai, a realidade não é diferente com a presença constante de conflitos entre o agronegócio e as populações camponesas, povos tradicionais e indígenas.

Se analisamos as características do comércio exterior numa perspectiva de longo prazo, como propõe Victor Tarifa Lopes (2020), vemos que essa é uma característica típica não apenas do Brasil, mas dos demais países analisados, o que demarca fortemente o caráter dependente de nossas economias.

A especialização primária do Brasil em seu comércio exterior não é um

fenômeno recente, e sim um processo que perdura, pelo menos, dois séculos, sendo a recente conjuntura de “reprimarização” nada mais do que o regresso ao padrão “normal” de comércio brasileiro. Com isso, argumenta-se que o comportamento encontrado evidencia inserção periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), através da exportação de produtos primários, o que, ao se reproduzir por um longo período, condicionou o atual perfil produtivo e comercial do país (LOPES, 2020, p. 176)³.

A concentração em poucos produtos também deve ser considerada na análise. Entre 1997 e 2019 o Brasil exportou mais de 7 mil produtos⁸ diferentes. No entanto, os 10 primeiros representavam 48,25% do total e os 3 principais, soja mesmo triturada, exceto para sementeira; óleos brutos de petróleo; e minério de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas, não aglomeradas, alcançaram 31,28% do total. Como bem coloca Lopes (2020), apenas três produtos representaram praticamente um terço das nossas exportações.

Considerações Finais

O que podemos abstrair disto tudo é que a elevação da capacidade exportadora dos países costuma ser apresentada como uma qualidade positiva da economia e do desenvolvimento, porém, só é possível sustentar essa perspectiva isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia e, em particular, da deterioração das condições laborais e de vida dos assalariados e da maior parte da população, bem como da estreita relação dessa deterioração com o incremento da capacidade exportadora (OSORIO, 2012).

Como afirma o mesmo autor na sequência dessa citação, o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutivas que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento. Para o autor, há um novo padrão exportador de especialização produtiva, a partir do fim do padrão industrial que prevaleceu entre as décadas de 1940 e meados de 1970. Na maioria das economias, explica Osorio (2012), o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias. Esse novo padrão possui o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, ainda que permaneçam importantes indústrias em alguns países como no próprio Brasil e no México. No entanto, nesses casos as indústrias estão subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador comandado por cadeias globais sob a direção de empresas transnacionais.

⁷Segundo o MapBiomias, o Brasil tem 154 milhões de hectares de pastagem, sendo que 53% dessa área se encontra degradada. Disponível em <https://mapbiomas.org/pastagens-brasileiras-ocupam-area-equivalente-a-todo-o-estado-do-amazonas>, consultado em 29/01/2023

⁸A nomenclatura utilizada é a Nomenclatura Comum do Mercosul (NMC)

Esse novo padrão exportador é denominado de especializado pois se apoia em eixos, sejam agrícolas, mineiros e industriais (no caso atividades de montagem e *maquila*) ou serviços, nos quais as economias da região possuem vantagem comparativa.

Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, máquina eletrônica, calls center etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região (OSORIO, 2012, P. 111).

Esses eixos produtivos fazem parte de grandes cadeias globais de valor, sob a direção de transnacionais, o que explica em grande medida, o déficit na Balança de Pagamentos brasileira, como verificado.

Isso indica que é um traço característico das nossas economias, atender necessidades de outras economias, em detrimento das necessidades da população trabalhadora local.

Há que se considerar na análise, no entanto, que embora possamos registrar que nas duas últimas décadas houve de fato um grande aumento no volume e no valor do comércio externo brasileiro e que este voltou a ser composto majoritariamente por produtos primários de menor valor agregado e de menor rentabilidade, esse não é um processo exatamente novo conforme pudemos ver.

Claro é, no entanto, que não existe relação direta entre exportação Manufatureira e desenvolvimento econômico. A exploração extrativista e de commodities primárias também envolve ciência, emprego de tecnologia, inovação e uso intensivo de capital. No entanto é justamente o controle do excedente gerado nas cadeias de produção que mantém a desigualdade. Não só isso, mas também as chamadas externalidades, conforme o jargão empresarial, que não são contabilizadas e que se refletem na destruição ambiental e nos conflitos sociais (DELGADO; LEITE, 2022).

Há, portanto, dois grandes grupos de fatores que explicam a ausência de desenvolvimento ligada à primarização das economias.

Primeiramente o fato de que os países em questão, bem como suas empresas, participam pouco dos chamados nódulos mais lucrativos. Isto é, há baixa participação de setores nacionais nos setores intensivos em tecnologia. O caso da soja é exemplar, com o fornecimento de sementes e insumos, bem como controle da comercialização (logo, controle da formação de preços) nas mãos de poucas empresas multinacionais.

Em segundo, está o fato de que as estratégias de atuação dessas empresas são sempre altamente espoliativas, com a atuação conjunta dos Estados e elites nacionais.

Esse modelo de inserção externa, fortemente apoiado em produtividade de recursos naturais (no comércio externo) e captura de renda fundiária (pelos proprietários de recursos naturais), contém sérios limites ao desenvolvimento. Produção e repartição do excedente econômico, em tais condições, provocam armadilhas produtivas (super exploração de recursos naturais) e distributivas (concentração da riqueza fundiária), de sorte a constringer o crescimento econômico à reprodução de padrões de sub-desenvolvimento (DELGADO, 2011, p. 111).

Disso resulta a ausência de um projeto de soberania para os países onde o que se produz e como se produz, o que se comercializa e em quais condições (infraestrutura logística, isenções fiscais, crédito subsidiado) e para onde se comercializa não faz parte de um projeto que garanta segurança alimentar e nutricional, segurança energética, sustentabilidade ambiental e muito menos justiça social.

Produzimos o que interessa ao capital, ainda que isso não sirva de nada às nossas populações. O esforço para nos convencer de que o que importa para o capital importa para nós é enorme. Esperamos ter ajudado a desmontar, ao menos um pouco, esse grande mito na qual nossa dependência e subordinação se apoiam.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Datos**. Anuario de Estadísticas de balanza de pagos y archivos de datos.Saldo en cuenta corriente. 2023.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiás: CPT Nacional, 2022. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/loja-virtual/conflitos-no-campo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CEAGESP/SEDES. Cadernos de comercialização. Setembro de 2023.

DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010.

DELGADO, G.; LEITE, S. P. Agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa** número 2, volume 6. 14/12/2022. Disponível em <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021**. Transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una mejor nutrición y dietas asequibles y saludables para todos. Roma, FAO. 2021 Disponível em <https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/es/c/1599121/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FAO; FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago de Chile. 2023. Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57048>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe**. Santiago. 2019. Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51685>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOLDAFRB, Y. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08052014-112830/en.php>. Acesso em: 10 jan. 2023.

HLPE. 2020. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. ROME: High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, 2020. Disponível em <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IELA. (Instituto de Estudos Latino-Americanos). Universidade Federal de Santa Catarina. **O Agro é tudo, mas só conta a metade**. 3 de novembro de 2020. Disponível em <https://iela.ufsc.br/o-agro-e-tudo-mas-so-conta-a-metade/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEÃO, M. (Org.) **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, Brasília**: ABRANDH, 2013. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIZARRAGA, P.; PEREIRA FILHO, J. **Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cono Sur / Patricia Lizarraga; Jorge Pereira Filho**. – 1.ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022. Disponível em <https://rosalux.org.br/product/atlas-de-los-sistemas-alimentarios-del-cono-sur/>

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revist. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 174-203 Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MERCADO CENTRAL DE BUENOS AIRES. Departamento de información y Transparencia – **Division organización comercial** - Información del mercado mayorista área transaccional frutas y hortalizas 2022. Marzo 2023.

MITIDIERO Jr, M. A.; GOLDFARB, Y. **O Agro não é tech, não é pop e muito menos tudo**. Mudança climática, energia e meio ambiente. Análise. Fundação Friedrich Ebert. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Setembro 2021. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria da dependência. São Paulo. Ed. Boitempo, 2012.

PATNAIK, U.; MOYO, S. **The Agrarian Question in the Neoliberal Era**: Primitive Accumulation and the Peasantry. Dar es Salaam, Tanzania. 2011.

REDE PENSSAN. **Vigisan**. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. Fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 105, jan.-jul. 2021 Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1992>. Acesso em: 10 jan. 2023.



Recebimento: 11/05/2024

Aceite: 22/07/2024

A contrarreforma agrária no contexto de aprofundamento do ajuste fiscal

Ilena Felipe Barros^{1*}
Kleber Andolfato de Oliveira²

Resumo: O presente artigo analisa a política de reforma agrária no cenário de ajuste fiscal, aprofundado nos últimos governos, especialmente após o golpe de 2016. O tempo presente é marcado pelo avanço do agro-hidro-minério negócio sobre os recursos naturais, penalizando a terra e os povos das águas, da terra, das florestas. Nota-se que o ajuste fiscal implementado pelos governos federais reduziu drasticamente os recursos para as políticas sociais, com destaque a política de reforma agrária.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; Contrarreforma agrária; Agronegócio; Capitalismo.

The agrarian counter-reform in the context of deepening fiscal adjustment

Abstract: This article analyzes the agrarian reform policy in the scenario of fiscal adjustment, deepened in recent governments, especially after the 2016 coup. The present time is marked by the advance of the agro-hydro-ore business on natural resources, penalizing land and the people of the waters, the land, the forests. It is noted that the fiscal adjustment implemented by federal governments drastically reduced resources for social policies, with emphasis on agrarian reform policy.

Keywords: Fiscal adjustment; Agrarian counter-reform; Agribusiness; Capitalism.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, Brasil. *Autora correspondente: ilena.felipe@ufrn.br

²Universidade Federal do Acre-UFAC, Brasil.

Introdução

O presente artigo está em consonância com as análises desenvolvidas no âmbito da pesquisa *"A Política de Reforma Agrária no Contexto do Ajuste Fiscal"*, realizada pela autora, que está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E ainda, as pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Agroecologia, coordenado pelo autor, que faz parte do Centro Multidisciplinar, da Universidade Federal do Acre, no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul/AC.

O objetivo é analisar as políticas de ajuste fiscal e sua incidência sobre a política de reforma agrária, a partir do golpe de 2016, implicando no desmonte das políticas e programas sociais de acesso e permanência na terra.

Nos últimos anos, a pauta da reforma agrária tem sido negligenciada e até abandonada no debate institucional e nas ações governamentais, em detrimento do avanço de investimentos na produção de *commodities* para exportação. Desde o golpe de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff, assiste-se o desmonte do Programa Nacional de Reforma Agrária, que foi intensificado no Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). Esse governo realizou o desmonte de políticas públicas importantes para as populações do campo, entre elas: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER); entre outros, culminando com a desestruturação do órgão que impulsiona a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), limitando suas atribuições e ações. O atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) retoma as políticas públicas para o campo, mas há, ainda, muito investimento em agro-hidro-minério negócio; configurando-se uma contrarreforma agrária que está em curso, no contexto de aprofundamento das políticas neoliberais de ajuste fiscal e do capital financeiro na agricultura.

A metodologia está baseada na pesquisa qualitativa, indo a raiz dos fenômenos estudados. De acordo com Minayo (2001, p.21 e 22) a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...]". Alguns dados utilizados nesse artigo são resultado da pesquisa *"A Política de Reforma Agrária no Contexto do Ajuste Fiscal"*, desenvolvida pela autora. Nessa pesquisa foram analisados os Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (no PPA

2012/2015) e o Programa Reforma Agrária e Governança Fundiária (no PPA 2016-2019) a partir de seus objetivos, metas e orçamento.

Outrossim, as reflexões desse artigo, também, fazem parte das pesquisas conduzidas no Laboratório de Agroecologia da UFAC – Campus Floresta no processo de formação acadêmica de Engenheiros Agrônomos e no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFAC, sob a coordenação do autor. Esse programa de pós-graduação realiza todos os anos o Simpósio de Ciências Ambientais na Amazônia Sul Ocidental, que culmina com a produção de um e-book com artigos das pesquisas dos/as discentes de mestrado e doutorado.

Acumulação Capitalista: mundialização e financeirização

Nas últimas décadas, as transformações nas formas de reprodução e acumulação do capital inauguraram um novo ciclo do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela mundialização da esfera financeira. A mundialização da economia está amparada nos grupos e empresas transnacionais, de capital industrial associada ao capital financeiro que comandam a acumulação, com apoio estatal. Nessa nova ordem mundial, altera-se o processo produtivo, criando relações de trabalho e acentuando as desigualdades sociais, produzidas pelo sistema capitalista. Esse período caracteriza-se pela acumulação flexível, para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e os efeitos de barbárie que incide sobre a vida social (BEHRING, 2003, p. 40).

As principais características desse processo foram a centralização do capital e a descentralização das operações produtivas, comerciais, financeiras, industriais, inaugurando uma nova geopolítica no mundo. Os grupos industriais e multinacionais impulsionam a economia global, com novas formas de gestão, controle do processo de trabalho, da mão-de-obra, da produção, dos lucros e dos mercados. Chesnais (1996) utiliza a nomenclatura de *oligopólio* para designar essas empresas que se organizam ao redor do mundo, através do investimento direto externo, em grandes grupos multinacionais, na organização da produção, da circulação de mercadorias, da gestão, de novas tecnologias. Esse grupo de empresas possibilita o domínio do capital pelo oligopólio no mundo, ultrapassando o espaço territorial do país de origem.

As indústrias caracterizadas por estruturas de oligopólio mundial são aquelas em que as quebras na cadeia mundial de dependência recíproca entre os oligopólios deram lugar a uma situação na qual a interdependência (entre oligopólios) transcende tranquilamente as fronteiras nacionais. Essa situação nova não é produto da estratégia de uma empresa, nem sequer de várias: representa o resultado de um movimento de conjunto, no qual

os acontecimentos políticos cumpriram um papel muito importante. As estratégias das companhias integraram-se como componentes desse movimento, que foi se tornando uma avalanche, à medida que cada grande grupo começou a entender as novas regras do jogo e, conseqüentemente, a desenvolver seus investimentos no exterior (CHESNAIS, 1996, p. 116).

A marca fundamental da mundialização é, sobretudo, a dinâmica e estrutura de desenvolvimento do capital financeiro. Dessa forma, para a acumulação financeira ser ampliada foi necessário a desregulamentação das finanças, o crescimento da dívida pública, o aparecimento de organizações financeiras como os fundos mútuos, fundos de pensão, companhias de seguros, indústria bélica, entre outros. As conseqüências desse processo de mundialização foram o aumento do desemprego crônico, devastação ambiental, guerra, miséria, precarização das relações de trabalho, perda da soberania nacional e desmonte do sistema de proteção social.

Para Mézáros (2011), a crise atual do capital se apresenta universal e estrutural, gerando um profundo investimento hegemônico pelo capital financeiro que disputa e se apropria de parte do fundo público contra as demandas sociais, ocasionando o aprofundamento da pobreza para a maior parte da população. De acordo com Oxfam (2023, p.6), desde 2020, “o 1% mais rico amealhou quase dois terços de toda a nova riqueza – seis vezes mais do que os 7 bilhões de pessoas que compõem os 90% mais pobres da humanidade”. Nesse contexto, ressalta -se que o Brasil ocupa a 10ª posição entre os países com maior desigualdade social no mundo.

Essa situação é agravada pelas políticas neoliberais de ajuste fiscal, que vem se consolidando no Brasil desde a década de 1990 e segue até hoje, significando uma estratégia do capital para pressionar o Estado e realizar as contrarreformas, priorizar o pagamento da dívida pública, privatizar instituições estatais e reduzir os investimentos em políticas e programas sociais no enfrentamento das grandes problemáticas nacionais, a exemplo da realização da reforma agrária e a desconcentração fundiária.

Essas políticas de austeridades fiscais são definidas por Mattei (2023) como sendo,

Um conjunto de barreiras de proteção fiscais, monetárias e industriais em uma economia, [que] garante a sacralidade dessas relações sociais. As limitações estruturais que a austeridade impõe aos gastos e aos salários garantem que, para a grande maioria das pessoas que vivem em sociedade, “trabalhar muito, economizar muito” seja mais que apenas uma expressão de tenacidade; trata-se do único caminho para a sobrevivência (MATTEI, 2023, p. 21).

Nessa perspectiva, os instrumentos que referendam esse ajuste fiscal, minando as políticas sociais, são expressos na Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada em 1994 que teve continuidade nos anos 2000, com sucessivas prorrogações; A EC 93/2016 que amplia de 20% para 30% a DRU, entrando em vigor a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, até final de 2023; e a Emenda Constitucional n° 95/2016 que congelou as despesas primárias por 20 anos, especialmente saúde e educação. E no atual governo Lula, o “Novo Arcabouço Fiscal”, que “institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico” (PLP 93/2023).

O ajuste fiscal está enraizado no Estado brasileiro e as consequências são vivenciadas pela sociedade, especialmente, as populações mais vulneráveis, quando reduz os investimentos nas políticas sociais, sucateando e mercantilizando os diversos serviços públicos, aprofundando a pobreza, a fome e as desigualdades sociais.

O agronegócio reforça a avalanche do capital sobre o campo e os recursos naturais

No campo, assiste-se ao avanço do capital sobre a terra e todos os recursos naturais, representado pelas empresas transnacionais de produção de *commodities*. Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um pequeno número de proprietários de terra articulados com essas empresas transnacionais.

Nessa lógica, o latifúndio tem sido um dos principais mecanismos de reprodução do capital na agricultura, especialmente a partir da implantação da modernização conservadora, na década de 1970, conduzindo o processo de acumulação e consagrando a profunda injustiça social e a violência desse padrão de desenvolvimento rural. A terra funciona como reserva de valor, eis aqui seu caráter capitalista de acumulação de riqueza. Ou serve para gerar renda no mercado financeiro especulativo ou serve como reserva patrimonial. Aqui o capital se desenvolve sem necessariamente, se apropriar da produção agrícola, a terra é a mercadoria. “A propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica” (MARX, 2008, p. 827).

Para Ody (2003), o agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global.

[...] o Banco Mundial, o Fundo Monetário, esses organismos multilaterais fazem com que os países do sul, mas também os povos do norte, se endividem em dólares, uma moeda sob a qual, exceto os EUA, nenhum outro país tem controle. Então, para pagar a dívida, esses países precisam de divisas e para isso acabam dando prioridade para um modelo agroexportador e não para produção de comida para os povos.

Nessa nova configuração do campo há a articulação dos interesses das oligarquias latifundiárias tradicionais, com empresas transnacionais, instituições estatais financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e instituições científicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com as grandes corporações industriais-financeiras como Monsanto, Cargill, Bunge & Born, Syngenta entre outras.

Nesse modelo de agricultura brasileira, o agronegócio se constitui uma das estratégias da política macroeconômica do governo federal. Como analisa Bruno (2009).

O agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação (BRUNO, 2009, p. 114).

O agronegócio a partir do início do século XXI, faz emergir com mais força a valorização da terra, portanto da renda fundiária, que reflete o *boom* de *commodities* no mercado de terra e arrendamentos. A apropriação da terra pública e/ou privada sempre foi uma marca da expansão agrícola, quando ocorre a associação de grandes proprietários de terra, o capital e os organismos governamentais que gestam as políticas fundiárias. A terra como recurso natural, não produzida pela força de trabalho, se transforma em mercadoria, pela renda fundiária.

Svampa (2013) refere-se a “consenso de *commodities*” dada a avalanche de exploração e expropriação dos bens da natureza pelo processo de acumulação capitalista na América Latina.

o que geralmente chamamos aqui de “Consenso de *Commodities*” sublinha a entrada numa nova ordem, tanto econômica como político-ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo cada vez mais procurados pelos países centrais e pelas potências emergentes; que geram vantagens comparativas indubitáveis e visíveis no crescimento econômico e no aumento das reservas

monetárias, ao mesmo tempo que produz novas e profundas assimetrias e desigualdades nas sociedades latino-americanas. (SVAMPA, 2013, p.31)

Nessa linha de raciocínio, vale destacar uma característica histórica que a terra é um bem natural e se transformou em mercadoria para que ocorra o desenvolvimento capitalista. De acordo com Martins (1986).

A terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista não é necessário que estejam juntos. (MARTINS, 1986, p. 32-33).

Esse caráter capitalista da propriedade privada da terra incide sobre a renda fundiária que é extraída pelo capitalista, mesmo quando nada nela produz. Quando o capitalista se apropria da terra sem gastar divisas financeiras, que pode ser ilegalmente através da grilagem, ele está se apossando de tudo que ela gera que é renda fundiária que, posteriormente se transforma em capital (OLIVEIRA, 2010, p. 291).

Nesse cenário de disputa político-econômica pelos bens naturais e a luta pela reforma agrária tem sido uma permanente estratégia dos movimentos sociais do campo, para garantir terra, moradia, trabalho e vida digna para centenas de famílias que “perambulam” nas regiões brasileiras, sem-terra e sem lugar para assentar seus sonhos. Todas as experiências de agricultura familiar, produção agroecológica de alimentos saudáveis advém dos assentamentos rurais que se originaram da luta pela terra.

Dessa forma, no contexto atual, há em curso uma contrarreforma agrária que vem se aprofundando desde o início da década 2000, caracterizada pela expropriação de camponeses, quilombolas, povos indígenas, pescadores/as artesanais e comunidades tradicionais.

A contrarreforma agrária se materializa em quatro dimensões fundamentais: (1) o avanço da concentração fundiária; (2) a intensificação da

grilagem de terras, inclusive sobre terras tradicionalmente ocupadas; (3) o abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras; e (4) o desmonte de políticas públicas e de apoio à fixação dos trabalhadores no campo. (ALENTEJANO *et al.*, 2024, p. 24)

A contrarreforma agrária representa essa expansão da atuação da burguesia agrária, associada ao capital financeiro internacional, que se apropria dos recursos naturais. Para isso, utilizando-se de velhas estratégias como a grilagem; invasão de territórios indígenas e quilombolas; invasão e incorporação de terras públicas; expropriação de povos camponeses e a violência no campo. E ainda, utilizando os recursos e fundos públicos para garantir a expansão do agro-hidro-minério-eólico negócio.

Dados dos Planos Plurianuais (PPAs 2014 a 2023) e o desmonte das ações voltadas para Reforma Agrária

Para averiguar os elementos que justificam a contrarreforma agrária, foram analisados os dados orçamentários dos Planos Plurianuais (PPAs), observando a estratégia de diminuição do orçamento do Estado para as políticas públicas de acesso à terra. Ao analisar os recursos dos Planos Plurianuais (PPAs) do período 2014 a 2023 destaca-se a progressiva redução para ações destinadas ao acesso à terra; a desconcentração fundiária e a formação de assentamentos rurais. Nos PPAs 2014 a 2019, quando se referem a estrutura fundiária, observa-se uma redução gradativa dos investimentos, conforme apresentado na tabela 01 (abaixo). Os recursos foram aplicados em aprimoramento do Sistema de Cadastro de Terras e de georreferenciamento das áreas rurais em detrimento da formação de assentamentos rurais para atender as famílias sem-terra. O Governo Federal investiu, no período de 2014 a 2019, um montante de R\$ 114.585.765,27, priorizando ações de atendimento eletrônico ao público, com o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) de certificação de terras públicas e privadas; emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); a ferramenta e consulta de autenticidade do CCIR e Declaração para Cadastro Rural, que permite a atualização cadastral dos dados dos imóveis rurais. Investiu, a ainda, no desenvolvimento do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Esses dados evidenciam que a estrutura fundiária no Brasil, permanece intacta e confirma os dados do Censo Agropecuário de 2017, que apresenta um Brasil com alta concentração de terras, pois os estabelecimentos rurais de até 50 hectares totalizam 81,4% de todas as terras rurais produtivas, porém correspondem apenas a 12,8% de toda a área rural ocupada. Todavia, as propriedades com mais de 1.000 hectares tomam quase metade de toda a área rural, equivalente a 1% dos estabelecimentos rurais. (IBGE, 2017).

Tabela 1 – Execução orçamentária do objetivo O418 (Estrutura Fundiária) dos PPAs de 2014 a 2019.

Ano	Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
2014	6.022.282,56	2.563.285,60	2.087.059,70	2.025.261,90
2015	4.303.582,56	1.965.559,72	1.843.144,32	1.750.845,38
2016	56.420.419,21	48.341.663,24	24.488.369,36	24.026.973,53
2017	61.403.816,65	43.152.449,29	30.094.551,25	30.021.794,93
2018	67.955.226,50	62.319.528,32	42.451.582,54	39.724.208,53
2019	276.607.651,00	236.526.633,90	227.452.369,11	17.036.681,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do SIOP. Dados deflacionados pelo IPCA (dezembro/2019).

Quando se trata da formação dos assentamentos rurais, o foco dos PPAs analisados, e posteriormente nos governos Michel Temer (2016 - 2018) e de Jair Bolsonaro (2019 - 2022), é a titulação de terras por meio da regularização fundiária desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, em tese, apresenta-se como algo positivo, mas na verdade serviu para favorecer a reconfiguração dos latifúndios e acentuou os conflitos agrários.

Na última década, a titulação de terra ganhou muita visibilidade e até adesão de famílias assentadas; tendo destaque o último período entre os anos 2019 e 2022 que foram entregues mais de 360 mil títulos referente ao Programa Titula Brasil. Desde o PPA 2012/2015, essa estratégia se transformou numa das grandes ações dos governos federais, defendendo ser isso, uma política de reforma agrária. Durante seu mandato Fernando Henrique Cardoso entregou titulações 23.110; durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram 99 mil títulos; nos Governos de Dilma Roussef foram 166 mil; no Governo Michel Temer foram concedidos 208.563 títulos e o Governo de Jair Bolsonaro supera com 404.993 mil títulos entregues a famílias assentadas. Essa não é a reforma agrária defendida pelos movimentos de luta pela terra.

Por outro lado, o número de desapropriações para fins de reforma agrária e a formação de assentamentos, vem caindo substancialmente, se comparado o último Governo de Jair Bolsonaro com as desapropriações realizadas desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso que registrou 540.704 famílias assentadas dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária. Nos Governos de Lula, foram 614.088 famílias assentadas; na era Dilma Roussef registraram 133.689 famílias; no Governo Michel Temer, caiu para 11.831 e no último mandato

federal, apenas 9.228 (sendo a maioria titulação de terras e não desapropriação de latifúndio).

Ainda sobre os PPAs 2014-2019, o maior investimento do governo federal foi para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (objetivo 0735), atingindo 46,4% do montante dos recursos, o que caracteriza a ação estatal em um modelo de reforma agrária de mercado, conforme Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Execução orçamentária do Programa 2066 por objetivo, dos PPAs de 2014 a 2019.

OBJETIVOS DOS PPAs				
	0418	0420	0421	0735
Ano	Valor Pago	Valor Pago	Valor Pago	Valor Pago
2014	2.025.261,90	543.559.531,92	82.251.208,67	214.190.288,40
2015	1.750.845,38	79.149.876,60	39.130.394,96	205.423.914,09
2016	24.026.973,53	200.517.476,49	36.578.430,55	256.224.060,74
2017	30.021.794,93	59.526.866,83	87.943.258,83	226.496.602,52
2018	39.724.208,53	24.121.567,29	184.917.267,01	277.241.264,57
2019	17.036.681,00	5.147.545,47	18.149.805,33	194.559.084,85

Fonte: Elaborada a partir de dados do SIOP. Dados deflacionados pelo IPCA (dezembro/2019).

A Tabela 2 apresenta o volume de investimentos em ações dos Programas Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (PPA 2012/2015) e Reforma Agrária e Governança Fundiária (PPA 2016-2019) destinado a realização de ações na estrutura fundiária (objetivo 0418), formação de assentamentos rurais (objetivo 0420), política social, especialmente educação do campo (objetivo 0421) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (objetivo 0735). Esses dados evidenciam que a atuação do governo na última década tem sido de priorizar investimentos em programas que não alteram a estrutura fundiária, nem realiza a reforma agrária demandada pelos movimentos sociais do campo.

A reforma agrária de mercado, representada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário é parte da agenda agrária do Banco Mundial, desde a década de 1990. É uma ação governamental em pequenas e médias propriedades que não alteram a estrutura fundiária concentrada e sob o domínio grandes latifundiários e empresas nacionais e internacionais; provocando a intensificação do mercado de terras e atenuando dívidas de proprietários no momento da venda da terra para o Governo Federal. Esse programa tem uma propaganda de combate a pobreza rural, mas na verdade, tem realizado o endividamento das famílias assentadas, não tem assistência

técnica a produção agrícola de forma sistemática e geralmente, são em terras pouco produtivas. (Barros, 2014). Outra questão é que esse programa de reforma agrária de mercado trouxe várias responsabilidades para as famílias assentadas, através das associações, que antes eram funções do INCRA. De acordo com Medeiros (2002, p. 69) o próprio “[...] assentado passava a ser visto como um empreendedor que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo”.

Já no PPA do Governo Bolsonaro (2020 a 2023) é um decreto a valorização do agro-hidro-minério-eólico negócio, representado por 96% dos recursos para um único programa, que é o de Agropecuária Sustentável, do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA). O Total de recursos previsto no PPA (2020 a 2023) para o Programa Governança Fundiária é igual a 2.534.970, que tem por objetivo “Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra” e uma meta “Elevar de 0,00% para 19,50% o Índice de Regularização Fundiária até 2023”; o que pode ser visualizado na tabela 03, abaixo.

Tabela 3 - PPA do Governo Bolsonaro (2020/2023) – Eixo Ambiental.

PROGRAMA	VALOR (R\$)
Governança Fundiária (MAPA)	2.534.970
Agropecuária Sustentável (MAPA)	133.714.520
Defesa Agropecuária	584.193
Pesquisa e Inovação Agropecuária	802.430
Mudança do Clima	1.152.570
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e de Recursos Naturais (MMA)	1.050.700
Qualidade Ambiental Urbana (MMA)	18.580
TOTAL	139.857.970

Fonte: PPA 2020-2023 – Anexo I. Elaboração da autora, 2024.

De acordo com análise do PPA, realizada por Beghin (INESC, 2019) “no eixo ambiental, 96% dos recursos vão para um único programa, que é o de Agropecuária Sustentável, do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (Mapa). As principais metas dos programas desse eixo são as de elevar o índice de Sustentabilidade da Agropecuária Brasileira e de aumentar o impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias. Vê-

se, pois, que questões como desmatamento, proteção dos biomas e dos povos das águas e das florestas, diminuição dos gases de efeito estufa passam ao largo das prioridades do governo Bolsonaro para os próximos quatro anos". (BEGHIN, INESC, 2019).

Apartir dos dados apresentados, constata-se a paralisação gradativa da Política de Reforma Agrária, e nota-se a prioridade dos últimos Governos Federais, no contexto do neoliberalismo, em direcionar os recursos para o binômio latifúndio/agronegócio, seja em negociações de terras públicas; produção de *commodities*, ampliação de infraestrutura (estradas, energia, exportações, comércio, etc) até investimentos em tecnologia para atender a agroindustrialização, entre outras ações estratégicas para o setor agrícola. Acrescenta-se a essa análise as invasões das terras indígenas pelo garimpo ilegal e as empresas transnacionais para implantação de complexos agroindustriais.

Considerações Finais

Historicamente, a luta pelo acesso e permanência na terra tem sido uma forma dos/as camponeses/as garantirem o acesso aos direitos sociais básicos. A concentração de terra implica a ampliação dos latifúndios, do capital, da riqueza e do poder; bem como reduz a produção direta de alimentos básicos – feijão, mandioca, hortaliças, batata, macaxeira – voltados para o mercado interno consumidor. Além disso, provoca um grave estado de miséria para um contingente sem-terra que se aglutina nas periferias das sedes dos municípios, ampliando as desigualdades sociais.

A luta pela reforma agrária permanece no cenário brasileiro como uma alternativa para as populações do campo, das águas e da floresta terem vida digna; mesmo enfrentando todas as contradições e violências do capital.

A reforma agrária representa, entre outros significados, a denúncia do latifúndio, da expropriação, da concentração da terra e da violência. Um contingente muito grande de famílias perambula pelo Brasil, em busca de um lugar para viver e trabalhar. A reforma agrária é a alternativa para descentralizar o acesso à terra para que se cumpra a sua função social, prevista na Constituição Federal de 1988. É o caminho para produção de alimentos saudáveis, com base na agroecologia.

A centralidade da luta pela terra e por reforma agrária, está, exatamente, na disputa de um modelo de sociedade e de produção agrícola que seja sustentável econômica, social e ambientalmente; que proteja os ecossistemas e a biodiversidade e todos os territórios e povos que neles habitam. A reforma agrária tem um sentido de vida em abundância, que significa, também, a construção de novas relações sociais com respeito a diversidade humana; na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Importante também registrar, a produção científica e política de um conjunto de profissionais, educadores/as populares e pesquisadores/as que atuam com

as populações do campo, das águas e das florestas. Essa produção tem em si, um compromisso ético e político, com a transformação da sociedade; mas também, possibilita elementos de leitura crítica da realidade para construção de alternativas de lutas por direitos e para formação política de jovens militantes dos movimentos sociais e de profissionais nas universidades públicas.

A luta pela reforma agrária, passa também, pela ocupação do latifúndio do saber e na disputa por narrativas por um modelo de desenvolvimento justo e saudável. No ano de 2024 o MST completou 40 anos de organização, expansão e resistência, lutando por reforma agrária popular e acesso a vida digna no campo. Que esses 40 anos inspire a ação política e mantenha viva a utopia.

Referências

ALENTEJANO, P. *et al.* **Ruptura Política e Contrarreforma Agrária: Geografia dos Conflitos no Campo Brasileiro.** In: Conflitos no campo Brasil 2023/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

BARROS, I. F. **Nas trilhas do Crédito Fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco.** Recife/UFPE, Tese de doutorado, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: **Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2016.** Brasília: MPOG, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. PPA 2016 – 2019: **Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2017.** Brasília: MPOG, 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. PPA 2016 – 2019: **Relatório anual de avaliação - Ano-Base 2018.** Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relatório Anual de Avaliação PPA 2016 – 2019: Ano-Base 2019.** Brasília: Ministério da Economia, 2020.

BRASIL. **Lei N° 13.971, de 27 de dezembro de 2019.** Institui o Plano Plurianual da União para o período 2020/2023.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar n° 93, de 30 de agosto de 2023.** Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6° da Emenda Constitucional n° 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei n° 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

BEHRING, E. R. **A Dívida e o calvário do Fundo Público**. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEGHIN, N. **O PPA do Governo Bolsonaro: 4 anos de miséria**. INESC, 2019. Disponível em <https://inesc.org.br/o-ppa-do-governo-bolsonaro-4-anos-de-miseria/>. Acesso em 10/05/2024.

BRETTAS, T. **Dívida pública, interesses privados: a hegemonia rentista e o fundo público brasileiro no neoliberalismo**. In: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRUNO, R. **Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2017.

MARTINS, J. de S. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, KARL. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 3, vol 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATTEI, C. **A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023

MEDEIROS, L. S. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MÉSZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. [tradução Francisco Cornejo... [et al.]. - 2 ed. Revista e ampliada. SP: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ODY, M. **Agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global, diz coordenadora da Via Campesina**. Brasil de Fato, dezembro de 2023.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrarreforma Agrária no Governo Lula. IN: **Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OXFAM. **A “sobrevivência” do mais rico: porque é preciso tributar os super ricos agora para combater as desigualdades**. Documento Informativo da Oxfam internacional. Janeiro de 2023.

SALVADOR, E. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: **Revista Advir**. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina, **Nueva Sociedad**, n°244, março/abril, p. 30-46, 2013. ISSN: 0251-3552



Educação financeira e acesso ao crédito na agricultura familiar: reflexões sobre o PRONAF e as barreiras institucionais

Iraci Matos Vasconcellos¹
Éder de Carvalho Januario²
Victoria de Jesus Lopes¹
Nilo de Medeiros Gomes Junior¹
Priscilla Rodrigues Ruella¹

Resumo: Dadas as incertezas típicas do setor, o crédito para a agricultura é mais caro quando comparado com os outros setores da economia, o que justifica a existência de políticas públicas com crédito subsidiado, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Esta pesquisa originou-se de um Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cuja finalidade foi oferecer um curso de educação financeira para um grupo de agricultores familiares. A pesquisa foi feita em duas etapas. Na primeira, foi utilizada a metodologia quantitativa para avaliar a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre organização financeira e crédito rural. Os resultados serviram de subsídio para a elaboração do curso. Na segunda etapa, realizada após a oferta do curso, foi utilizada a metodologia qualitativa e feitas entrevistas aos produtores que procuraram acessar o PRONAF. O objeto desta etapa, que também é o objetivo principal da pesquisa, foi entender os sucessos e fracassos na obtenção de crédito agrícola subsidiado. Como resultados, concluiu-se que o crédito, alinhado à educação financeira, pode impulsionar as atividades agrícolas, mas que ainda existem muitas barreiras que vão além da oferta do crédito.

Palavras-chave: Crédito Rural; Crédito Subsidiado; Agricultura Familiar; PRONAF; Educação Financeira.

Financial Education and Access to Credit in Family Farming: Reflections on PRONAF and Institutional Barriers

Abstract: Given the typical uncertainties of the sector, credit for agriculture is more expensive compared to other sectors of the economy, which justifies the existence of public policies with subsidized credit, such as the National Program for Family Farming (PRONAF). This research originated from an Extension Project at the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), aimed at offering a financial education course to a group of family farmers. The research was conducted in two stages. In the first stage, a quantitative methodology was used to assess the magnitude and quality of the producers' knowledge about financial organization and rural credit. The results served as a basis for developing the course. In the second stage, conducted after the course was offered, a qualitative methodology was used, and interviews were conducted with producers who sought access to PRONAF. The objective of this stage, which is also the main aim of the research, was to understand the successes and failures in obtaining subsidized agricultural credit. The results concluded that credit, aligned with financial education, can boost agricultural activities, but there are still many barriers that go beyond the availability of credit.

Keywords: Rural Credit; Subsidized Credit; Family Farming; PRONAF; Financial Education.

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Brasil.

²Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo- FEA-USP, Brasil.

*Autora correspondente: iracimatos@gmail.com

Introdução

Presente em todas as regiões do país, a agricultura familiar é o vetor de desenvolvimento econômico e social de muitos municípios (BUTTENBERDER *et al.*, 2022). A participação da agricultura familiar na produção de alguns alimentos é extremamente relevante: segundo o Censo Agropecuário de 2017 os agricultores familiares foram responsáveis pela produção de mais 70,0% de pimentão, 69,6% de mandioca, 64,4% de alface e 48,5% da banana, dentre outros (IBGE, 2017). Não obstante, a importância da agricultura familiar vai além do cenário econômico e produtivo. Ela é fundamental para o abastecimento alimentar e contribui para geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas (SANTOS, 2020) justificando assim, a necessidade de políticas públicas para este grupo, o que inclui uma política de crédito agrícola subsidiada.

Belik (2015) constatou que as políticas de crédito no Brasil existem há quase um século com a criação da Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial (CREAI) pelo Banco do Brasil em 1937. Desde então o crédito rural oficial passou por uma série de transformações e em 1996 o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um instrumento de política pública com a finalidade de fomentar e desenvolver a agricultura familiar.

Uma das principais características do PRONAF é a taxa de juros subsidiada, que possibilita aos pequenos agricultores rurais o acesso ao crédito necessário para realizar investimentos produtivos (Araújo; Vieira Filho, 2018). Apesar de haver espaço para melhorias apontadas pela literatura, o programa é amplamente reconhecido como um importante incentivo para os produtores rurais, recebendo diversas avaliações positivas (PRETTO; HORN, 2020; BACCARIN; OLIVEIRA, 2020; TENCHINI; FREITAS, 2023; ARAÚJO; VIEIRA FILHO, 2018).

Embora a oferta de crédito subsidiado tenha crescido de forma consistente, o principal desafio não está na disponibilidade de recursos, mas nas barreiras que os agricultores familiares enfrentam. Entre elas destacam-se a falta de informação, os custos associados à contratação do crédito, a burocracia e as exigências de garantias, que frequentemente não condizem com a realidade de muitos agricultores. Essas dificuldades acabam por limitar ou até inviabilizar o acesso ao crédito, evidenciando os desafios que o PRONAF ainda precisa superar.

Este trabalho é derivado do Projeto de Extensão “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar (FAF) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)”. Trata-se de um grupo de produtores orgânicos que ofertam semanalmente seus produtos no interior no edifício principal da Universidade, no município de Seropédica. O curso foi ofertado em 2023 para capacitar o grupo de produtores rurais da FAF sobre os temas organização e educação financeira; e crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar.

A presente pesquisa, realizada em duas etapas — antes e depois da oferta do curso — está organizada em quatro seções. A primeira é esta introdução, seguida pelo referencial teórico e revisão da literatura, que apresentam os elementos conceituais necessários para a compreensão dos objetivos da pesquisa. Na terceira seção descreve-se a metodologia do trabalho. Por fim, na quarta seção, são apresentados os principais resultados, seguidos da conclusão.

A metodologia foi dividida em duas partes: na primeira utilizou-se uma abordagem quantitativa, com entrevistas estruturadas realizadas com todos os participantes da feira. O objetivo foi avaliar a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre organização financeira e crédito rural, e os resultados obtidos subsidiaram a elaboração do curso. Na segunda parte da metodologia, realizada após a oferta do curso, aplicou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas direcionadas especificamente aos produtores que buscaram crédito no sistema bancário por meio do PRONAF. O objetivo principal dessa etapa — que também é o objetivo central da pesquisa — foi compreender os sucessos e dificuldades na obtenção de crédito agrário subsidiado. Em ambas as partes, a coleta de dados ocorreu no local da feira, onde os agricultores realizam suas atividades.

Os resultados e a discussão do trabalho estão organizados em três partes: os resultados da primeira etapa, a descrição do Projeto de Extensão e os resultados da segunda etapa da pesquisa. Na primeira etapa, os dados revelam que o grupo, embora unido por uma associação, apresenta grande heterogeneidade no que diz respeito à organização e à educação financeira, o que reforça a relevância do curso proposto. Além disso, constatou-se pouco conhecimento e interesse na busca por crédito, aspecto que se conecta diretamente aos resultados obtidos na segunda etapa.

A relevância deste trabalho ultrapassa a contribuição para o grupo específico abordado. Milhares de agricultores familiares necessitam de apoio não apenas para gerenciar suas atividades, mas também para compreender, acessar e utilizar o crédito subsidiado que lhes é destinado. Isso por si só já um primeiro desafio. O segundo, que é outra contribuição importante desta pesquisa é a proposição de melhorias no PRONAF, especialmente no que se refere às garantias, que precisam ser ajustadas para atender de forma mais compatível às reais necessidades dos agricultores familiares.

Referencial Teórico

O setor primário da economia brasileira tem se mostrado bastante dinâmico e em forte expansão e o crédito é um fator decisivo para o desenvolvimento do setor rural, o que inclui a agricultura familiar (BELIK, 2015). Buttenberder, Berkmann e Sparemberger (2022) destacam que o crédito para a agricultura

familiar é essencial por várias razões, como a descapitalização, sazonalidade da produção, longos prazos de maturação do processo produtivo, descasamento temporal entre despesas e receitas e os riscos temporais. Todas essas razões tornam a agricultura familiar altamente dependente de crédito rural, definido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2018) como o suprimento de recursos financeiros, por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares destinados a produtores rurais e suas cooperativas, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Crédito Rural.

Objetivos	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular os investimentos de produtores rurais e suas cooperativas. • Favorecer o custeio e a comercialização da produção em época oportuna. • Fortalecer o setor rural. • Incentivar a adoção de novas tecnologias no setor rural e o aumento da produtividade. • Viabilizar a aquisição e a regularização de terras pelos pequenos produtores. • Estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Custeio: destina-se a cobrir os gastos normais dos ciclos produtivos, como aquisição de insumos. • Investimento: destina-se a aplicações em bens ou serviços que serão utilizados por vários ciclos produtivos, como compra de máquinas e equipamentos, construção e reforma de benfeitorias. • Comercialização: destina-se às despesas posteriores à produção, como armazenagem, ou conversão em espécie dos títulos de venda a prazo da produção. • Industrialização: destina-se à industrialização de produtos agropecuários por produtores ou suas cooperativas

Fonte: Os autores, com base em Guia do Crédito Rural, CNA (2018).

Para prever a articulação de diferentes políticas públicas de suporte à agricultura familiar, com destaque para o crédito rural subsidiado, o Decreto nº 1.946 de 28/06/1996 criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF (BRASIL, 1996), e, a partir de 2004, foi ampliado e regulamentado pela Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

São muitas as avaliações positivas do crédito para a agricultura familiar no âmbito do PRONAF na literatura relevante. O programa é classificado como

uma bem-sucedida experiência de política pública na alavancagem de recursos creditícios à agricultura familiar brasileira. No entanto, os estudos geralmente vêm acompanhados de aspectos negativos, como, por exemplo: Pretto e Horn (2020) mostraram que, nos anos de 1999, 2008 e 2018, a concessão do crédito foi destinada especialmente a agricultores de maior porte e nas culturas da soja, do café e do milho, o que evidencia uma alocação de recursos majoritariamente na agricultura convencional; Baccarin e Oliveira (2020) demonstraram a má distribuição do crédito pelas cinco regiões do Brasil, no período de 1999 a 2019; Tenchini e Freitas (2023) mostraram que o crédito tem impacto negativo no desenvolvimento regional sustentável, ou seja, quando o crédito é alavancado, as práticas sustentáveis diminuem no estado do Rio de Janeiro; Araújo e Vieira Filho (2018) avaliaram o PRONAF nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal entre 2007 e 2016, e encontraram como aspecto negativo o fato de o PRONAF não estimular o agricultor a diversificar sua produção, o que compromete a promoção do desenvolvimento e faz com que o programa necessite de reestruturação para cumprir seus objetivos de redução da pobreza e de ampliação da renda do agricultor.

Os valores que o governo destina para o PRONAF são apresentados anualmente pelo Plano Safra, instituído em 2003 para fomentar a produção rural brasileira. Nele, o governo federal destina verbas para investimento ou para os produtos agrícolas, para três diferentes grupos de produtores: PRONAF, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP) e os demais produtores e cooperativas, que recebem a maior parte dos valores do plano. A Tabela 1 mostra o montante de recursos financeiros dos últimos cinco planos Safra e os montantes que foram destinados ao PRONAF, assim como o peso relativo do valor total. Como se observa, o PRONAF cresceu em participação, chegando a receber quase 20% dos recursos do último Safra de 2023/2024, contra 15% nos dois planos anteriores.

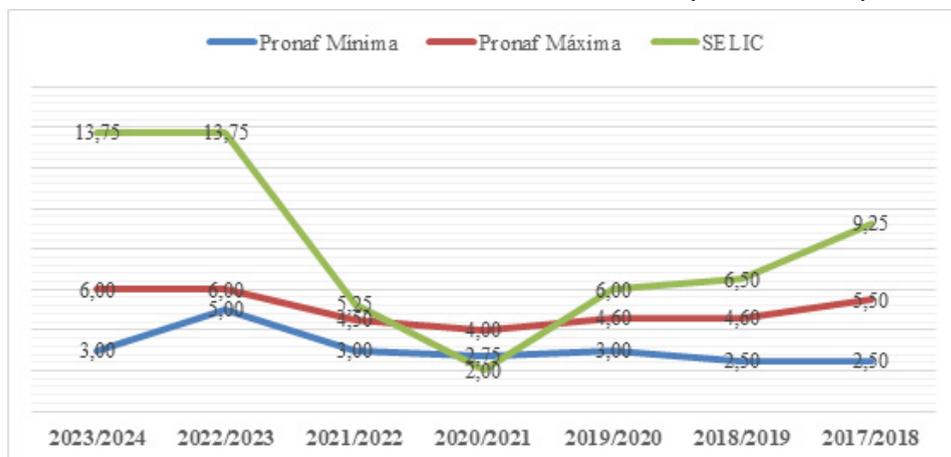
Tabela 1 - Recursos Financeiros do PRONAF (em Bilhões de Reais).

Plano SAFRA	2023/2024	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020
Recursos Total	364,2	340,8	251,2	236,3	222,74
Recursos PRONAF	71,6	53,6	39,3	33,0	31,2
% do PRONAF	19,7%	15,7%	15,6%	14,0%	14,0%

Fonte: Os autores, a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As taxas de juros diferenciadas têm como referência a taxa SELIC, a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central do Brasil. Na ocasião do lançamento do Plano Safra 2023/2024, a referida taxa era de 13,75% a.a. O Gráfico 1 confronta as taxas de juros SELIC com as taxas máximas e mínimas do PRONAF dos últimos sete planos Safra. Percebe-se que a distância entre a SELIC e a taxa mínima do PRONAF foi maior no último plano, o de 2023/2024, mostrando que, embora o mercado financeiro esteja praticando a maior taxa da amostra, a política pública de crédito subsidiado foi mantida como uma decisão de incentivo à agricultura familiar, o que é reforçado, inclusive, pela redução da taxa mínima de 5% a.a. no Plano Safra 2022/2023 para 3% a.a. no Safra de 2023/2024. Esta taxa de 3% a.a. foi o grande diferencial deste plano, destinado aos agricultores familiares que optarem pela produção sustentável de alimentos saudáveis, com foco em orgânicos, produtos da sociobiodiversidade, bioeconomia ou agroecologia.

Gráfico 1 - Taxas de Juros Selic e Pronaf (em taxas %).



Fonte: Os autores, com dados do MAP e do Banco Central do Brasil.

Outro aspecto muito importante é entender a composição da taxa de juros do ponto de vista teórico. Um agricultor que deseja um crédito precisa encontrar um poupador disposto a emprestar, ou seja, alguém que postergou o consumo atual pelo consumo futuro. O custo do empréstimo é popularmente conhecido simplesmente como “taxa de juros”. Mais especificamente, o preço pelo serviço do empréstimo é dado pela taxa de juros nominal recebida pelo emprestador, que é a soma entre a taxa de juros real (i), mais inflação do período e mais um prêmio ao risco (*spread*), que depende das características intrínsecas do tomador de crédito. Para Lazzarini e Chaddad (2003), no entanto, além da taxa

de juros, existem outras variáveis chamadas de “fricções”, fazendo com que o valor total que se pague por um empréstimo seja uma nova taxa de juros, a R_t , dada pela Equação (1), que mostra também os custos de informação e os de transação.

$$R_t = R_e + I + T_a + T_p \quad (1)$$

Onde: R_t = taxa de juros nominal cobrada pelo tomador;
 R_e = taxa de juros nominal recebida pelo prestador;
 I = custo de aquisição de informações;
 T_a = custo de transação pré – contratuais;
 T_p = custo de transação pós – contratuais.

O custo de informação¹, acontece especialmente na fase de avaliação de risco de crédito, algo que é agravado no caso de produtores rurais, dado que os intermediários financeiros geralmente estão situados em centros urbanos e desconhecem muitos aspectos do meio rural.

Os custos transação² estão associados ao fazer-se cumprir o contrato, os quais dependem do ambiente institucional. No primeiro caso,, são custos pré-contratuais de se desenhar, negociar, salvaguardar, chegar ao acordo. No segundo caso,, são os custos de controle, monitoramento e má-adaptação. Ambos os custos são do tipo fixo, ou seja, independem do volume de crédito e acabam por penalizar as transações de menor volume, como para a agricultura familiar.

Dados os custos de informação e transação, a informalidade no crédito é comum no setor primário. Segundo Lazzarini e Chaddad (2003), tradicionalmente, existem dois tipos de mercados de crédito na agricultura: o formal e o informal. O primeiro é fornecido por organizações financeiras, públicas ou privadas, com ou sem recursos governamentais. O crédito informal, por sua vez, é oriundo de diversos tipos de agentes privados, como *traders*, prestadores não tradicionais, familiares, conhecidos, entre outros. É comum afirmar que o crédito formal apresenta menores taxas de juros, pois está associado a linhas governamentais subsidiadas ou pelo fato de envolver menos problemas de informação. No entanto, os custos de transação nos mercados informais tendem a ser menores. Os autores diferenciam as características de ambos os tipos de crédito (Quadro 2).

¹Na teoria econômica assume-se que em mercados perfeitamente competitivos não há problemas de informação, isso é, presume-se que tanto os compradores como os vendedores são perfeitamente informados sobre a qualidade dos bens e serviços vendidos no mercado. No entanto, é verdade que em muitos mercados, um dos lados da operação detém mais informação que o outro, o que pode levar a diferenças drásticas no equilíbrio de mercado (VARIAN, 1999).

²A teoria econômica tratava apenas os custos de produção até Ronald Coase, em 1937, reconhecer não apenas o ato de produzir, mas também o ato de comprar e vender também gera custos, isto é, os custos associados às transações econômicas (FIANI, 2002).

Quadro 2 - Crédito na Agricultura Formal Versus Informal.

Crédito Formal	Crédito Informal
<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de juros mais baixas, especialmente quando têm subsídio governamental; • Custos de transação pré-contratuais mais elevados associados a salvaguardas contratuais; • Custos de transação pós-contratuais mais baixo devido a redução de problemas de má adaptação contratual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Juros mais altos; • Custos de transação pré-contratuais mais baixos associados a salvaguardas contratuais; • Custos de transação pós-contratuais mais alto devido à elevados problemas de má adaptação contratual, ou inadiplência "irremediável"

Fonte: Elaboração própria a partir de Chaddad e Lazzarini (2003).

Ter crédito disponível no mercado, com taxas diferenciadas, não tem sido suficiente para que os recursos cheguem aos produtores. Compreender a composição da taxa de juros pode explicar a dificuldade que os agricultores enfrentam na obtenção de crédito. Cazella *et al.* (2020) investigaram a subutilização do PRONAF ao calcularem o "não-recurso" utilizando o número total de contratos do PRONAF e o número de estabelecimentos agropecuários enquadráveis. O estudo encontrou 38% de não-recurso, atribuídos a duas razões: o desconhecimento do PRONAF e, principalmente, a não demanda por crédito. Na última, os motivos estão associados aos constrangimentos decorrentes da ausência de garantias, sobretudo o título da terra, e ao conhecimento parcial das normas e regras de acesso ao PRONAF, especialmente por agricultores sem acesso a assistência técnica.

Mendonça *et al.* (2022) levantaram dificuldades no acesso ao crédito para diferentes faixas de renda bruta dos produtores e chegaram às seguintes conclusões: i) o excesso de burocracia como a principal dificuldade apontada pelos produtores em todas as faixas de renda bruta, sendo ligeiramente mais citado pelas faixas de renda mais baixas; ii) as garantias exigidas; e iii) a falta de informação, uma dificuldade importante especialmente na faixa de renda mais baixa. A burocracia, a maior dificuldade apontada pelos produtores, está associada ao fato de o crédito estar condicionado à alienação da terra de propriedade dos produtores como garantia da operação para a liberação do empréstimo, além da exigência de assistência técnica na elaboração do projeto técnico/orçamento. Em muitos bancos e cooperativas, faltam esses profissionais, como o engenheiro agrônomo, responsável pela elaboração e

acompanhamento do empreendimento, o que faz com que as dificuldades na solicitação do crédito já se manifestem logo no início da formulação da proposta.

Buttenberder, Berkmann e Sparemerger (2022) afirmam que os produtores da agricultura familiar do município de São Martinho/RS são ignorados ou marginalizados pelos bancos operadores do crédito rural, inclusive os estatais, que priorizam a população urbana ou dão preferência aos médios e grandes produtores rurais, capazes de movimentar quantias superiores, oferecer garantias reais para as operações e adquirir outros produtos ofertados pelos bancos. Os autores mensuraram a participação da cooperativa de crédito na região entre 2015 e 2019 e destacaram que a estratégia do cooperativismo, com as cooperativas de interação solidária, é um mecanismo efetivo de acesso dos agricultores da agricultura familiar, já que elas favorecem a interação, a gestão e a agilidade na aplicação dos recursos.

Para Vianna (2020), a agricultura familiar tem perdido força. O autor investigou as transformações do espaço rural de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, e concluiu que o território tem sofrido um enfraquecimento das atividades voltadas à agricultura familiar desde o final da década de 1990, devido aos impactos de outras atividades econômicas das regiões vizinhas. Muitos agricultores familiares desistiram da atividade agrícola, apesar de contar com um polo de produção de conhecimento em agropecuária, pesquisa e extensão rural, que apoia os grupos familiares, principalmente devido à presença da UFRRJ.

Ainda sobre a pesquisa de Vianna (2020), foram realizadas entrevistas com agricultores locais nos anos de 2015 e 2016 para analisar o enfraquecimento das associações em Seropédica. O trabalho concluiu que eles não têm incentivos para produzir, o que inclui o crédito. Em um dos relatos, um agricultor local com mais de 28 anos de produção afirmou que o esvaziamento se deve ao “endividamento dos agricultores que perderam suas terras para agiotas” (VIANA, 2017, p. 12), ou seja, para intermediários financeiros que não estão no sistema de crédito nacional formal.

De fato, estatísticas do Censo Agropecuário de 2017 mostraram que o município de Seropédica (RJ) possuía 444 estabelecimentos agropecuários, dos quais 411 eram produtores individuais (IBGE, 2017), mas 96% nunca tiveram acesso a empréstimos e financiamentos. Muitos desses agricultores estão semanalmente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), oferecendo seus produtos na Feira da Agricultura Familiar (FAF-UFRRJ), que busca promover a sinergia entre a comunidade acadêmica e a agricultura familiar no entorno do campus da UFRRJ, gerando renda, inclusão social

e acesso a alimentos produzidos localmente em bases agroecológicas (BILHEIRO; MELLO; MAJEROWICZ; GALDINO; DIAS, 2020).

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, foi utilizada a metodologia quantitativa e, como estratégia de levantamento de dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com todos os produtores da Feira da Agricultura Familiar (FAF) durante o período da pesquisa. Na segunda etapa, a metodologia utilizada foi a qualitativa, com a mesma estratégia de levantamento de dados (entrevista individual), mas sem a aplicação de um questionário específico, a fim de obter informações de maneira mais livre, sem que as respostas estivessem condicionadas a um padrão (MANZINI, 2004).

Na pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, o número de entrevistados não é relevante, pois a finalidade real da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões e diferentes representações sobre o assunto. Para Gaskell (2002), o ponto de partida para a utilização deste método é o pressuposto de que o mundo social é construído por pessoas em suas vidas cotidianas, de modo natural. Assim, a entrevista qualitativa fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e suas situações.

Na primeira etapa, foram aplicados dois questionários, com dez perguntas cada. O primeiro questionário abordou os temas “Educação e Organização Financeira”. Já o segundo questionário teve como foco a “Concessão de Crédito Agrário”. Em todas as vinte perguntas, foram oferecidas três opções de respostas, com o objetivo de coletar estatísticas sobre o conhecimento que os produtores tinham a respeito dos temas.

A primeira etapa foi realizada nos dias 07/06/2023, 21/06/2023 e 28/06/2023, de forma presencial, no local da feira, que funciona todas as quartas-feiras no interior do edifício principal da UFRRJ, em Seropédica. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento para o uso dos dados para fins de pesquisa. Os dados serviram não apenas para a elaboração deste trabalho, mas também como subsídio para a criação de um curso de educação financeira, personalizado para os produtores da FAF.

Entre a primeira e a segunda etapas, foi oferecido o curso “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ” nos dias 12/07/2023, 19/07/2023 e 26/07/2023, todas as quartas-feiras, de forma presencial, após o término da feira, no mesmo edifício da feira, a fim de potencializar a presença dos produtores. Além deles, como convidados principais, o curso foi aberto a toda a comunidade acadêmica.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada exclusivamente com produtores que, em algum momento, recorreram ao sistema financeiro formal para obter

crédito subsidiado. Esses produtores foram identificados tanto na primeira etapa quanto durante a aplicação do curso. O objetivo foi compreender as experiências dos agricultores na obtenção de crédito subsidiado para a agricultura familiar.

Dentre todos os participantes, apenas três haviam procurado uma agência bancária para acessar o crédito subsidiado via PRONAF. Com esses três agricultores, foi realizada uma entrevista qualitativa no dia 21/02/2024, após a aprovação da Comissão de Ética da UFRRJ, por meio da Plataforma Brasil, com parecer número 6.643.678, apresentado no ato da submissão do trabalho à Revista Retratos de Assentamentos.

Resultados e Discussão

Os resultados estão apresentados de seguinte forma: inicialmente são relatados no item 4.1 as estatísticas dos questionários sobre Educação, Organização Financeira e Concessão de Crédito Agrário. Tais dados serviram de subsídio para a preparação e oferta do Projeto de Extensão “Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ”, projeto este disposto no item 4.2. E por fim, no item 4.3, estão apresentadas as análises da pesquisa qualitativa, das entrevistas feitas aos três produtores da FAF, que aconteceram após o término do projeto.

Primeira Etapa: Educação, Organização Financeira e Concessão de Crédito Agrário

Os resultados das 10 perguntas da primeira etapa estão na Tabela 2. Como destaque das respostas, tem-se: na pergunta 1, “Como você autoavalia a sua organização com o dinheiro?”, 50% dos entrevistados se declararam “pouco organizados”; 41,7% se consideraram “bem organizados” e o restante não soube avaliar. O resultado mostra um grupo bastante heterogêneo, pelo menos na autoavaliação. Na pergunta 2, “Como você avalia o orçamento mensal da sua casa?”, observou-se que exatamente metade dos entrevistados consegue poupar todo mês, um número bastante positivo.

Interessante notar na pergunta 3, “Como você autoavalia a sua evolução na organização com o dinheiro desde que iniciou a sua produção agrícola?”, que quase toda a amostra, 91,7%, afirma ter melhorado a organização financeira desde que iniciou a sua produção agrícola. Já na pergunta 4, “Qual o percentual da sua renda advém da sua atividade de produção agrícola?”, a grande maioria (75,0%) tem na produção agrícola a sua principal fonte de renda.

As perguntas seguintes, de número 5 a 9, buscaram entender como os produtores separaram os recursos próprios dos negócios. Na pergunta 5, “Você consegue separar os recursos financeiros pessoais da sua produção agrícola?”, 50,0% afirmaram que não conseguem, embora saibam relativamente bem

discriminar os custos fixos dos custos variáveis das despesas de casa e dos negócios, como mostram as respostas das perguntas 7 e 8. Na pergunta 9, “Entre administrar os recursos pessoais e os da produção agrícola, o que é mais fácil para você?”, os produtores parecem estar bem divididos entre administrar os recursos pessoais e os da produção agrícola, e 23,1% não souberam avaliar.

Por fim, apesar de serem unidos por uma associação, a pergunta 10 revela que os entrevistados demonstram maior facilidade em tomar decisões referentes à produção agrícola de forma individual, em vez de coletiva.

Tabela 2 - Roteiro e Resumo dos Resultados – Parte I.

1. Como você autoavalia a sua organização com o dinheiro?					
41,7%	Bem-organizado(a);	50,0%	Pouco organizado(a);	8,3%	Não sei avaliar.
2. Como você avalia o orçamento mensal da sua casa?					
8,3%	O dinheiro não é suficiente para pagar as contas;	41,7%	Gasto exatamente tudo que ganho;	50,0%	Consigo poupar todo mês.
3. Como você avalia a sua evolução da organização financeira desde que iniciou a produção?					
91,7%	Melhorou;	0,0%	Piorou;	8,3%	Nada mudou.
4. Qual o percentual da sua renda advém da sua atividade de produção agrícola?					
75,0%	Vem toda da produção agrícola;	25,0%	Menos da metade;	0,0%	Não sei avaliar.
5. Você consegue separar os recursos financeiros pessoais da sua produção agrícola?					
33,3%	Sim, de forma satisfatória;	16,7%	Tento, mas sinto que não consigo;	50,0%	Não.
6. Você possui contas bancárias diferentes para uso pessoal da produção agrícola?					
33,3%	Sim;	0,0%	Sim, mesmo assim não consigo separar os recursos;	66,7%	Não.
7. Você diferenciar a proporção entre os seus custos fixos e variáveis da sua vida pessoal?					
75,0%	Os custos fixos são maiores;	8,3%	Os custos variáveis são maiores;	16,7%	Não sei avaliar.
8. Você diferenciar a proporção entre os seus custos fixos e variáveis da sua produção?					
41,7%	Os custos fixos são maiores;	41,7%	Os custos variáveis são maiores;	16,7%	Não sei avaliar.
9. Entre administrar os recursos pessoais e da produção agrícola, o que é mais fácil para você?					
38,5%	Administrar os recursos pessoais;	38,5%	Administrar do meu empreendimento;	23,1%	Não sei avaliar.
10. O que é mais fácil quanto a tomada de decisões quanto à sua produção agrícola?					
76,9%	Tomar decisões individuais;	23,1%	Tomar decisões da cooperativa;	0,0%	Não sei avaliar.

Fonte: Os Autores.

não ter interesse por acreditarem que não precisam ou por falta de tempo. Os demais mostraram bastante interesse e entusiasmo. No entanto, a frequência dos produtores do curso foi bem abaixo do esperado.

Tabela 3 - Roteiro e Resumo dos Resultados – Parte II.

11. Você já recorreu a alguma instituição financeira para contrair algum empréstimo?					
8,3%	Sim, sempre;	25,0%	Sim, ocasionalmente;	66,7%	Não.
12. Se a resposta a questão anterior foi "sim", qual foi a finalidade do empréstimo?					
40,0%	Sim, para uso pessoal;	60,0%	Sim, para uso nos negócios;	0,0%	Não faço distinção.
13. Você já contraiu empréstimo por uma “instituição” não bancária?					
0,0%	Sim, sempre;	0,0%	Sim, ocasionalmente;	100,0%	Não.
14. Neste momento, você tem alguma dívida?					
46,2%	Não;	38,5%	Sim, com o banco;	15,4%	Sim, com amigos/familiares.
15. Se sim, você avalia que tem a dívida sob controle?					
100,0%	Sim;	0,0%	Não;	0,0%	Não sei avaliar.
16. Se você conseguisse um empréstimo hoje de R\$ 10 mil, você sabe o que faria?					
0,0%	Sim, para uso pessoal ou do meu empreendimento;	55,6%	Sim, apenas para um dos dois;	44,4%	Não pegaria empréstimo.
17. Você já conhece o PRONAF?					
58,3%	Sim;	33,3%	Já ouvi falar, mas não conheço bem.	8,3%	Não.
18. Você conhece a taxa de juros chamada SELIC?					
33,3%	Sim;	41,7%	Já ouvi falar, mas não conheço bem.	25,0%	Não.
19. Você já buscou ajuda / orientação financeira para se organizar?					
8,3%	Sim, através de material em livros/internet;	50,0%	Sim, através de amigos/familiares/Ouros;	41,7%	Não.
20. Você tem interesse em participar de um minicurso de Educação Financeira?					
58,3%	Sim, acho que vai ajudar;	25,0%	Talvez;	16,7%	Não.

Fonte: Os Autores.

Desta primeira etapa da pesquisa é possível concluir que se trata de um grupo heterogêneo quando o tema é educação e organização financeira. A maior dificuldade do grupo é separar os recursos pessoais dos recursos do empreendimento, o que é perfeitamente coerente, dado que se trata de agricultura familiar e que a grande maioria tem na produção agrícola, a fonte de renda principal. Apesar disso, os agricultores, de uma forma geral, têm ótimos indicadores: são poupadores e os poucos que têm dívidas, as consideram sob controle.

A pouca busca por crédito pela maioria dos produtores também explica o porquê apenas um pouco mais da metade conhece o PRONAF e da taxa de juros SELIC. Quase a metade nunca buscou orientação financeira e por isso, embora eles sejam assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, que dentre outros, os orienta sobre concessão de crédito, um curso de educação financeira certamente poderia ajudá-los na organização e trato com o dinheiro, possibilitando mostrar-lhes as informações completas sobre a disponibilidade de obter-se crédito bancários com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar, caso eles precisem para impulsionar a produção.

O Projeto de Extensão: construção e realização

O objetivo geral do Projeto de Extensão foi instruir o grupo de produtores rurais do município de Seropédica que atuam na FAF sobre educação financeira e crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar, caso precisem para impulsionar a atividade agroecológica. Pela Associação da FAF, há aproximadamente quarenta associados. No entanto, no período desta pesquisa, menos da metade frequentava a feira.

Os objetivos específicos do Projeto de Extensão foram: i) Entender a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre o tema “concessão de crédito via sistema financeiro nacional para a agricultura”; ii) Apresentar as linhas de crédito disponíveis no sistema financeiro nacional para a agricultura familiar que se adequem ao tamanho da necessidade dos produtores rurais, caso precisem para impulsionar a atividade; iii) Orientar os produtores sobre a necessidade e o uso consciente e produtivo do empréstimo, através de consultorias dadas pelos professores e estudantes da pós-graduação em Economia; e iv) Intermediar os produtores que receberam o curso e a consultoria ao sistema financeiro, por meio de parceria com a agência do Banco do Brasil situada dentro da UFRRJ e outras cooperativas de crédito rural locais.

Todos os produtores participantes do projeto têm: apoio da EMATER local, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e atuam na Feira de Agricultura Familiar da UFRRJ.

A expectativa era que os produtores adquirissem a capacidade de administrar seus próprios recursos financeiros provenientes da comercialização de seus produtos e, caso necessário, tivessem informações completas sobre a disponibilidade de obter crédito bancário com condições subsidiadas pelo Governo para a agricultura familiar. O curso foi desenhado em 4 etapas, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Etapas do Educação Financeira para Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ.



Fonte: Os Autores.

Passadas às três primeiras etapas, isto é, coleta de dados, tratamento deles e a confecção do curso, desenvolvimento pelo departamento de Economia da UFRRJ de Seropédica, e oferecido depois de uma ampla divulgação, feito por meio eletrônico (em redes sociais da UFRRJ), e de forma física, quando foram impressos os convites abaixo, ilustrados na Figura 3³. O convite da esquerda foi o principal, onde mostrava todos os dias, horário e local do curso. O convite da direita foi feito exclusivamente para o dia 26/07/2023, onde foi ofertado uma mesa redonda com os principais agentes de crédito locais, a saber: o Banco do Brasil, o banco Sicoob e a EMATER, que facilita a documentação para os agricultores adquirirem crédito no sistema financeiro.

³Os nomes dos convidados foram omitidos no ato da submissão à Revista Retratos de Assentamentos

Figura 3 - Convites para o Projeto de Extensão.



Fonte: Os Autores.

Como resultado do projeto de extensão, tem-se que a participação dos produtores foi bem abaixo do esperado. A ausência da grande maioria foi justificada pelo “cansaço”, dado que eles acordam muito cedo, e pelo “excesso de compromissos”. O dia com maior frequência foi o da mesa-redonda, que contou com o presidente da associação da FAF e outros agricultores, além da comunidade acadêmica composta por alunos de diversos cursos de graduação, pós-graduação, técnicos administrativos e professores.

Especialmente sobre a mesa-redonda, os agentes locais de crédito foram convidados a responder à pergunta: “Quais são os pré-requisitos para o produtor obter um crédito via PRONAF?”. Aqui, os presentes ouviram as apresentações dos convidados, expuseram as suas principais queixas e tiraram suas dúvidas. A participação dos produtores, embora pequena, foi decisiva para a continuidade da pesquisa, dados os relatos de dificuldades em acessar o crédito bancário.

Segunda Etapa: Fragilidades do Crédito Subsidiado para a Agricultura Familiar

Foram selecionados três produtores, identificados como Agente de Pesquisa A, B e C. Os anos que cada um dedica à produção agrícola e a finalidade do crédito está no Quadro 4. Os três têm em comum o fato de terem buscado o setor bancário para acessar o PRONAF e não terem tido êxito.

Quadro 4 - Resumo da Pesquisa.

Produtor	Anos Produzindo	Finalidade do Crédito
Agente de Pesquisa A (APA)	40	Trator
Agente de Pesquisa B (APB)	23	Custeio
Agente de Pesquisa C (APC)	14	Trator

Fonte: Elaboração própria.

O APA é produtor há 40 anos, e suas últimas duas tentativas de obtenção de crédito foram em 2017 e 2019, na agência do Banco do Brasil que funciona dentro da Universidade, no mesmo prédio onde a feira acontece. Em ambas as tentativas, o agricultor não teve sucesso. Em seu relato, ele disse que sempre foi muito bem recebido na agência bancária, mas que, na sua primeira visita, teve a percepção de que a instituição não estava preparada para atender os agricultores de Seropédica, cuja produção é baseada em frutas e hortaliças. Ele foi atendido por um agente de crédito que já havia trabalhado com crédito agrário no Estado de Minas Gerais e explicou sobre o crédito destinado à produção bovina e à cultura do café. Depois de ouvir o agente de crédito, ele apresentou todas as informações que possuía sobre sua produção, inclusive a então Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), que foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) em 2022. Ele apresentou todos os certificados de produtor e a comprovação de que a própria prefeitura compra seus produtos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a barreira que impediu a concessão do crédito foi o fato de não possuir os documentos que comprovam que a terra onde ele produz está em seu nome. Isso o fez questionar: “Então, não sou produtor?”.

A barreira que impediu o APA de conseguir o crédito foi a mesma enfrentada pelos produtores APB e APC. O segundo produtor entrevistado, que produz há 23 anos, buscou a mesma agência do Banco do Brasil em 2019 para conseguir R\$ 2.000,00 para custeio, com o objetivo de pagar a mão de obra que o auxiliasse na colheita, mas não obteve sucesso por também não possuir os documentos da terra onde trabalha. O APC, um jovem de 22 anos, também procurou uma agência do Banco do Brasil, mas no município de Paracambi-RJ. A demanda dele e do irmão, que também é produtor, era para financiar uma máquina agrícola. Eles também não têm os documentos da terra que pertencia ao falecido avô, que também era produtor.

Os agricultores têm ciência da necessidade de regularizar as terras, e dois deles, o APA e o APB, estão inseridos no projeto em parceria com a UFRRJ e o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem como objetivo a regularização fundiária.

Quanto à obtenção de um trator para facilitar a produção, eles buscam alternativas, alugando um quando necessário, o que acaba aumentando muito os custos de produção. Os três também têm conhecimento de que a prefeitura pode fornecer uma máquina, mas que, na prática, eles apenas são cadastrados para receber o benefício do programa, porém o trator nunca chega.

Uma alternativa poderia ser utilizar os recursos do fundo que a FAF possui, mas os produtores alegam que esse fundo não é muito grande e é usado basicamente para adquirir as tendas utilizadas na feira. Além disso, o APB mencionou que os agricultores produzem em diferentes municípios, o que inviabiliza a locomoção do trator pelas vias rodoviárias. Eles teriam que pagar um caminhão para transportar o trator, aumentando ainda mais os custos de produção.

Conclusões

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia rural e no abastecimento alimentar do Brasil, justificando o apoio de políticas públicas, como o PRONAF, que oferecem crédito subsidiado. Este estudo, derivado de um Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), buscou não apenas educação financeira como meio de fortalecer a autonomia econômica dos produtores, mas também investigar as fragilidades do crédito subsidiado para agricultores familiares.

A pesquisa foi conduzida em duas etapas, empregando metodologias quantitativas e qualitativas. A primeira etapa revelou um grupo de agricultores familiares heterogêneo em relação ao conhecimento financeiro, destacando tanto a falta de familiaridade com o crédito subsidiado quanto a relativa disciplina na gestão de dívidas pessoais e empresariais. Esse dado reforça a importância do curso de educação financeira oferecido, pois, embora alguns produtores estejam familiarizados com práticas financeiras básicas, a maioria desconhece o potencial dos recursos financeiros disponíveis no sistema formal de crédito.

Na segunda etapa, as entrevistas qualitativas com os agricultores que buscaram o crédito subsidiado evidenciaram obstáculos práticos, principalmente a dificuldade de atender aos requisitos de garantias exigidos pelos bancos. Esse ponto sugere que, apesar da relevância do PRONAF, a burocracia e as exigências de documentação, como a comprovação de posse da terra, ainda representam grandes barreiras para os pequenos produtores. Adicionalmente, a falta de preparo de alguns agentes bancários, que muitas vezes desconhecem as especificidades da agricultura familiar, dificulta ainda mais o acesso ao crédito.

Os resultados indicam que, para que o PRONAF seja realmente acessível e eficaz, é necessário não apenas revisar os requisitos de concessão de crédito,

tornando-os mais alinhados às realidades dos agricultores familiares, mas também capacitar os agentes bancários para que compreendam melhor as demandas desse grupo. Além disso, a continuidade e expansão de programas de educação financeira podem melhorar significativamente a autonomia dos agricultores na gestão de recursos, incentivando uma cultura de planejamento financeiro e a busca por investimentos estratégicos.

As limitações deste trabalho podem ser identificadas em diferentes aspectos, como o tamanho da amostra e o curto período da pesquisa. No entanto, essas limitações não invalidam os resultados do estudo. Futuramente, recomenda-se a realização de estudos que acompanhem os impactos de longo prazo dos cursos de educação financeira no comportamento financeiro dos agricultores e a criação de parcerias para desenvolver linhas de crédito personalizadas. Dessa forma, será possível transformar o crédito subsidiado em um verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

Agradecimentos

Aos Produtoras e Produtores Rurais da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ.

À UFRRJ pelo seu essencial compromisso com os projetos de extensão dedicados aos produtores rurais, promovendo uma valiosa interdisciplinaridade entre os diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação.

E, por fim, a toda a comunidade acadêmica e sociedade que participaram, direta ou indiretamente, do Projeto.

Referências

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para discussão IPEA (No. 2412) 2018.

BACCARIN, J. G.; DE OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021.

BELIK, W.. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. **Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada IPEA**, 2015.

BILHEIRO, L. C. R.; MELLO, G. A. B.; MAJEROWICZ, N.; GALDINO, D. D. A. Feira da agricultura familiar na UFRRJ: resgate da cultura local, diversidade alimentar e produtiva. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

BRASIL. **Casa Civil da Presidência da República**. (2006). Lei nº 11326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e

Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado em 6 de junho de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e Crédito Rural da Agricultura Familiar como Fomento ao Desenvolvimento Sustentável: um estudo de uma cooperativa de interação solidária. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 330–347, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26il.26936.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; SCHNEIDER, S.. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 48-67, 2020.

CHADDAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Relações contratuais de crédito agrícola e o papel dos agentes financeiros privados: teoria e evidências dos EUA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, p. 29-52, 2003.

CNA - Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil. Guia do Crédito Rural. 2018. **Guia do Crédito Rural**. Acesso em 18 de outubro de 2023. Disponível em <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/guia-do-credito-rural>

FIANI, R. Teoria dos custos de transação. In KUPFER, D.; HASENCVLEVER, L. (Orgs). **Economia Industrial Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, cap.3.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo **agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 58-59, 2004.

MENDONÇA, L. B.; FRATA, L. H.; CARDOSO, R. C.; ISIDORO, C. P. F.; IKEFUTI, C. V. Crédito rural e agricultura familiar: sua importância para o desenvolvimento do setor agrícola: Rural credit and family agriculture: their importance for the development of the agricultural sector. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 1431–1446, 2022. DOI: 10.34140/bjbv4n3-024.

PRETTO, J. M.; HORN, C. H. V. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **Colóquio (Taquara): revista das Faculdades de Taquara**. Vol. 17, no. 1 (jan./mar. 2020), p. 35-39, 2020.

SANTANA, G. R.; DA SILVA ANDRADE, H. M. L.; ANDRADE, L. P. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 55-72, 2023.

SANTOS, C.A. dos. **Produção de brássicas na Região Serrana do Rio de Janeiro: relação entre atributos de solo, práticas de manejo, hérnia das crucíferas e contaminação por metais**. 2020. 104p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. da S. **Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília - Rio de Janeiro: Ipea. 2022.

TENCHINI, F. P.; FREITAS, C. O. (2024). Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 62(2), e266755. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266755>

VARIAN, Hal. **Microeconomia princípios básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VIANNA, M. A. **A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária**. Tese de Doutorado, PPGECTIA/UFRRJ. Seropédica, 2017.



A reiteration permanente do modelo predatório do agronegócio brasileiro: o caso dos agrotóxicos

Frederico Daia Firmiano^{1*}
Maria Eduarda Moreira de Almeida¹
Laura Giordano Galassi¹
May Azevedo Lopes¹
Manoela Mendonça de Lima¹

Resumo: Neste artigo, temos por objetivo analisar a conjuntura agrária brasileira, a partir do processo de aceleração da liberação e consumo de agrotóxicos, como parte do que pode ser chamado de reiteration permanente do modelo predatório dos agronegócios. Visamos perscrutar, ainda que de forma breve, o processo de emergência deste modelo no país. Abordamos aspectos políticos e econômicos da conjuntura agrária brasileira recente, com foco no atual governo do PT. Ainda, discutimos parte da literatura que tem abordado os impactos dos agrotóxicos para o meio ambiente e para a saúde humana e, por fim, abordamos o processo de liberação dos agrotóxicos no Brasil na última década, com especial atenção ao período de 2019 a 2023, que vai do governo Bolsonaro ao primeiro ano de governo Lula-Alckmin. Metodologicamente, trata-se de uma análise de conjuntura como um tipo de pesquisa interdisciplinar que visa à identificação de tendências e forças operantes na sociedade, articulada à análise histórico-crítica, mobilizando dados e informações secundárias como evidência empírica.

Palavras-chave: Agronegócios; Agrotóxicos; PL do Veneno; Conjuntura agrária; Governo Lula-Alckmin.

The permanent reiteration of the predatory model of Brazilian agribusiness: the case of pesticides

Abstract: The aim of this article is to analyze the Brazilian agrarian situation, based on the process of accelerating the release and consumption of pesticides, as part of what can be called the permanent reiteration of the predatory agribusiness model. We aim to examine, although briefly, the process of this model's emergence in the country. We address political and economic aspects of the recent Brazilian agrarian situation, with a focus on the current current government, run by the Workers' Party of Brazil. We also discuss some of the literature that has addressed the impacts of pesticides on the environment and human health and, finally, we look at the process of releasing pesticides in Brazil over the last decade, with special attention to the period from 2019 to 2023, which goes from the Bolsonaro government to the first year of the Lula-Alckmin government. Methodologically, this is a conjuncture analysis as a type of interdisciplinary research that aims to identify trends and forces operating in society, articulated with historical-critical analysis, mobilizing secondary data and information as empirical evidence.

Keywords: Agribusiness; Agrototoxic; Law Draft of Poison; Agrarian conjuncture; Lula-Alckmin government.

¹Universidade Estadual Paulista- UNESP, Brasil. *Autor correspondente: f.firmiano@unesp.br

Introdução

Em 7 de abril de 2011, dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde, foi lançada no Brasil a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a partir da articulação de um conjunto amplo de organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades estudantis e sindicais, entidades ligadas à ciência, dentre tantas outras, sob a avaliação de que os agrotóxicos simbolizavam o padrão destrutivo imposto pelo capital transnacional, apátrida, financeirizado no campo, ao controlar a produção e o comércio das mercadorias agrícolas, conformando um sistema agroalimentar internacional baseado na monocultura e no monopólio dos recursos naturais e ecológicos com sérios impactos negativos para a saúde humana e para o meio ambiente, ou, em outros, implicando de forma destrutiva a relação ser social e natureza².

A partir de dados do Ibama, a Campanha revelou que, em 2022, haviam sido comercializadas 800 mil toneladas de ativos de agrotóxicos no país. Em 2017, o Censo Agropecuário, também citado pela Campanha, indicava que 1.816.144 estabelecimentos agrícolas utilizavam agrotóxicos. Em 2019, foram registrados 8.412 intoxicações, ou um aumento de 109% entre 2010 e 2019³.

Em 2024, o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) publicou o terceiro volume da série de estudos que vem realizando sob o título “Tem veneno nesse pacote”, a fim de avaliar a presença de agrotóxicos em produtos alimentícios ultraprocessados. Foram selecionadas amostras de 24 produtos, de 8 categorias, entre aqueles mais consumidos no Brasil, como macarrão instantâneo, biscoito a base de maisena e presunto, dentre outros com apelo infantil, como bebidas lácteas, bolos prontos, hambúrgueres, empanados à base de plantas (os chamados plant-based). No total, 12 produtos - entre os 24 - apresentaram resíduos de agrotóxicos, sendo que em 7 amostras foi encontrado o glifosato (agrotóxico herbicida mais vendido no mundo). Os biscoitos de maisena foram os que mais apresentaram resíduos de agrotóxicos, seguidos por hambúrgueres à base de plantas, macarrão instantâneo e bolo de chocolate (IDEC, 2024).

A despeito dos mais diversos alertas acerca dos riscos e impactos de sua utilização – como veremos mais adiante -, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), quando o país conviveu, institucionalmente, com os quadros mais conservantistas do agro brasileiro, desde a redemocratização (Cf. FIRMIANO, 2020), foram liberados 2.182 agrotóxicos⁴. Mais recentemente, continua chamando a atenção o conjunto de notícias da imprensa sobre a liberação destes produtos no Brasil durante o primeiro ano de governo Lula-Alckmin, na presença de importantes modificações no plano institucional, no que se refere à “governança” dos agronegócios no país, nomeadamente, a política

² Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/quem-somos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

³ Cf. <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

⁴ Cf. <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>. Acesso em 23 mai. 2024.

de flexibilização dos agrotóxicos representada, especialmente – mas não exclusivamente – pelo assim chamado “PL do Veneno” ora aprovado no Congresso Nacional.

Nesta comunicação, temos por objetivo analisar a conjuntura agrária brasileira, a partir do processo de aceleração da liberação e consumo de agrotóxicos, como parte do que pode ser chamado de reiteração permanente do modelo predatório dos agronegócios. Na primeira parte do trabalho, visamos perscrutar, ainda que de forma breve, o processo de emergência deste modelo no país. Abordamos, ainda, aspectos políticos e econômicos da conjuntura agrária brasileira recente, com foco no atual governo do PT. Em seguida, discutimos parte da literatura que tem abordado os impactos dos agrotóxicos para o meio ambiente e para a saúde humana e, por fim, abordamos o processo de liberação dos agrotóxicos no Brasil na última década, com especial atenção ao período de 2019 a 2023, ou do governo Bolsonaro ao primeiro ano de governo Lula-Alckmin.

Metodologicamente, trata-se de uma análise conjuntura como um tipo de pesquisa interdisciplinar que visa à identificação de tendências e forças operantes na sociedade, articulada à análise histórico-crítica, mobilizando dados e informações secundárias como evidenciação empírica.

Do “golpe verde” aos agronegócios no Brasil

A revolução verde é o processo de “modernização” que alterou profundamente o cenário do campo e das relações de trabalho rural no Brasil e no mundo, a partir da segunda metade do século XX. A economia política desse processo, chamado de “golpe verde” por Novaes (2017), baseou-se em um rompimento com o modo produtivo tradicional da atividade agrícola que, pelas vias do investimento de capitais, sobretudo de fora, possibilitou a modernização e a mecanização dessa atividade, integrando a base técnica da agricultura à indústria, com a falsa promessa de acabar com a fome mundial, a despeito dos objetivos de aumento da produção de alimentos e matérias-primas, em detrimento da reforma agrária. Entretanto, além da não realização dessa promessa, no Brasil, foi um período marcado pelo aumento da concentração fundiária; intenso êxodo rural; modificação genética de sementes e, portanto, na redução no número de espécies cultivadas e na expansão da monocultura; pelo desmatamento e degradação de biomas naturais e biodiversidade; pela criação e dependência de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e pelo aumento de emissões de gases do efeito estufa.

Pelo menos desde Liebig, o grande químico alemão, quem descobriu que as plantas precisavam de elementos minerais para atingirem o melhor potencial de crescimento e produção, e a emergência da indústria dos fertilizantes, as

instituições de ensino e pesquisa foram gradativamente aderindo ao modelo da “revolução verde”, formando agrônomos, pesquisadores, especialistas e outros profissionais dentro dessa filosofia. Nesse contexto, o “golpe verde”, objetivando o aumento da produção agropecuária, aderiu a tecnologias que fomentaram a industrialização da agricultura brasileira, de forma que a mecanização agrícola, os insumos petroquímicos, as plantas e sementes híbridas e transgênicas e as empresas agroindustriais tornaram-se componentes essenciais para o espaço agrário em transformação.

Conforme Novaes (2017), o golpe verde foi elaborado a partir da pesquisa agropecuária, da concessão de crédito rural subsidiado e da assistência técnica. Dessa forma, algumas políticas foram promovidas para que ela se consolidasse, tais como planos de aquisição de insumos químicos e terras e a desoneração tributária de impostos para agrotóxicos e outros insumos agropecuários - práticas que persistem até hoje e que, conseqüentemente, desestruturaram e continuam a desestruturar as lógicas econômicas e organizativas tradicionais, como comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, entre outras. Mais precisamente, os agrotóxicos passaram a ser utilizados de forma sistemática nos EUA, a partir da década de 1950, no Brasil, chegam na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), ganhando impulso na década seguinte, sob a vinculação entre a concessão de créditos e a utilização dos “defensivos agrícolas”. Sua adoção legal, no entanto, ocorreu apenas em 1989, com a Lei no. 7.802, regulamentada pelo Decreto no. 4.074, de 2022.

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos e inovações na agricultura e a biotecnologia moderna ocasionados pelo “golpe verde” abriram as portas para que as corporações agroindustriais estabelecessem uma estrutura de poder e dominação no meio rural, fazendo com que o trabalho dos produtores rurais se torne intimamente submetido às exigências das empresas agrocomerciais, cada vez mais consolidadas em um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas “trading companies”, desde a produção de insumos até a distribuição e comercialização dos produtos finais. Essas corporações transnacionais, como denominado por Mészáros (2009), possuem um controle que lhes permite influenciar políticas públicas, normas regulatórias e práticas agrícolas em diversos países, que caminham na contramão dos interesses da assim chamada agricultura camponesa. A Bayer, a Basf e a Dow são algumas dessas grandes corporações que controlam o mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos no Brasil.

Legatário das transformações ocorridas no campo brasileiro, sob o influxo da ditadura civil-militar (1964-1985), da modernização conservadora do campo, da integração da base técnica da agricultura com a indústria, da formação dos complexos agroindustriais (CAIS), dos programas de colonização das regiões

Centro-Oeste e Norte, da formação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), da preservação de uma estrutura fundiária altamente concentrada, do forte êxodo rural, dentre outros aspectos, o agronegócio emerge no país já no contexto da reestruturação produtiva do capital e da implementação das políticas neoliberais, nos anos 1990, como expressão do que Mészáros (2009) chamou de crise estrutural do capital (FIRMIANO, 2016).

Conforme afirmou Delgado (2010), foi no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso que houve o que o economista chamou de “relançamento do agronegócio”, a partir de um conjunto de iniciativas convergentes, tais como (a) investimentos em infraestrutura; (b) direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária para as empresas transnacionais, via Embrapa; (c) frouxidão na regulação do mercado de terras; (d) exercício de uma política cambial favorável a competitividade dos agronegócios. Isto, vale lembrar, num contexto de expansão das grandes transnacionais do agronegócio, por meio de aquisições de ativos existentes e novos investimentos, que lhes permitiu o controle de setores estratégicos das cadeias de produção do setor agropecuário (BENETTI, 2004) – além de sua organização política, com a criação, em 1994, da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), dentre um conjunto de organizações patronais do setor agrícola e agropecuária que já atuavam politicamente no país.

Sob o comando do capital financeiro, emerge uma concepção sistêmica de agronegócios como um complexo que vai muito além das atividades produtivas no interior da propriedade rural (ou “dentro da porteira”), incluindo atividades de distribuição de suprimentos, armazenamento, processamento e manufatura, que articula uma complexa rede de agrosserviços, constituindo novos ramos e cadeias no complexo produtivo agropecuário.

Esta complexa articulação de capitais, representada pela instalação de segmentos industriais, agroindustriais, fábricas de fertilizantes [e agrotóxicos], máquinas agrícolas, serviços, pela comercialização, armazenagem, assistência técnica, produção agrícola e agropecuária, expandiu substantivamente os agronegócios ao longo dos anos 2000, tanto no que concerne a sua territorialização nas regiões mais dinâmicas do País, e naquelas onde há espaço para ampliação da fronteira agrícola, quanto monopolizando os territórios da produção agropecuária por meio do comando direto e indireto do processo produtivo (...) [e] nem mesmo as unidades familiares de produção agrícola e não-agrícola escaparam a este processo (FIRMIANO, 2016, p. 56).

O complexo dos agronegócios constituem-se, pois, como um pilar fundamental da configuração da economia nacional – e da política brasileira – no contexto de formação da nova divisão internacional do trabalho, decorrente do

ajuste estrutural do capitalismo global, onde o Brasil passou desempenhar um importante papel como grande fornecedor de commodities na presença de sua conversão em plataforma de valorização financeira para o capital transnacional. De tal forma que, daí por diante, não houve governo cujo bloco de forças não fosse constituído pela totalidade ou por parte dos setores dos agronegócios.

A conjuntura agrária e o bloco de forças agro do governo Lula-Alckmin

O pleito eleitoral de 2022, que alçou Lula da Silva ao terceiro mandato presidencial, tratou-se de uma disputa política travada em meio a emergência e consolidação da extrema-direita no país – processo que remonta, pelo menos, às mobilizações de junho de 2013, passando pela crise econômica, política e social que emerge a partir de 2014, o golpe institucional contra Dilma Rousseff, a prisão do atual presidente como resultado do lavajatismo⁵, o governo ultraneoliberal de Michel Temer e suas contra reformas que subtraíram direitos fundamentais da classe do trabalho, da eleição de Jair Bolsonaro (como síntese desse movimento) e das consequências da pandemia da Covid-19.

O que se viu na referida eleição foi a formação de uma ampla frente em torno da candidatura Lula-Alckmin sob o argumento geral das esquerdas de que era necessário “derrotar o fascismo” e “defender a democracia”⁶. Frente ampla, categoria aqui assumida por falta de outra melhor, formada por importantes setores das esquerdas, a exemplo das forças que compõem a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, e setores da direita não identificados ao fascismo. É certo que podemos argumentar com segurança que todos os blocos de força que sustentaram os governos do PT foram constituídos por setores da burguesia (OLIVEIRA, 2010), mas na atual conjuntura, a identificação, ou não, à extrema-direita concorreu como forte componente do apoio a determinado candidato além, é claro, das possibilidades de ganhos desses setores do capital com tal ou qual candidatura.

⁵ Em 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato para investigar crimes financeiros e desvios de recursos públicos, envolvendo doleiros e proprietários de postos de combustíveis, evoluindo para a investigação de casos de corrupção no âmbito da Petrobrás. Passou, então, a envolver empresas do setor de construção civil, dos agronegócios e a quase totalidade dos partidos políticos brasileiros. Rapidamente, no contexto de avanço da extrema direita no país, ganhou a espetacularização midiática, com a promessa de limpeza moral da política brasileira. Capitaneada pelo juiz titular de primeira instância da 14ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que mais tarde se tornaria Ministro da Justiça do governo Bolsonaro (2019-2022), o lavajatismo operou o indiciamento, prisão de dezenas de políticos e servidores públicos de distintos escalões, com especial destaque para a prisão arbitrária de Lula da Silva, que abriu o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro – não sem promover um quase desmonte da Petrobrás.

⁶ Vide os diversos manifestos públicos em apoio à candidatura Lula-Alckmin, cujo teor, a despeito das nuances, gravitaram em torno do argumento da necessidade de derrotar o fascismo. Alguns exemplo: Manifesto dos Juristas, profissionais e estudantes de Direito, Manifesto dos Artistas, Manifesto de Apoio à Democracia, Manifesto da Coalizão Negra por Direitos, para mencionar apenas alguns poucos. Certamente, não se pode desconsiderar nesta análise o movimento concreto de tentativas de ruptura democrática, cujo ápice, dentre um conjunto de eventos importantes que não cabe nesta breve nota, ocorreu em 8 de janeiro de 2023, com uma série de invasões do Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, vandalismos e depredações do patrimônio público por milhares de bolsonaristas e militantes de extrema direita.

O agronegócio mostrou-se empenhado na reeleição de Jair Bolsonaro, cujos setores mais importantes integraram o governo, que contou, ainda, com importantíssimo alinhamento da bancada ruralista. Entre as entidades do setor, os presidentes da Aprosoja Brasil, CNA e Aliança Internacional do Milho (Maizall) não apenas declararam voto, como destinaram recursos financeiros volumosos para a campanha de Bolsonaro. Além disso, dentre os 20 principais financiadores individuais de sua campanha, 7 são ligados ao setor, dentre os quais, o pecuarista Hugo de Carvalho Ribeiro (cunhado de Blairo Maggi, que teria apoiado Lula); Cornélio Adriano Sanders, fundador do grupo Progresso (de produção de soja e milho, dentre outros); Oscar Luiz Cervi, fazendeiro e produtor de soja, milho e algodão; Odílio Balbinotti Filho, presidente do Grupo Atto Sementes; Darsi Fritzen, da Agro Fritzen; o agropecuarista Celso Gomes dos Santos; Gilson Trennepohl, acionista da Stara, fabricante de máquinas agrícolas, para mencionar apenas alguns. Inúmeros sindicatos rurais, entidades regionais e grupos de produtores capilarizaram o apoio à Bolsonaro, garantindo sua expressiva votação, particularmente, em municípios de economia agropecuária.⁷ Mesmo depois do pleito, os setores mais conservantistas do agronegócio brasileiro, seguiram engrossando as fileiras do bolsonarismo, frequentemente tensionando o governo Lula-Alckmin.

De acordo com a imprensa, a bancada ruralista avalia que a relação com o governo Lula é de “contenção de danos”, a despeito da orfandade de Bolsonaro, de seus setores mais tradicionais. São esses setores, da chamada “porteira para dentro” os mais antipetistas e vinculados de forma mais visceral ao bolsonarismo e os que dispõem de cerca de metade do Congresso Nacional em sua representação. Já a agroindústria e a cadeia de insumos, serviços e distribuição (“da porteira para fora”), historicamente representada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) – e que detém a maior parte do faturamento do setor – e esteve associada ao projeto político do PSDB, com sua pulverização, tende a um diálogo mais aberto com o atual governo. Neste, cumpre destacar a atual de Geraldo Alckmin, capitaneando tais setores para o governo⁸. Foi pelas mãos de Alckmin, junto de Aloízio Mercadante (atual presidente do BNDES), e suas articulações com Neri Geller (ex-ministro da Agricultura), e com o empresário ligado a Blairo Maggi, Carlos Augustin, que Carlos Fávaro alcançou o posto mais alto do MAPA, inclusive, tornando Augustin seu assessor especial⁹.

⁷ Bolsonaro ou Lula? Veja quem os empresários do agronegócio apoiam. Portal Valor Econômico. 21/10/2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/21/bolsonaro-ou-lula-veja-quem-os-empresarios-do-agronegocio-apoiam.ghtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

⁸ Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

⁹ Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

Após mais de um ano de governo Lula-Alckmin, o Planalto vem enredando muitos esforços no sentido de convergir com os interesses dos agronegócios, lutando para “penetrar no agro e desbolsonarizá-lo”, com destaque para as novas regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) e da Reforma Tributária, que incorporaram as pautas da bancada ruralista, o Programa Combustível do Futuro, que visa estimular a produção de “combustíveis sustentáveis”, de baixa intensidade de carbono, apoiando a produção agrícola destinada para tal, a exemplo da cana-de-açúcar e produção de etanol, a abertura de 37 novos mercados, em 19 países, de 4 continentes, e os Planos Safra¹⁰. Em junho de 2023, por ocasião do lançamento do Plano Safra 2023/2024, em Brasília, Lula sinalizou ao agronegócio, afirmando: “se enganam aqueles que pensam que o governo vai fazer mais ou menos porque tem problemas com o agronegócio brasileiro”¹¹ - o que foi respondido pelo deputado Evair de Melo, do PP-ES, que disse: “o agro não está à venda, não é o dinheiro que irá consertar as feridas abertas com as ofensas do presidente...”¹².

O Plano Safra 2023/2024, anunciado em meados de 2023, destinou R\$ 435,8 bilhões para o setor, entre linhas de crédito para investimentos, custeio e capital de giro, o que representou cerca de 27% de incremento com relação ao ano anterior e o maior valor já concedido para o setor em toda a história. De acordo com o Ministro do MAPA, em participação na importante feira agropecuária Agrishow, em abril de 2024, em Ribeirão Preto: “[...] a expectativa é que a gente consiga, e já é determinação do presidente Lula, que o Plano Safra (2024/2025) seja de novo recorde, seja maior[...]”¹³.

Apesar disso, conforme afirmou Carlos Fávaro, em participação no programa Roda Vida, da TV Cultura, os agronegócios relutam apoiar o governo por, basicamente, 6 razões: (a) o suposto fato de que Lula não teria aceitado o apoio dado pelo agronegócio à Jair Bolsonaro nas eleições de 2022; (b) as modificações feitas por Lula no Ministério da Agricultura, entre elas: a perda do controle do setor sobre o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR), que cuida da regularização fundiária (deslocada, inicialmente, para o Ministério do Meio Ambiente e, após a insurgência da bancada ruralista no Congresso, para o Ministério da Gestão, comandado por Esther Dweck); a realocação da

¹⁰ Agro se move entre bolsonarismo, orfandade na centro-direita e desconfiança com Lula. Portal Folha de São Paulo. 16/09/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/agro-se-move-entre-bolsonarismo-orfandade-na-centro-direita-e-desconfianca-com-lula.shtml>. Acesso em 23 Mai. 2024.

¹¹ Se engana quem diz que penso diferente do agro, diz Lula. Portal Poder 360. 27/06/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/e-engano-achar-que-tenho-diferencas-ideologicas-com-o-agro-diz-lula/>. Acesso em 23 Mai. 2024.

¹² ‘O agro não está à venda, diz liderança da bancada ruralista, após Lula anunciar o Plano Safra’. Portal Carta Capital. 27/06/2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-agro-nao-esta-a-venda-diz-lideranca-da-bancada-ruralista-apos-lula-anunciar-o-plano-safra/>. Acesso em 23 Mai. 2024.

¹³ Plano Safra: governo federal promete novo recorde para ciclo 2024/2025. Portal G1. 29/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/agrishow/noticia/2024/04/29/plano-safra-governo-federal-promete-novo-recorde-para-ciclo-20242025.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024.

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (que haviam sido alocadas por Bolsonaro no âmbito do MAPA), que ainda assumiu de volta a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), além da reativação do Ministério da Pesca; (c) a volta das ocupações de terra promovidas pelo MST, que haviam cessado durante o governo Bolsonaro; (d) a inclusão de João Pedro Stédile em viagem presidencial oficial à China; (e) o fato de Lula ter chamado integrantes do agronegócio de “fascistas” por ocasião do veto do setor a presença do Ministro da Agricultura na Agrishow, em Ribeirão Preto, em detrimento da visita de Jair Bolsonaro; (f) a presença do governo, particularmente do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em São Paulo, pelo MST¹⁴.

Os agrotóxicos e a degradação da relação ser social e natureza

Conforme Firmiano (2022), a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre as safras de 1976/1977 e 2017/2018, houve um aumento muito expressivo da produção de soja no Brasil, particularmente, em direção à região Centro-Sul do país e de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Citando dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), o autor menciona que, em 2018, 96,5% do total da área de soja no país era de transgênicos. Em 2019, agora com dados do International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA), a área total ocupada com transgênicos no país era de 52,8 milhões de hectares (contra 49,1 milhões, em 2016). Destes, 35,1 milhões estavam ocupados por soja. Estudos como o de Almeida *et al.* (2017) estabelecem relação direta entre as plantas GMs e o consumo de agrotóxicos.

Ainda em 2015, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a Abrasco, em seu documento intitulado “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, mostrou que, desde 2008, o Brasil liderava o consumo mundial de agrotóxicos. O relatório ainda trazia um estudo realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, segundo o qual, 63% de amostras de alimentos coletadas em todos os estados da federação, apresentavam contaminação por agrotóxicos – não sem a ressalva de tratar-se de informação provavelmente subestimada. Alimentos como pimentão, morango, pepino, alface, cenoura, abacaxi, beterraba, mamão estavam entre os mais contaminados.

Há uma década, Rigotto, Vasconcelos e Rocha (2014, p. 1) afirmavam que:

¹⁴ Por que o agro não gosta de Lula? Ruralistas citam seis motivos. Portal Nova Cana. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/agro-nao-gosta-lula-ruralistas-citam-seis-motivos-240523>. Acesso em 23 Mai. 2024.

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados. Entre 2007 e 2011, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), houve um crescimento de 67,4% de novos casos de acidentes de trabalho não fatais devido a agrotóxicos, e o coeficiente de intoxicações aumentou em 126,8%, crescimento este maior entre as mulheres (178%). Porém, o subdiagnóstico e a subnotificação são fartamente reconhecidos para os casos agudos – a limitação é ainda maior quando se trata de avaliar os efeitos crônicos dos agrotóxicos –, quadro explicável diante do progressivo aumento do consumo e intensificação do uso dessas substâncias no país.

Lopes e Albuquerque (2018) realizaram trabalho de revisão sistemática da literatura, recorrendo a uma metodologia descritiva-analítico-reflexiva, da produção científica sobre a relação entre agrotóxicos e a saúde, no período entre 2011 e 2017. Sua pesquisa encontrou 615 publicações entre artigos, teses de doutoramento e dissertações, em bases de dados como a Web of Science, Scielo, Capes e BVS. Segundo as autoras, do ponto de vista do meio ambiente:

De modo geral, os estudos encontrados nesta pesquisa [...] demonstram importante interferência dos agrotóxicos no equilíbrio do ecossistema e, conseqüentemente, na vida animal e humana. Os impactos vão desde alteração da composição do solo, passando pela contaminação da água e do ar, podendo interferir nos organismos vivos terrestres e aquáticos, alterando sua morfologia e função dentro do ecossistema. A alteração do ecossistema e da morfologia de muitos animais e vegetais usados na alimentação humana pode interferir negativamente na saúde humana” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 523-524).

Do ponto de vista da saúde humana, a maior parte das pesquisas identifica casos de intoxicação e agravos à saúde. À título de exemplo, entre 1999 e 2009 houve cerca de 10 mil casos de intoxicação por agrotóxicos somente na região Nordeste do país. As pesquisas evidenciam, por exemplo, danos em mecanismos de defesa celular, alterações nas atividades de telômeros, transtornos mentais, aumento dos casos de suicídio, alterações celulares associadas a alguns tipos de câncer dentre outros acometimentos, como dores de cabeça, de estômago, dor lombar, gastrites, depressão, ansiedade, para mencionar alguns casos (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018).

Mais recentemente, Frota e Siqueira (2021) trouxeram um importante alerta. Ao indicarem que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos

do mundo, afirmam que, em média, o brasileiro consome cerca de 7kg de agrotóxicos por ano. E com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), indicam que, entre 2007 e 2016, as intoxicações derivadas da utilização dos agrotóxicos, ocuparam o segundo lugar entre as intoxicações exógenas e a primeira colocação em letalidade.

A liberação dos agrotóxicos na última década e a reiteração permanente do modelo predatório do agronegócio

O agronegócio brasileiro se consolidou como um setor dominante da economia nacional, a partir das corporações transnacionais e de um conjunto de políticas públicas de incentivo permanente ao agigantamento do setor, favorecendo grandes proprietários rurais e promovendo o uso intensivo de insumos químicos, como os agrotóxicos. Sobre isso, aliás, há 40 anos, o Brasil vem se destacando como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, com uma trajetória de regulamentações cada vez mais permissivas.

Entre 2019 e 2022, o Brasil experimentou o maior número de registros de novos agrotóxicos para uma gestão presidencial, desde 2003, de acordo com dados da Coordenação-geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura. Conforme já apontamos na introdução deste trabalho, o governo Jair Bolsonaro liberou 2.182 novos agrotóxicos. Desde 2016, os registros de agrotóxicos vêm aumentando no país, conforme mostra a tabela abaixo¹⁵:

Tabela 1 – Liberação de agrotóxicos no Brasil de 1998 a 2022.

Período/governo	Nº de agrotóxicos liberados
1999 a 2002 (FHC)	250
2003 a 2010 (Lula)	993
2011 a 2014 (Dilma)	572
2015 a 2018 (Dilma/Temer)	1.269
2019 a 2022 (Bolsonaro)	2.182

Fonte: Coordenação-geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura citado por Portal GI, 04/02/2023.

Vale destacar que, do total de agrotóxicos liberados pelo governo Bolsonaro, 98 são inéditos e o restante, ou cópias de matérias-primas já utilizadas, ou produtos finais baseados em ingredientes previamente comercializados. Ainda, 1.816 são produtos químicos, de alto impacto ambiental. Tais números, decorrem, pois, da importante reorganização ocorrida na Agência Nacional de

¹⁵Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. Portal GI. 04/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024

Vigilância Sanitária (Anvisa), ainda sob o governo de Michel Temer, dentre as quais, destaca-se o fortalecimento do setor de agrotóxicos, a fim de acelerar as solicitações de análises. Processo este intensificado sob a gestão Bolsonaro¹⁶.

Conforme Firmiano (2020), ao lado do licenciamento ambiental para grandes projetos intensivos em natureza, à exemplo do complexo da minero-industrial, o afrouxamento da liberação dos agrotóxicos esteve entre as principais pautas do Ministério da Agricultura, sob o comando de Tereza Cristina, no governo Bolsonaro, quem encampou o Projeto de Lei no. 6.299, de 2002, conhecido como “PL do Veneno”, proposto pelo então senador Blairo Maggi. No entanto, emperrado no Congresso Nacional – que o aprovaria no mandato do governo Lula-Alckmin, em 2021, Bolsonaro editou o Decreto no. 10.833, de 8 de outubro, alterando a Lei dos Agrotóxicos que vigia desde 1989.

Dentre as modificações impostas pelo referido Decreto, destaca-se a liberação de perigosos pesticidas, em casos de existência de “limites seguros de exposição”. O decreto também criou o rito de “tramitação prioritária” para a aprovação de novos produtos, redundando nos números vistos anteriormente. Produtos inéditos tomados como “prioritários” que, apesar do prazo de até 120 dias para análise, chegavam a levar, em média, 6 anos para análise e aprovação, passaram ter prazo máximo de 12 meses para avaliação e conclusão. A classificação entre “prioritário” e “ordinário” passou a ficar a cargo do Ministério da Agricultura que, como afirmado anteriormente, ganhou grande musculatura sob o governo Bolsonaro¹⁷.

A despeito do PL do Veneno, o projeto de Lei (antes PL no. 6.299, de 2002), foi aprovado em novembro de 2023 no Congresso Nacional, pelo Senado, sob a forma de Projeto de Lei 1.489/2022, em regime de urgência. Em dezembro do mesmo ano, Lula da Silva sancionou a Lei, vetando trechos como a concessão de poder exclusivo ao Ministério da Agricultura para liberar e fiscalizar os agrotóxicos, além da reutilização, prevista na lei, de embalagens de agrotóxicos e da flexibilização na divulgação de informações no rótulo dos produtos sobre os riscos associados à saúde e ao meio ambiente. Em maio de 2024, o Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente, restituindo o poder quase absoluto do Ministério da Agricultura sobre a matéria e reduzindo de forma drástica o papel da Anvisa e Ibama no processo de análise, liberação e fiscalização dos agrotóxicos.

Mas se for verdade, como indicamos anteriormente, que sob a gestão Lula-Alckmin, o Ministério da Agricultura passou por um processo de desidratação,

¹⁶ Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. Portal G1. 04/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024

¹⁷ Via Decreto, Bolsonaro altera Lei dos Agrotóxicos e flexibiliza aprovação dos venenos. Portal Agência Pública. 08/10/2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/10/via-decreto-bolsonaro-altera-lei-dos-agrotoxicos-e-flexibiliza-aprovacao-dos-venenos/>. Acesso em 24 Mai. 2024.

quando importantes órgãos e agências foram realocadas ou restituídas para outras pastas do governo, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, ou ainda o Ministério de Gestão, também é verdade que o ritmo de liberação de novos agrotóxicos seguiu em alta.

Apesar da notícia de queda do número de liberações de agrotóxicos no Brasil em 2023, com relação ao ano anterior, o governo Lula-Alckmin aprovou 555 produtos (sendo 35 inéditos), constituindo-se na terceira maior quantidade de aprovações da série histórica, iniciada no segundo mandato de FHC. Dentre eles, destaca-se o Resuris, da FMC Technologies Inc., produzido à base de Fluindapir e Clorotalonil, utilizado nas monoculturas da soja, milho e amendoim, considerado pela Anvisa como “altamente tóxico” para a saúde humana. Do total aprovado em 2023, ainda há, de acordo com o Ibama, 14 produtos considerados “muito perigosos” para o meio ambiente¹⁸.

O professor Marcos Pedlowski, responsável pelo Observatório dos Agrotóxicos, ligado à Universidade Estadual do Norte Fluminense, analisou esse processo, quando o governo, após 7 meses, havia liberado apenas 232 pesticidas. À época, dentre os pesticidas aprovados, ele afirmava que 5 produtos se destacam dentro do que se classifica como “altamente tóxico” para a saúde humana e 2 deles como “altamente perigosos” para o meio ambiente, além de outros 47 considerados “muito perigosos”. E o pesquisador fazia um alerta: referindo-se às modificações legais na forma de classificação da periculosidade dos pesticidas, ocorrida pelo decreto de 2021, do governo Bolsonaro, diz: “é preciso lembrar que se os mesmos princípios ativos fossem classificados de acordo com a legislação anterior, tais números seriam mais altos”. E prossegue o cientista: “ao contrário do que havia sido prometido, Lula está mantendo o nível de aprovações de agrotóxicos semelhante ao que foi praticado por Jair Bolsonaro. E, pior, muito acima do que foi praticado nas gestões anteriores [...]”. Para ele, esse processo exacerbado de liberações sugere um apoio tácito à aprovação do Pacote do Veneno: “[...] a chance é que padrões ainda mais flexíveis sejam transformados em lei”¹⁹.

Assim, a política de liberação de agrotóxicos no governo Lula-Alckmin é um reflexo explícito da afirmação de um modelo agrário predatório movido pelos agronegócios. Esse modelo coloca em evidência a produção em larga escala e o uso intensivo de insumos químicos, reiterando a predominância de monoculturas, que são características centrais deste sistema, o que, dentre

¹⁸ Liberação de agrotóxicos cai no Brasil em 2023, após sete anos seguidos de alta. Portal G1. 10/01/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/01/10/liberacao-de-agrotoxicos-cai-no-brasil-em-2023-apos-sete-anos-seguidos-de-alta.ghtml>. Acesso em 24 Mai. 2024.

¹⁹ Governo Lula segue ritmo de Bolsonaro na liberação de agrotóxicos. Portal Rede Brasil Atual. 05/08/2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/governo-lula-segue-ritmo-de-bolsonaro-na-liberacao-de-agrotoxicos/>. Acesso em 24 Mai. 2024.

suas diversas contradições, produz impactos ambientais e para a saúde humana devastadores.

Considerações finais

A eleição de Lula da Silva para seu terceiro mandato no mais alto posto de comando do Estado representou modificações importantes, particularmente políticas, no plano da democracia brasileira, com relação ao período anterior da gestão do Estado. Particularmente no âmbito da governança do campo, por assim dizer, houve uma significativa desidratação do Ministério da Agricultura e Pecuária, anteriormente aparelhado pelas forças mais conservantistas do mundo rural, senão reacionárias, com o deslocamento ou restituição de órgãos e agências públicas a outros ministérios do governo, responsáveis por processos de demarcação de terras, política de reforma agrária, licenciamento ambiental, dentre outros.

No entanto, longe de significar o arrefecimento, o que se viu foi a manutenção ou mesmo ampliação do padrão predatório dos agronegócios como modelo de desenvolvimento rural no país – o que pode ser visto em uma das pautas mais caras a setor agropecuário, a liberação dos agrotóxicos. Como se viu, o ritmo de liberação de novos produtos manteve, no governo Lula-Alckmin, o altíssimo patamar que havia conquistado sob o governo Bolsonaro, mesmo sob protestos de importantes organizações de saúde da sociedade civil e dos diversos estudos científicos que vêm realizados no país há décadas, alertando sobre os impactos perigosos para a saúde humana e o meio ambiente. Se em 4 anos, o governo Bolsonaro foi responsável pela liberação de 2.182 agrotóxicos, somente em seu primeiro ano, Lula da Silva responde pela liberação de 555.

De modo geral, podemos dizer que se trata da reiteração permanente do padrão destrutivo imposto pelo complexo dos agronegócios no plano das condições elementares da reprodução da existência, que encontra respaldo em medidas diretas e indiretas do novo governo, em seu esforço permanente para atrair as bases dos agronegócios para seu projeto.

Referências

ALMEIDA, V. E. S. de. *et al.* Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3333-3339, out. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172210.17112017>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BENETTI, M. D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. *In.*: **Indic. Eco. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/260/454>. Acesso em 30 Mai. 2024.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In.*: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES. **Tem Veneno Nesse Pacote: novos produtos, velhos problemas.** Vol.3. IDEC: Brasília, 2024. Disponível em: <https://idec.org.br/veneno-no-pacote?validacaoemail=true&descricao=/veneno-no-pacote&interesse=Cartilha%20%20Tem%20Veneno%20Nesse%20Pacote%20-%20Volume%203&aceito=false>. Acesso em 23 Mai. 2024.

FIRMIANO, F. D. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro.** Belo Horizonte : EdUEMG, 2022.

FIRMIANO. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 364-387, jun. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_05_quem_lamenta. Acesso em 23 Mai. 2024.

FIRMIANO. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária.** São Paulo: Alameda Editorial/FAPESP, 2016.

FROTA, M. T. B. A.; SIQUEIRA, C. E. Agrotóxicos: os venenos ocultos na nossa mesa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 00004321, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pWgs4R38wDw6NBWIKzYshwYx/#>. Acesso em 23 Mai. 2024.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. DE .. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 518–534, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bGBYZvVVKMrV4yzqfwwKtP/?lang=pt#>. Acesso em 24 Mai. 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** - Boitempo Editorial: São Paulo, 2009.

NOVAES, H. T. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **Revista Ciências do trabalho**, n. 9, dez. 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/152>. Acesso em 20 Mai. 2024.

RIGOTTO, R. M.; VASCONCELOS, D. P. E. ; ROCHA, M. M. Pesticide use in Brazil and problems for public health. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1360–

1362, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7ZdQTpMhCT5n-6Gv9ZHIKnqK/?format=html&lang=pt#>. Acesso em 23 Mai. 2024.



Desastres & agricultura familiar: análise no Assentamento Pastorinhas em Brumadinho/MG

Rodrigo Oliveira Damasceno¹

Frederico Dornellas Martins Quintão¹

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio¹

Resumo: O artigo em questão analisa os impactos do rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais, não só na destruição física, mas também na estrutura socioeconômica da cidade e da sua zona rural. O foco está na vida e trabalho dos agricultores do Assentamento Pastorinhas, buscando entender como a produção e qualidade dos produtos foram afetadas e quais as expectativas dos assentados para o próprio futuro. Cinco agricultores foram entrevistados para descrever as dificuldades enfrentadas no pós-rompimento e as estratégias de manutenção da família adotadas. Conclui-se que os impactos vão além da destruição causada pela onda de lama de rejeitos e das vidas humanas perdidas, gerando outros problemas para a sociedade, economia e meio ambiente.

Palavras-chave: Crime corporativo; Desastres; Mineração; Assentamento rural; Agricultura familiar.

Disasters & family farming: analysis in the Pastorinhas Settlement in Brumadinho/MG.

Abstract: The article in question analyzes the impacts of the dam collapse in Brumadinho, Minas Gerais, not only on the physical destruction, but also on the socioeconomic structure of the city and its rural area. The focus is on the life and work of farmers from the Pastorinhas settlement, seeking to understand how the production and quality of products were affected and what the settlers' expectations are for their own future. Five farmers were interviewed to describe the difficulties faced post-disruption and the subsistence strategies adopted. It is concluded that the impacts go beyond the destruction caused by the wave of tailings mud and the lost human lives, generating problems for society, the economy and the environment.

Keywords: Corporate crime; Disasters; Mining; Settlement; Family farming.

Introdução

O rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, causando a morte de 272 pessoas, não só teve um grande impacto para as famílias das vítimas e nas cidades da bacia do rio Paraopeba, mas também no meio ambiente, na sociedade e na economia da região metropolitana de Belo Horizonte e de todo o estado de Minas Gerais. Os impactos destes tipos de desastres pode ser inicialmente dividido em dois grupos diferentes. O grupo que sofre perdas e danos irreparáveis imediatamente, durante e logo após a destruição, e o grupo que é afetado logo após as mudanças provocadas pela tragédia. As medidas de reparação dos danos pode causar estragos maiores do que o próprio desastre. De uma perspectiva de longo prazo, devido às mudanças sociais e econômicas nas cidades afetadas, os efeitos negativos são mais evidentes. As mudanças socioeconômicas ocasionadas pelas medidas de reparação propostas geralmente são mais danosas que o desastre em si.

Como os efeitos danosos do desastre percebidos a médio e longo prazo superam os efeitos sentidos imediatamente após a ocorrência, neste estudo buscou-se discutir o impacto na agricultura do município afetado na perspectiva dos assentados do Projeto Assentamento Pastorinhas. Buscou-se conhecer as reais condições dos assentados antes e depois do desastre e os impactos diretos e indiretos sentidos pelas famílias que vivem no Assentamento; e como entender os efeitos das medidas corretivas propostas pelo governo e pela empresa causadora da tragédia-crime.

Nos tópicos a seguir apresenta-se um marco teórico que tem por objetivo demonstrar alguns temas que são relevantes para caracterização sistêmica do acontecimento, discutir sobre conflitos ambientais e os agravantes gerados por estes conflitos, a partir de temas como: Racismo Ambiental e Minerio Dependência. Aborda-se os objetos de estudo (lugares e pessoas), os assentamentos agrícolas e o desenvolvimento de suas atividades frente ao desenvolvimento socioeconômico regional e global, bem como, busca-se esclarecer de que forma estes temas estão conectados, a fim de construir uma narrativa epistemológica dos estudos que serviram de alicerce para realização desta pesquisa. Em seguida é realizado um esclarecimento metodológico das funções operacionais da pesquisa (estudo bibliográfico e a realização de entrevistas), portanto, correlacionando o marco teórico com o percurso metodológico. Apresenta-se também, a análise e discussão dos resultados, nos tópicos finais do artigo.

Justiça Ambiental

Justiça ambiental refere-se a um conjunto de princípios que garantem que nenhum grupo étnico, racial ou de classe social venha sofrer uma parcela desproporcional do impacto ambiental negativo de atividades econômicas,

políticas e programas estaduais e locais, em decorrência da ausência ou omissão das referidas diretrizes. Complementarmente, “injustiça ambiental” é entendida como um mecanismo pelo qual uma sociedade desigual aloca o maior ônus dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento a grupos sociais como trabalhadores, grupos de baixa renda, grupos raciais discriminados, grupos marginalizados e mais vulneráveis (HERCULANO; PACHECO, 2008).

Os sujeitos sociais que procuram enfatizar a importância da relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não acreditam que o mercado seja uma ferramenta para superar as desigualdades ambientais e promover o que se entende como um princípio de justiça ambiental. Esses atores acreditam que existe uma evidente desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, que é causada por uma lógica que vai além da simples racionalidade abstrata da tecnologia. Para eles, enfrentar a deterioração do meio ambiente é o momento de obter os benefícios da democratização, não apenas os benefícios da eficiência e da expansão do mercado. Isso porque eles assumem que há uma conexão lógica entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade de resistir às injustiças ambientais. Ao contrário, portanto, seja sob a ótica da modernização ecológica, seja sob o conceito da teoria da sociedade de risco, não há dúvida de como separar as questões ambientais de seus métodos de distribuição (ACSELRAD, 2002).

O mapa de conflitos ambientais de Minas Gerais revela diversas situações em que grupos sociais atingidos por diferentes projetos econômicos lutam contra o estado de privação e/ou risco que enfrentam e se mobilizam para confrontar seus problemas. Pode-se dizer que os conflitos ambientais se originam das diferentes práticas de ocupação técnica, social e cultural do mundo material, e a base cognitiva do discurso e das ações dos sujeitos participantes se configura de acordo com suas visões sobre o uso do espaço. Quando esses conceitos espaciais são transferidos para o espaço de vida, surgem conflitos (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Desta forma, quando os significados atribuído à natureza por certos grupos de status social desiguais é disputado, os efeitos tendem a impedir a coexistência de diferentes práticas no espaço social, e encorajam membros dos grupos sociais afetados a se organizar e se opor. Portanto, a contradição revelada por esses conflitos ambientais é que as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, mas também arcam com todos os encargos decorrentes do conflito. Em outras palavras, eles mostram a injustiça ambiental, que é uma condição de existência coletiva exclusiva de uma sociedade desigual.

No funcionamento desse mecanismo social e político, o maior ônus dos danos ambientais causados pelo desenvolvimento é alocado aos trabalhadores, a classe de baixa renda, o grupo racial discriminado, a parte marginalizada e

mais vulnerável da cidadania. Portanto, a análise dos conflitos ambientais nos permite reconhecer os múltiplos projetos de sociedade que têm desencadeado diferentes aspectos de produção material e simbólica que entram em conflito com a assimetria de poder impressa na dinâmica sociopolítica, o que ajuda a construir alternativas para os princípios de sustentabilidade e justiça ambiental. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Assim torna-se notável que as predileções políticas têm grande influência na atuação do Estado como mediador que por perseguir interesses, na maioria das vezes, econômicos, tende a polarizar os diferentes grupos no ambiente, fomentando o conflito e enfraquecendo, por consequência, os grupos mais frágeis.

Ainda segundo Ascelrad (2002), o poder simbólico do movimento de justiça ambiental decorre de sua capacidade de expandir a matriz dos direitos civis para incluir o meio ambiente e estabelecer o conceito de “justiça ambiental”, como alternativa à atual oposição discursiva entre o homem e a natureza, também criar políticas para unir os diversos conflitos localizados e desenvolver uma “classificação” dos grupos sociais de forma adequada, que seja compatível com as diferentes posições reconhecíveis dos indivíduos no espaço social.

Minero-Dependência

A extração de minerais, petróleo ou monocultura intensiva praticado pelo agronegócio na América Latina pode dar origem ao fenômeno da Minero-Dependência. Sendo o extrativismo uma das principais fontes econômicas do país. As consequências desta atividade pode produzir um série de eventos de natureza conflituosa com o ambiente sede e a sociedade que se desenvolve neste local. Os passivos socioambiental produzidos inviabilizam alternativas de bem-estar e trabalho (QUINTÃO; SILVA, 2021).

A teoria da dependência parte do pressuposto de que os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, ao contrário da perspectiva tradicional, não podem ser entendidos de forma isolada e linear (COSTA, 2020). Para isto, a teoria implica diferentes abordagens em torno da análise realizada para entender o espaço de estudo. Costa (2020) diz que, primeiramente, a teoria envolve necessariamente avaliações interterritoriais, devendo o pesquisador considerar as relações que se estabelecem entre diferentes escalas e espaços e que configuram uma estrutura hierárquica do tipo centro-periferia.

Em segundo lugar, a perspectiva da teoria da dependência tem um olhar diferente para questões relacionadas a comportamentos, modos de vida e costumes que são considerados arcaicos / tradicionais. Por outro lado, a análise de dependência implica observar tanto as potencialidades que podem surgir dessas tradições, quanto as medidas que lhes são impostas e que atuam de dentro para fortalecer as relações hierárquicas e as estruturas desiguais existentes nos territórios onde são manifestados (COSTA, 2020).

O terceiro e último ponto é que a teoria da dependência dá espaço para considerar questões além do senso comum, que já ultrapassaram o senso relacionado ao desenvolvimento equivalente ao crescimento econômico em termos de proposições. Nesses aspectos, a teoria nos permite especular sobre novas formas de produção e ciclos econômicos, com foco na avaliação do bem-estar em termos de origens internas e expansão. Em outras palavras, não existe apenas um modelo de desenvolvimento, todas as localidades têm um “ponto de chegada” obrigatório.

Ao contrário, são muitas as possibilidades, ocultas ou não na minero-dependência. Ainda no terceiro e último aspecto da teoria da dependência e aproximação da área de mineração, Costa (2020) discute que o método de relacionamento estabelecido ao longo da análise também pode subsidiar a realização de novos arranjos locais e regionais, que se baseiam nos princípios de reciprocidade, horizontalidade e redistribuição, podendo reverter o ambiente de desigualdade. No presente e no futuro, como as atividades de mineração facilitam ou prejudicam essas interfaces e quais ferramentas podem ser usadas para construir essas novas relações, são exemplos de questões que precisam ser consideradas e respondidas de uma perspectiva teórica.

A dependência também é sociológica. Os empregos formais locais estão concentrados no setor de mineração, e os salários são superiores à média regional por se tratarem geralmente de áreas de baixa renda, o que faz com que as pessoas desejem trabalhar neste setor, mesmo que esses cargos sejam ocupados por mão de obra local, setores de construção e manutenção têm piores condições de trabalho, salários mais baixos e menos qualificações. Esses dois fatores são a base da relação sociológica que produz dependência. O desejo de seguir carreira na atividade e o temor de que a interrupção da atividade prejudique a receita municipal tem levado os moradores locais a aceitarem os diversos impactos da mineração a partir do conflito e do consentimento incompleto (COELHO *et al.*, 2016). Ocorre, assim, uma fragilização de possíveis questionamentos e resistências. O desejo de empregos na mineração e o receio da demissão ou fechamento dos postos de trabalho existentes desmobilizam comunidades que vivem diretamente os danos gerados.

É na fragilização do possível questionamento feito pelas comunidades em que encontramos uma relação entre barragens de rejeitos e minério-dependência (COELHO, 2018). Outro fator importante em relação à dependência do minério é que a especialização da mineração ocorre às custas do desenvolvimento de outras atividades econômicas.

Assentamentos rurais

Para Girardi e Fernandes (2008), o Brasil é um país onde a desigualdade social e regional é causada pela concentração de riquezas. As questões fundiárias relacionadas com a vida e as produções rurais constituem uma série

de problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento do país, mantêm as suas características contraditórias e beneficiam o pequeno número de classes privilegiadas que possuem os meios de produção.

As lutas pela terra por meio da ocupação e consequentes assentamentos rurais são uma forma de reparação para os agricultores e também podem ser travadas por meio de arrendamento, compartilhamento, parceria ou compra de terras. A ocupação constitui um momento de disputa pela terra. Em resposta às ações do movimento social territorial, o governo criou assentamentos rurais, que em princípio constituíam a conquista da terra. Os assentamentos representam uma nova etapa de luta: o processo de conquista da terra. É preciso também conquistar as condições de vida e de produção da terra, resistir na terra e buscar outro método de desenvolvimento que possa estabilizar o estabelecimento da agricultura camponesa. Tomamos como exemplo o período de 1988 a 2006, quando essa forma de agricultura se tornou mais intensa. Nos sucessivos governos desse período, as ações de reforma agrária do Brasil basearam-se principalmente na política de criação de assentamentos rurais e concessão de crédito aos agricultores (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Metodologia

Para compreender a relação entre os fatores de impacto pós-rompimento da barragem, o território de análise e a dinâmica de desenvolvimento do grupo analisado, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com o objetivo identificar em cada depoimento a particularidade de seus atores sociais, econômicos, organizacionais ou associados. Buscou-se apreender o desenvolvimento com base nos estilos de vida e progresso socioeconômico estabelecidos no grupo, assim como os efeitos dinâmicos de uma economia territorial minerária que amplifica desafios agrários no âmbito do assentamento. Além disso, também foi importante identificar quais são formas de expressão esses grupos encontram para preservar sua própria história. Tendo em vista os aspectos metodológicos e epistemológicos da intenção da pesquisa e compreendendo o cenário a ser estudado, suas dificuldades e cultura estabelecida, fez-se necessário realizar entrevistas semiestruturadas em profundidade para assegurar o esclarecimento das questões propostas pela pesquisa e desdobramentos que surgem pela livre manifestação dos participantes. Foram 5 (cinco) entrevistados, sendo todos assentados da reforma agrária e residentes do Assentamento Pastorinhas.

As entrevistas foram feitas de forma individual, preservando a identidade de cada entrevistado. Foram entrevistados 5 (cinco) agricultores, todos trabalhadores e residentes do assentamento Pastorinhas. O roteiro de entrevistas visa entender e esclarecer a perspectiva de cada agricultor a respeito

dos impactos do pós rompimento na sua atividade, também sua história de vida, bem como a chegada no assentamento e seu contexto familiar.

Análise dos resultados

As experiências e histórias relatadas apresentam um ponto comum, os agricultores antes da chegada no Pastorinhas eram meeiros de suas produções, ou seja, tudo o que era produzido por eles devia ser dividido com outra parte, o que gerava uma série de problemas de renda, pois apesar da experiência na produção e nas técnicas agrícolas, todos os entrevistados assumiram não ter conhecimentos que impulsionassem a comercialização dos seus produtos, além das mais tradicionais, como feiras e contrato com a prefeitura para o banco de alimentos dentre outros.

Eu trabalhava com meu pai, era o sustento da família. Naquela época a gente produzia galinha para dar ovo e alface. A terra era de outra pessoa então tudo o que era produzido por mim e por meu pai era dividido com o dono da terra, metade-metade. Fiquei nessa luta por uns 10-11 anos até começarem a lutar dos assentados para que a gente pudesse produzir e colher para o nosso sustento, tornar a terra produtiva e poder gerar uma renda melhor, sustentar a família (Entrevistado 1, 2021).

O entrevistado 1, participou de toda a construção do Pastorinhas até aqui, do período de “lona preta” até o reconhecimento pelo INCRA. Viu as transformações do lugar e enriqueceu seus conhecimentos teóricos de outras técnicas e conceitos agrícolas agregando a sua experiência prática. Também pode vislumbrar o amadurecimento do Pastorinhas frente as lutas e desafios que eram impostos aos assentados. Ademais viveu dias tensos e de muita preocupação com o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão.

Primeiro houve um apagão. A notícia não demorou a chegar, a nossa primeira preocupação foi com os familiares e amigos que a gente sabia que estavam no caminho que a lama fez até o rio. As notícias foram chegando aos poucos, cada notícia que chegava era alguém que a gente conhecia, que tinha encontrado o corpo. A produção parou no dia seguinte, ninguém recebia nossos produtos (Entrevistado 1, 2021).

O Entrevistado 2 é uma figura importante no Pastorinhas, representando as famílias dos moradores nas reuniões de interesse de todos, e está sempre em busca de novas oportunidades de desenvolvimento para o Assentamento. Também focaliza questões éticas e sociais relacionadas aos assentamentos e à agricultura, bem como a aplicação de técnicas mais modernas para melhorar o desempenho e a adequação socioambiental da atividade agrícola do Pastorinhas.

Hoje nós desenvolvemos técnicas como as de agroflorestas, isso permite um melhor aproveitamento do plantio, daí podemos colher as hortaliças para gerar renda com mais rapidez e depois colhemos frutas e tubérculos que são sazonais. As vendas dos assentamentos foram muito afetadas e estamos tentando reverter essa situação (Entrevistado 2, 2021).

Os entrevistados 3, 4 e 5, diferente dos primeiros entrevistados, começaram a trabalhar no campo quando tinham pouco mais de 18 anos de idade, onde participaram das primeiras práticas agrícolas também como meeiros de suas produções, na época era uma forma de sustento honesta e de fácil acesso, visto a pouca escolaridade, também participaram de um bom número de lutas e conquistas do Pastoral. São produtores principalmente de tubérculos e frutas, mas produzem também hortaliças. Para aproveitar melhor a dinâmica das produções, logística de colheita, e os nutrientes gerados na decomposição de cada “fim de produção” promovendo maior liquidez para a renda, todos utilizam metodologias como agroflorestas para impulsionar e agregar qualidade à produção.

Aqui no assentamento, apesar de cada um ter sua produção, é coletivo todo mundo se ajuda. Então tem vez que eu preciso de alguma coisa eu converso com o pessoal e eles conseguem me ajudar, a mesma coisa é se alguém pedir para mim. No começo não era assim, era cada um por si, mesmo. E agora graças a Deus eu consigo me sustentar do que eu planto, apesar de que agora, não está tão bom como era (Entrevistado 5, 2021).

Também foi perguntado aos entrevistados sobre as mudanças percebidas no trabalho, como era antes do rompimento e como foi trabalhar visto os impactos do pós rompimento e como eles afetavam a produção de cada entrevistado. O trabalho não foi imediatamente afetado, a lama não atingiu o assentamento durante o rompimento, mas os compradores proibiram qualquer entrada de produtos provenientes de Brumadinho devido ao risco de contaminação. Isso impactou diretamente o trabalho dos agricultores no local, todas as mercadorias produzidas dentro do Pastoral foram bloqueadas pelos compradores, o que gerou uma série de perdas no que já havia sido produzido e no que estava pronto para colheita. Afetando a única forma de renda dos assentados, causando problemas financeiros nas famílias.

Mesmo depois da comprovação que o solo e a água não tinham sido contaminados, e teve a liberação do CEASA, os outros comerciantes de feiras e lojas ficaram preocupados de comprar daqui do Assentamento. Mesmo depois que saiu o estudo de contaminação. A imagem do Assentamento foi completamente afetada, e a Vale não moveu uma

palha para melhorar a imagem dos nossos produtos, inclusive demorou muito para sair estudo de qualidade da água (Entrevistado 2, 2021).

Todos os entrevistados alegaram ter problemas com as vendas de seus produtos, investimento perdido e problemas financeiros. Os pontos comerciais que não bloquearam os produtos do Assentamento foram os pontos destruídos pelo derramamento de rejeitos de lama, portanto, todos os pontos comerciais sofreram impacto. As vendas continuaram apenas para pequenos grupos de famílias consumidoras, mas que também tiveram um período de baixíssima demanda, devido a preocupação dos produtos estarem contaminados.

Segundo os entrevistados, deveria ter sido feito em caráter de urgência um estudo de qualidade da água e do solo, para que os pontos comerciais voltassem a aceitar os produtos. O estudo proposto pela empresa causadora da tragédia foi feito, sofrendo vários atrasos e não atendendo as expectativas quanto aos levantamentos realizados. Outros estudos com a mesma finalidade promovidos por Organizações não Governamentais e por estudantes e universidades para fins acadêmicos compreendem um número esperado de informações a respeito da qualidade do solo e da água que servem para produção.

Demorou muito para eles virem fazer os testes na água e na terra. E a gente já estava desesperado, porque assim que fosse testado, a gente ia voltar a vender para quem não estava comprando, ia passar a informação, porque a gente mesmo, já sabia que não estava contaminado, até porque que o que gente produz aqui é para o nosso consumo também, das nossas famílias. Mas também para a nossa segurança era importante saber se estava contaminado ou não, o quanto antes (Entrevistado 5, 2021).

Com relação aos impactos no trabalho, renda e produtividade os entrevistados esclarecem que foram gerados pela perda de demanda dos produtos. As restrições criadas pelos comerciantes a fim de proteger a saúde dos clientes, visto que a contaminação era possível, gerou uma série de problemas de renda, diminuindo a capacidade de reinvestimento para produção e o faturamento geral do Assentamento, dificultando tanto a produção quanto a sobrevivência dos residentes e trabalhadores locais.

Como ninguém queria comprar da gente, não tinha dinheiro para pagar as contas, não tinha como produzir mais, porque nós dependemos de vender para poder produzir mais, uma parte do dinheiro vai sempre para produção. A produção foi quase toda perdida, só deu para salvar o que ainda ia demorar para colher, as frutas, a mandioca que eu tinha acabado de plantar, mas mesmo assim sem saber como que ia ser as vendas no futuro, eu estava com medo (Entrevistado 3, 2021).

Para os entrevistados, a maior dificuldade agora, quanto a qualidade dos produtos, é recomeçar com os pontos comerciais provando que a qualidade da produção não foi afetada e a contaminação não existe. O volume de vendas permanece no banco de alimentos da prefeitura de Betim, em alguns condomínios da região centro-sul de Belo Horizonte e para algumas residências, em sua maioria, na cidade de Belo Horizonte.

A melhor forma deles (As empresas) mostrarem que os produtos não estão contaminados e recuperarem a imagem do assentamento, que sempre teve uma imagem muito bom em relação a qualidade dos produtos, e eles comprarem de nós e alimentarem os funcionários deles. Ia gerar renda para o assentamento, melhorar a imagem dos produtos, imagem que eles destruíram, e alimentar os funcionários com produtos saudáveis e agroecológicos (Entrevistado 2, 2021).

Todos os entrevistados dependem 100% da produção agrícola para composição da renda familiar, que sofreu impacto direto pela diminuição do volume de vendas. Com relação as alternativas de fonte de renda, os entrevistados não conseguem vislumbrar outra forma de gerar renda para si e suas famílias, portanto, permanecem firmes na produção agrícola e na luta contra o tempo para conquistar novos acordos comerciais e viver novamente o que segundo eles, antes do rompimento, era um período que tanto a produção quanto os contratos de venda estavam indo muito bem.

A gente continua plantando, não tem outra alternativa. Dá para plantar outra coisa, produzir outras coisas, galinha, outro tipo de plantação, pedir ajuda de um de outro, mas eu, pelo menos, não tenho pra onde ir, não tem alternativa, a gente continua trabalhando na terra e esperando que as coisas melhorem (Entrevistado 5, 2021).

Para os entrevistados, o processo indenizatório é o mais confuso e ineficaz de todos os projetos propostos pela Vale. Entre os entrevistados, apenas o Entrevistado 1 recebeu compensação pelo impacto em sua produção. Os respondentes, incluindo o Entrevistado 1, afirmaram que não compreenderam a maioria dos processos de compensação. Para o produtor rural, as indenizações previstas exigem pré-requisitos documentais que comprovem que a produção rural gerava renda. Os entrevistados esclareceram que famílias com os mesmos documentos e morando no mesmo local não receberão indenização da mesma forma, algumas famílias recebem indenizações e outras não. Entre os entrevistados, 3 (três) pessoas, incluindo a liderança entrevistada, disseram que a assessoria de comunicação da Vale não lhes prestou um bom

atendimento e não puderam esclarecer todas as dúvidas sobre os documentos necessários e os motivos pelos quais certas famílias foram indenizadas e outras, com características iguais não foram.

A gente liga, eles respondem mal, não esclarecem as dúvidas. Daí pedimos para falar com o responsável por esclarecer a situação das indenizações, eles estão sempre ocupados, em reunião, eu fui atendido apenas uma vez e depois não fui mais, com tempo fui deixando pra lá, agora o “entrevistado 2” que conversa com eles, mas ainda estamos sem saber direito quem vai ser indenizado (Entrevistado 3, 2021).

Dos entrevistados, 4 (quatro) deles continuam a lutar por seus direitos, sem nenhuma previsão de quando receberão a indenização devida. A respeito das medidas de reparação, apenas o entrevistado 2 soube responder com clareza quais são as medidas indenizatórias e quais os projetos de reparação, propostos e em execução. Os demais entrevistados depositam confiança total no repasse das informações feito pelo entrevistado 2. Apesar disso, os entrevistados tem ciência dos processos em curso e uma visão superficial sobre as negociações.

Os esforços pela busca de direitos vai além do recebimento de indenizações, visto que os entrevistados não concordam com a maioria dos projetos lembrados por eles durante as entrevistas. Segundo os entrevistados existe uma discussão muito grande a respeito das medidas que estão sendo tomadas. A percepção deles é que a empresa causadora do crime quer que a atividade agrícola seja extinguida dos arredores das dependências da mineradora. Para eles, isto fará com que a empresa possa ampliar seu espaço, conseqüentemente seu lucro. Para confirmar essa teoria, alguns dos entrevistados lembraram que os projetos propostos em outras cidades, que também foram afetadas pelo rompimento, estão sendo executados com o prazo proposto, sem qualquer problema, e isto justificaria o porquê da Vale estar dando maior assistência as reparações propostas nas cidades mais distantes, que não interferem nos interesses geográficos da mineradora.

Tem projeto em Mario Campos que está pronto já, que não teve nenhum atraso. Construíram uma estufa enorme, linda. E aqui nada, eu queria entender o porquê, estamos mais perto, fomos atingidos diretamente e os projetos parecem que estão sendo mais fáceis fora daqui, justamente para que a gente saia, e eles possam aumentar o espaço deles, porque é isso que eles estão fazendo. Você pode andar pelos lugares próximos ao rompimento, você vai ver um monte de placas: “propriedade da Vale” (Entrevistado 4, 2021).

Sendo assim, quando perguntados sobre o que ficou pior em função dos processos reparatórios, os entrevistados citaram o trânsito caótico, que não comporta o número de veículos que atualmente tomam conta das ruas da cidade, a movimentação fora do comum que faz com que a demanda de produtos de uso comum aumente provocando aumento nos preços destes produtos e serviços como, bares e restaurantes, cabelereiros, eletricitas, pedreiros, floriculturas, dentre outros. Citaram também, a qualidade do ar, que para eles, devido ao aumento exagerado do número de veículos na cidade, piorou muito. O tempo de trânsito para realização de tarefas simples como compras no mercado. Todos os entrevistados disseram que a cidade está muito feia, o que não era a realidade da cidade de Brumadinho, sendo uma cidade turística e com belíssimas paisagens naturais.

Para você ir até o supermercado demora quase 1 (uma) hora, o que antes era 10 (dez) minutos para estar no centro, levar as crianças na escola. Estamos a 5-6 (cinco ou seis) quilômetros do centro, isso é um absurdo, o trânsito de Brumadinho está caótico! Para as crianças irem para escola demora 1 (uma) hora. A escola fica a 6 (seis) quilômetros daqui, mais ou menos 6 (seis). Entende? E para Vale está ótimo, porque tem mão de obra vindo para cidade, não sei quantos ônibus entrando e saindo quando eu estou indo no centro. Para a Vale está ótimo, melhoraram a entrada, a estrada da entrada, para receber os caminhões, né?! Então assim, piora para a gente e melhora para eles (Entrevistado 1, 2021).

Sobre o que esperam do futuro, os entrevistados também responderam de forma parecida, com poucas esperanças, esperam apenas que seu trabalho volte a se desenvolver como estava antes do rompimento, que a empresa causadora do crime cumpra com as medidas de reparação propostas e que seus impactos sejam minimizados o quanto for possível.

Considerações finais

A pesquisa faz-se relevante para identificar mais alguns problemas relacionados a construção de uma prática e narrativa de desenvolvimento que ignora a maioria dos aspectos socioeconômicos e demonstra, mais uma vez, práticas de algumas empresas que têm por objetivo os ganhos e a expansão de suas atividades. No caso em questão, o contexto é atenuado por meio de crimes socio-ambientais que continuam a perpetuar entre os afetados por longo prazo e que tem seus efeitos sentidos em toda a sociedade.

Um fator intensificador de todos efeitos colaterais é que os atingidos não enxergam nas ações dos responsáveis pelas tragédias, ações eficazes para reparar os danos de forma diretamente proporcional. Entender os conflitos

gerados sob a perspectiva dos afetados de forma direta e indireta como estes conflitos evoluem e quais as expectativas dos afetados frente as mudanças que continuam a desafiar sua subsistência.

O discurso de Desenvolvimento Sustentável parece não alcançar instituições públicas e as políticas que as sustentam. É, de acordo com a pesquisa, coerente identificar as articulações que compreendem os interesses da Vale junto as políticas públicas que continuam a desfavorecer as partes mais vulneráveis da sociedade. As relações sociais e culturais influenciadas pela desigualdade, além da fraca supervisão das ações das empresas de mineração dificultaram a punição dos responsáveis e permitem que outras tragédias semelhantes ocorram. Os mais afetados por tais incidentes são aqueles em situação de maior vulnerabilidade, que não conseguem obter recursos econômicos ou políticas públicas, sociais e culturais que levem à melhoria da qualidade de vida. Essa desigualdade tem exacerbado a distribuição desigual das diferenças sociais e riscos ambientais, resultando em injustiças ambientais.

O Assentamento Pastorinhas, como descrito neste estudo, foi afetado de várias formas pelos impactos do rompimento da barragem, tendo sido alguns percebidos e caracterizados anteriormente às análises presentes nesta pesquisa. Percebeu-se que analisando os dados e informações obtidos pelas ferramentas de pesquisa deste estudo (entrevistas e revisões bibliográficas) o projeto Assentamento Pastorinhas se compromete com o desenvolvimento sustentável, realiza práticas ecológicas e se preocupa com os meios produção saudáveis, em virtude ao respeito com os consumidores dos produtos provenientes do Assentamento e com o meio ambiente que compõe o espaço produtivo e não produtivo do Assentamento, ajudando também, na preservação das sua áreas. Sendo assim, os impactos, além dos agravantes descritos neste estudo, também prejudicam práticas de interesse social, interfere no desenvolvimento metodológico e conceitual do Assentamento e desassocia práticas de desenvolvimento social frente aos conceitos pouco maduros dos interesses econômicos de curto prazo, problematizando hábitos que aperfeiçoam técnicas de desenvolvimento agro-sustentável.

Demonstrou-se as características dos conceitos e metodologias da agricultura do Pastorinhas, verificando as práticas e concepções dos assentados, frente a importância social dos conceitos que fundamentam as operações da produção no Assentamento e demonstrando como estas práticas têm afetado positivamente os clientes e o meio ambiente. As agroflorestas e a sustentabilidade promovida por práticas de bem-estar ambiental promovem ganhos a longo prazo e valoriza ações que se atenta com o futuro do ecossistema que hoje os assentados do Pastorinhas podem chamar de lar.

Logo após o rompimento, com os efeitos negativos que afetaram a credibilidade dos produtos, por existir a premissa de que a água e o solo estavam contaminados com os rejeitos despejados, o faturamento do Pastorinhas caiu, o que afetou toda a produtividade do assentamento, ganhos recentes e futuros foram perdidos, portanto, a capacidade de produzir. Para perpetuarem com os conceitos e metodologias descritos anteriormente os assentados tem custos mais altos a curto prazo, visto que as técnicas de plantio saudável tem seus intempéries ambientais, o que dificulta o cálculo das demandas produtivas. Após o rompimento existe uma grande dificuldade em conseguir receita como era anteriormente, entretanto, as práticas sustentáveis continuam a favorecer os assentados, permitindo maior controle de sazonalidade, pela metodologia de agroflorestas.

A tragédia criminosa põe em discussão questões de Responsabilidade Social e de negligência por parte da Vale no conhecimento dos danos que poderiam ser causados. Portanto, a responsabilidade das mineradoras com a comunidade, principalmente o uso da água, não deve apenas solucionar os problemas ambientais, mas também contemplar todos os aspectos da vida que possam ser prejudicados, a econômica, o meio ambiente, a cultural e os aspectos sociais. O impacto de uma tragédia tão séria deve ser avaliado antes que a mina seja instalada, e o país precisa promulgar leis fortes em seu sistema legal que possam regular as atividades de mineração, e possa identificar, monitorar e punir efetivamente as violações que causaram o rompimento da barragem e seus responsáveis.

Foram analisadas as experiências, percepções e as formas de enfrentamento dos agricultores do assentamento Pastorinhas, frente as drásticas mudanças causadas pelo rompimento, medidas públicas e projetos propostos pela Vale. A busca pelos direitos vai além dos impactos imediatos causados pelo derramamento de lama de rejeitos, mas pelas medidas de recuperação que continuam a infringir os direitos humanos dos agricultores. Não existe para eles outra alternativa de subsistência. Toda a composição da renda familiar é por meio da agricultura. Todos foram afetados desde as perdas materiais, humanas (conhecidos, amigos e familiares) até os impactos na produção e na venda dos produtos do Pastorinhas que continuam perpetuando. Todos os entrevistados declaram sua insatisfação com os programas de comunicação e assessoria da empresa causadora da tragédia e não concordam com a maioria dos casos de indenização proposta. Nota-se, portanto, a falta de técnica de cunho social para com tratativas desta natureza. Não existe a participação devida aos interesses dos assentados e não há a explicação apropriada a respeito das medidas que estão sendo postas em prática.

Espera-se que esta pesquisa contribua para as novas análises socioambientais e de direitos humanos frente as tragédias causadas por grandes corporações. Crimes que são esquecidos com o passar dos anos e que os danos,

maquiados, vão além dos que podem ser percebidos de uma análise superficial do acontecimento. Espera-se que os elementos teóricos e os dados obtidos na investigação de campo possam fornecer esclarecimentos para futuras pesquisas e contribuir para conquista dos direitos dos afetados. Para o campo da administração, é importante que novos estudos sejam desenvolvidos no âmbito das organizações avaliando suas políticas e suas práticas no sentido de buscar a compreensão dos danos causados a sociedade sob a ótica dos afetados.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da FAPEMIG, CAPES, CNPq e da PUC Minas.

Referências

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 5, 2002.

COELHO, T. P. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana**. Lutas Sociais, v. 22, n. 41, p. 252-267, 2018.

COELHO, T. MILANEZ, B. GIFFONI, R. A Empresa, o Estado e as Comunidades. In: ZONTA, M. e TROCATE, C. (Ed.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

COSTA, M. A. B.; ALMEIDA, L. F. G.; GUERRA, M. F. L.; GARCIA, J. P. G.; SANTOS, R. M.. **Uma investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG: As metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local**. Texto para Discussão, 2020.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora**. Agrária (São Paulo. Online), n. 8, p. 73-98, 2008.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.) **Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: Fase, 2006. 331p.

QUINTÃO, F.D.M.; TEODÓSIO, A. S. S.; DIAS, A. L. F. Brumadinho são muitas: existências e re- sistências em um contexto marcado pela minero-dependência. **Anais...** Congresso brasileiro de estudos organizacionais, 7.. Porto Alegre(RS) UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viicbeo2020/386875-brumadinho-sao-muitas---existencias-e-resistencias-em-um-contexto-marcado-pela-minero-dependencia>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010.



A construção da soberania alimentar por movimentos socioterritoriais: uma análise do assentamento Emiliano Zapata no município de Ponta Grossa-PR

Luis Fernando Supanik Junior¹
Celbo Antonio da Fonseca Rosas¹

Resumo: Neste trabalho, investigamos a interconexão entre movimentos socioterritoriais e a Soberania Alimentar, centrando nosso estudo no assentamento Emiliano Zapata, situado no município de Ponta Grossa-PR, e vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Abordamos como o MST, por meio da prática da Agroecologia, contribui para a Soberania Alimentar em sua busca por reforma agrária e melhores condições de vida no campo. O MST adota essa ciência como um meio de resistência às práticas do agronegócio prejudiciais ao meio ambiente, promovendo um modelo de produção sustentável e socialmente justo. Este estudo baseia-se em uma pesquisa de campo, incluindo a aplicação de questionários aos produtores do assentamento Emiliano Zapata. Nossos resultados destacam a importância da Agroecologia na promoção da Soberania Alimentar, respeitando as tradições e culturas locais e aproximando os produtores dos consumidores. Além disso, discutimos a necessidade de políticas públicas de apoio à Agroecologia e o aperfeiçoamento das políticas existentes.

Palavras-chave: Agroecologia; Reforma agrária; Território.

The construction of Food Sovereignty by socioterritorial movements: an analysis of the Emiliano Zapata settlement in the municipality of Ponta Grossa-PR

Abstract: In this work, we investigated the interconnection between socio-territorial movements and Food Sovereignty, focusing our study on the Emiliano Zapata settlement, located in the municipality of Ponta Grossa-PR, and linked to the Landless Rural Workers Movement (MST). We address how the MST, through the practice of Agroecology, contributes to Food Sovereignty in its search for agrarian reform and better living conditions in the countryside. The MST adopts this science as a means of resistance to agribusiness practices that are harmful to the environment, promoting a sustainable and socially fair production model. This study is based on field research, including the application of questionnaires to producers in the Emiliano Zapata settlement. Our results highlight the importance of Agroecology in promoting Food Sovereignty, respecting local traditions and cultures and bringing producers closer to consumers. Furthermore, we discuss the need for public policies to support Agroecology and the improvement of existing policies.

Keywords: Agroecology; Agrarian reform; Territory.

Introdução

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil. Autor correpondente: luissupanik@gmail.com

A busca pela Soberania Alimentar nos remete à importância dos movimentos socioterritoriais na construção de território para produção sustentável e socialmente justa. Neste contexto, este trabalho pretende analisar a maneira como os movimentos socioterritoriais contribuem para o desenvolvimento da Soberania Alimentar, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST é um movimento que surge com o objetivo de lutar pela reforma agrária popular e melhores condições de vida no campo. Também defende a produção de alimentos saudáveis por meio da Agroecologia com o intuito de atingir os princípios da Soberania Alimentar. A Agroecologia emerge nesse cenário como uma prática agrícola mais sustentável e uma ferramenta política em oposição às práticas do agronegócio.

O estudo tem como recorte espacial o assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa-PR, que utiliza a Agroecologia como uma estratégia para resistir no campo. Embora a produção agroecológica seja uma realidade no local há quase duas décadas, ela não abrange a totalidade das famílias da comunidade, pois muitas pessoas precisam complementar a renda com trabalhos na cidade. A escolha desse local se deve à forte atuação do agronegócio na região, o que torna a resistência do MST relevante.

O MST se utiliza de ocupação de terras para reivindicar a luta pelo território e adotou a Agroecologia como forma de atividade em seus assentamentos e acampamentos, visando ser uma forma de resistir no campo ao mesmo tempo em que questiona e se contrapõe às práticas do modelo de agricultura utilizado pelo agronegócio. Tal modelo vem se mostrando cada vez mais devastador ao meio ambiente, seja pela utilização indiscriminada de agrotóxicos ou pelo desmatamento de florestas e matas ciliares para o avanço dos monocultivos.

Agroecologia emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 656).

Por meio da prática agroecológica é que o movimento contribui para a Soberania Alimentar. Para Coca, Vinha e Cleps Junior (2021, p. 123) "A luta dos movimentos socioterritoriais pelo acesso à terra via políticas de reforma agrária se dá de modo articulado à implementação da Soberania Alimentar".

Gliessman (2014) aponta que a Agroecologia é uma ciência que, além da transdisciplinaridade, se dedica a estudar a produção agrícola sustentável, considerando saberes tradicionais e científicos por meio de uma abordagem que enfatiza a biodiversidade e conservação de recursos naturais.

Caporal e Costabeber (2004) consideram que as contribuições da Agroecologia vão além dos aspectos agrônômicos e de produção. Englobam dimensões mais abrangentes, incorporando aspectos sociais, ambientais, econômicos e também elementos culturais, políticos e éticos. Compreende-se, portanto, que a Agroecologia vai além de somente uma prática agrícola. Ela está relacionada com a valorização dos saberes tradicionais camponeses atrelados a conhecimentos científicos e a busca de uma relação que seja socialmente mais justa.

Com isso, entende-se a Agroecologia como base para o desenvolvimento da Soberania Alimentar. De acordo com Fernandes (2016), a busca pela Soberania Alimentar é um processo que envolve mudanças sociais e políticas para a construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis, que valorizem os agricultores familiares, a produção agroecológica e o direito de os povos decidirem sobre seu alimento.

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu primeiramente em revisão bibliográfica sobre os temas "movimentos socio-territoriais", "Agroecologia" e "Soberania Alimentar". Essa revisão possibilitou compreender como estes temas principais estão relacionados e norteiam as discussões sobre Soberania Alimentar no país.

As saídas de campo realizadas tiveram caráter exploratório, buscando compreender como a Agroecologia é praticada no local, enquanto os questionários tiveram como objetivo identificar como esses produtores percebem a contribuição de sua produção para a Soberania Alimentar do município.

Foram aplicados 13 questionários em 13 das 50 unidades do assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa - PR, para a construção da pesquisa. Tais questionários tiveram como objetivos identificar as práticas agroecológicas utilizadas no assentamento, bem como compreender as formas de comercialização adotadas, os principais consumidores de sua produção e a percepção dos assentados sobre como suas atividades contribuem para a construção da Soberania Alimentar.

Para a aplicação dos questionários, além de perguntas sobre idade e gênero, os entrevistados foram convidados a responder sobre há quanto tempo trabalham com agricultura agroecológica e qual a renda proveniente dessa produção, visando compreender se as famílias estão conseguindo renda por meio da agroecologia.

Os participantes foram questionados sobre como definem a Agroecologia, quais alimentos produzem e como esses alimentos são distribuídos e comercializados. Outros temas abordados na pesquisa incluem as dificuldades enfrentadas na comercialização e o entendimento dos assentados sobre soberania alimentar.

O objetivo foi identificar se consideram que a Agroecologia praticada no assentamento contribui para o desenvolvimento da soberania alimentar.

Por se tratar de uma pesquisa que não possui a intenção de identificar os respondentes para cada resposta, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética.

Resultados e Discussão

Movimentos socioterritoriais, conforme observa Fernandes (2005), são movimentos que necessitam do território para existirem, e ainda conforme o autor, “[...] para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades” (FERNANDES, 2005, p.31).

Trata-se, portanto, de organizações que buscam novas relações com o território, principalmente defendendo a soberania dos povos em relação a ele. Os movimentos buscam uma forma justa e sustentável na distribuição, além de se prezar por uma produção ecologicamente sustentável que beneficie as comunidades locais.

O MST é aqui compreendido como um movimento socioterritorial que se apoia em um modelo de desenvolvimento no campo com base na Soberania Alimentar e que tem a Agroecologia como uma de suas principais estratégias de ação. Conforme aponta Fernandes (2000), o movimento, ao longo de sua trajetória, teve como princípio a luta contra o capital e a exploração, a luta pela reforma agrária e a distribuição justa não só da terra, mas também das riquezas produzidas pelo trabalho e a luta por justiça e contra as formas de dominação.

O MST é um dos principais movimentos no Brasil que atua na luta por direitos dos trabalhadores rurais do campo e, a quase quatro décadas, tem se dedicado a propor um modelo de reforma agrária que atenda às necessidades dos camponeses. A terra, para o movimento, é um elemento fundamental nessa trajetória pois é por meio do acesso à terra que os camponeses podem desenvolver seus territórios. Além da ocupação de terras, o MST também tem se dedicado à construção de espaços e debates políticos para fortalecer o movimento.

A defesa da soberania dos povos sobre o território que ocupam vai além da simples posse da terra, pois implica que as comunidades têm o direito de determinar como a terra será usada, quais culturas serão plantadas e como tudo isso será gerenciado. É o caso da Soberania Alimentar em que os camponeses decidem quais alimentos cultivar em suas terras.

A natureza socioterritorial do movimento é fundamental para a busca da Soberania Alimentar, pois visa a construção de espaços políticos, na conscientização dos produtores e consumidores além de que visa preservar as tradições, saberes e culturas locais. Soberania Alimentar e movimentos socioterritoriais se ligam, portanto, na busca de um sistema alimentar justo e com relações sociais que valorizam saberes tradicionais e as culturas dos povos, em que cada povo pode decidir o que plantar.

A associação desses elementos ocorre quando observada a escala local, que visa a garantia da alimentação da população, respeitando a cultura, a diversidade e os sistemas alimentares locais.

Stédile e Carvalho (2012, p. 717) apontam que “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”. Para Souza (2009, p. 116) Soberania Alimentar “é o direito dos povos de definir seu próprio alimento e agricultura, de proteger e regular a produção agrícola doméstica e o comércio para criar objetivos de desenvolvimento sustentável”.

O conceito de Soberania Alimentar foi desenvolvido por organizações e movimentos sociais, como uma resposta às preocupações sobre a globalização dos sistemas alimentares e a concentração de poder nas mãos de poucas empresas multinacionais.

Isso tem sido uma importante questão no debate sobre políticas agrícolas e alimentares, visando promover sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e centrados nas necessidades das comunidades locais. Ela enfatiza o controle local e comunitário sobre os sistemas alimentares e busca reduzir a dependência de importações de alimentos. Isso implica a promoção da agricultura sustentável, da produção de alimentos de pequena escala e do apoio a práticas agrícolas tradicionais.

Um dos movimentos precursores do debate sobre Soberania Alimentar foi a Via Campesina, que, para defender os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais, propôs o conceito de Soberania Alimentar durante a II Conferência Internacional *De La Via Campesina em Tlaxcala*, no México no ano de 1996 (*Declaración de Tlaxcala de La Via Campesina*, 1996).

A Soberania Alimentar não se limita apenas à garantia de acesso a alimentos suficientes. Está mais relacionada com a segurança alimentar e incorpora a preservação das relações sociais, culturais e a capacidade das comunidades de determinar o que plantar e como produzir seus alimentos. Por isso, os movimentos socioterritoriais têm desempenhado um papel fundamental na sua construção, pois respeitam e promovem as tradições e culturas locais, zelando pelos sistemas alimentares locais e pela diversidade de alimentos produzidos.

As decisões sobre o que plantar dentro dos acampamentos e assentamentos, não são impostas por atores externos como grandes corporações ou políticas governamentais distantes. Isso pode ser evidenciado no assentamento Emiliano Zapata, onde os camponeses afirmaram que são eles mesmo que decidem os tipos de alimentos que irão produzir, não havendo qualquer imposição do MST.

Os agricultores precisam ser autossuficientes e determinarem suas próprias prioridades em relação à produção de alimentos, visto que cada comunidade tem preferências alimentares diferentes, culturas alimentares diferentes e cada

região pode ser mais favorável para o cultivo de determinados alimentos. Fato que não ocorre com o agronegócio, por exemplo, em que as monoculturas se espalham por todo o país, regadas com os mais diversos tipos de agrotóxicos para forçar uma adaptação dos cultivos nos mais variados solos e climas.

O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. O alimento é a energia que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente aonde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente (STÉDILE; CARVALHO, 2010 p. 151).

Permitir que as comunidades decidam sobre suas práticas alimentares e agrícolas, pode contribuir para o fortalecimento das comunidades rurais, promovendo um senso de pertencimento e controle sobre o próprio destino, o que é essencial para a resiliência das comunidades em face de desafios econômicos e ambientais. A soberania na produção não pode ser separada da responsabilidade com a sociedade. É necessário que a produção não atenda apenas às demandas comerciais, mas também se estenda a toda a comunidade urbana.

Coca (2016) argumenta que a Soberania Alimentar não se concentra exclusivamente no resultado da produção, mas também na forma como essa produção ocorre. Para o autor, devem ser enfatizados os aspectos ambientais e sociais que são associados à produção de alimentos e que isso deve ir além das abordagens capitalistas, nas quais os fatores econômicos ocupam uma posição central.

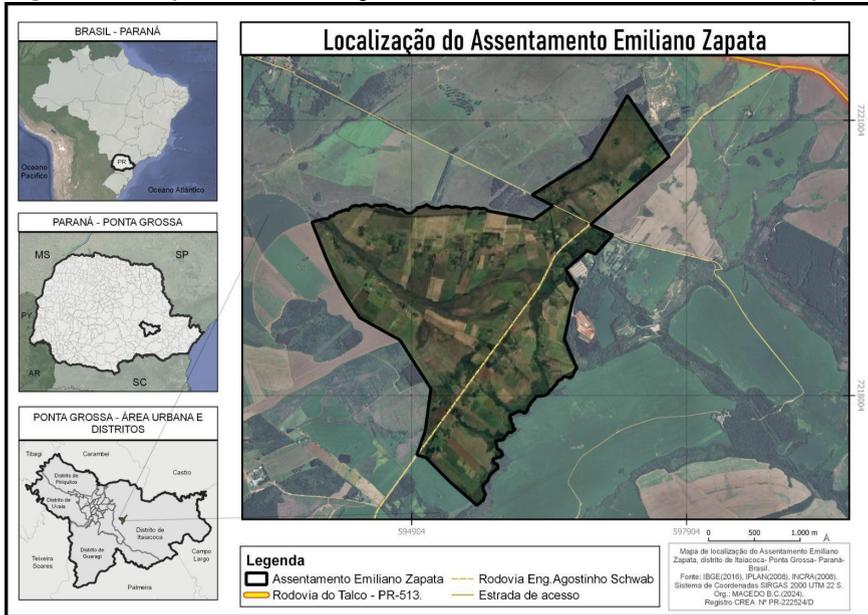
Parte do que é cultivado e produzido deve ser direcionado à sociedade, disponível a preços justos, acessível em feiras ou sacolões de distribuição. Uma das maneiras de buscar o comércio mais justo é por meio da Economia Solidária, uma abordagem econômica baseada na cooperação, solidariedade e na participação democrática. Para Valadão *et al.* (2014) as experiências de economia solidária:

[...] retomam tradições associativas dos trabalhadores, tendo como fonte de inspiração as experiências cooperativas dos trabalhadores do século XIX. Estas iniciativas estão ligadas a constituição de uma variedade de grupos onde a solidariedade estejam no centro das relações sociais, predomine a socialização dos meios de produção e princípios de equidade (VALADÃO *et al.*, 2014, p. 4).

Na economia solidária, os participantes colaboram e buscam criar alternativas para o sistema econômico tradicional, além de buscarem formas para atingir objetivos comuns. Tanto a economia solidária quanto a Soberania Alimentar buscam fortalecer as comunidades locais. A primeira, por meio de cooperativas e empreendimentos, permite que as comunidades controlem suas próprias atividades econômicas. Já a segunda, busca garantir que as comunidades tenham controle sobre suas decisões relacionadas à produção e distribuição de alimentos. Ambas buscam um modelo econômico mais justo, inclusivo e sustentável, especialmente no contexto da produção e distribuição de alimentos.

Nesse contexto, o recorte espacial do trabalho, o assentamento Emiliano Zapata (Figura 1), faz parte de um movimento socioterritorial que transformou o território ocupado ao implantar suas políticas na luta pela reforma agrária, com a inserção da Agroecologia como alternativa para se manter no campo, buscando o sustento de seus agricultores.

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento Emiliano Zapata.



Fonte: Autoria de Bárbara de Carvalho Macedo (2024).

Localizado no município de Ponta Grossa, interior do estado do Paraná, o assentamento carrega a resistência do seu povo na sua história de luta por direito à terra. De acordo com lideranças do assentamento, a área em questão foi ocupada em 2003 por aproximadamente 150 famílias. A fazenda ocupada

estava sendo utilizada por uma empresa de reflorestamento de maneira irregular para plantação de pinus e pesquisas com soja transgênica.

Nesse sentido, a ocupação tinha a intenção de denunciar o que estava ocorrendo, uma vez que a fazenda em questão pertencia à EMBRAPA. Com isso, o movimento denunciava o ocorrido e pedia a destinação das terras para reforma agrária.

Engelmann (2011) cita que no início da ocupação, o assentamento foi organizado pelos próprios membros que realizaram a divisão em lotes e parte destinada ao plantio coletivo, local que abriga um barracão utilizado pela comunidade e pela cooperativa, além de horta comunitária e escola. A autora ainda aponta que a ideia inicial da comunidade sempre foi a de produção de alimentos para atender a subsistência do assentamento e comercialização do excedente ao município, e que desde o início a opção foi de produzir alimentos agroecológicos.

Após mais de 20 anos de lutas e resistência, em 16 de março de 2024, um evento no local marcou a formalização do assentamento, sendo o segundo assentado no Paraná no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A conquista é uma vitória para uma comunidade que vem se dedicando a produzir alimentos saudáveis e de qualidade, seguindo uma base agroecológica e resistindo em uma região dominada pelo agronegócio e pela mineração.

Outro ponto de destaque para o fortalecimento da comunidade, de acordo com os assentados, foi a criação da cooperativa COOPERAS (Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária). Foi fundamental para que o assentamento pudesse participar de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são importantes para a distribuição dos alimentos e geração de renda para as famílias, possibilitando sua manutenção no campo.

Atualmente, o assentamento possui 50 unidades produtoras onde as famílias cultivam alimentos no local e com a união em cooperativa, conseguem comercializar os produtos principalmente os produzidos no sistema de transição agroecológica. São os próprios camponeses que decidem os alimentos que irão plantar baseado em primeiro lugar nas suas preferências alimentares, sempre visando a produção de alimentos típicos da região e em segundo, cultivando alimentos com boa aceitação no mercado, visto que, tirando os alimentos utilizados para subsistência, o excedente é comercializado via cooperativa.

De acordo com as respostas dos questionários, no assentamento, são cultivados alimentos que compõem a dieta diária dos brasileiros, como hortaliças, legumes, frutas, tubérculos e alguns grãos, diferente da produção do agronegócio focada no monocultivo e que tem como destino os mercados consumi-

dores fora do país. A produção de alimentos do MST e da agricultura familiar atende o mercado interno levando comida para a casa dos brasileiros. “Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil” (Agência Câmara de Notícias).

Roman (2022) aponta que, dentro dos territórios do MST, a palavra de ordem é “comer” e que é por meio dessa palavra de ordem que outras ideologias são defendidas no movimento, como a organização da luta, a produção agroecológica, além de questões sociais tratadas pelo movimento. A autora também afirma que “as premissas da agroecologia dialogam diretamente com a centralidade da Reforma Agrária Popular, na busca da construção de territórios camponeses, com a produção de alimentos saudáveis voltada aos interesses de toda população brasileira” (ROMAN, 2022, p. 79).

A pesquisa com os assentados aponta que a produção de alimentos é, em sua maioria, comercializada por meio da cooperativa dos produtores e destinada para programas governamentais, como PNAE, PAA, Feira Verde etc. É por meio do PNAE que os alimentos produzidos pelos agricultores chegam todo dia na alimentação escolar de milhares de crianças da rede pública de ensino do município. São alimentos saudáveis, de qualidade e que contribuem para uma alimentação nutritiva e diversificada para cerca de 31 mil alunos da rede municipal de ensino de Ponta Grossa.

De acordo com informações obtidas no site da prefeitura de Ponta Grossa, em 2019 o município ofereceu ao longo de 1 ano mais de 15 milhões de refeições para os alunos:

As compras de alimentos são divididas em blocos e, os produtos, adquiridos junto a vários fornecedores, com ampla concorrência. Dentro destes valores estão incluídos todos os itens alimentícios para o dia a dia das escolas, como produtos hortifrutigranjeiros, cereais, pães, leite, carnes, formulados e outros produtos não-percíveis. Destes, 30% são itens adquiridos diretamente da Agricultura Familiar de Ponta Grossa e região, por meio de chamada pública – aproximadamente R\$2,4 milhões em verduras, legumes e frutas (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa).

Comercializar os produtos via cooperativa para o município permite também maior renda para os camponeses. De acordo com dados obtidos, cerca de 63,6% afirmaram ter renda de 1 a 3 salários-mínimos somente com a produção de produtos agroecológicos. Além disso, mais de 81% dos camponeses participantes da pesquisa afirmaram cultivar de maneira agroecológica há mais de 10 anos. Isso mostra que essa prática está auxiliando na resistência e independência dos camponeses no seu território.

Almeida e Sette (2021, p. 71) argumentam que “a produção agroecológica é fundamental para a independência camponesa dos insumos e técnicas ditos modernos pela Revolução Verde, se contrapondo ao agronegócio, possibilitando a dinâmica comercial local e a soberania alimentar”. As autoras acreditam também que a Agroecologia auxilia na construção da Soberania Alimentar, pois se compromete com a produção de alimentos de qualidade, respeitando a natureza e onde o consumidor pode conhecer os produtos que está consumindo, além da preocupação com fatores econômicos, políticos e sociais.

Stedile e Carvalho (2010) corroboram com a ideia de que a construção da Soberania Alimentar, passa pelo cuidado com aspectos sociais, econômicos e políticos ao afirmarem que:

A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações (STEDILE; CARVALHO, 2010, p. 152).

Apesar do crescimento da comercialização de produtos agroecológicos e da busca por alimentos mais saudáveis pela população, existe ainda um atraso nas políticas e ações públicas voltadas para a produção de alimentos da agricultura camponesa e familiar². São necessárias reformas que garantam uma mudança no sistema agrícola vigente. Tais mudanças passam pela efetivação da reforma agrária, que garanta acesso à terra aos camponeses e agricultores familiares, e mais participação do Estado na promoção da Soberania Alimentar.

Considerações finais

Movimentos socioterritoriais, como o assentamento Emiliano Zapata, enfrentam inúmeros desafios no caminho para a construção da Soberania Alimentar e para a efetividade das práticas agroecológicas. É importante, porém, que tais movimentos sejam incentivados para continuar a desenvolver essas alternativas sustentáveis para o modelo do agronegócio, pois os sistemas agrícolas de alta devastação e carregados de produtos nocivos à saúde estão sendo cada vez mais questionados.

²Partindo da proposta de que o camponês simboliza resistência e oposição ao capitalismo, enquanto o agricultor familiar representa um indivíduo mais sujeito a se integrar ao sistema capitalista.

Ao apresentar a discussão sobre como os movimentos socioterritoriais contribuem para o desenvolvimento da Soberania Alimentar, é possível notar a importância da Agroecologia no presente contexto. O assentamento Emiliano Zapata pode contribuir para a Soberania Alimentar no município de Ponta Grossa por meio desse tipo de produção. Sua capacidade de produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e fazer com que esses alimentos cheguem a milhares de crianças por meio da alimentação escolar, é um grande exemplo de como a Agroecologia produzida no assentamento auxilia na construção da Soberania Alimentar.

É por meio da implementação de práticas agroecológicas que os camponeses do assentamento cultivam uma diversidade de alimentos, respeitando a biodiversidade e os ciclos naturais da terra. A produção agroecológica possibilita a manutenção do movimento, pois permite que os agricultores tirem do seu território o sustento de suas famílias e consigam se manter no campo. Porém, como relatado pelos agricultores, é necessário que se desenvolvam políticas públicas que apoiem a Agroecologia e também o aperfeiçoamento de políticas já existentes.

Movimentos socioterritoriais buscam maneiras de resistir no campo e construir alternativas frente ao modelo capitalista do agronegócio. A busca pela Soberania Alimentar por meio da Agroecologia é uma alternativa na construção de um novo modelo de produção que se preocupa com o meio ambiente, produzindo produtos livres de agrotóxicos e respeitando a natureza. Além disso, há a preocupação social ao buscar uma forma de comercialização justa, reduzindo os intermediários e aproximando o produtor do consumidor.

Entretanto, são necessários investimentos massivos em políticas que favoreçam a agricultura agroecológica e familiar para que esse modelo prospere e se expanda. Programas que permitam que os camponeses possam comercializar seus produtos e também políticas públicas de apoio financeiro à produção, como créditos rurais e investimentos em equipamentos para auxiliar no trabalho do campo.

Em resumo, o assentamento Emiliano Zapata é um exemplo de como a Agroecologia pode ser uma ferramenta poderosa na construção da Soberania Alimentar. A abordagem sustentável e comunitária oferece uma alternativa ao agronegócio, promovendo a produção de alimentos saudáveis, protegendo o meio ambiente e contribuindo com a manutenção no campo e justiça social.

Este estudo ainda é o início de uma pesquisa que busca investigar as dinâmicas envolvendo a Soberania Alimentar e os movimentos socioterritoriais. É necessária a continuidade das pesquisas com análise de outras comunidades, para que essas temáticas ganhem cada vez mais força e que ações efetivas

possam ser alcançadas, em favor de uma agricultura sustentável e de garantias de acesso à alimentos de qualidade para a população.

Referências

ALMEIDA, B. A.; SETTE, F. C. **A Soberania alimentar como estratégia de resistência.** In: Souza Filho, Carlos Frederico Marés de *et al* (org.). Agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2021. p. 203-222.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S.L.], v. 51, n. 4, p. 645-660, dez. 2013.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Agência câmara de notícias. **Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, 2004. 24 p.

COCA, E. L. F.; Vinha, J. F. S. C.; Cleps Junior, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. **Revista Campo-Território**, [S.L.], v. 16, n. 42, p. 117-144, 28 out. 2021. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

COCA, E. L. F. **Soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no brasil e a rede farm to cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016. 357 f. UNESP. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

DECLARACIÓN DE Tlaxcala de la Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>. Acesso em: 24 nov. 2024

Engelmann, S. A. **A organização do território a partir do paradigma da agroecologia no acampamento Emiliano Zapata - Ponta Grossa- PR/ Sandra Andrea Engelmann.** Ponta Grossa, 2011.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Supanik Junior *et al.*

FERNANDES, B. M. **Agroecologia e soberania alimentar.** In B. M. Fernandes, A. F. Carneiro, & L. A. Ferreira (Orgs.), *Agroecologia: Concepções e práticas* (pp. 55-78). São Paulo: Expressão Popular. 2016.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24-34, jan/jun. 2005.

GLIESSMAN, S. R. (2014). **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MACEDO, B. C. **Mapa de localização do assentamento Emiliano Zapata.** 2024.

PREFEITURA DE PG investe R\$18 mi na alimentação escolar. **Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.** Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/42877>. Acesso em: 25 out. 2023.

ROMAN, I. S. **Arroz deu cacho e o feijão floriô: a reforma agrária popular do MST e a construção da agroecologia.** 115f. Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022.

SOUZA, A. S. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: percepção e de prática. ou, de qual lado é o meu quintal? **Revista Pegada**, [s. l], v. 10, n. 1, p. 113-133, jun. 2009.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar.** In: *Dicionário da educação do Campo*, Caldart, R *et al* (orgs.). Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** In: BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). *Fome Zero: Uma história Brasileira.* Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010, p. 144 a 156.

VALADÃO, A. C. *et al.* A experiência da rede solidária de produtores e consumidores de produtos agroecológicos Emiliano Zapata- Ponta Grossa- PR: aproximando produtores e consumidores. In: **Anais...VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná**, 28 a 30 de agosto de 2014, p. 1-20. Disponível em: <https://memoria.apps.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/a-experi%C3%80ncia-da-rede-solid%C3%80ria-de-produtores-e-consumidores-de-produtos-agroecol%C3%93gicos-emiliano-zapata-%E2%80%93PR.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.



Trajetórias por dignidade: um estudo de caso das lutas por terra e reforma agrária no sul do Brasil

Dayana Cristina Mezzonato Machado¹
Pâmela Marconatto Marques^{1*}

Resumo: O presente trabalho buscou compreender as relações entre a luta pela terra, pela reforma agrária e a produção de vida digna no campo. Por meio de um estudo de caso, a pesquisa analisou a trajetória de vida da família de Seu José e Dona Emília, agricultores do Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão, Rio Grande do Sul (RS). A trajetória da família indica que a exclusão do processo de modernização agrícola, em meados da década de 1980, criou as condições para o ingresso na luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como possibilidade de construção de futuro e vidas dignas. Seus relatos apontam que as lutas coletivas resultaram em conquistas comuns de terra e políticas públicas para a reforma agrária, possibilitando autonomia na produção farta de alimentos saudáveis para o autoconsumo, bem como a inserção em atividades cooperadas, com acesso a mercados de alimentos orgânicos. As lutas forjaram, ainda, sociabilidades sustentadas por fortes laços de uma vida em comunidade e, ao mesmo tempo, permitiram acesso a educação e trabalho para os filhos e netos.

Palavras-chave: Reforma agrária; Estratégias socioeconômicas; Vida digna; Sucessão rural.

Trajectories for dignity: a case study of the struggles for land and agrarian reform in southern Brazil

Abstract: The work in question analyzed the life trajectory of a family of settled farmers in southern Brazil, seeking to understand the relationship between the struggle for land, agrarian reform and the production of a dignified life in the countryside. The research was carried out in the Filhos de Sepé Settlement, in the municipality of Viamão, Rio Grande do Sul (RS) and used the qualitative "life history" methodology, which sought to listen to the voices and knowledge of those who have historically been excluded from the dominant narrative. Seu José and Dona Emília were born in the northwestern region of Rio Grande do Sul and migrated to the metropolitan region of Porto Alegre at the end of the 1990s, when they joined the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the struggle for land. The collective struggles resulted in common conquests of land and public policies for agrarian reform, enabling autonomy in the production of healthy food for self-consumption, as well as inclusion in cooperative activities, with access to organic food markets. The struggles also forged sociabilities sustained by strong bonds of community life and, at the same time, allowed access to education and work for the children and grandchildren of Mr. José and Mrs. Emília.

Keywords: Agrarian reform; Socio-economic strategies; Decent life; Rural succession.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Brasil. *Autora correspondente: dayanacmma@gmail.com

Introdução

Em 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária realizou vistoria da fazenda Santa Fé, de 9.506 ha, localizada no município de Viamão, Rio Grande do Sul (RS), a qual foi considerada apta para fins de reforma agrária. Nesse mesmo ano, 376 famílias, que se encontravam em processo de luta pela terra em acampamentos de diversas regiões do estado, vieram constituir o maior território de reforma agrária do RS, o Projeto de Assentamento (PA) Viamão, que logo foi re-batizado como “Assentamento Filhos de Sepé”, em homenagem ao líder indígena Sepé Tiaraju².

Situado na região metropolitana de Porto Alegre, em 2023 este assentamento completou 25 anos de existência. Nele se cultiva a maior área contínua de arroz orgânico da América Latina, abrigando uma agroindústria específica para o beneficiamento do arroz orgânico, denominado “Origem orgânica”. Está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, e abriga a Unidade de Conservação (UC) integral “Refugio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos” (PREISS, 2013). Neste território também foram construídos o viveiro “Mulheres da Terra”, de produção de árvores nativas e ameaçadas de extinção; a Biofábrica “Ana Primavesi” de produção de biosinsumos agroecológicos e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), que oferece cursos técnicos de gestão de cooperativas, educação de jovens e adultos, dentre outros. Vale dizer ainda que grande parte das feiras ecológicas de Porto Alegre e região metropolitana é realizada por famílias assentadas com produção hortifrúti do assentamento Filhos de Sepé. Mas afinal, que caminhos foram percorridos desde a luta pela terra até os dias atuais? Como essa luta se articula com a produção de vidas dignas no campo?

As famílias que chegaram ao assentamento Filhos de Sepé em dezembro de 1998 participaram de um intenso processo de luta pela terra. Algumas delas ficaram acampadas durante dois anos no acampamento Palmeirão, outras no acampamento Santo Antônio, ambos localizados no município de Santo Antônio das Missões, e uma quantidade menor de famílias eram do acampamento Águas Claras, em Viamão. Dentre as famílias assentadas, a maioria é da região do Alto Uruguai, sendo uma delas a família do seu José Bastos e dona Emília, com a qual realizamos esse estudo de caso.

Neste texto buscaremos refletir as relações entre as lutas pela terra, pela reforma agrária e a produção de vida digna, a partir da trajetória de vida narrada e refletida por seu José Bastos e dona Emília. Partindo da compreensão que as experiências concretas de pessoas comuns podem aportar reflexões vigorosas ao espaço acadêmico e científico (ANJOS, 2020; SILVESTRE, 2019), este texto

²Sepé Tiaraju defendeu as terras indígenas dos estrangeiros, o líder ficou conhecido por sua famosa expressão: “Essa terra tem dono!”

pretende ser uma pequena contribuição, particular e específica, aos estudos sobre reforma agrária e assentamentos. As “reflexões teóricas produzidas na luta” (MENESES, 2008; ANJOS, 2020; CABRAL, 2011) têm, pouco a pouco, ocupado espaço na academia, acreditando na possibilidade de aportar saberes desde perspectivas de mundo até então invisibilizadas. O estudo de caso apresentado é fruto de duas pesquisas de campo, a primeira delas realizada em 2015, durante o curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, e a segunda realizada entre 2021 e 2023, como parte do doutorado em Desenvolvimento Rural.³ A metodologia utilizada foi a História de vida, sendo as entrevistas em profundidade gravadas, com autorização dos entrevistados, e que compõem o estudo de caso ora apresentado. A escolha pelo uso dessa metodologia está vinculada às potencialidades das relações entre acesso à memória como produtora de conhecimento. A pensadora Leda Maria Martins (2024) afirma que as performances e a oralidade foram modos de produzir, inscrever e transmitir o conhecimento por povos não ocidentais. Dessa forma, apostar nas histórias das pessoas comuns é também acreditar na potência das reflexões elaboradas por elas.

Este ensaio está dividido em duas partes, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentamos as reflexões do casal Seu José e Dona Emília sobre a chegada da soja na região onde nasceram, Alto Uruguai, e junto com o grão veio também a “Revolução Verde”. O endividamento, a perda das terras e o esvaziamento das sociabilidades naquele espaço rural são narrados como as principais razões para o ingresso na luta pela terra. Na segunda parte, após ingressarem no assentamento, o casal relata as dificuldades que tiveram para a construção inicial desse novo lar, e assim, vão nos apresentando as reflexões sobre as iniciativas consideradas bem sucedidas e também aquelas que demandaram atenção para serem revistas e reformuladas. Ao final dessa seção refletimos sobre as lutas por políticas públicas para a reforma agrária e as possibilidades elaboradas para a manutenção na terra das gerações seguintes, quando Seu José e Dona Emília nos apresentam pistas sobre a vida digna sonhada e experienciada junto aos filhos e netos.

Soja e revolução verde: do endividamento ao ingresso na luta pela terra

Seu José nasceu no município de Coronel Bicaco, região denominada Alto Uruguai, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Ele é o quarto filho de uma família de agricultores que possuíam um pequeno pedaço de terra. Perguntei sobre as etnias presentes naquela região ele disse que era composta por vários grupos.

³A especialização foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Machado et al.

Eu tenho sangue de alemão, meu bisavô veio da Alemanha, mas minha mãe tinha sangue de índio, de paraguaio. Era uma região misturada. Em Siqueira Mendonça (localidade rural do município) só tinha um casal de gringo, o resto era de brasileiro. A dona Dorilde e seu Gumercindo eram italianos. Alemães não tinham muitos. Italiano, tinha umas três famílias, alguns alemão e mais era caboclo⁴ como nós (Seu José).

A família da dona Emília não tinha terra, eles trabalhavam com a coleta da erva mate e o corte de madeira, prestando serviços para terceiros. Para realizar essa atividade eles acampavam nas fazendas onde ficavam até a finalização do trabalho.

Nossa família é de alemão e paraguaio, meu pai era filho de um paraguaio. Minha mãe era filha de um alemão. Se encontraram no tempo das guerras que existiam, em 1900 e pouco. Minha mãe era de 1918, ela dizia que tinha uma guerra que eles matavam as criações; ficavam só as mulheres em casa, ficou ela. Nós morávamos na colônia, mas não tínhamos terra. Meu pai trabalhava de agregado na terra do Bicaco. Morávamos lá e trabalhávamos com erva mate. Éramos uma família de oito irmãos e duas irmãs. Minha mãe foi uma mulher que trabalhou muito na vida e meu pai também. Não tinha hora pra ela sair e socorrer um doente. Nós trabalhávamos muito de empreitada, pegava pra carpir e cortar o trigo. Daquele tempo não tinha ceifa, a gente trabalhava de foicinha. Outras vezes pegava ela e meu pai e eles acampavam para tirar erva. Eu era criança e ia para o mato com eles tirar erva, éramos como ciganos (Dona Emília).

Como nos apresenta Dona Emília, sua família prestava serviços para fazendeiros por meio da extração da erva-mate e do corte da madeira. Tais atividades estão relacionadas com o modo hegemônico de apropriação das terras nas regiões gaúchas do Alto Uruguai e Planalto. Piccin (2007) conta que logo após a Guerra do Paraguai (1865-1870) essas regiões foram ocupadas por militares e tropeiros paulistas que recebiam terras como recompensa por defenderem o território, no caso dos primeiros, ou, no caso dos segundos, as compravam a preços irrisórios. Assim, na região dos campos consolida-se a atividade pecuária, com destaque para o charque, constituindo as grandes estancias, que expulsou à força pequenos agricultores e os extrativistas da erva-mate (PICCIN, 2007). Desse modo, as estancias e charqueadas encontraram na população cabocla a mão de obra para suas atividades econômicas, bem como a produção de alimentos para o autoconsumo.

⁴Neste ensaio estamos utilizando a noção de caboclo apresentada por Seu José e Dona Emília. Como autodenominação, caboclo é o grupo social que do ponto de vista étnico tem origem nas “misturas” entre indígenas, negros e brancos. Pela perspectiva econômica são aqueles que não tiveram acesso à terra para a produção e reprodução da família e seus herdeiros, exercendo atividades como agregado, peão ou extrativista. Ainda que excluídos do acesso a terras produz alimentos para o autoconsumo e comercializam o excedente, abastecendo o mercado local.

De modo paralelo a apropriação dos campos, ocorria o processo de colonização da região das matas. A partir de 1890 deu-se início as primeiras colônias de alemães na região do Planalto e Alto Uruguai. Com o intuito de colonizar as regiões de floresta, até então desprezadas pelos estancieiros, os projetos de colonização também contribuíram para expulsar a população cabocla das atividades agrícolas e extrativistas realizadas nas regiões de matas. Como afirma Jose Carlos Gomes dos Anjos:

Varreram-se caboclos, indígenas e comunidades de ex-escravos do mapa fundiário de imensas regiões do Rio Grande do Sul. Esse processo se fez complementar pelo estabelecimento de colônias alemãs e italianas. Conduzidos pelas firmas de colonização, os colonos avançaram sobre terras já ocupadas em nome de uma nova racionalidade produtiva, confirmada ao longo do século pelo acesso desigual a créditos, máquinas, sementes (ANJOS *et al*, 2004, p.53).

Piccin (2007) afirma ainda que o Estado elegeu claramente quem seria o agente de desenvolvimento da agricultura, oferecendo condições desiguais de acesso aos recursos, bem como atribuindo reconhecimento aos colonos enquanto discriminava os caboclos, também conhecidos como brasileiros. De acordo com o autor “isso definiu tendencialmente um lugar social para essa população como marginal na sociedade e na economia, relacionado com a posse de pequenas parcelas de terra - geralmente acidentadas - na região do Alto Uruguai” (PICCIN, 2007).

Como nos apresentou Seu José, em sua região havia poucos alemães e italianos, sendo a maioria caboclos, ou seja, os agricultores empobrecidos foram aqueles que, ao longo do processo de apropriação das terras nas regiões do Planalto e Alto Uruguai, ficaram excluídos do acesso à terra.

Voltando ao diálogo com Dona Emília e Seu José, o casal lembra com certo entusiasmo o período de infância.

Eu morava a cinco quilômetros de distancia da cidade, no interior mesmo. A dificuldade de acesso não era tão difícil, tinha faixa, ônibus, lá nós íamos na igreja, tinha colégio, tinha condições de viver em sociedade. Sociedade boa, vários lazer, campo de futebol, ali a gente nasceu e se criou (Seu José).

Seu José relata que teve uma infância muito feliz. Ele, desde criança, sempre trabalhou e ao mesmo tempo pode se divertir. Tinha muitos amigos, com os quais jogava bola (na região sempre havia torneio entre os times), nadava nos rios, participavam de festas da paróquia, etc.

Na infância era bom, a gente convivia, tinha a gurizada que brincava no

Machado et al.

mato, nos encontrávamos nos fins de tarde, íamos ao rio tomar banho, tinha muito rio, fazíamos brincadeiras nos momentos de folga. Piá sempre dava um jeito! (risos). Sempre trabalhei desde criança, na enxada, com facão tirando erva, esse era o nosso forte, umas das principais (culturas), plantávamos muito pouquinho, fazíamos umas rocinhas, mas muito pouco, só para o gasto, o principal era com a erva. Tínhamos barbacué. Nossa família era muito grande e havia muitos vizinhos. Tinha muita piaçada, nós fazíamos muito 'gritado' em volta da lavoura (Seu José).

Ambos lamentam não terem tido a oportunidade de estudar na infância. Seu José não pôde estudar além das séries iniciais do ensino fundamental, pois na comunidade rural em que morava não tinha ginásio (como era conhecido o ensino fundamental do sexto ao nono ano, na época).

Até os 17 anos fui ao colégio, estudei até o 5º ano, mas não aprendi muito, não tinha ginásio, era longe, tinha que mudar de cidade. Quando nós íamos à aula, os pais insistiam para nós irmos, a dificuldade que tinha era a distancia de quatro quilômetros. Eles diziam o seguinte: que nós tínhamos que aprender o nome e fazer as quatro operações, e já chegava! A gente aprendeu. A gente lidava com erva e tirava madeira. Então conta a gente sabia fazer, era o dia-dia da gente, a escola já era na lavoura mesmo (Seu José).

Quando eu passei pra segunda série da escola eu tive que sair, pois não tinha com quem eu ir. O mato era longe, era uns cinco quilometro. Aí eu não estudei, mas aprendi ler e escrever meu nome e até conta eu sei fazer (Dona Emília).

Pelo relato do casal, podemos perceber que no período da infância dos mesmos, o que corresponde a aproximadamente as décadas de 1950 e 1960, as famílias possuíam muitos membros e o meio rural era bastante povoado. Técnicas agrícolas manuais (foicinha e facão), exploração da erva mate, prestação de serviços agrícolas e condições de privações, tais como falta (no caso da família de dona Emília) ou escassez de terra (família de seu José) são características que vão compondo o modo de vida dos pequenos agricultores, denominados caboclos, na região de origem dos entrevistados.

No início dos anos 1980 eles casaram e tiveram dois filhos, Alessandro e Camila. Foram viver em um pequeno pedaço de terra dos pais do seu José, no município de Coronel Bicaco. O tamanho do estabelecimento era insuficiente para a família produzir e sobreviver, assim eles arrendaram mais um pedaço para poderem plantar soja.

Meu pai quando faleceu tinha seis hectares. Depois nós compramos

mais meia colônia de terra, que são 12,5 hectares. Era o que diziam na época: colônia. Depois que começaram as técnicas do soja e falavam hectare, não falavam mais colônia, porque era para o banco. Então a soja foi ruim porque nós tínhamos pouca terra. A gente tinha que fazer de tudo, trabalhou bastante de empregado, trabalhei na construção do porto do Rio Grande, depois me encontrei com essa aí (dona Emília) juntamos os trapos e estamos até hoje. Casei com 28 anos, mas namorava desde jovem (Seu José).

Na juventude, quando ainda morava com os pais, seu José trabalhou como peão em fazendas vizinhas, e trabalhou em atividades não agrícolas, como na construção do porto de Rio Grande. Na década de 1970 a produção de soja começou a ser difundida na região. Segundo seu José havia grande incentivo para que o “colono” plantasse a soja, a propaganda da época era: “plante que o governo garante”.

Nós tínhamos erval que foi tirado com trator de esteira e foi queimado pra botar soja. Isso trouxe um aperto muito grande. Pra você ver como é que é a história, como é que funciona: a erva na época exigia muita fiscalização e só podia tirar a cada três anos. E daí entrou a propaganda muito forte do soja e do milho. O próprio Bamerindus mesmo e as cooperativas, a Cotrijuí, fizeram uma propaganda muito grande para que abandonasse a erva. Enquanto levava três anos pra fazer uma safra de erva, fazia duas safra por ano, uma de soja e uma de trigo. E foi o que os pessoal fizeram. E daí tinha a propaganda, ‘plante que o governo garante’, isso era muito forte (Seu José).

A história narrada por seu José evidencia o processo de modernização da agricultura que teve início no Rio Grande do Sul na década de 1950, a partir das cooperativas tritícolas (PICCIN, 2007). Nas décadas de 1930 e 1940 emerge no cenário do Planalto e Alto Uruguai gaúcho um novo ator econômico, empresários urbanos e profissionais autônomos, que passam a arrendar terras para o plantio do trigo. Os incentivos governamentais para a produção de trigo – tais como crédito para o uso intensivo de máquinas e tecnologias visando o aumento da produção – beneficiam em especial as cooperativas tritícolas, que serão as responsáveis por estimular a modernização na região.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1950 a produção de trigo entra em crise em razão do sistema de produção baseado na monocultura, o que levava a taxas decrescentes de produtividade e aumento da incidência de doenças, ao mesmo tempo em que a entrada do trigo estadunidense, visando baixar o preço dos produtos da cesta básica, tornava o grão produzido no Brasil, menos competitivo. Será a crise do trigo, a responsável pela entrada da soja nas

Machado *et al.*

lavouras gaúchas do Planalto e Alto Uruguai. Primeiramente como rotação de cultura, visando melhoramento de solo e o consequente aumento da produtividade do trigo, e posteriormente assume como cultura principal, tendo em vista sua presença como commodities em ascensão no mercado internacional.

Desse modo, as décadas de 1960 e 1970 serão marcadas pelo incentivo governamental à produção de soja, estimulando a industrialização do grão, bem como sua exportação. Isenções fiscais e crédito subsidiado foram destinados a empresários nacionais e estrangeiros (PICCIN, 2007). Medidas que, segundo Piccin (2007) forma potencializadas pelo

[...] sistema cooperativista do Rio Grande do Sul que passaria atuar tanto na produção, industrialização, comercialização e expansão da infra-estrutura de armazenagem. Por outro lado o Governo concedeu créditos baratos e subsidiados para os agricultores através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criaram-se estações de pesquisa e de serviços de extensão rural, impulsionando sobremaneira a agricultura de exportação no Sul do país.

Para Guilherme Delgado (2012) a liberalidade da política do crédito rural e o aporte direto do gasto público com as instituições bancárias, e empresas de extensão rural durante a ditadura militar foram as principais responsáveis pela implementação da “modernização” agrícola. O fomento produtivo na época foi tão expressivo que inclusive os produtores com pequenas áreas foram convencidos a plantar soja, tendo em vista o financiamento para a aquisição de maquinário e insumos, tais como semente e adubo, os quais exigiam a terra como garantia.

Foi o caso da família de Seu José, que começou a plantar soja ainda quando era solteiro. O pai do seu José ficou animado com a proposta do governo e abandonou parte da atividade que exercia (de coleta de erva mate) para tentar a sorte na cultura da soja. Compraram um trator e arrendaram terras.

A disponibilidade de crédito, que chegava até o agricultor por meio de forte propaganda e trabalho de convencimento realizado pelo serviço nacional de assistência técnica e extensão rural, tornou a proposta de “modernização” agrícola atraente aos agricultores. No entanto, por trás do crédito “fácil” e das promessas de grandes safras, se desenvolvia o processo de entrada do capital financeiro na agricultura.

O banco financiava trator, adubo, calcário; tudo ele financiava. Eu me lembro que para comprar um trator precisava de 50 hectares de terras destocada e o Bamerindus nos financiou um trator com 30 hectares. Eu lembro que meu pai comprou um CBT junto com um tio meu e já não puderam pagar. Eles não tinham nada estocado e já o Bamerindus tirou deles o trator e tomou mais um pedaço de terra, tirou cinco hectares. Logo

no início, ficamos só uns dois anos com o trator, pois nós não tínhamos estoque e as prestações ficaram muito caras (Seu José).

Como afirma José Graziano da Silva (1998), o processo de modernização foi seletivo e desigual. A adesão a esse “modelo modernizante” foi em grande parte resultado da propaganda feita pelos instrumentos do Estado e empresas privadas, que ao mesmo tempo em que difamavam as culturas e hábitos tradicionais, propagandeavam a soja e todo seu pacote como a possibilidade de uma vida melhor.

No início a vida melhorou um pouco, mas logo já teve gente que foi vendendo os pedacinhos de terra para os granjeiros para ir morar na cidade. Nós também saímos de lá, mas ficamos no interior. A gente tinha terra, mas era só cinco hectares. Por isso que nós saímos de lá, porque com pouca terra estávamos sempre devendo para o banco (Dona Emília).

Como afirma Leonilde Servolo de Medeiros (2015) os agricultores foram sendo expulsos do interior das fazendas e das posses de áreas que se tornaram objeto do avanço das empresas agropecuárias, “gerando migrações para outras áreas em busca de terras ainda não apropriadas pelo capital, ao mesmo tempo em que se dava o crescimento desordenado das periferias das pequenas e médias cidades do interior” (MEDEIROS, 2015, p. 344).

Assim como seu José e dona Emília as mudanças no sistema produtivo foram igualmente adotadas por vários agricultores e rapidamente avançaram pela região:

E as pessoas foram plantando. O soja plantava no cedo, e dai, uma comparação, nós usávamos muito trilhadeira ainda, mas dai entraram as motrizes. Eles diziam: ‘Olha, pode plantar, planta com o trator, depois passa o veneno, tá limpo né, depois passa a colheitadeira, pode deitar numa sombra e olhar a maquina colher’. E o pessoal fizeram isso dai mesmo. E deu no que deu. Muitos vieram pra li, entraram ali aqueles granjeiros forte e destocaram mesmo. Trator de esteira pesado (Seu José).

No início dos anos 1990 muitas pessoas conhecidas de dona Emília e seu José migraram, seja para cidades próximas a capital do Rio Grande do Sul, dentre elas São Leopoldo, Ivoti, Sapiranga, dentre outras, como também para outros estados, como Mato Grosso. Segundo eles, as transformações eram muito rápidas, as dinâmicas foram profundamente alteradas em um curto espaço de tempo, desde as práticas de plantio até as interações sociais.

Outra coisa que a gente viu que não evoluiu mesmo foi o lugar ficar abandonado. Por exemplo, nós morávamos numa comunidade, onde havia quatro localidades, envolvia Canhada Folha, Sitio Briato, Siqueira

Machado *et al.*

Mendonça, Siqueira Bastos. Nessas localidades tinham jogos de futebol, festas da comunidade, atividades com as mulheres, missa, torneios. Hoje se ir lá não sei se acha alguma, não tem nem um morador. Chegou o asfalto, terminou tudo. Tinha quatro colégio, e hoje não tem nada (Seu José).

O fim das comunidades rurais, e todas as formas de interação que elas sustentavam, é narrado por seu José como sinônimo de atraso. Ao lamentar a inexistência, na atualidade, das “comunidades rurais” e a chegada do asfalto em seu lugar, seu José nos diz que uma vida, por ele considerada digna, demanda relações e interações comunitárias.

Nabusca por compreender as dimensões sobre o processo de “modernização” agrícola, Moacir Palmeira (1989) chama atenção para as transformações que se deram além das mudanças tecnológicas. Para ele houve um processo de expropriação do campesinato, não apenas dos seus meios de produção, mas das suas relações sociais.

“Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como naturais, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo saber fazer ” (PALMEIRA, 1989, p. 89).

Como conta o casal, antes da entrada massiva das máquinas havia a organização de mutirões e os agricultores eram transportados de caminhão para carpir ou colher. Seu José foi um desses “peões” que muitas vezes trabalhou em lavouras de vizinhos como forma de complemento de renda ou troca de serviços. No entanto, já não se via mais esse tipo de mobilização.

Dai o que aconteceu? Os que tinham pouquinha terra os granjeiro foram tomando conta. Teve até uma época que passavam os granjeiros pegando os peões pra carpir, capinar na soja e enchiam os caminhões, dali a pouco vieram os venenos para matar os matos dai não tinha mais serviço, ai os filhos saíram pra cidade, vieram tudo pra cidade grande e lá ficaram só os velhos. Ai tiveram que sair também né? Como é que iam sobreviver? (Dona Emília).

Pelas reflexões de dona Emília e seu José, a “modernização” da agricultura transformou completamente a paisagem, a população e as relações sociais no espaço rural. A entrada do crédito agrícola atrelado ao pacote tecnológico fez com que muitos agricultores se endividassem e perdessem suas terras, além disso, a máquina substituiu o trabalho humano; forçando a migração e transformando

a base técnica da produção, instalando uma agricultura intensiva e mecanizada, que mudou também a relação com o tempo dos agricultores tradicionais.

Existia o veneno, mas era pouco. Existia aquele de fazer cobertura, e depois veio aquele de secar por cima, o secante mesmo. Tinha aquele de fazer aplicação na folha estreita. Depois daí veio o café bravo, bravo porque era bravo mesmo, mas depois não foi mais problema, ele secava assim por cima junto com o soja, e foram matando. Fazendo plantio direto. Era assim, primeiro nós virávamos a terra e depois a gente gradeava. Hoje passa o secante e planta, plantadeira faz tudo (Seu José).

A família conta que sempre produziu alimentos para o auto sustento: mandioca, batata doce, feijão, milho, pequenas criações, leite, etc. Eles trabalhavam muito, pois além de produzir para o autosustento dona Emília lembra que criou os dois filhos carpindo soja, levava eles em um balaio quando eram bebês e quando já estava maiores eles ficavam na lavoura brincando. E as dificuldades começavam aparecer. Apesar do filho mais velho começar a ajudar na lavoura era difícil produzir para dar uma vida digna aos filhos. Como afirma dona Emília, não tinham para comprar um tênis ou uma roupa um pouco melhor para os filhos, e eles queriam dar condições de estudos aos dois.

A soja não melhorou, o que aconteceu foi uma ilusão. Se plantava, mas devia tudo, não tinha aquela condição financeira de fazer por conta, não sobrava nada. E aí quem podia comprar um trator comprou, sofria muito pra pagar, e quem não tinha se iludiram muito com a tal de máquina e pagava muito caro também. Aí entrava mais o custo da colheita, do caminhão pra puxar e por fim sobrava muito pouquinho, quase não sobrava. Não podia equilibrar com a lavoura. Olha, chegava época que não dava pra comprar uma camisa, não sobrava. O soja não foi pro pequeno. Tem gente grande, com 50 hectares que hoje eles estão num terreninho na cidade. Hoje mesmo, agora olhando, não tem nada, se quebrou, foi pra Goiás. Ele tinha 50 hectares de terra, até trabalhei com ele, e hoje está num terreninho na cidade. Eu digo que não foi bom aquela revolução verde que existiu lá. Até hoje acho que o povo estão mais concentrado (Seu José).

Seu José e dona Emília possuíam um pedaço de terra, mas era insuficiente para o sustento da família. A situação já se encontrava muito difícil, arrendavam um pedaço de terra para plantar soja e grande parte do que era produzido tinha que ser pago no arrendamento e nas prestações do trator. A atividade agrícola praticamente “empatava”.

Nós nunca pensamos em sair de lá nem ir pra cidade, mas aí viemos pra cá...

Machado et al.

nós já tinha o Alessandro que já tava grandinho, nós só tinha 5 hectare de terra e daí nós plantava alugado mais 5 hectare e ainda tinha que pagar 30% do arrendo... não sobrava nada, nem pra comprar um tênis.... tinha que pagar o banco, sempre pegava dinheiro, foi ai que nós saímos de lá (Dona Emília).

Não tardou muito e as escolas rurais também começaram a diminuir o número de professores e algumas fecharam. Os times de futebol já não existiam como antes, as festas da comunidade eram cada vez menores. Dona Emília e seu José viam as transformações que estavam ocorrendo na comunidade e ao mesmo tempo sentiam as dificuldades financeiras para manter a família naquele lugar.

O ingresso na luta pela terra

Alguns amigos e parentes decidiram ir para o Mato Grosso e convidaram o casal. Eles não queriam deixar a sua comunidade natal, mas seu José chegou a pensar em ir. Diante das dificuldades em que muitas famílias de agricultores se encontravam na região, a igreja, o movimento de mulheres e serviço de assistência técnica (EMATER) iniciaram um trabalho de dialogar com as famílias sobre as razões dessas dificuldades, da crise na agricultura, e a problemática da concentração fundiária. Dona Emília sempre foi muito católica e participava das reuniões, dos cursos, das oficinas. Sempre que podia ela levava a filha, Camila, que também participava junto com “os pequenos trabalhadores rurais”.

Dona Emília lembra com orgulho o que a agente de pastoral falava sobre sua filha: “Ela vai ser uma grande líder dos trabalhadores!” Dona Emília participava do grupo de mulheres e nas reuniões sempre era colocado sobre a importância dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

Então a nossa historia aconteceu assim, em 80 nos casamos e no ano 90, eu já tinha a Camila. Nós entramos para o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, daí tinha a Emater, por sorte, começou a organizar a comunidade, e começamos a fazer um trabalho e ir nas comunidades. Naquele ano a gente viu aquela guerra muito grande da primeira ocupação da Fazenda Santa Elmira. O Frei Sergio apanhou muito e eu pensei: mas nunca na vida que eu vou para o acampamento. Ai eu comecei a falar pra esse aqui (se José) que a luta era muito bonita. Daí surgiu o padre Mota lá em Bicaco, ele participava da CPT. Eu ia para as reuniões participar e levava a Camila pequeninha para participar, a menina da Emater dizia as trabalhadoras rurais e dizia: ‘A Camila vai ser uma grande líder’ e ela tá ai (Dona Emília).

Em meados dos anos 1990 dona Emília foi convidada para ser liderança comunitária e ajudar a fazer o trabalho de base para a conquista de um pedaço de terra para ela e para outras famílias. Ela recusou.

Daí um dia apareceu o padre Mota lá em casa e me convidou pra eu organizar um pessoal pra ir pro acampamento, aí eu disse: 'mas nunca padre Mota que eu vou fazer isso, eu não sei fazer, as pessoas não vão ir.' Daí ele falou então para eu indicar alguém umas pessoas pra mim, daí eu indiquei o Alceu (que mora ali aqui no Assentamento hoje) e a Dorilde (ela era só da igreja católica). Daí ele (Alceu) foi e gostou e começou a ir (Dona Emília).

Fazia tempos que seu José vinha refletindo sobre a sua condição naquele lugar. Sabia que a quantidade de terras era insuficiente, o arrendamento não era uma solução viável, não tinha recursos para comprar terra e também não viam como possibilidade a mudança para a cidade. Diante de toda situação que estavam vivendo, mas principalmente pelo futuro incerto que se apresentava para ele e os filhos naquela região, em dez dias após o convite, ele fez a sua bagagem, conversou com a família⁵ e foi para a sua primeira ocupação de terra.

Foi a própria situação que me fez ir pro acampamento, a gente estava olhando aonde nós estávamos e nós íamos ter que dar um jeito ou outro de ter que sair dali ou procurar outros recursos ou trabalhar de peão mesmo. Tinha um granjeiro ali que sempre passava com caminhão e levava muitos para trabalhar com ele lá, serviço sempre tivemos. Daí o que que eu fiz? Eu olhei pra um lado, olhei pra outro, pensei: 'comprar terra eu não vou ter condições, a piazada já está crescendo, e ali já estava exigindo também estudo, iam ter que sair dali e ir estudar pra fora'. Daí quando veio essa articulação, essa conversa ali em casa mesmo de ir pro acampamento eu pensei 'eu vou ir'. Daí fomos saindo, pegamos uma Kombi e fomos. Tudo isso eu pensei assim, não foram muito dias, dentro de uns 10 dias, eu resolvi: 'vou!' Encaminhei umas coisas pra deixar pra trás, umas coisinhas, umas criações, aí peguei e sai. Aquela dificuldade assim de dizer que estávamos passando necessidade imensa, a gente não estava, mas estava enxergando um pouco pra frente o que que podia acontecer, o lugar ali estava regredindo, não estava evoluindo. Os grandes, os exploradores estavam entrando lá e massacrando o pobre. Daí sai, mas sai assim com uma intenção até de não voltar, se caso não desse certo eu ia pra frente, eu sempre tive vontade de ir pro Mato Grosso, trabalhar lá (Seu José).

Como afirma Long (2007) os atores sociais não são agentes passivos das estruturas macroeconômicas, nessa mesma direção, Helena Silvestre (2019) afirma que aqueles que passaram por dificuldades na vida elaboram reflexões específicas sobre o modo de estar e agir no mundo, assim são capazes de

⁵A família fez um acordo. Seu José iria para o acampamento e dona Emília ficaria com as crianças. Eles não sabiam o que iriam encontrar, na avaliação deles era muito arriscado ir toda a família. Na região já se tinha os rumores que poderia ser perigoso participar de uma ocupação de terras.

Machado *et al.*

refletir sobre a realidade e elaborar estratégias econômicas, sociais, culturais para intervir em tal realidade. A família do estudo de caso em questão nos apresenta com vigor as elaborações realizadas. Dona Emília se lembra desse período da tomada de decisão, seu José era ministro da eucaristia quando foi convidado para ir para o trabalho de base.

Dai tinha o Enio Guterrez também era da EMATER. Ai um dia ele convidou ele (seu José) pra ir pra esse acampamento Santo Antônio. E ele resolveu ir e eu aceitei e fiquei com as crianças. Ele e o Alceu (o irmão de seu José) só, o resto ninguém quis ir, todo mundo tinha medo. O resto do pessoal que ficaram só depois que saíram terra pra cá que eles viram e ai foram acreditando. O padre Mota dizia que precisa botar o dedo primeiro, aquela passagem da bíblia, como eles viram que eles ganharam terra ai os outros acreditaram. O José era ministro da eucaristia e ai teve que sair e o pessoal ficou muito bravo que ele saiu, começaram criticar que eles iam apanhar da polícia, outros torciam que apanhasse e que voltasse, mas eles sobreviveram lá, ficaram um ano e 8 meses no acampamento. Dai ganharam terra pra cá” (Dona Emília).

O fato de a família participar dos grupos de base, em grupo de mulheres, na comunidades eclesiais, e posteriormente no movimento de luta pela terra, o MST, evidencia aquilo que Ploeg (2013) caracterizou como a luta por autonomia face ao ambiente hostil. Albert Tévoèdjè (1982) fala na luta por uma pobreza digna, na qual ter a terra própria era a possibilidade de garantir a autonomia da família.

A luta pela terra, que a família demonstrou necessária para sua reprodução econômica, emerge amalgamada com outras dimensões do processo de fabricação da vida. Para eles a educação dos filhos foi igualmente fundamental ao tomarem a decisão de ingresso no movimento de luta pela terra, abandonando o município de origem. Ficar em Coronel Bicaco significava não possibilitar oportunidade de estudo aos filhos.

Se por um lado o período do acampamento foi duro, por outro proporcionou muitos aprendizados. Durante os dois anos que ele esteve acampado, seu José participou de várias marchas em Porto Alegre, ocupação do INCRA, encontros em Brasília, etc. Ele jamais imaginou que iria precisar ir a tantos lugares para poder conseguir um pedaço de terra.

Dai fui para o acampamento. O acampamento não é um mar de rosas, é difícil! Sei que fomos pra lá, sempre eu tinha uns recursozinhos, não passei por aquelas dificuldades, fomos resistindo, tinha as frente de trabalho, ajudei nas lideranças desde o inicio e fomos trabalhando, resistindo. Ajudei a organizar ocupações de fazenda, ocupamos estrada, fizemos várias ocupações no

INCRA. Tudo isso foi muito difícil, viemos várias até o INCRA (Seu José).

Nessa primeira seção evidenciamos, pelos relatos do casal, a condição dos pequenos agricultores – autodenominados caboclos nesse estudo – frente ao processo de modernização da agricultura na região do Planalto e Alto Uruguai. Os processos de apropriação capitalista da terra, bem como os incentivos às técnicas diminuidoras de mão-de-obra, somadas às relações de poder que historicamente desprestigiou a população empobrecida e enegrecida constituirão os fatores determinantes para a formação de uma massa de agricultores sem-terras nessa região (PICCIN, 2007; ANJOS, 2004). Na próxima seção, damos continuidade à história de vida do casal, quando os mesmos nos apresentam a conquista da terra e os desafios para se alcançar políticas públicas capazes de contribuir na construção de vidas dignas.

A continuidade das lutas no assentamento: políticas públicas e a busca pela vida digna comum

Ao final de dois anos acampados veio a notícia de que eles iriam para um assentamento no município de Viamão. A figura 01 mostra os deslocamentos que a família fez, sendo que a seta azul indica a migração de Coronel Bicaco para o acampamento em Santo Antônio das Missões. A seta vermelha representa nova migração, dessa vez para de Santo Antônio das Missões para o assentamento, no município de Viamão. O casal conta que a combinação feita entre os membros da família era realizar a mudança definitiva para o assentamento no momento em que saísse a terra.

Depois que eu fui para o acampamento eu queria pegar um pedaço terra, mas tinha umas regiões que eu não ia me inscrever, mesmo que eu levasse uns três anos. Não ia porque tinha um receio que nós íamos pra lá e não íamos resistir, nós íamos ficar isolados. Dai viemos pra cá, tinha uma condição pra nós virmos, pela questão ambiental dessa área, e nós aceitamos (Seu José).

Eles contam que quando chegaram não havia moradias, luz ou água. Organizaram habitações provisórias e coletivas nas estruturas da antiga fazenda, como galpões e casas. Rapidamente organizaram “redes” para o abastecimento de água e luz, prática que logo se adquire no período de acampamento.

Essa fazenda aqui saiu rápido, não teve muitos rodeios. O que foi difícil bastante foi por causa da questão ambiental, nós ficamos 10 dias discutindo. O critério era muito grande e nós fizemos o regimento que nós íamos respeitar e até hoje quem está aqui tem que respeitar, mas teve muitas falhas, no início foi difícil porque nós tínhamos que respeitar porque a área era ambiental (Seu José).

Figura 1 - Deslocamentos realizados pela família de Seu José e Dona Emília.

Fonte: IBGE, Adaptado pelo autor, 2024.

Relatam que foi muito difícil o processo de adaptação no assentamento. Por várias vezes pensaram em ir embora. Dona Emília não conhecia quase ninguém, na região de onde ela viera estava acostumada a participar e organizar de muitas atividades e a conviver em comunidade.

No início eu tinha vontade de ir embora pra Bicaco. Não conhecia ninguém do assentamento, apenas os meus cunhados, Alceu e Teresa. A situação era difícil, vivíamos em barracas de lona preta e todos muito juntos. A situação financeira também era muito difícil, sobrevivemos com um pouco de dinheiro que guardamos do soja de Bicaco (Dona Emília).

Para seu José o que mais lhe incomodava era o fato de as terras de produção estarem distantes do lote de moradia, aproximadamente 14 Km. Quando veio para Viamão ele não imaginava que as distancias seriam tão grandes. Junto a isso somava o fato do tipo de solo, arenoso, ser muito diferente do tipo de solo argiloso e fértil da região de onde vieram.

Daí nós ficamos aqui com uma intensão de ficar com a área lá embaixo com irrigação natural, e uma área mais próxima. Mas não foi assim. Outra coisa que foi difícil foi que nós éramos acostumados com área seca e viemos pro banhado. Eu apanhei. Na minha imaginação eu ia morar em um lote com toda a área junta, ninguém discutiu com a gente que nós íamos ter as terras setorizadas. Só fizeram uma discussão que nós íamos pegar 13 hectares de terra, mas nunca nós pensávamos que íamos ter a área separada. Eu tinha essa ideia que nós íamos plantar toda área. E aí ficou mais difícil também por causa da distancia (Seu José).

No início, tudo o que plantavam tinha dificuldade para produzir. Ele chegou a verificar por mais de uma vez com conhecidos a possibilidade de trocar para algum assentamento em Tupanciretã ou regiões próximas, para ele o importante era ter a terra toda unificada. A difícil adaptação deveu-se também a má recepção pelos moradores do entorno. Eles relatam que eram vistos como baderneiros, arruaceiros, perigosos, bandidos. Muitos fechavam as portas das mercearias e ferragens quando algum “sem terra” se aproximava.

Mas a gente tinha a expectativa boa, de que ia melhorar. Mas nos primeiros tempos não foi fácil de acostumar com as dificuldades. Tivemos que trabalhar muito pra fora, em casa de família; mas depois as coisas foram melhorando (Dona Emília).

No primeiro ano no assentamento foi feita a discussão sobre a necessidade de distribuir as famílias por toda a área da antiga fazenda, tentando ocupar a maior parte de terras possível, pois havia a preocupação com a defesa do novo território. Assim, as famílias foram organizadas em grupos para constituírem núcleos de moradia. Seu José e dona Emília foram, juntamente com outras 35 famílias, para uma região denominada setor D, localizado a três Km do perímetro urbano de Águas Claras. Essas famílias discutiram pela constituição de um grupo coletivo e era formado por pessoas que tinham origem na mesma região noroeste: Iraí, Coronel Bicaco, Três Passos, etc. Algumas delas já se conheciam desde a infância e outras se conheceram no acampamento. Mas não era o caso de dona Emília.

Esse coletivo organizou um croqui para o parcelamento dos lotes. O INCRA colocou como condicionante que cada família deveria ter a área de moradia nas terras “altas” e o lote de produção nas terras “baixas”, que era uma região de banhado, com potencial para irrigação, porém impróprio para construção de habitações. Assim, o grupo das 36 famílias decidiu organizar a moradia das terras “altas” de maneira coletiva, orientados por discussões do acampamento, quando o MST trabalhava a temática da cooperação agrícola.

Machado *et al.*

A proposta do grupo era ter lotes individuais pequenos, de 30x60m, e o restante das terras serem coletivas. As casas foram organizadas em agrovila, ou seja, umas próximas às outras, semelhantes a loteamentos urbanos, e no centro havia uma área comum onde foram construídos campo de futebol, ciranda infantil e a sede da comunidade. O restante das terras foi destinado à produção e, assim, todas as atividades da horta, gado de leite e lavouras (milho, aipim e feijão) eram coletivas. As terras para produção foram organizadas por setores de maneira coletiva, assim havia o setor de hortas, da produção animal (suínos) e produção de grãos. O trabalho era coletivo, a produção era comercializada entre os membros e as sobras eram divididas.

Dona Emília conta que sua família não se adaptou ao modo das terras coletivas. Para eles era importante ter um espaço individual onde pudessem ter galinhas, gato, cachorro. Além disso, incomodava dona Emília o fato de ter que comprar as verduras que eram produzidas em terras coletivas deles próprios. No segundo ano da experiência eles decidiram abandonar o grupo e pediram que fossem separadas as suas terras para que a família pudesse decidir sobre a sua forma de organizar a produção e trabalho. Passaram a plantar os alimentos para o autosustento da família: feijão, milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, hortaliças, e começaram a criar galinha, porco e vaca de leite. A família vendia parte da sua produção nos condomínios vizinhos, onde levava o produto de casa em casa com carroça própria. Com o tempo eles já tinham uma freguesia consolidada.

Decidiram formar um grupo menor, com cinco famílias, que se agruparam em lotes de moradia maiores, porém individuais. Essas cinco famílias possuíam afinidades pessoais, moravam próximas e com o tempo foram optando pelo sistema de parceria. Eles passaram a compartilhar as mesmas terras nas quais criam gado. Conta seu José que assim foi possível diminuir os custos com cercas e maximizar o manejo sanitário dos animais. Nessa época ainda não havia a divisão dos lotes nas terras “baixas”; eles então experimentaram o plantio de arroz em parceira com um grupo de produção de Charqueadas, que já tinha experiência com arroz e contribuía um pouco com a renda.

Podemos perceber que a produção para o autoconsumo é uma estratégia econômica típica da agricultura camponesa, que significa a redução da dependência. A prioridade pela produção do próprio alimento faz com que tenham autonomia em relação ao mercado, não dependendo de recursos externos para garantirem significativa parte da alimentação. Como apresenta Camila, em um relato de 2001 durante o encontro Terra e Liberdade, quando tinha 12 anos e foi perguntada sobre os seus sonhos para o futuro:

Os meus sonhos para o futuro são ter casa, luz, água, bastante comida, não precisa ser do mercado, pois a gente pode produzir em casa o arroz, o

feijão, batata, mandioca, ovos, galinha, carne, legumes, verduras, queijo e muito mais (Camila Santos, em Terra e Liberdade, Fé e Esperança, 2001).

Ao final do ano de 2001 o assentamento completaria quatro anos. Dona Emília conta que, mesmo trabalhando muito na roça, nos primeiros anos de assentamento foi preciso trabalhar como doméstica no condomínio vizinho. Trabalhou com a mesma família por oito anos, e foi esse salário que ajudou a complementar a renda agrícola da família.

Figura 2 - Seu José e dona Emília em seu lote no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão.



Fonte: Autor, 2024.

Em 2009, dona Emília e sua filha, Camila, juntamente com outras mulheres do assentamento, iniciaram a produção de pães e bolachas para a merenda escolar por meio de uma agroindústria familiar. A filha do casal trabalhou desde o início na panificação. Essa experiência pioneira das mulheres levou a fundação, em 2010, da Cooperativa dos Produtores Orgânicos Assentados de Viamão (COPERAV) que, juntamente com outros 30 membros, organizaram a padaria e a produção de arroz ecológico. Mais tarde, em 2014, construíram a agroindústria de vegetais higienizados e processados. Seu José e dona Emília vendem aipim para a cooperativa e dona Emília, por um período, trabalhou no processamento de vegetais, descascando aipim.

Machado *et al.*

Aqui vale a pena destacar as políticas públicas Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). A COPERAV passou a comercializar a produção das suas agroindústrias por meio dessas políticas. Segundo relata o casal, a criação da cooperativa, e das agroindústrias, foi muito importante para gerar renda para as mulheres e para os jovens.

Além desses aspectos a cooperativa promove atividades culturais, seminários e reuniões que mobiliza a comunidade. Com o tempo dona Emília começou a participar das reuniões, cursos, festas e construiu grandes amizades no assentamento e na região vizinha, Águas Claras. A vontade de retornar para Bicaco já não existia mais.

Atualmente o casal está aposentado. Dona Emília trabalha no seu próprio lote cuidando da casa, da horta e dos pequenos animais, de vez em quando ela trabalha na cooperativa, no beneficiamento de vegetais, mas suas atividades estão limitadas por um problema na perna que a impede de caminhar muito. Seu José planta aipim, milho, feijão, frutas, batata doce para o autoconsumo da família e cria gado de corte em parceria com o grupo coletivo de vizinhos. Experimentou por alguns anos, juntamente com o filho e o grupo coletivo, o plantio de arroz orgânico. Dona Emília gosta muito das atividades que tem no assentamento, as festas, as reuniões, os cursos.

Perguntei se eles possuem algum sonho, e dona Emília respondeu: “A riqueza da gente é viver, ter saúde e ver os filhos bem. Os filhos eu acho que querem continuar por aqui. Não falam em sair. Que eles possam ter saúde, ser honesto ” (Dona Emília).

“Tenho aquela disposição pra trabalhar, mas a idade chegou mesmo. Fazer o que a gente fez, segurar, incentivar, pensar na família, não vai esquecer de tudo que a gente fez, eu acho o sonho é conservar o que fez e ter saúde. Tendo amizade é tudo ” (Seu José).

A possibilidade de educação para os filhos foi algo que desde o início do assentamento existiu. Estudaram o fundamental completo (até a 8ª série) na escola do Assentamento. O filho Alessandro concluiu o ensino médio em uma escola da região e Camila cursou ensino médio juntamente com magistério no ITERRA, uma escola do MST, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Em 2015, também por meio do PRONERA, Camila teve a oportunidade de cursar Serviço Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma turma especial do MST, na qual as aulas são organizadas por módulos, pela pedagogia da alternância. Dona Emília destaca que para ter o PRONERA foi feita muita mobilização no INCRA, em Brasília. Muito curso, muita reunião para poderem conquistar uma educação voltada as pessoas do campo.

Em 2021, Camila passou a compor a equipe pedagógica do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), uma escola nacional que fica dentro do Assentamento Filhos de Sepé. Camila tem dois filhos, Thales e Sofia. Thales está cursando ensino médio e técnico em cooperativismo no IEJC e Sofia estuda o ensino fundamental na escola do Assentamento. Camila agora também é assentada e vive com o companheiro Diego e os filhos em um lote (próximo ao de dona Emília e seu José), são produtores de arroz orgânico.

As lutas por terra que mobilizaram dona Emília e seu José na década de 1990 tinha como a educação dos filhos como central. Quase três décadas depois, podemos perceber que a as lutas por terra e as conquistas de políticas públicas para a reforma agrária, tais como o PAA, PNAE, PRONERA, foram tornando possíveis os futuros de vidas dignas sonhados pelo casal, permitindo a sucessão familiar, em três gerações dessa família.

Conclusões

O estudo buscou evidenciar as narrativas de um casal sobre sua trajetória de vida que tem na luta pela terra e pela reforma agrária marcas profundas. Suas reflexões nos ajudam a compreender como a “modernização” da agricultura matou o território local de nascimento dos mesmos: não existem mais as comunidades, pois as famílias conhecidas migraram; acabaram assim os jogos de futebol, os mutirões, as escolas, as festas. Mudaram os modos de fazer agricultura e se relacionar com o mercado. Se antes coletavam erva a partir de uma atividade praticamente extrativista, passaram a produzir soja e trigo, num primeiro momento de forma artesanal, com tração animal e ferramentas manuais e num segundo momento com maquinário e insumos, denominados pelos extensionistas de “modernos”. Assim, a modernização da agricultura alterou completamente a vida desse casal e, pelos seus relatos, muitas outras vidas foram alteradas. Levando a sério as reflexões e elaborações de seu José e dona Emília podemos afirmar que esse processo produziu o atraso das regiões rurais interioranas do noroeste do RS. Desse modo, eles apontam pistas sobre o que seria uma vida boa de se viver, uma vida digna: aquela que se vive intensamente em comunidade.

Como relatado pelas reflexões dos interlocutores, a “modernização” introduziu mudanças na forma camponesa de produzir, alterando a base de recursos, que deixou de ser autocontrolada e passou a se tornar dependente de financiamentos e de tecnologia externas aos agricultores. Tudo que a produção de soja gerava era consumido pela seguinte safra ou com as dívidas da anterior, pois demandava pagar arrendamento de terras e financiamento de custeio de lavoura. Para a família de José Bastos e Emília o grau de dependência foi tão extremo que impossibilitou a permanência dos mesmos naquelas condições.

Apesar de terem sofrido intensamente todo o processo de avanço do capitalismo no campo com a “modernização” da agricultura, a família desenvolveu estratégias socioeconômicas que possibilitou aos mesmos as condições de se reproduzirem enquanto sujeitos sociais. Como afirma Ploeg (2008, p. 296): “O Império provoca e suscita respostas que criam recursos, ligações, processos de conversão e riqueza extra (por mínima que seja) que ele mesmo nunca conseguiria construir ou proporcionar”.

A trajetória do casal também nos revela que a luta pela terra perpassa gerações, evidenciando que negros e pobres tem uma larga história de negação do direito a terra. Assim, o ingresso na luta pela terra, por meio da participação no MST, pode ser identificada como uma das estratégias socioeconômicas que a família encontrou para permanecer no campo, para poder tentar viver a vida que eles desejavam, considerada digna. Poderíamos arriscar que a entrada em uma organização social significava a possibilidade de autonomia e relação com a terra e aquilo que a natureza oferece. Os atores, que antes tiveram sua realidade “invadida” e transformada pela violência do capital, transformaram a realidade ao conquistarem a possibilidade de continuar vivendo, ao seu modo, no meio rural.

A possibilidade de ouvir as histórias das lutas de pessoas comuns vai se apresentando como contribuições teóricas elaboradas nas lutas. Conferir a esses relatos a seriedade de aportarem conhecimento também foi um dos resultados desse estudo. As lutas por terra e reforma agrária que as três gerações da família de dona Emília e seu José participaram revelam as relações, e as estratégias elaboradas, para dar conta de fazer da vida que se luta e vive, a vida que se deseja, feita em comunidade e batalhada para ser digna. Nos diálogos com dona Emília e seu José são notáveis a importância da vida em comunidade é um traço marcante. Eles destacaram várias vezes sobre os momentos da vida social (futebol, vizinhança, brincadeiras, festividades) na época em que viviam na região noroeste do estado. Quando chegaram ao assentamento a falta da sociabilidade colocou em risco a permanência deles ali, pois não se sentiam bem em um local onde não tinham relações de amizade e convívios comunitários. Ao estabelecerem laços afetivos e construir relações de reciprocidade com os seus vizinhos, a vida no assentamento passou a ter sentido para eles.

Referências

ANJOS, J. C. G. dos; DA SILVA, S. B. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ANJOS, J. C. dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. **Revista De Psicanálise Da SPPA**, v. 26, n.3, p. 507–522, 2020. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/469>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CABRAL, A. Libertação nacional e cultura. **Malhas que os Impérios tecem.** Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais, Edições, v. 70, p. 355-375, 2011.

DELGADO, G. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

KAGEYAMA, Â. *et al.* ii.(Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa; GASQUES, J.G.;

LONG, N. **Sociología del Desarrollo:** una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios en Antropología Social, 2007.

MACHADO, D. C. M. “**ÀS VEZES A GENTE OLHA, MAS NÃO ENXERGA!**”: narrativas de pobreza e vida digna de mulheres negras assentadas como contribuições para pensar o desenvolvimento rural. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2023.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2024.

MEDEIROS, L. S. de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, p. 339-359, 2015.

MENESES, M. P. “Epistemologias do Sul”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/689>, acesso em 26 de abr. de 2023.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e questão agrária.** *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 1806-9592.

PICCIN, M. B. **Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

PREISS, P. V. **Construção do conhecimento agroecológico:** o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão. / Porto Alegre, 2013. Dissertação de Mestrado, UFRGS.

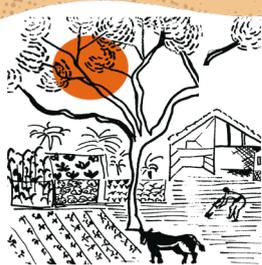
Machado *et al.*

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2013.

SILVA, J. F. G. da. **Nova dinâmica da agricultura brasileira.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998. 2ª Edição.

SOUSA, I. T. S. de. **As rosas negras: quebradeiras de coco babaçu, raça e território no maranhão contemporâneo.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.



Reforma agrária e titulação de terras: desafios legais, políticos e sociais

Amanda Caetano da Silva¹
Murilo Didonet de Moraes^{1*}

Resumo: A política pública de concessão de títulos de propriedade de terras é essencial para entender os assentamentos, pois a sua aplicação de modo inadequado pode atuar na transformação de lotes redistribuídos em propriedades privadas. Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação, desenvolvimento e desafios enfrentados pelos agricultores familiares dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que o conjunto de dados foi coletado mediante visitas em instituições públicas da cidade e a realização de duas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares residentes nos assentamentos desde a sua criação. Os resultados indicaram que o assentamento Douradinho enfrentou dificuldades na divisão dos lotes, assistência técnica e na falta de apoio financeiro para realizar o georreferenciamento e acesso ao título definitivo. Já o assentamento Engenho da Serra mostrou a necessidade do processo de seleção dos beneficiários e a importância da diversificação econômica e interação social para a sua viabilidade. Nota-se, portanto, que a fragilidade econômica e a insegurança jurídica enfrentada pelos assentados sinalizam a necessidade de apoio institucional e financeiro para que estes territórios cumpram com sua função de produzir alimentos e garantir qualidade de vida aos seus integrantes.

Palavras-chave: Assentamento; Movimentos sociais; Agricultura familiar.

Agrarian reform and land titling: legal, political and social challenges

Abstract: The public policy of granting land titles is essential to understand the settlements, as its inadequate application can act in the transformation of redistributed lots into private properties. This work aims to analyze the process of formation, development and challenges faced by family farmers of the Douradinho and Engenho da Serra settlements, located in Ituiutaba/MG. This is qualitative research in which the data set was collected through visits to public institutions in the city and two semi-structured interviews with family farmers living in the settlements since its creation. The results indicated that the Douradinho settlement faced difficulties in the division of lots, technical assistance and the lack of financial support to carry out georeferencing and access to the definitive title. The Engenho da Serra settlement, on the other hand, showed the need for the process of selecting beneficiaries and the importance of economic diversification and social interaction for its viability. It is noted, therefore, that the economic fragility and legal insecurity faced by the settlers signal the need for institutional and financial support for these territories to fulfill their function of producing food and ensuring quality of life for their members.

Keywords: Settlement; Social movements; Family farming.

¹Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Brasil. *Autor correspondente: murilo.moraes@uemg.br

Introdução

A reforma agrária no Brasil é um tema de extrema relevância, profundamente enraizado na história e nas dinâmicas socioeconômicas do país. Jezuz (2009) afirma que a distribuição de terras busca uma divisão territorial a fim de obter justiça social, redução da pobreza rural e aumento da produção agrícola familiar. Porém, este processo envolve complexos desafios legais, políticos e sociais, que vão desde a desapropriação de grandes estabelecimentos improdutivos até a titulação de terras para agricultores familiares.

Movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na luta pela reforma agrária. Silva (2019) aponta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) são exemplos de organizações que mobilizam milhares de pessoas em todo o país, pressionam o governo e a sociedade civil para a implementação de políticas de redistribuição de terras e maior democracia. Nesse sentido, Almeida (2006) exemplifica que a maior parte das terras conquistadas no Mato Grosso do Sul foi advinda de lutas do MST.

No entanto, a titulação das terras, que deveria garantir segurança jurídica e estabilidade para os assentados, frequentemente se transforma em um dilema por conta de dificuldades burocráticas, a falta de assistência técnica e a persistência de conflitos internos. Pinto (2023) diz que a mudança da política de reforma agrária em uma política de titulação de assentamentos, somada aos baixos investimentos em infraestrutura e acesso ao crédito, podem colocar os assentamentos novamente no mercado de terras, haja vista que as precárias condições de permanência das famílias concorrem para torná-las mais vulneráveis às pressões do mercado.

Dados da Oxfam Brasil (2016) demonstram que os grandes produtores possuem 0,91% do total de estabelecimentos rurais do país, porém sua concentração ocupacional se expande por 45% do total da área rural do Brasil. Já os produtores que ocupam área inferior a 10 hectares representam mais de 47% dos estabelecimentos do país, mas correspondem a menos de 2,3% da área total. Essa concentração de terra no Brasil resulta em um alto número de assassinatos e de conflitos agrários no Brasil. De acordo com dados do MST (2024), entre o ano de 2012 a 2021, foram registrados cerca de 342 assassinatos resultantes de conflitos agrários e ambientais no Brasil, cerca de 20% do total mundial.

Em que pese toda a dificuldade do acesso à terra, após conseguí-la, os agricultores devem tornar o estabelecimento rural produtivo, momento em que surgem os desafios em relação às características e tipos de solo, clima, relevo, além do acesso a políticas públicas e a discriminação de grandes produtores/empresários em relação aos ocupantes legais dos lotes da reforma agrária (NEVES, 2013). Sobre o último ponto, Miyashiro e Perehouskei (2015) afirmam que a luta dos trabalhadores rurais se consiste em uma busca por trabalho digno e moradia, tendo o direito de também serem considerados agricultores, sem diferenciação social.

Os assentamentos Douradinho e Engenho da Serra são exemplos vivos desses desafios e lutas na região de Ituiutaba/MG. O assentamento Douradinho, criado a partir da desapropriação de uma fazenda no ano de 2000 e oficialmente estabelecido em 2001, reflete a realidade de muitas comunidades rurais no Brasil. Os assentados, apoiados por movimentos sociais, enfrentaram e continuam a enfrentar uma série de obstáculos na busca pela consolidação de suas propriedades e pelo desenvolvimento sustentável de suas terras. Da mesma forma, o assentamento Engenho da Serra, formalmente estabelecido em 1999, também apresenta uma história de lutas e perseverança.

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação, desenvolvimento e desafios enfrentados pelos agricultores familiares dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. Além disso, buscou-se abordar os dilemas legais, políticos e sociais associados à concessão de títulos de propriedade, e como essas questões impactam a luta pela reforma agrária e a sustentabilidade dos assentamentos.

Metodologia

O município de Ituiutaba está situado na Região Geográfica Imediata de mesmo nome, pertencente a Região Intermediária de Uberlândia (Figura 1). Apresenta uma área total de 2.598.046 km² e possui uma população estimada em 105.818 pessoas, dos quais 95,84 % vivem na área urbana e 4,16% na área rural (IBGE, 2010).

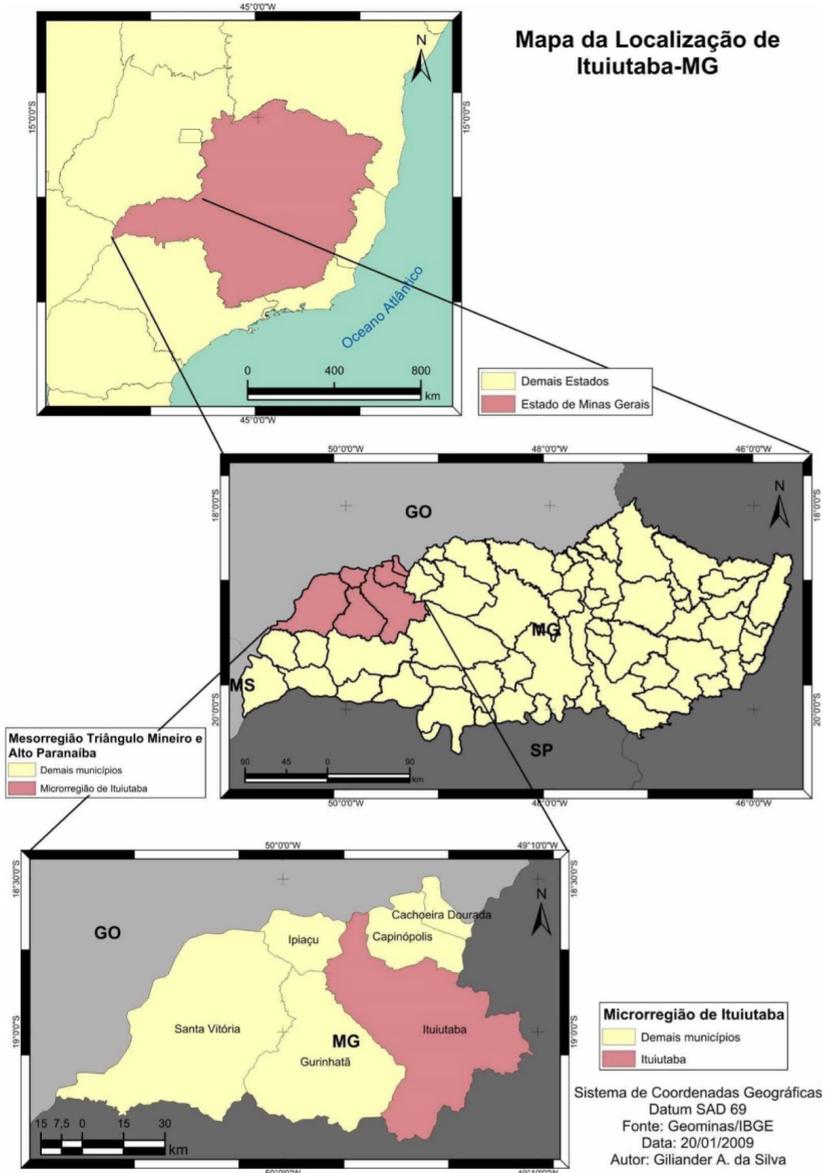
No que se refere ao contexto agrário, dados do INCRA (2017) evidenciam que existe em Minas Gerais cerca de 339 assentamentos, com 15.675 famílias assentadas, ocupando uma área de aproximadamente 881.171,75 hectares. No contexto municipal, Ituiutaba possui seis assentamentos oriundos do Programa Nacional de Reforma Agrária (Chico Mendes, Divisa, Douradinho, Engenho da Serra, Pântano Mariano e Renascer), onde residem aproximadamente 209 famílias de agricultores familiares que têm a comercialização de leite e o cultivo de olerícolas como suas principais atividades produtivas.

Mediante o escopo da pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa que, segundo Alves e Aquino (2012), tem o potencial de fornecer uma compreensão ou explicação mais apurada de qualquer fenômeno ou acontecimento. Segundo Richardson (1999, p. 02), o objetivo da pesquisa qualitativa fundamenta-se “no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno”.

A pesquisa foi desenvolvida nos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. De início, foram realizadas visitas *in loco* na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e no escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-

MG) no intuito de se obter o nome de ao menos uma liderança comunitária de cada um dos assentamentos rurais de interesse.

Figura 1 - Localização de Ituiutaba/MG.



Fonte: Adaptado de Silva e Castanho (2011).

A seleção dos participantes foi intencional, focando em indivíduos que residem nos assentamentos desde a sua criação e que desempenham papéis significativos na comunidade, incluindo líderes comunitários e agricultores. Com esses nomes em mãos, foram agendadas entrevistas para que essas lideranças explicassem como foi o processo histórico de constituição do assentamento rural em que residem, bem como os avanços e obstáculos enfrentados durante essa trajetória.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a entrevista constitui-se numa técnica para coletar dados não documentados sobre determinado tema. Para cumprir os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, na qual o entrevistador deve seguir um roteiro, porém tem liberdade de explorar mais amplamente determinadas questões de seu interesse. A observação também foi uma ferramenta utilizada durante a realização das entrevistas e visitas às instituições públicas.

As duas entrevistas semiestruturadas foram conduzidas na zona urbana da cidade nas datas que os agricultores vieram para resolver compromissos, sendo que o diálogo com o presidente da Associação do assentamento Douradinho ocorreu no dia 17 de agosto de 2023, e com o representante do assentamento Engenho da Serra no dia 06 de outubro de 2023.

As entrevistas foram gravadas, mediante consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas para análise. A análise dos dados foi realizada através de codificação das transcrições das entrevistas e observações, identificando temas e padrões recorrentes. Para isso, lançou-se mão da análise temática (MINAYO, 2008) para categorizar os dados em principais temas como: história dos assentamentos, desenvolvimento produtivo, desafios enfrentados e estratégias de superação. Os softwares Word e Excel foram utilizados para digitalizar, tabular e sistematizar o conjunto de dados.

Resultados e Discussão

Panorama do assentamento Douradinho

O assentamento Douradinho se originou de uma propriedade desapropriada em 10 de julho de 2000 e possui uma área total de cerca de 561,5784 hectares. Criado em 13 de dezembro de 2001, o assentamento possui 15 famílias e está situado a cerca de 35 quilômetros da zona urbana de Ituiutaba/MG.

O agricultor escolhido para ser entrevistado e repassar algumas informações do assentamento, possui 58 anos e nunca frequentou a escola. Reside no assentamento desde o início, juntamente com sua esposa, sendo que suas duas filhas moram atualmente na cidade no intuito de manterem suas trajetórias educacionais. No decorrer dos anos, o entrevistado afirmou que teve inúmeras experiências trabalhistas: foi apanhador de algodão na cidade de Capinópolis/MG, caminhoneiro, garimpeiro, pescador e, por fim, agricultor.

Segundo Mendonça (2004), a diversidade dentro da classe trabalhadora contemporânea, que inclui camponeses, trabalhadores rurais, pescadores e informais, demanda uma abordagem política que seja capaz de integrar uma ampla gama de ações políticas e manifestações socioculturais em um projeto político unificado e transformador.

A fazenda da qual o assentamento se originou tinha como fonte de renda a exploração de florestas a fim de abastecer uma carvoaria. Após uma intensa exploração dos recursos naturais, foi arrendada e utilizada para criação de gado de terceiros. Posteriormente, as pastagens foram se degradando e se tornando improdutivas devido aos descuidos do proprietário e do locador. Além disso, havia indícios de sonegação de impostos (como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR), o que resultou no seu direcionamento para fins de reforma agrária.

A notícia da provável destinação de uma fazenda no município de Ituiutaba para fins de reforma agrária chamou a atenção do MTL, movimento já atuante na região do Pontal do Triângulo Mineiro, que convocou alguns de seus integrantes para conferir a situação. O MTL, na perspectiva de Araújo, Padua e Oliveira (2023), é um movimento social onde provém a importância do acesso à terra, o valor do trabalho e a busca da liberdade, de maneira a ressignificar os esforços de vidas camponesas passadas.

Ao chegarem na fazenda, os agricultores ligados ao MTL constituíram um acampamento nos arredores, próximo a BR-154, para acompanhar o processo e exercer pressão junto aos órgãos governamentais. O entrevistado relatou que os agricultores ficaram acampados por quatro anos até que os lotes foram finalmente liberados, período que poderia ter se alongado ainda mais perante a inércia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), senão tivesse ocorrido um financiamento comunitário entre os integrantes do acampamento para custear as ações necessárias ao parcelamento da área.

Após essa ação coletiva, a partilha dos lotes foi concedida, porém houve uma contradição entre os 15 membros do acampamento e o INCRA, pois este sugeriu a inclusão de mais duas famílias. Esta inclusão reduziria em aproximadamente um hectare a área de cada integrante, o que deu início a intensos conflitos na região. O entrevistado enfatizou que a baixa fertilidade do solo da fazenda demandaria grandes esforços dos produtores para torná-lo rentável, de maneira que se houvesse a redução das parcelas, não seria possível viabilizar a produção agropecuária na área.

Diante disso, o grupo de acampados se reuniu e estabeleceu um acampamento nas imediações do escritório regional do INCRA, em Uberlândia/MG, como expressão de sua indignação perante a ação tomada. A ocupação durou cerca de 90 dias até que os integrantes obtiveram sucesso em seus propósitos, mantendo-se apenas as 15 famílias acampadas e o tamanho inicial dos lotes, aproximadamente 25 hectares cada.

O fato descrito acima demonstra, na visão do entrevistado, que todos os integrantes tinham real interesse em adquirir suas propriedades, “seu pedaço de chão”, mesmo em uma situação vulnerável, dormindo em “barracas de lona”. Como afirma Caldart (2000), a união de todos em busca de uma condição de vida mais digna é o elo que mantém firme o desejo de se tornarem protagonistas de sua história.

No processo de divisão dos lotes foi definido que a antiga sede da fazenda se tornaria a área comunitária. Na área que não havia edificação, uma porção de terra de aproximadamente 10,8 hectares, os assentados decidiram, com o apoio técnico do escritório local da Emater-MG, cultivar mandioca. Para isso, os assentados realizaram uma contribuição financeira e de mão de obra (manual e mecânica). Inicialmente, obtiveram resultados positivos, porém a continuidade da produção ficou prejudicada por conta de conflitos, desacordos e divergências entre os integrantes para trabalharem de forma coletiva.

De acordo com Wegner (2011), o trabalho coletivo é vantajoso e deve ser incentivado, uma vez que a difusão do conhecimento e companheirismo é capaz de criar união. Por outro lado, Éboli (2007) afirma que a disputa entre os habitantes dos assentamentos tem por consequência não apenas a batalha pelo controle dessas comunidades, mas também divergências entre grupos rivais na administração dessas áreas, podendo provocar o deslocamento de famílias ameaçadas, conflitos internos e até mesmo ocorrências de homicídios.

No que se refere às diretrizes estabelecidas no processo de divisão dos lotes, suas proporções foram estabelecidas com base na qualidade do solo, relevo, e dimensão da reserva legal e APP. Para evitar conflito, a seleção dos lotes foi realizada a partir de um sorteio, onde cada lote foi numerado em pedaços de papéis de 01 a 15 e colocados em um recipiente para que cada integrante retirasse um número.

O acesso às políticas públicas foi outro ponto abordado na pesquisa. De acordo com o entrevistado, a maioria dos assentados obteve crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto aqueles que tiveram dificuldades em solicitar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), atual Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). De acordo com o MAPA (2023), este é o principal instrumento de apoio, benefício e acesso às políticas públicas provenientes da agricultura familiar.

Embora tenha tido acesso ao PRONAF e assistência técnica da Emater-MG, o agricultor disse que perdeu boa parte do seu investimento. Em seu relato, o entrevistado afirmou que adquiriu um lote de sementes que havia sido identificado como impróprio para uso, porém a loja optou por comercializá-lo sem comunicar esse fato. Sem saber que as sementes estavam comprometidas,

o agricultor preparou o solo e realizou a semeadura. As sementes germinaram e produziram cachos impróprios à comercialização.

Após o ocorrido, o entrevistado chegou à conclusão de que o problema estava na semente e teve que lidar com os prejuízos, o que resultou na impossibilidade do cumprimento do seu compromisso das parcelas do PRONAF, se tornando então inadimplente. Tempos depois, o agricultor recebeu uma proposta de negociação da dívida que correspondia com sua renda e finalmente quitou seu débito, liquidando a dívida, porém não conseguiu mais acessar novos créditos devido ao respectivo atraso.

De acordo com Sehn e Carlini Junior (2007), a inadimplência tem por característica o descumprimento do compromisso feito pelo empresário em relação a financiamentos, como as políticas públicas, por exemplo. Gering, Pinto e Vieira (2021) assinalam que o descumprimento das parcelas e o acúmulo de prestações devedoras leva o credor a diversas complicações, chegando, em alguns casos, a impossibilidade de receber novos benefícios devido à presença de restrições em seu nome.

O fato descrito anteriormente fez com que o agricultor decidisse não realizar novos investimentos em lavouras e voltasse seu olhar para uma nova fonte de renda: a comercialização de leite para laticínios da região. Em seu ponto de vista, esse tipo de atividade produtiva é o ideal para os integrantes do assentamento em que vive, pois gera incentivos e recompensa financeira para quem oferece produtos de maior qualidade, o que contribui para aumentar os rendimentos dos agricultores. Devido a facilidade de entrega e benefícios oferecidos por esses laticínios, a atividade que mais se destaca no assentamento é a produção leiteira. Segundo Peraci (2007), a atividade leiteira é de extrema importância na agricultura familiar do país. Dados de Troian, Dalcin e Oliveira (2009) reforçam esse aspecto ao indicarem que a agricultura familiar representa cerca de 52% da produção de leite do Brasil.

Dentre as 15 famílias que ingressaram no assentamento, somente duas permanecem até os dias atuais, inclusive o entrevistado faz parte de uma delas. Em suas palavras, informou que a permanência advém de um sonho, pois no início não obtinha renda a partir de seu lote nem para sustento de sua família, de modo que era necessário trabalhar para terceiros. Descreveu que, nessa época, o contato com a sua família era de 90 em 90 dias. Todas as atividades de sua propriedade ficaram sob os cuidados de sua esposa, como a ordenha manual do leite, a fabricação de queijo e sua comercialização na cidade, que se tornou mais um rendimento financeiro da propriedade.

Neste contexto, o entrevistado afirmou que perante todas as dificuldades sempre dizia para sua esposa: “um dia isso vai melhorar”. Atualmente, seu relato se transformou: “não melhorou muita coisa, mas, hoje, nós temos

70 cabeças de gado lá dentro, e voltar a trabalhar para os outros, jamais” (AGRICULTOR 01). O ato de prestar serviços para uma unidade produtiva ou estabelecimento que não seja seu próprio negócio no intuito de manter sua moradia e implementação de melhorias é, no ponto de vista de Schneider (2003), resultado de uma soma de contextos sobre impedimento financeiro ou limitação econômica que faz com esses agricultores busquem por uma fonte de renda adicional.

Quanto ao processo de titulação, o entrevistado narrou que todos os integrantes possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) de seus lotes. Para a titularidade definitiva é necessário que seja feito o georreferenciamento de toda a área do assentamento, porém, segundo o agricultor, o INCRA não ofereceu apoio financeiro para sua realização.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos assentados, o entrevistado destacou que a infraestrutura nos assentamentos é precária e agrava ainda mais as dificuldades, além da falta de estradas acessíveis que compromete o transporte da produção e a mobilidade dos assentados. Mesmo com promessas de apoio da prefeitura para melhorar os acessos, essas ações raramente são concretizadas, deixando os moradores em situação precária e agravando também o valor do leite comercializado através da comunidade.

O entrevistado também discorreu sobre os recursos hídricos, o qual é um problema recorrente e que por mais que haja poços artesianos e cisternas, muitos não atendem às necessidades da comunidade devido a problemas técnicos, como bombas quebradas e sistemas de distribuição mal dimensionados. A ausência de manutenção adequada e a desorganização na gestão comunitária agravam a situação, especialmente durante os períodos de seca, quando a demanda por água aumenta. Em consonância a esse resultado, Figueiredo e Pinto (2014) concluíram que os principais desafios enfrentados por indivíduos assentados em um movimento de luta pela reforma agrária foram a falta de união e de informação.

Outro entrave central destacado pelo entrevistado foi a limitação financeira dos integrantes, justificando que a maioria dos assentados não consegue comprar suas máquinas e equipamentos agrícolas devido à falta de recursos próprios e à dificuldade em acessar crédito agrícola, como o PRONAF. Ele demonstrou sua indignação ao relatar que após perder um investimento realizado em sua lavoura, se encontrou sem condições financeiras para cumprir com o pagamento das parcelas do PRONAF.

Desamparado e sem recurso, resolveu entrar em contato com o INCRA em busca de uma solução para negociar a sua dívida que já se aproximava de quarenta e oito mil reais. Na época, foi orientado a aguardar algumas semanas para a análise dessa proposta. Após alguns dias, ele se dirigiu à um contador e foi informado que sua dívida teria um desconto, pagando apenas doze mil

reais para a negociação, porém, ele não tinha esse montante disponível. Ao sair do escritório, foi até a justiça federal e foi encaminhado para um outro contador, onde conseguiu um valor mais acessível para quitar seus débitos (três mil novecentos e oitenta reais) e resolver seu problema de inadimplência.

Posteriormente, para realizar um novo investimento, o entrevistado se dirigiu até uma instituição financeira em busca de um novo financiamento para a iniciar mais um projeto, porém foi surpreendido por um funcionário que proferiu as seguintes palavras: “você passou quinze anos para pagar uma dívida e ainda vem na porta do banco para caçar dinheiro do governo, isso não é assim não”. O entrevistado, por sua vez, justificou seu atraso: “eu não paguei essa dívida aí antes porque eu tive uma perda grande com uma lavoura e tive que vender trator, vinte e cinco vacas que eu tinha, tive que vender tudo para limpar meu nome”. Assim, mesmo após a quitação de seus débitos relacionados ao PRONAF, o entrevistado não conseguiu a aprovação de um novo benefício. Portanto, embora os programas de crédito existam, a liberação dos recursos é marcada por processos burocráticos longos e ineficazes, que acabam desestimulando os agricultores.

A organização comunitária também enfrenta desafios significativos, a falta de união entre os assentados, por exemplo, é evidente. Para o entrevistado, a baixa participação nas reuniões e atitudes individualistas causam dificuldade na implementação de projetos coletivos. Muitos moradores priorizaram interesses próprios em detrimento das necessidades da comunidade, o que impede avanços significativos. Essa fragmentação é agravada pela pressão de vizinhos para que os assentados vendam ou aluguem seus lotes, levando à perda do foco na agricultura familiar e à concentração de terras nas mãos de pessoas com maior poder aquisitivo.

Outro ponto crítico é a ausência de apoio técnico e educacional, pois a falta de assistência técnica contínua dificulta o aprimoramento das práticas agrícolas. Por outro lado, iniciativas educacionais, como a implementação de uma escola agrícola, não vão adiante por falta de interesse dos agricultores e a falta de apoio técnico, o que limita as oportunidades de formação para as novas gerações e perpetua a vulnerabilidade social e econômica.

Merece ser ressaltado também a desarticulação entre os órgãos governamentais e a comunidade, fato que compromete o desenvolvimento do assentamento. Muitos assentados relataram que os programas e serviços prometidos pelo INCRA e outras instituições públicas não chegam de forma efetiva, sendo dificultados por processos burocráticos e má gestão. Mesmo quando projetos são implementados, como a instalação de poços artesianos, a manutenção e o suporte contínuo são negligenciados, transferindo a responsabilidade para os

próprios moradores, que dificilmente têm recursos ou organização suficiente para garantir o funcionamento adequado.

O entrevistado apontou que há uma desigualdade crescente dentro do assentamento e que aqueles que possuem recursos financeiros e conseguem acessar equipamentos, crédito e melhorias estruturais, não se preocupam com os demais que permanecem em condições precárias. Isso cria uma disparidade entre os moradores, comprometendo os princípios de igualdade e justiça social que deveriam nortear os projetos de reforma agrária.

Os desafios enfrentados pelos assentados não são apenas fruto da falta de recursos, mas também de falhas estruturais, organizacionais e sociais que impedem a consolidação de um modelo sustentável de agricultura familiar. É essencial que políticas públicas mais eficazes, assistência técnica contínua e estratégias de fortalecimento comunitário sejam implementadas para transformar a realidade desses assentamentos. Sem essas mudanças, os assentados continuarão enfrentando dificuldades que comprometem sua autonomia e desenvolvimento.

Quanto aos avanços alcançados, o assentamento Douradinho tem testemunhado melhorias que impactaram diretamente em seu desenvolvimento. Na opinião do entrevistado, embora incipiente, a qualidade da assistência técnica e extensão rural recebida pelos agricultores locais tem reverberado no aprimoramento das práticas agrícolas e no aumento da produtividade. Khan e Silva (1997) explicam que a assistência técnica é um fator indireto em busca de uma maior produtividade, visando orientar o agricultor de forma sucinta e estimular novas técnicas e ideias.

Em que pese o fato do entrevistado não ter acessado nenhuma política pública após o episódio de inadimplência, há o reconhecimento de que os outros membros que foram beneficiados puderam implementar projetos e iniciativas locais que melhoraram a geração de renda e a qualidade de vida dessas famílias.

Panorama do assentamento Engenho da Serra

O assentamento Engenho da Serra possui uma área total de cerca de 2567,9170 hectares e surgiu a partir da desapropriação de uma fazenda em 18 de setembro de 1988. Criado em 18 de janeiro no ano de 1999, o assentamento possui 60 famílias e está localizado a aproximadamente 35 quilômetros de distância da cidade de Ituiutaba.

O agricultor selecionado para repassar os dados, possui 57 anos, não chegou a terminar o ensino fundamental e reside no assentamento há 12 anos. Relatou que é o proprietário original do lote, fato descrito com orgulho pelo entrevistado já que foi a primeira vez que se tornou gestor de um estabelecimento rural, haja vista que suas experiências anteriores vêm do trabalho assalariado em outras propriedades rurais e como marceneiro e motorista na zona urbana.

O processo histórico de formação do assentamento Engenho da Serra tem seu ponto de partida em uma propriedade rural que tinha na pecuária de corte sua principal atividade econômica. Seu proprietário residia em outro município e não estava em conformidade com o ITR. Este fato, somado aos seus baixos índices produtivos, tornava a propriedade apta a se enquadrar nos critérios das áreas com probabilidade de serem destinadas à reforma agrária. Quadro que se confirmou sem conflitos, pois o proprietário aceitou entrar em acordo com o INCRA.

Em meio ao processo de negociação, alguns integrantes do MST decidiram ocupar a área, onde mantiveram-se por aproximadamente dois anos até a liberação da partilha dos lotes. A divisão e nomeação das parcelas aconteceu somente após a análise dos integrantes perante os critérios instituídos pelo INCRA, que, segundo o entrevistado, foram: “ausência de vínculo profissional, questões judiciais em curso, histórico de registros desfavoráveis, caracterizado pela expressão ‘ficha suja’, bem como uma renda que se situa abaixo de três salários-mínimos” (AGRICULTOR O2). Em seu ponto de vista, o entrevistado acredita que os critérios são os ideais, em suas palavras: “acho justo e digno, pois só pega a terra quem precisa”.

Após a análise e aprovação dos integrantes, foi dado início ao processo de divisão dos lotes destinados à área comunitária, reserva legal e a associação do grupo. A área comunitária e sede do assentamento ocupam aproximadamente dois hectares utilizados em conformidade com os propósitos do INCRA (2023), que são: construção de um espaço para a troca de experiências e organização em comunidade em busca de defenderem seus direitos, promover o desenvolvimento rural e a sustentabilidade.

Os critérios utilizados para a divisão dos lotes, segundo o entrevistado, foram: acesso a cursos de água, como córregos, e qualidade do solo, com destaque para a acidez. De acordo com estudos de Brady e Weil (2013), o potencial hidrogeniônico do solo é fundamental no desempenho agrícola de qualquer região, pois sua variabilidade menor que sete é considerado um solo ácido, e acima um solo alcalino. O solo ácido tem a capacidade de reter nutrientes essenciais, o que dificulta sua disponibilização para as plantas e causa prejuízos significativos na produção. Já os solos alcalinos encontram-se em altos níveis de acidez inviabilizando nutrientes como cálcio, magnésio e fósforo. De acordo com os critérios citados, há uma variação no tamanho dos lotes, sendo que a área média está em torno de 36 hectares. A reserva legal do assentamento possui uma área coletiva destinada para esse fim, enquanto a área de preservação permanente (APP) está localizada no interior dos lotes.

Em razão do acesso ao crédito pelos assentados, foi dado início às obras para construção de suas residências e edificações para a realização das tarefas advindas do serviço rural. Um dos benefícios obtidos pelo entrevistado

Caetano da Silva & Moraes

foi o PRONAF, com um valor de aproximadamente R\$26.000,00, porém ele expressou sua indignação com as taxas cobradas pela instituição financeira que disponibilizou o crédito (1,92% do montante) e pela Emater-MG (0,38% do valor total), responsável pela construção do projeto.

Outra linha de crédito acessada foi o PRONAF-Mulher, que beneficiou cada agricultora com aproximadamente R\$5.000,00 (valor da linha de crédito na época). Para Izidoro *et al.* (2018), as linhas de crédito direcionadas especificamente ao público feminino mostram autenticidade diante do alto índice de mulheres situadas no campo, além do fato de abrir portas, proporcionar mais autonomia e incentivá-las a permanecerem em suas atividades.

O entrevistado ainda não possui o título definitivo, apenas a CCU como documento comprobatório da posse da terra. Ele relatou que sua permanência até os dias atuais e dos demais quinze integrantes que são donos originários do lote vem da perseverança, bastante insistência, e em função do interesse/afinidade pela área. Já de modo contrário, disse que as razões que motivaram as desistências foram a falta de interesse e incentivo tanto do governo quanto deles próprios, pois de acordo com o entrevistado: "alguns entram achando que é uma coisa e é outra".

O estudo desenvolvido por Zinga e Pedlowski (2003) assinala que um dos motivos da permanência dos integrantes nos assentamentos é a união. Para os autores, a venda do montante produzido de forma coletiva valoriza o preço e o poder de negociação, assim como a compra de insumos agrícolas é otimizada a medida em que o número de pedidos aumenta, pois há maiores possibilidades de descontos. Os autores também pontuam os motivos do abandono de lotes nos assentamentos, sendo os principais: interação com o trabalho rural, problemas financeiros, desnutrição no solo, falta de assistência, enfermidades e falta de estruturação de política pública.

Um caso evidenciado na entrevista e que merece destaque foi de um lote gerido por um casal de idosos. A partir do momento em que seu marido faleceu, a idosa decidiu vender seu lote, pois não conseguia exercer as atividades agrícolas por ser cadeirante e por seus filhos estarem residindo na zona urbana. Essa dificuldade enfrentada pela viúva não é isolada e ocorre em outros lotes do assentamento, cuja falta de mão de obra para exercer as atividades rotineira acaba se tornando um empecilho para o desempenho econômico da propriedade, tornando-a alvo para os grandes conglomerados agrícolas que estão aos arredores do assentamento.

Essa situação tem compatibilidade com a ideia de Luther e Gerhardt (2018), os quais apontam que uma das principais razões do alto índice da movimentação de jovens para áreas urbanas a partir do campo vem de carências escolares, principalmente de ensino médio e superior. Outros casos se encaixam pela acessibilidade e comodidade que a urbanização traz aos jovens.

Por fim, o agricultor trouxe à tona uma preocupação dos integrantes do assentamento Engenho da Serra quanto a um quadro de baixa de preços e desvalorização dos produtos da zona rural oferecidos para o meio urbano. Nesse sentido, uma pesquisa desenvolvida pelo CEPEA (2021) demonstrou que há uma desvalorização de alguns produtos agrícolas, principalmente do leite, que é a principal fonte de renda da maioria dos assentamentos, que diminuiu em razão da pandemia de COVID-19, fato que elevou os níveis de desemprego e afetou o poder de compra da população, além do aumento dos custos de produção.

A desvalorização dos produtos agrícolas tem impacto direto na comercialização e acesso a mercados formais e justos. Se somarmos a essa equação a falta de organização e conhecimento de técnicas de agregação de valor, temos um quadro crítico de perpetuação da dependência de economias locais frágeis e instáveis, onde os produtos acabam sendo vendidos a preços baixos, muitas vezes para intermediários que lucram com a exploração do trabalho dos assentados.

No que tange aos desafios enfrentados pelo assentamento Engenho da Serra, o acesso precário a máquinas agrícolas tem sido uma questão recorrente, haja vista que limita a eficiência e produtividade das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade. O entrevistado reconheceu que a prefeitura municipal disponibiliza a patrulha mecânica, entretanto há uma alta demanda pelo serviço, o que leva a longos períodos de espera, de modo que a solução encontrada pelos agricultores tem sido a terceirização do serviço.

De maneira similar ao outro assentamento, a falta de união entre os integrantes tem dificultado a implementação de estratégias e ações coletivas para lidar com os desafios comuns enfrentados pela comunidade. Dejours (1992) explica que essas desavenças entre indivíduos podem ser justificadas como um espírito de competição. Porém, ausência de cooperação e colaboração entre os membros compromete não apenas a resolução eficaz dos problemas, mas também o fortalecimento da coesão social.

Conclusões

O estudo dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra destacou os desafios da reforma agrária em Ituiutaba ao enfatizar a importância dos movimentos sociais e os dilemas da titulação das terras. O assentamento Douradinho, organizado pelo MTL, enfrentou dificuldades na divisão dos lotes, haja vista que só foi realizada por esforços e cobranças dos próprios assentados. Em relação a assistência técnica, houve algumas visitas e apoio no período inicial, porém foi declinando no decorrer do tempo. Além disso, a falta de apoio financeiro para realizar o georreferenciamento tem dificultado o acesso ao título definitivo.

Já o assentamento Engenho da Serra, organizado pelo MST, mostrou a necessidade de um processo criterioso de seleção dos beneficiários no sentido de evitar que casos como a inexperiência do integrante e o meio rural, interesse

econômico e idade precoce do contemplado culminasse com a desistência da atividade e, conseqüentemente, a comercialização do lote. Foi destacado também a importância da diversificação econômica e interação social para a viabilidade do assentamento, além do problema em relação a migração dos jovens para a zona urbana, visto que a permanência na propriedade rural é cercada de uma imprevisibilidade socioeconômica que em nada contribui para situação de bem-estar e pertencimento desses jovens.

Ambos os assentamentos enfrentam uma série de obstáculos como a falta de infraestrutura viária, união dos integrantes e acesso a máquinas agrícolas na busca pela consolidação de suas propriedades e pelo desenvolvimento sustentável de suas terras. Nota-se, portanto, que a fragilidade econômica e a insegurança jurídica enfrentada pelos assentados devido à falta de titulação definitiva sinalizam a necessidade de apoio institucional e financeiro para que estes assentamentos cumpram com sua função de produzir alimentos e garantir qualidade de vida aos seus integrantes.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – PAPQ/UEMG pela bolsa de iniciação científica e tecnológica concedida.

Referências

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006. 384p.

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 81, p. 79-100, 2012.

ARAÚJO, F. M. G.; PADUA, W.R.; OLIVEIRA L. H. A. (Re)existências do movimento terra, trabalho e liberdade: na espacialização, territorialização e na criação CSP-Conlutas. **Revista observatorio de la economía latino-americana**, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 3050-3068, 2023.

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2013. 716p.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000. 276p.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preço ao produtor deve se manter em queda no 1º tri**. 2021. Disponível em:< <https://>

cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0925260001616009725.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 234p.

ÉBOLI, E. **O conflito dos sem-terra**. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/413150/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade, São Paulo**, v. 26 n. 3, p. 562-57, 2014.

GERING, S. M. P.; PINTO, N. G. M.; VIEIRA, K. M. Causas e consequências da inadimplência: uma análise sob diferentes dimensões. **Revista de Administração de Roraima**, Roraima, v. 11, n. 3, p. 1-20, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 20 mai. 2024.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 29 mai. 2024.

INCRA. **Assentamentos**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; CARDOZO, D. R.; LORENZO, H. C. Assentadas no circuito do Pronaf mulher: expressões da autonomia feminina. **Retratos de Assentamentos**. v. 21, n. 1, p. 265-287, 2018.

JEZUZ, L. **A reforma agrária no Brasil**. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. Assistência técnica, eficiência na utilização dos fatores de produção e da produtividade diferencial em propriedades rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 95-114, 1997.

LUTHER, A; GERHARDT, T. Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil. **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, p. 281-310, jul./dez. 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. 328p.

MENDONÇA, M. R. A. **Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 487f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008. 416p.

MIYASHIRO, S. F. O.; PEREHOUSKEI, N. A. Os acampamentos de sem-terra como territórios de vida e esperança: organização, vivências, desafios e perspectivas. **Espaço Plural**. v. 26, n. 33, p. 147-177. 2015.

MST. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O Direito à Terra**: uma defesa da Reforma Agrária Popular. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/04/18/o-direito-a-terra-uma-defesa-da-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

NEVES, D. P. Getúlio Vargas e os muitos oesteiros brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIM, J. O. B., NEVES, D. P (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**, Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p.101-143.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

PERACI, A. S. **A importância da produção de leite para a agricultura familiar**. 2007. Disponível em: http://www.saniquimica.com.br/acervo_detalhe.asp?id=42. Acesso em: 29 mai. 2024.

PINTO, P. M. B. **Assentamentos, titulação e mercado de terras**: dimensões da contrarreforma agrária no estado do Rio de Janeiro. 2023. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999. 336p.

SCHNEIDER, S. TEORIA SOCIAL, Agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 18, p. 99-192, fev. 2003.

SEHN, C. F., CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no Sistema Financeiro de Habitação: Um Estudo junto à Caixa Econômica Federal (Caixa). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SILVA, G. A.; CASTANHO, R. B. Mapeamento da agricultura urbana no município de Ituiutaba – Minas Gerais/Brasil. **Horizonte Científico**, v. 5, n. 2, p. 1-27, 2011.

SILVA, R. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e as perspectivas de luta pós-golpe 2016. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 39, p. 38-64, mai./ago. 2019.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. O sistema leite: relevância e rentabilidade na agricultura familiar. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009. São Luis. **Anais... São Luis: UFMA**, 2009.

WEGNER, D. Aprendizagem Intraorganizacional: um estudo das redes horizontais de pequenas empresas. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (Orgs.). **Aprendizagem Organizacional no Brasil.** Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 537-564.

ZINGA, M. R. M.; PEDLOWSKI, M. A. Identificando as causas da permanência e desistência de assentados no PA. Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003.



Tendências e desafios em torno da reforma agrária: um estudo de caso sobre os sistemas agroflorestais do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Milton Santos

Francisco Ferrauto Bondioli¹
Fabio Frattini Marchetti^{1*}
Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Resumo: O objetivo da pesquisa consistiu em realizar um censo socioeconômico do PDS Milton Santos, na região metropolitana de Campinas/SP, para identificar os traços centrais dos sistemas agroflorestais implantados no assentamento. Este possui cerca de 170 moradores distribuídos em 70 lotes de 1 hectare cada. Parte importante da força de trabalho do assentamento, filhos e filhas entre 20 e 49 anos, não reside na comunidade, pois saíram em busca de empregos nos centros urbanos próximos. Cerca de 30% dos moradores, representando 28 homens e 26 mulheres, possuem a atividade agrícola como principal ocupação, a maioria com mais de 50 anos. A produção local consiste principalmente em hortaliças. Oito famílias possuem SAFs em diferentes arranjos e desenhos: cinco com finalidade produtiva e três com finalidade ecológica. A pesquisa permitiu evidenciar que a comercialização dos produtos agroflorestais constitui o principal limitante para mais investimentos nos SAFs. Por outro lado, a demanda de poda constante dos SAFs-horta é o principal motivo de insatisfação com o sistema. Apesar de ser uma iniciativa promissora e com potencial para aumentar a produção agroecológica do assentamento, muitos fatores representam obstáculos para sua adequada realização como a capacidade de trabalho limitada, o pouco conhecimento técnico ou prático acessível, a indisponibilidade de ferramenta adequado, a insuficiência de planejamento e a escolha pouco criteriosa de espécies arbóreas para os propósitos do SAF-horta, implicando em acentuados problemas ao longo do desenvolvimento desses sistemas.

Palavras-chave: Agroecologia; Reforma Agrária; Sistema Agroflorestal; ATER.

Trends and challenges around agrarian reform: a case study on the agroforestry systems of the Milton Santos Sustainable Development Project

Abstract: The objective of the research was to carry out a socioeconomic census of the PDS Milton Santos, in the metropolitan region of Campinas/SP, to identify the central features of the agroforestry systems implemented in the settlement. It has around 170 residents distributed across 70 lots of 1 hectare each. An important part of the settlement's workforce, sons and daughters between 20 and 49 years old, do not live in the community, as they went in search of jobs in nearby urban centers. Around 30% of residents, representing 28 men and 26 women, have agricultural activity as their main occupation, the majority of whom are over 50 years old. Local production mainly consists of vegetables. Eight families have SAFs in different arrangements and designs: five with productive purposes and three with ecological purposes. The research made it clear that the commercialization of agroforestry products constitutes the main limitation for more investments in SAFs. On the other hand, the demand for constant pruning of garden SAFs is the main reason for dissatisfaction with the system. Despite being a promising initiative with potential to increase the settlement's agroecological production, many factors represent obstacles to its adequate implementation, such as limited work capacity, little accessible technical or practical knowledge, unavailability of adequate tools, insufficient planning and the lack of judicious choice of tree species for the purposes of SAF-horta, resulting in significant problems throughout the development of these systems.

Keywords: Agroecology; Agrarian Reform; Agroforestry System; ATER.

¹Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo- USP, Brasil. *Autor correspondente: fabiofrattini@hotmail.com



Introdução

O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa sobre sistemas agroflorestais (SAFs) implementados no Assentamento Milton Santos, no estado de São Paulo (BONDIOLI, 2023). Este assentamento é resultado da transformação da perspectiva produtiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde o início dos anos 2000 se voltou gradualmente para um modelo organizativo de base ecológica (BORSATTO; CARMO, 2013; MARCHETTI *et al.*, 2020), pautado nos princípios da agroecologia. Segundo Altieri (2012), tais princípios abrangem aspectos técnicos de manejo, como intensificação da ciclagem de nutrientes, diversificação dos agroecossistemas, manejo conservacionista do solo, eliminação do uso de agroquímicos; além de aspectos sociais como a valorização do conhecimento popular e tradicional, a implantação de circuitos curtos de comercialização, o aumento da qualidade e da segurança alimentar.

O Assentamento Milton Santos foi implantado em 2005 sob pressão do movimento social, influenciando a Superintendência do INCRA em São Paulo que decidiu enquadrá-lo na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)² para melhor atender à perspectiva sustentada pelo MST. O movimento defende uma agricultura de proximidade às grandes aglomerações urbanas para promover a implementação de circuitos curtos de comercialização integrados ao desenvolvimento de práticas produtivas ecológicas (ALY JUNIOR, 2011; GOLDFARB, 2006).

Já o termo sistema agroflorestal refere-se a uma ampla gama de possibilidades de desenhos de agroecossistemas produtivos. O conceito constitui uma denominação geral para sistemas que combinem elementos arbóreos na mesma unidade de manejo com cultivares agrícolas e/ou criações animais em alguma forma de arranjo espacial e sequência temporal (NAIR *et al.*, 2021). Uma forma simples comumente utilizada para classificar as diferentes possibilidades de SAFs se funda na identificação dos componentes manejados que conferem a estrutura do sistema.

Desta maneira, é possível categorizar três grupos de SAFs (NAIR, 1985), são estes: o agrossilvicultural com a combinação de culturas agrícolas e árvores/arbustos lenhosos; o silvipastoril com a combinação de pastagens/animais e árvores/arbustos lenhosos; e o agrossilvopastoril com a combinação de culturas agrícolas, com pastagens/animais e árvores/arbustos lenhosos. Outras denominações mais específicas a modelos comumente observados no Brasil também são utilizadas, como “quintais agroflorestais”, “café com floresta”, “cabruca”, “integração lavoura-pecuária-floresta” ou “SAF biodiverso” (BALBINO *et al.*, 2011; GARCIA *et al.*, 2015; LOSS; SAITER, 2020).

²Como será detalhado adiante, esta modalidade de assentamento foi concebida originalmente para responder à realidade agrária da região amazônica.

Em ambientes tropicais, a alta diversificação de espécies são características comuns em experiências de SAFs agroecológicos, principalmente as arbóreas, com preferência às espécies nativas. Além disso, encontra-se um manejo orientado para o baixo aporte de insumos externos e geração de serviços ecossistêmicos que visa em maior ou menor grau uma reprodução de padrões ecológicos observados em ambiente naturais (MILLER, 2009).

Os sistemas agrofloretais representam, portanto, possibilidades críveis para o engajamento das famílias assentadas pela reforma agrária nos princípios, nas práticas e no movimento sociopolítico preconizados pela agroecologia (MARCHETTI *et al.*, 2023), conforme orientação do MST, a partir dos anos 2000. Como forma de impulsionar a agroecologia nos territórios de reforma agrária, este movimento social lançou a campanha intitulada “Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis”, com a meta de plantar 100 milhões de árvores em todo o território nacional, até 2030 (MST, 2020). Com efeito, os SAFs constituem um grande meio para o alcance desse objetivo.

Entretanto, a potencialidade desses sistemas produtivos também é acompanhada por novos desafios que não são enfrentados em sistemas convencionais, demandando, portanto, a formação, ou resgate, de um conhecimento científico e tradicional específico para seu estabelecimento enquanto modelo produtivo a ser difundido nos assentamentos rurais. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consistiu em realizar um censo socioeconômico das famílias assentadas e identificar os traços centrais dos sistemas agrofloretais implantados no assentamento em questão, bem como as principais dificuldades de manejo e manutenção.

Metodologia

O estudo mobilizou um conjunto importante de dados produzidos graças a diversos trabalhos realizados no PDS Milton Santos, desde 2008 (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2016; GASPARI, 2016; MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017; RETIÈRE; MORUZZI MARQUES, 2019). Os dados primários obtidos nesta pesquisa foram coletados em duas campanhas de campo, ao longo de 2022 e 2023, durante as quais entrevistas semiestruturadas foram conduzidas (BONDIOLI, 2023).

A primeira campanha consistiu em um censo socioeconômico (histórico da família, renda familiar) e produtivo (composição, comercialização, transformação, certificação orgânica) com 50 famílias do assentamento, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com os representantes de cada família (MINAYO, 2007). No decorrer da pesquisa, foi constatado que 13 dos 70 lotes não estavam habitados, ou seja, apresentam outros usos que não moradia ou se encontram desocupado. Considerando-se somente o universo

de lotes habitados, com finalidade de moradia e regularizados, de 57 lotes, a cobertura do censo correspondeu a 87,8% da totalidade do assentamento.

A segunda campanha voltou-se para a análise dos SAFs, com enfoque em aspectos técnico-produtivos dos sistemas, implementados por oito famílias que foram identificadas durante a primeira fase, o censo socioeconômico, da pesquisa de campo. Foram abordadas junto a estes interlocutores questões relativas à implantação, gestão, principais espécies arbóreas e agrícolas, equipamentos disponíveis, comercialização e distribuição do trabalho. O estudo foi devidamente aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da ESALQ/USP (CAAE: 58888722.3.0000.5395).

Resultados

A evolução da orientação produtiva do MST e a implantação do PDS Milton Santos

A reforma agrária constitui claramente um campo histórico de intensos conflitos fundiários, resultado do embate entre visões bastante distintas sobre o tema. Com este ponto de partida, Barone, Ferrante e Durval (2016) interpretam que, com o fim da ditadura militar e o período de transição democrática, ocorreu um grande ciclo reformista no Brasil. Desde então, apesar de fluxos e refluxos, a questão agrária permaneceu na agenda política do país graças sobretudo à ação dos movimentos sociais (MARCHETTI *et al.*, 2020). Embora sua abrangência e efetividade tenham sido limitadas, a reforma agrária brasileira desempenhou um papel importante para a emergência de novos atores, marginalizados anteriormente do debate político sobre o desenvolvimento nacional.

Nascido em 1984, a partir do acúmulo histórico da luta pela terra de diferentes movimentos sociais rurais, estimulado pelo processo de redemocratização do país e organizado em torno dos trabalhos de base da Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se tornou rapidamente o principal porta-voz da defesa da reforma agrária no Brasil (MARCHETTI *et al.*, 2020). Todavia, até meados dos anos de 1990, predominava no seio do MST uma visão produtivista para seu modelo de organização de assentamentos (BORSATTO; CARMO, 2013), fundado em concepção de justiça industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Efetivamente, este modelo apresentou muitas debilidades e insucessos, não correspondendo à aspiração da maior parte das famílias assentadas e criando relações de desigualdade e dependência a montante e a jusante das produções agrícolas nos assentamentos.

A partir de fins de 1990, avaliações internas em convergência com o crescimento do debate sobre o desenvolvimento sustentável levam o MST a adotar gradualmente uma postura favorável à agroecologia, bem como à valorização da autonomia das unidades familiares na organização dos

assentamentos. Sua adesão à Via Campesina constitui fator decisivo para esta reorientação, com a integração em seu discurso da noção de soberania alimentar (MARCHETTI *et al.*, 2020).

A implantação do assentamento Milton Santos, em 2005, é um fruto desta inflexão. De fato, o MST, em São Paulo, concebeu um modelo inovador de assentamento agroecológico, designado como Comuna da Terra. Tal modelo é focado em implantar assentamentos próximos aos grandes centros urbanos e constituir os por trabalhadores sem terra da periferia das cidades, sem necessariamente terem um passado recente com o trabalho ou a vida rural. É uma proposta que almeja a recampanização destas famílias trabalhadoras que, em grande parte, migraram às grandes cidades devido às mudanças da dinâmica das relações de trabalho no campo nas últimas décadas (GOLDFARB, 2006). Além desta perspectiva, embutido na implantação da Comuna da Terra está a utilização dos princípios agroecológicos e de cooperação como pilares fundamentais desse processo de retorno ao campo e resgate de tradições camponesas. Ainda mais, trata-se de uma orientação visando favorecer circuitos curtos agroalimentares (MARECHAL, 2008) com assentamentos implantados próximos a grandes centros consumidores.

Paralelamente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabelece a modalidade Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), inicialmente destinada para atender à demanda de comunidades extrativistas da região Amazônica, esta modalidade possui como características definidoras a ênfase ambiental e a titulação coletiva da terra, ou seja, não há individualização das parcelas (CAMARGO, 2016; INCRA, 2020). Para atender institucionalmente às reivindicações do movimento social em termos de estabelecimento de Comunas da Terra, a modalidade adaptou-se para abranger assentamentos periurbanos de menores proporções.

Com efeito, esta combinação de circunstâncias está na base da implantação do assentamento Milton Santos, composto de 70 lotes de 1 hectare cada um. O conjunto do assentamento, considerando suas áreas de reserva ambiental, cobre uma área de 103,45 hectares situada parte em Americana/SP e parte em Cosmópolis/SP. O assentamento está localizado a 45 km de distância de Campinas/SP, que abrange em sua região metropolitana ambos os municípios de Americana e Cosmópolis. O bioma original da região de Mata Atlântica, porém com configuração atual bastante degradada a partir das mudanças históricas de uso do solo (DEAN, 1996). Em torno de quase todo o perímetro circundando o assentamento, encontra-se uma produção em grande escala de monocultivo de cana-de-açúcar.

O recrutamento das famílias assentadas foi realizado nas periferias urbanas de Limeira, Americana e Cosmópolis. Entretanto, 74% dos entrevistados relataram ter alguma experiência prévia com trabalhos agrícolas, indicando que

há, de fato, materialidade nesta Comuna da Terra ao propor a recampanização das famílias assentadas advindas do meio urbano, assim como um potencial de resgate de conhecimentos tradicionais oriundos do meio rural.

Nos primeiros anos de existência do assentamento, as famílias assentadas puderam ser beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade de compra direta da agricultura familiar com doação simultânea. Este programa permite estabelecer uma ponte entre os agricultores assentados e pessoas em situação de vulnerabilidade social, com a intermediação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que firma contrato com organizações representativas dos agricultores que devem fornecer alimentos a instituições públicas com caráter de assistência social (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2014). Desta forma, o PAA se constituiu como dispositivo chave para viabilizar o escoamento da produção local, oferecendo importante grau de segurança para encorajar esforços produtivos.

Desde meados da década de 2010, a redução orçamentária do PAA desestabilizou este canal de comercialização em escala nacional, representando obstáculos para a produção agrícola do assentamento. Em meio às crescentes dificuldades decorrentes do desmonte das políticas de apoio à reforma agrária (MARCHETTI *et al.*, 2020), um grupo de famílias pertencentes a uma Organização de Controle Social³ (OCS) implementou diversas inovações. A propósito, no assentamento Milton Santos existem três OCS, a primeira data de 2015 (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017). Efetivamente, a constituição destas OCS favorece uma multiplicação de ações coletivas.

É assim que a OCS conhecida como Terra Viva está na base da fundação de uma cooperativa, a COOPERFLORA (Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana, Cosmópolis, Limeira e Piracicaba). Esta última fomentou a formação de grupos de consumo solidários como forma de escoar seus produtos alimentares, ao mesmo tempo reforçar laços de cooperação nas proximidades. O sistema favorece o acesso a alimentos orgânicos com preço mais acessível, estabelecendo circuitos curtos agroalimentares. Portanto, estas ações permitem confirmar um engajamento das famílias assentadas em iniciativas de cunho agroecológico (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017). Para parte destas últimas, a implantação de sistemas agroflorestais no assentamento impulsiona um movimento mais geral orientado para a agroecologização da reforma agrária.

Diante destas perspectivas, multiplicam-se as iniciativas de implementar sistemas que combinem as características dos SAFs agroecológicos com o manejo e produção intensivos de cultivares agrícolas, em especial de olerícolas de ciclo curto, tratando de arranjo produtivo dos mais pertinentes para o PDS

³ Dispositivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de reconhecimento de produção orgânica para fins de comercialização direta aos consumidores ou a organismos públicos

Milton Santos. Os produtos hortícolas podem ser vendidos em feiras de rua, pequenos varejos ou diretamente ao consumidor, além de serem muito demandados pelos principais dispositivos de compra pública. Desta maneira, é possível obter um retorno econômico maior e mais rápido (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2016). Por outro lado, aliar a produção de hortaliças ao manejo dos SAFs é um desafio que enfrenta grandes obstáculos no que se refere à manutenção de sua produtividade, como será discutido a seguir, a partir das diferentes situações encontradas no assentamento.

Caracterização socioeconômica das famílias

A proximidade com áreas urbanizadas, o que é central na concepção das Comunas da Terra, bem como as trajetórias de vida na cidade das famílias assentadas tornam a pluriatividade muito presente no assentamento (GASPARI, 2016). Por outro lado, como indicado por Moruzzi Marques *et al.* (2016) e Retière e Moruzzi Marques (2019), a segurança social associada ao acesso à terra e moradia constitui uma conquista significativa bastante valorizada pelas famílias locais.

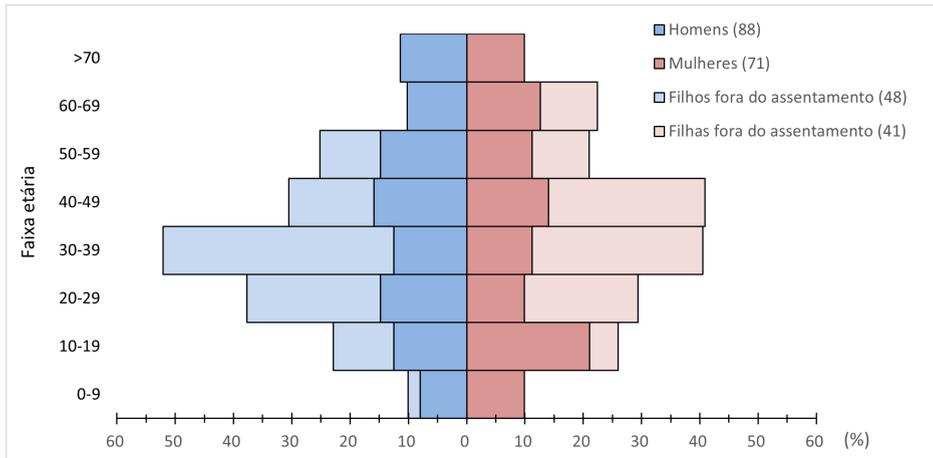
O assentamento possui aproximadamente 170 moradores e 126 filhos das famílias assentadas moram fora da comunidade. As mulheres correspondem a 45% e os homens são maioria, compondo 55% dos moradores. Entre os filhos que moram fora, os homens também são maioria sendo 54% deste universo. A estrutura etária do assentamento está representada na Figura 1, apresentando a quantidade de moradores informados para cada faixa etária, por gênero, bem como dos filhos e filhas dos moradores que residem fora do assentamento. Os números de cada categoria são ligeiramente inferiores aos totais apresentados devido a informantes que não souberam precisar a idade de alguns membros da família.

É possível observar uma evasão de jovens e adultos do assentamento, tanto homens quanto mulheres, entre 20 e 49 anos, correspondendo a faixas etárias importantes no desempenho do trabalho agrícola familiar. O êxodo rural é atribuído principalmente à busca por oportunidades de emprego nas cidades próximas. Esse fenômeno social tem sido estudado no Brasil desde a década de 1990, quando Camarano e Abramovay (1998) identificaram um processo de masculinização e envelhecimento no meio rural brasileiro, em especial devido à migração de mulheres jovens para áreas urbanas.

Cerca de 30% dos moradores exercem como principal ocupação a atividade agrícola, sendo 28 homens e 26 mulheres, com média de idade de 53,7 anos. Somente três desses agricultores são jovens com menos de 25 anos. A maioria está, portanto, com idade acima de 50 anos, compondo 63% desse grupo. Por outro lado, mais de dois terços dos moradores têm na agricultura uma ocupação secundária, atuando, por exemplo, como metalúrgico, barbeiro, pedreiro, auxiliar de limpeza e marceneiro, além daqueles que realizam diversos

trabalhos pontuais e informais. A aposentadoria e auxílios governamentais também constituem importantes fontes de renda para 52% dos entrevistados.

Figura 1 – Estrutura etária do PDS Milton Santos.



Fonte: Elaboração própria.

A estrutura demográfica da comunidade representa um grande obstáculo para a manutenção das atividades agrícolas. Assim como observado por Amorozo (2012) junto a agricultores familiares da baixada cuiabana, na região Centro-Oeste do Brasil, a baixa valorização da atividade agrícola e a sua competição com aquelas não-agrícolas, muitas vezes mais atraentes para jovens, em especial nas proximidades de centros urbanos, leva ao desengajamento dos jovens da agricultura, causando diminuição das áreas cultivadas ou mesmo o abandono da atividade pela família.

De toda forma, a principal atividade agrícola no assentamento é a produção de hortaliças que é limitada pelo acesso restrito à água, falta de apoio técnico, ausência de estruturas de beneficiamento e armazenamento, dificuldades estas que se somam à baixa disponibilidade de força de trabalho e à falta de canais seguros de comercialização. O escoamento desses produtos foi reduzido, por um lado, pelo desmonte do PAA e, por outro lado, pela redução recente da demanda por cestas de alimentos orgânicos da cooperativa local. A distribuição destas últimas havia sido concebida como uma alternativa ao desmantelamento do PAA (MELLO PINTO; MORUZZI MARQUES, 2019).

Na ausência de tais mecanismos de escoamento, muitos agricultores buscaram vias alternativas, como participação em feiras de rua, venda de porta em porta, diretamente junto aos consumidores finais, ou fornecimento para pequenos varejos. Tais iniciativas, entretanto, exigem, semanalmente, longas

jornadas de trabalho dedicadas à comercialização. O maior envolvimento nas atividades de comercialização significa redução do tempo de trabalho em seus sistemas produtivos agrícolas (RETIÈRE, 2014).

Apesar destas limitações, houve um crescimento da diversidade produtiva no assentamento nos últimos 10 anos, quando comparado com o levantamento das atividades agrícolas realizado por Moruzzi Marques *et al.* (2016), em 2012. Atualmente, das 47 famílias com algum tipo de produção agrícola, 53% relataram trabalhar com hortaliças (olericultura intensiva), 57% com roça, 49% com aves, 25% com bovinos, suínos ou equinos, e 6% com peixes. A categoria “roça” distingue localmente os cultivos em áreas maiores e menos exigentes em trabalho, como aquelas de mandioca ou milho.

Ademais, 57% dos agricultores declaram produzir duas ou mais das categorias listadas. Constata-se, portanto, que não só a maioria dos lotes apresentam algum tipo de produção, ainda que incipiente, como também produzem uma diversidade de espécies, com arranjos produtivos variados, envolvendo culturas agrícolas e criações animais que exigem práticas de manejo distintas. Essa constatação revela o potencial de inserção dos sistemas agroflorestais no assentamento, o que corresponde à orientação política de difundir os princípios agroecológicos entre as famílias.

Os sistemas agroflorestais (SAF) locais

Os SAFs estudados neste trabalho compõem uma miríade de casos heterogêneos, com particularidades de acordo com cada família. Eles não foram frutos de uma iniciativa coletiva ou de um esforço externo de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), políticas públicas ou projetos universitários. De fato, cada família optou pela implantação de seus próprios sistemas em seus lotes, com objetivos, condições e em momentos diferentes. Portanto, são diversos os arranjos espaciais, escolha de espécies, propósitos, manejo, idade do sistema, entre outros traços.

Foram identificados oito diferentes SAFs no assentamento: três com finalidades ambientais (reflorestamento, quebra-vento e fornecimento de sombra para as casas) e outros cinco com objetivos produtivos. Entre esses últimos, uma experiência se aproxima do conceito de quintal agroflorestal, englobando espécies florestais e frutíferas que foram plantadas gradualmente ao longo dos anos, ao redor da casa, sem um arranjo espacial definido, com o estrato baixo ocupado por ervas medicinais sombreadas. Nesta área, encontram-se também mudas e algumas galinhas. Os outros quatro SAFs produtivos são variações de um arranjo espacial orientador que consiste em linhas de arbóreas (florestais ou frutíferas) acompanhadas por faixas com cultivos nas entrelinhas, as quais variam entre 3 e 8 metros de largura. Esse

tipo de arranjo é comumente observado em iniciativas de SAFs agroecológicos, tendo como centralidade a ideia de viabilizar uma produção de culturas, perenes ou anuais, no espaço das entrelinhas das árvores (NAIR *et al.*, 2021).

A Tabela 1 consolida uma síntese de algumas características definidoras dos SAFs analisados neste trabalho, como finalidade e idade do sistema, quantificação da diversidade de espécies levantadas por listagem livre pelos agricultores, e a frequência de manejo.

Tabela 1 – Sistemas agroflorestais encontrados no PDS Milton Santos.

	SAF 1	SAF 2	SAF 3	SAF 4	SAF 5	SAF 6	SAF 7	SAF 8
Finalidade	Ecológica	Ecológica	Produtiva	Produtiva	Produtiva	Produtiva	Ecológica	Produtiva
Idade	18 anos	17 anos	11 anos	16 anos	9 anos	4 anos	6 anos	6 anos
Nº espécies frutíferas	6	1	9	14	3	10	4	9
Nº espécies florestais	10	5	5	5	4	0	5	5
Nº espécies agrícolas anuais	2	0	7	3	0	9	0	6
Total de espécies	18	6	21	22	7	19	9	20
Manejo	Semanal	Semestral	Quinzenal	Mensal	Descontinuado	Diário	Semestral	Semestral

Fonte: Bondioli (2023).

Em geral, não houve diferença significativa na escolha das espécies agrícolas não arbóreas dos SAFs e as produções convencionais locais. As principais hortaliças observadas nos SAFs foram: alface (*Lactuca sativa*), chicória (*Cichorium intybus*), berinjela (*Solanum melongena*), coentro (*Coriandrum sativum*), salsinha (*Petroselinum crispum*), couve (*Brassica oleracea*), abobrinha (*Cucurbita pepo*), chuchu (*Sechium edule*) e alho poró (*Allium ampeloprasum*). Entre as espécies de “roça”, destacaram-se as seguintes: milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), abóboras (*Cucurbita spp.*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Quanto às principais espécies arbóreas frutíferas observadas, convém citar

as seguintes: bananeira (*Musa spp.*), goiabeira (*Psidium guajava*), amoreira (*Morus nigra*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), mangueira (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia emarginata*), laranjeira (*Citrus sinensis*), limoeiro taiti (*Citrus latifolia*) e abacateiro (*Persea americana*). Por fim, quanto às espécies florestais, destacam-se os ipês (*Handroanthus spp.*), as aroeiras (*Schinus terebinthifolia*) e as gliricídias (*Gliricidia sepium*).

Para os SAFs com objetivos ambientais, todos os responsáveis manifestaram plena satisfação quanto ao desenvolvimento de seus sistemas, mobilizando justificativas ecológicas para esta avaliação (MORUZZI MARQUES *et al.*, 2017). Considerando as raízes rurais da maioria das famílias e o histórico de vida recente em meio suburbano, a escolha de reflorestar parte de seus lotes sem finalidade produtiva, tem um significado simbólico relevante de retorno às origens mais próximas do meio rural, adquirindo maior autonomia e determinação para conservar e amplificar a natureza ao seu redor. Eventuais colheitas em tais sistemas, principalmente de frutas, são interpretadas como um benefício secundário e complementar do processo de reflorestamento do lote. Dessa forma, as expectativas acerca de desempenho produtivo são mais modestas quando comparadas com quem espera ganhos em produtividade e geração de renda. Nosso estudo permite evidenciar que a satisfação com esses tipos de SAFs se refere à restauração ecológica dos lotes, levando em conta desejos de beleza natural, aumento da biodiversidade e promoção de bem-estar.

Por outro lado, entre os responsáveis pelos SAFs com objetivos produtivos, dois interlocutores consideraram-se plenamente satisfeitos com os resultados alcançados, outros dois parcialmente satisfeitos e um agricultor manifestou insatisfação. A intenção de gerar renda a partir das atividades agrícolas dessas famílias implica em altas expectativas com o desempenho produtivo dos SAFs. A sensação de bem-estar referente à perspectiva de aumento da biodiversidade no lote, apesar de ter sido mencionada por três entrevistados, não prevaleceu acima do interesse em retorno econômico desses SAFs.

As dificuldades de manejo dos SAFs, em especial no que diz respeito à poda das árvores, foram as principais causas da insatisfação. É frequente na literatura agroecológica a valorização das podas das árvores nesses sistemas como uma prática de renovação e ciclagem de nutrientes altamente benéfica, destinando o material podado para cobertura e enriquecimento orgânico do solo (STEENBOCK; VEZZANI, 2013). Mas estas demandas específicas de manejo nem sempre são incorporadas pelas famílias, devido à falta de um planejamento assertivo, assistência técnica e extensão rural agroecológica⁴,

⁴ Segundo Caporal (2020), a extensão rural agroecológica (ERA) propõe-se a superar o modelo difusionista da ATER tradicional, em um trabalho promotor e incentivador dos processos de transição agroecológica de determinado território, para além somente da dimensão técnica-agronômica, pautando transformações reais em prol da sustentabilidade ambiental e do bem viver daqueles inseridos nesse processo.

além de carência de equipamentos, máquinas ou mão de obra disponível. De fato, o sombreamento cada vez maior à medida que as árvores crescem constitui um obstáculo para a produção de hortaliças, desencorajando o investimento em SAFs para a maioria das famílias do assentamento.

Apesar de conter métricas e arranjos distintos, quatro dos cinco SAFs com finalidade produtiva têm em comum desenhos que combinam espécies arbóreas nas linhas, com o cultivo de hortaliças nas entrelinhas, o que demonstra como o objetivo produtivo-econômico desses SAFs foi determinante para o planejamento do desenho dos sistemas. Contudo, nesse tipo de arranjo, as condições tropicais de alta umidade e temperatura favorecem o rápido crescimento vegetativo, o que aumenta a demanda de manejo e pode tornar a manutenção do sistema mais onerosa, em trabalho e/ou custeio, sem necessariamente resultar em maior retorno econômico (ESCHE *et al.*, 2023). Para lidar com esses problemas, é recomendado um planejamento estratégico inicial que considere a disponibilidade periódica de mão de obra e a praticidade do manejo futuro do sistema, bem como acompanhamento técnico e acesso a ferramentas e maquinários apropriados (ESCHE *et al.*, 2023; RIEDEL *et al.*, 2019).

A necessidade de poda e corte das árvores, em especial nos sistemas de alta densidade de arbóreas, torna o manejo dos SAFs uma tarefa árdua e demorada, podendo comprometer a organização do trabalho familiar. Em dois dos cinco SAFs com finalidade produtiva, conduzidos por famílias com estratégia pluriativas, as dificuldades de conciliar o manejo do SAF com as demais atividades levaram ao abandono da produção nas entrelinhas e à manutenção apenas do cultivo de hortaliças separado dos SAFs.

Nos dois casos de SAFs com finalidades produtivas cujos responsáveis demonstraram satisfação com os resultados, a poda também foi relatada como um desafio. Assim, estes interlocutores informaram que se preparam para aprimorar a prática com aquisição de motosserra e participação em cursos sobre o tema. Em ambos os casos, os responsáveis têm acesso a ferramentas adequadas e se consideram preparados para realizar o manejo das árvores.

A única entrevistada com SAF produtivo que relatou não ter dificuldade com a poda é diplomada em engenharia agrônoma, com experiências de estágio em sistemas agroflorestais, o que lhe conferiu contato inicial qualificado e técnico com o tema. Além destes atributos, sua idade de trinta e nove anos associada à boa condição de saúde permite a realização de manejos intensivos, quando comparada aos demais agricultores com idade mais avançada. Contudo, este SAF possui apenas 4 anos de implantação, sendo caracterizado por linhas de bananeiras e cultivo de hortaliças nas entrelinhas. As bananeiras, apesar do porte arbóreo, são espécies sem troncos lenhosos, o que facilita seu manejo e poda, exigindo menor investimento em equipamentos, qualificação, tempo e esforço de trabalho.

Conclusões

Os sistemas agroflorestais representam uma alternativa cada vez mais propagada de desenvolvimento de perspectivas agroecológicas. A inflexão relativamente recente do MST em favor da agroecologia favorece, assim, a promoção desta forma de cultivo diversificado em territórios de reforma agrária. O caso do PDS Milton Santos é particularmente interessante na medida em que foi fundado com vistas a favorecer ideias associadas ao desenvolvimento sustentável, como cultivos agroecológicos e circuitos curtos agroalimentares com venda direta junto ao consumidor.

A pesquisa permitiu evidenciar que dificuldades na comercialização dos produtos agroflorestais constitui o principal fator limitante para mais investimentos nos SAFs. Por outro lado, a demanda de poda constante dos SAFs-horta é o motivo de maior insatisfação com o sistema. Com efeito, o manejo desses sistemas é bastante exigente. Muitos fatores representam obstáculos para sua adequada realização como a capacidade de trabalho limitada pela idade avançada da maior parte dos agricultores, o insuficiente conhecimento técnico e prático acessível, a indisponibilidade de ferramental adequado, a insuficiência de planejamento e a escolha pouco criteriosa de espécies arbóreas para os propósitos do SAF-horta que implica em acentuados problemas ao longo do desenvolvimento do sistema.

Enfim, a produção de conhecimentos sobre os SAFs, com maior diálogo entre técnicos e assentados, é outro plano pouco resolvido no âmbito do PDS Milton Santos. Ao mesmo tempo, apesar dos desafios impostos, os SAFs representam uma grande oportunidade para expansão e fortalecimento dos sistemas agroecológicos do assentamento, potencializando a produção de alimentos saudáveis, a melhoria das condições ecológicas e ambientais locais, bem como a geração de renda familiar.

Os SAFs se apresentam de fato como uma nova forma de conceber e praticar a agricultura em territórios de reforma agrária, em comparação com a produção de hortaliças em canteiros convencionais ou as roças de mandioca, por exemplo, que são modelos bem estabelecidos na comunidade e muito conhecidos pelos agricultores familiares de todo país. Ou seja, apesar de suas raízes tradicionais, enquanto arranjo produtivo-econômico trata-se de um investimento inovador, no qual acreditam diversas famílias engajadas em perspectivas agroecológicas promissoras.

Agradecimentos

Agradecemos imensamente aos assentados e assentadas do PDS Milton Santos, pelo acolhimento, disponibilidade e interesse em participar deste estudo. Ao Grupo de extensão universitária Territorialidade Rural e Reforma

Agrária (TERRA/ESALQ) pelas contribuições essenciais durante a coleta e análise de dados. A pesquisa contou com o apoio do CNPq na concessão de bolsa modalidade PIBIC ao primeiro autor.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALY JUNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 2, p. 283-303, 2011.

AMOROZO, M. C. M. Diversidade Agrícola em um Cenário Rural em Transformação: Será que vai Ficar Alguém para Cuidar da Roça? In: MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. **Agrobiodiversidade no Brasil: Experiências e Caminhos da Pesquisa**. 2. ed. Recife: Nupeea, Estudos & Avanços, 6, 2012. p. 377-394.

BALBINO, L. C.; CORDEIRO, L. A. M.; MARTÍNEZ, G. B. Contribuições dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) para uma agricultura de baixa emissão de carbono. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 6, p. 1163-1175, 2011.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa. **Política & Trabalho**, v. 45, p. 25-45, 2016.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. De la justification. **Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BONDIOLI, F. F. **Diagnóstico produtivo e socioeconômico de sistemas agroflorestais no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Milton Santos**. TCC Engenharia Agrônoma, ESALQ/USP, p. 63, 2023.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998. <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/404>.

CAMARGO, R. A. L.; BOCCA, M. F.; FIGUEIREDO, D. S.; DE MATO, J. M. S. O PAA e o PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 149-173, 2016. CAPORAL, F. R. Transição Agroecológica e o papel da Extensão Rural. **Extensão Rural**, v. 27, n. 3, p. 7-19, 2020. <https://doi.org/10.5902/2318179638420>.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 504p.

ESCHE, L.; SCHNEIDER, M.; MILZ, J. *et al.* The role of shade tree pruning in cocoa agroforestry systems: agronomic and economic benefits. **Agroforestry Systems**, v. 97, p. 175–185, 2023. <https://doi.org/10.1007/s10457-022-00796-x>.

GARCIA, B. N. R.; VIEIRA, T. A.; OLIVEIRA, F. A. Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental. **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 114, 2015.

GASPARI, L. C. **Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos**: o lugar da agricultura nas estratégias familiares. 2016. 190 p. Tese (Doutorado) - Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura., Piracicaba, 2016.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Revista Agrária**, v. 5, p. 109-13, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i5p109-138>.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Portal Cidades, São Paulo, Americana, 2023a. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/americana/panorama>.

IBGE-**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Portal Cidades, São Paulo, Cosmópolis, 2023b. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cosmopolis/panorama>. INCRA - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Assentamentos. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 06/06/2023.

LOSS, J. C.; SAITER, F. Z. Impactos e benefícios socioambientais dos sistemas agroflorestais de cabruca no Espírito Santo, Brasil. **Revista IFES Ciência**, 2020. <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/674>

MARCHETTI, F. F.; MORUZZI MARQUES, P. E.; SANTOS, J. D.; SILVA, F. O. C. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020. <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-2>.

MARCHETTI, F. F.; LOPES, C. S. A.; GUYOT, M.; SORRENTINO, M.; LOPES, P. R. Agroecologia: ciência, movimento político e prática social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 388–415, 2023. <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23714>.

MARÉCHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**. Dijon: Educagri édition, 2008.

MELLO PINTO, S.; MORUZZI MARQUES, P. E. Redução do apoio público aos assentamentos: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 131-146, 2019. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i2.373>.

MILLER, R. P. **Construindo a complexidade: o encontro de paradigmas agroflorestais**. Brasília: Instituto Olhar Etnográfico, 2009. 21 p. https://www.agrofloresta.net/static/artigos/Construindo_a_complexidade-Robert_Miller.pdf.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F. *et al.* (Organizadores). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORUZZI MARQUES, P. E.; MOAL, M. F.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo: Agricultura de Proximidade em Questão. **Ruris**, v. 8, n. 1, pp. 63-89, 2014. <https://doi.org/10.53000/rr.v8i1.1741>.

MORUZZI MARQUES, P. E.; GASPARI, L.; ALMEIDA, B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, p. 545-560, 2017. <https://doi.org/10.36920/esa-v25n3-4>.

MORUZZI M. P. E.; *et al.* Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade projetos de desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 21-41, 2016. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.197>.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 13 maio 2024.

NAIR, P. K. R.; KUMAR, B. M.; NAIR, V. D. Agroforestry as a strategy for carbon sequestration. **Journal of plant nutrition and soil science**, v. 172, n. 1, p. 10-23, 2009. <https://doi.org/10.1002/jpln.200800030>.

NAIR, P. K. R.; KUMAR, B. M.; NAIR, V. D. **An introduction to agroforestry: four decades of scientific developments**. Cham: Springer, 2021.

NAIR, P. K. R. Classification of agroforestry systems. **Agroforestry Systems**, v. 3, n. 2, p. 97-128, 1985. <https://doi.org/10.1007/BF00122638>.

RETIÈRE, M. I. H., 2023. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/>.

RETIÈRE, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 490-503, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184109>.

RIEDEL, J.; KAGI, N.; ARMENGOT, L.; SCHNEIDER, M. Effects of rehabilitation pruning and agroforestry on cacao tree development and yield in an older full-sun plantation. **Experimental Agriculture**, p. 1-17, 2019. <https://doi.org/10.1017/S0014479718000431>.

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. 1. ed. Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013. 148 p.



Agricultura orgânica e alternativa no entorno de Goiânia a partir da Feira da 74

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

*[...] quem acredita ser possível um desenvolvimento infinito num planeta finito, ou é louco ou economista.”.
Kenneth Bouding*

Resumo: O texto apresenta casos apontados como experiências de agricultura alternativa, e principalmente de agricultura orgânica no entorno da capital Goiânia. O trabalho de pesquisa foi realizado entre os anos de 2015 e 2018 e busca construir argumentos sobre o protagonismo e a potência do sujeito social a partir, principalmente da “escolha” e da “decisão”, encetando o protagonismo do sujeito-produtor-consumidor. O estudo foi realizado a partir do “campo” identificado como sendo a “Feira da 74”.

Palavras-chave: Decrescimento; Produção orgânica; Agricultura alternativa; Goiânia.

Organic and alternative agriculture in the surroundings of Goiânia from the 74th Fair

Abstract: The text presents cases highlighted as experiences of alternative agriculture, and mainly organic agriculture around the capital Goiânia. The research work was carried out between 2015 and 2018 and seeks to build arguments about the protagonism and power of the social subject, mainly from “choice” and “decision”, starting the protagonismo of the subject-producer-consumer. The study was carried out from the “field” identified as the “Feira da 74”.

Keywords: Degrowth; Organic production; Alternative agriculture; Goiânia.

¹Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, Brasil. *Autor correspondente: ricardo@ufscar.br

Introdução

As experiências de agricultura alternativa como recorte de agricultura orgânica ou biológica estão inseridas no grupo de casos estudados a partir da chamada “Feira da 74”. Trata-se da maior, mais significativa e conhecida feira de produtos orgânicos de Goiânia, promovida pela ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica de Goiânia. A proposta é apresentar experiências de produção orgânica em Goiânia a partir da ADAO, e, portanto, da Feira da 74, destacando casos tópicos e ilustrativos que são escolhidos aleatoriamente, mantendo a radicalidade de serem provenientes da agricultura orgânicas, portanto, com todas as certificações e reconhecimentos, assegurados, pela própria associação. A sugestão em discutir “agricultura alternativa” a partir das experiências de produção orgânicas é por que estas são a maioria dos casos, e no estudo de casos da Feira da 74 e da ADAO, a totalidade deles.

A comunicação de maneira geral trocada neste ambiente alternativo em que a dita feira se insere como espaço privilegiado, as trocas de experiências, vivência, participação em fóruns, etc., foi o principal foco de interesse desta pesquisa. Tais experiências, ditas alternativas, a vivência e comunicação que incentiva estas experiências, noutro caminho que dista, como se sabe, da orientação da produção convencional e do lobby do agronegócio tem levado a temas internacionais, como no caso, do chamado “elogio do suficiente” e do “decrescimento”. Este texto visa apresentar experiências com as quais temos trabalhado em pesquisa e que tem embasado a temática teórica internacional. A proposta é entender tais experiências produtivas em si mesmas como “tópicas” e não como ocupando espaços marginais ou os chamados “nichos de mercado”(SCHENEIDER; GAZOLLA, 2011).

Experiências produtivas que seriam em si destoantes da orientação e dos pressupostos econômicos da economia clássica, ou macro economia. Experiências que reconectam o sujeito com elementos vitais tolhidos pela sociedade industrial. Os temas da suficiência e decrescimento, valorizados pela tradição de pensamento franco-italiano (LATOUCHE, 2009) recuperam a temática do esgotamento do modelo de desmedido de crescimento como condição *sine qua non* da distribuição de bem estar. (CEPEDA, 2012). Os temas propostos buscam questionar o *ethos* do capitalismo contra a mortificação do sujeito social orientado pelo acúmulo e pela produção de riqueza. Contrapõe-se, portanto, a angústia e a tristeza do modelo de produção infinita de ausências. Contrariamente, tais experiências sugerem a valorização da saturação contra a acumulação destrutiva. O afeto valorizando aspectos vitais e imateriais no fluxo da sua própria autovalorização, permitindo seleção, opção e, sobretudo, “escolhas”. A suficiência sugere o stop do modelo infinito e insaciável orientado e estruturado pelo crescimento:

A palavra de ordem “decrecimento” tem como principal meta enfatizar o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente, e, portanto, para humanidade. [...] o decrecimento só pode ser considerado numa “sociedade de decrecimento”, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. [...] conseguir abandonar uma fé ou uma religião, a da economia do progresso e do desenvolvimento, de rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento. [...]. Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. (LATOUCHE, 2009, p. 4-6).

Conforme os estudos já clássicos de *Rogescu-Roegen*, (1970) o tema da suficiência invoca a saturação do ponto de vista natural pela impossibilidade do planeta suportar os impactos da Revolução Industrial; e social, uma vez que o crescimento não tem significado maior acesso e distribuição de bem-estar.

“Laboratório Goiano”: experiências e fóruns alternativos

No transcorrer da pesquisa busquei identificar e mapear espaços de troca de experiências, vivências, etc. que se estruturassem em torno duma agricultura alternativa. Experiências estas que acabam revelando a prevalência de experiências ditas orgânicas.

Os casos apresentados neste texto são “disformes”, ou seja, não são exemplos puros que estruturam orientação normativa de alternidade produtiva. O que tem na verdade é potência de alternatividade que valoriza elementos e produtos que o a “lógica do mercado de massas” despreza. Do ponto de vista quer da produção, quer do consumo, o fator “conhecimento” desponta como sendo a matriz desta nova economia. Em “substituição” as bases que estruturam a economia clássica, ou neoclássica, no tocante a satisfação da necessidade, produção, trabalho e principalmente consumo de massa. A construção desta valorização na contramão da massificação e da orientação do monoconsumo recupera a figura do sujeito (produtor-consumidor) “reflexivo”. Conhecimento, significa também considerar como a produção acontece, quais as implicações sociais e ambientais; também sobre a questão da valorização e cultura culinária local e alternativa; sabor e do gosto, ou como valorizar o potencial do sabor dos alimentos para além da tríade que a indústria alimentar transformou e homogeneizou: açúcar, sal e gordura. Outra questão diz respeito a pauta da saúde pública em torno do uso excessivo e abusivo de agrotóxicos pela agricultura convencional.

O prédio que abriga o “Mercado da 74”, foi construído em 1953. Onde antes foi espaço de comercialização de produtos variados, desde 2006 foi

reestruturado como espaço de convivência congregando bares, lanchonetes e lojas de produtos e artesanato local. Este espaço de reunião e convivência acolhe, desde 2011, a edição semanal e permanente da conhecida “feira da 74” que é promovida pela ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica de Goiânia. A feira de produtos orgânicos, mais que uma feira, tem se tornado espaço de encontro e troca de experiência e informações entre pessoas envolvidas com a temática da produção e consumo de produtos orgânicos (Figura 1).

Figura 1 - A “Feira da 74” num sábado de manhã.



Fonte: ADAO- Facebook*

A ADAO (TELES, 2004) foi fundada em 1999 e tem como escopo promover o bom desenvolvimento e prática da agricultura orgânica, familiar, ecológica, biodinâmica e natural. Também sustentável, regenerativa e biológica. Portanto está pautada pela legislação que ampara e assegura o bom desenvolvimento da prática de agricultura orgânica, regenerativa, a proteção ao meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis e sem contaminação por agrotóxicos. Pautando assim pelas diretrizes do Ministério da Agricultura. Atua como associação de certificação participativa, ou seja, funciona como entidade dentro da qual os produtores associados se organizam e regulam facilitando as visitas nas propriedades inscritas.

A ADAO tem cerca de uma centena de associados, e, apresenta o endereço da Feira da 74 no centro antigo de Goiânia como sendo sua sede fiscal e social. O número de associados confunde-se, porém não estritamente, com os *stands*

de venda na feira. São produtores de: Goianira, Goianésia, Sylvania, Hidrolândia, Itaporanga, Brasabranes, Itauçu, Itaberaí, Bela Vista de Goiás, Aparecida de Goiânia¹.

Existe uma outra edição da Feira da ADAO que acontece sempre nas quartas-feiras a tarde no mercado municipal do bairro Vila Nova, mas que não tem a frequência e os efeitos da edição de sábado no Mercado da 74. Nesta, de sábado pela manhã acontece um encontro convivial entre pessoas consumidores de produtos orgânicos e frequentadores da feira que se misturam com aqueles que frequentam as lojas e principalmente os restaurantes e bares do mercado. Apontar a edição de sábado da feira como espaço de fluxo de comunicação, significa para este trabalho apresentado aqui, considerar, que todas as demais iniciativas e experiências apresentadas se cruzaram ou se cruzam com o a troca de experiências e convívio da feira que acontece aos sábados pela manhã (GONÇALVES, 2017).

Os chamados dias de campo promovidos pela ADAO, com participação privada e pública tem se tornado frequente no mote da difusão das experiências produtivas em torno de práticas alternativas (Figura 2).

Um caso emblemático que entrecruza com a feira, é o da loja “Cerrado Alimentos Orgânicos”. Localizada até 2022 no centro de Goiânia e atualmente na zona sul da capital, num dos bairros mais populosos e de classe média. A loja congregava até 2021 um Restaurante com produtos 100 % orgânico, como se dizia. O espaço do restaurante, que hoje está fechado e da loja de produtos orgânicos é local privilegiado de encontro e troca de experiências em torno da agricultura alternativa. Dentro do espaço funciona também a edição de feira semanal de produção orgânica – “direto do produtor”. Outra atividade dinamizada a partir da militância do dono da loja, um austríaco residente em Goiânia a mais de vinte anos e animador de práticas de agricultura alternativa, é a reprodução e comercialização da chamada “terra preta de índio”².

Os grandes círculos de Terra Preta do Índio (TPI) ao longo dos rios da Amazonas não são pesquisados nos últimos anos e apontam a possibilidade de ligação de CO₂ ao longo prazo. [...] este solo antropogênico contém em média 250 t / ha (hectare) de carbono orgânico e 250 t / ha de carvão vegetal (biochar ou biocarvão). Isto é equivalente a três vezes

²Práticas orientadas a partir da recente “descoberta” que revelaram a existência de um tipo de solo (terra), já existente em período pré-colombiano com uma mancha de milhares de hectares em torno da bacia ou leito do rio Amazonas, por tribos indígenas e povos originários já extintos, que que praticavam agricultura antes da chegada dos colonizadores europeus. A “terra preta de índio” indica uma prática antiga de sociedades sem escrita na produção de um tipo de solo quase perfeito para a prática agrícola. Um solo “preparado” por populações antigas nas margens do rio Amazonas, e, com restos e detritos de alimentos (animais e vegetais) e cacos de utensílios domésticos feitos em barro e ossos. Esta, como outras práticas e ações em torna duma alternatividade agrícola tem sido dinamizada a partir de espaço como no caso do restaurante loja, e na figura do proprietário da loja.

mais, ou setenta vezes mais do que nos Latossolos circundantes. [...] Assim o carbono está sequestrado a longo prazo no solo, constituindo um armazenamento permanente de carbono. O carvão forma as condições ambientais para a formação do húmus (IKUX, 2018, p. 01 -03).

Figura 2 - “Dia de Campos Participativo Adão - GO”.

**DIA DE CAMPO PARTICIPATIVO
ADAO - GO**

Associação para o Desenvolvimento da
Agricultura Orgânica em Goiás

Local: Chácara Gaia
Bonfinópolis-GO

Data: **17/04/16 - Domingo**

Horário: 9:00h às 13:00h

Vendas/Info: Camila Lôbo (62) 8449-8321
(camilabl@hotmial.com)
Mariano Parejo (62) 9686-0550
(parejo.mariano@gmail.com)

Inscrição:
R\$ 50,00
(Crianças até 8 anos não pagam)

Programação

9:00h Recepção - Ativar o corpo pelo movimento (Yoga)

09:30h Caminhada transversal pela propriedade, demonstração das tecnologias utilizadas, confecção de biochar e farinha de osso.

12:00h Almoço Ovo Lacto Vegetariano
13:00h Encerramento

Obs.: levar filtro solar, boné ou chapéu, e sua garrafinha de água.

A D A O - G O
associação para o desenvolvimento
da agricultura orgânica

Fonte: Adao Orgânicos, 2016.

A Universidade Federal de Goiás, principalmente a partir de alguns cursos de graduação e pós-graduação em agronomia, ciências ambientais, dentre outros tem sido espaço privilegiado de incentivo de práticas de agricultura orgânica. Também com atividades de extensão e suporte técnico com ênfase para engenharia de alimentos, agronomia, estudos socioambientais e ciências sociais, congrega iniciativas dispareas via programas de graduação e pós graduação, extensão de pesquisa, etc. Outro destaque são os casos da EMATER e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, na promoção e incentivo de práticas como assistência técnica

propriamente dita, e ações de extensão e qualificação sobre a produção de orgânicos.

Vale destacar as ações do Ministério Público Goiano, com o FGCA “Fórum goiano de combate aos agrotóxicos”. Espaço de debate e iniciativas propositivas acerca do combate aos impactos socioambientais causados pelo uso de agrotóxicos. O Fórum tem participação de vários segmentos como universidade, empresas prestadoras de serviços sociais, órgãos de saúde pública e privada, etc. visando alertar a sociedade e minimizar o uso de agrotóxicos. Visa proporcionar em âmbito estadual debates e ações acerca do uso de agrotóxicos e temas afins como transgênicos e agressão ambiental. Goiânia tem se referenciado como local do encontro anual denominado Agro Centro-Oeste familiar. A feira de exposições e negócios que teve sua primeira edição no ano 2000 têm cursos, *workshop*, e venda, troca e atividades voltadas para a pequena agricultura familiar e iniciativas de agricultura alternativa.

Também casos tópicos de pequeno empreendimento agrícolas alternativos organizados a partir da agricultura familiar e que foram identificados com a realização do trabalho de campo: 1) - “**Polvilho do Cará**”, experiência de comunidade agrícola em Bela Vista de Goiás que desde 1956 produz à base de mandioca, com destaque par a farinha, mas principalmente o polvilho. Desde 2005 montaram cooperativa - a Cooperabs – Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Polvilho e Derivados da Mandioca da Região do Cará, reúne os produtores do bairro rural do Cará. A iniciativa recuperou o bairro rural que dista poucos quilômetros do centro de Bela Vista de Goiás. Resultou em sistema cooperativado participativo e alternativo, que promoveu o retorno de famílias à produção agrícola. Têm das marcas de polvilho mais vendidas no estado de Goiás e uma das mais vendidas no Brasil; 2) - “**Casa da minhoca**” empresa que produz e comercializa insumos agroecológicos, com sede em Anápolis – GO. Trata-se de empresa familiar que busca produzir de maneira sustentável nutrição e alimentos naturais para plantas, principalmente através de produtos derivados da minhoca. Uma das atividades e iniciativas da empresa é chamar a atenção para o investimento na organicidade dos solos, e da importância de considerar a terra como elemento vivo (vital); 3) - “**Lavoura comunitária de Nova Veneza – Goiás**”[...]: Trata-se de um programa iniciado em 2005 pela Prefeitura de Nova Veneza, município de cerca de dez mil habitantes, distante trinta quilômetros de Goiânia. A lavoura comunitária de Nova Veneza, assim como o caso da comunidade do Cará em Bela Vista de Goiás, valorizou sistemas de trabalho cooperado, dantes chamado “mutirão”. Com a ajuda de parceiros como a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás, e a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o município – Prefeitura de Nova Veneza-, junto com o Governo do Estado de Goiás implanta em 2011 o sistema de lavoura

comunitária. A experiência piloto foi com a cultura de arroz, valorizando o trato orgânico, sem necessidade de uso de defensivos e controle fitossanitário; e, recuperando sistemas de secagem e armazenamento tradicionais, valoriza o trabalho comunitário e saberes locais, além de promoverem encontros e festas comunitárias 4) - **“O queijo cabacinha do alto Araguaia”**: (Santa Rita do Araguaia, Portelândia e Mineiros, Alto Araguaia, Araguinha e Ponte Branca.). Trata-se “tradição” local de fabricação de um tipo de queijo curado que é amarrado e tem a forma de uma cabaça (porunga), parecido, e sugerindo influência do chamado queijo *caccio-cavalo* do sul da Itália. Trata-se neste caso de alternativa “distrital” para pequenos produtores da região que buscam desde faz anos o selo de indicação geográfica, com base nos casos do queijo canastra de Minas Gerais. Estes queijos são fabricados por uma centena de pequenos produtores de forma independente em que todos seguem (“livremente”) um padrão de qualidade e sabor. Lembrando que não há cooperativa ou poder público que regulamenta a produção. 5) - **“APL – Arranjos Produtivos Locais do Médio Araguaia”**: (Amorinópolis, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivollândia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Novo Brasil, Palestina, Piranhas e Santa Fé de Goiás). Possui uma área total de 25.128,10 km², representando 7,39% do território goiano focado na produção leiteira. 6) - **“cooperbelgo”** – Cooperativa agropecuária Mista de Bela Vista de Goiás. Fundada em 1971 e tendo como objetivo a comercialização conjunta do leite produzido principalmente no município de Bela Vista de Goiás. Tem mais de dois mil associados (2.052 em 2017) e recebe em média 50.000 litros de leite por dia.

Soma-se outras iniciativas, algumas, se deve lembrar, ligadas ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e ao MCP- Movimento Camponês Popular, este presente em Goiás desde 2008. Estes movimentos estão presente principalmente na antiga capita “Goiás Velha”, ou Vilas Boas de Goiás”.

Resultados

Acerca da produção de subjetividades

Goiânia tem experiências singulares, porém, sem nenhuma particularidade caso não estivesse conectada com experiências globais. Estas experiências que acontecem mundo afora estão ligadas por ações (práticas) de alternatividade, que podem ser definidas a partir do entendimento que tem o Movimento *Slow food*³, acerca da liberdade do sujeito social materializado na figura do produtor-consumidor. A decisão e a escolha são potencializadoras da diversidade que caracterizam o sujeito, sugerindo, os parâmetros de uma “nova economia”.

O termo “ato agrário” é atribuído ao poeta agricultor norte americano Wendel Berry que apontava justamente que comer é um ato produtivo agrícola. Produzir

alimentos é muito mais que uma ação meramente objetiva encerrada em si mesma. É ademais ação carregada de significados que deve ser valorizada também na sua dimensão subjetiva como expressão deste novo momento de subjetivação que acontece com a crise da sociedade industrial.

As ações em torno da prática duma “agricultura alternativa”, caminha na contramão da rigidez da produção e do consumo de massa. Ações ligadas a alternatividade produtiva, das quais destaco a título de exemplo as experiências de pesquisa que “explodem” mundo afora. São exemplos: agricultura biodinâmica, agro ecologia, ecogastronomia⁴, produção orgânica, fair trade, agofloresta, agricultura natural e regenerativa, agricultura biodinâmica, sistema produtivo sistema mandala⁵, permacultura⁶, agricultura sintropica, e, mais recentemente a agricultura regenerativa, dentre outras. Todas, dentro do leque de sustentabilidade ou de agricultura sustentável, conforme aponta Schultz (2011). O termo, agricultura alternativa, é, portanto, ação agrícola permeada e carregada de significados e saberes humanos produzidos e disseminados de maneira aberta por quem produz. A experiência produtiva é um laboratório vivo que se contrapõe ao modelo de agricultura industrial orientada de maneira standard como execução de tarefas não por quem produz, mas por quem detém os meios, ou o poder sob a produção. Agricultura alternativa é ação coletiva aberta, permitindo e requerendo, experimentação, se contrapondo a agricultura de comodites. É, assim, ação de agricultura agroecológica sustentável como nos termos propostos por Altieri (2004) não se encerrando em modelo pré-definido.

As experiências estudadas permitem pensar num novo pacto de economia política, restabelecendo uma nova relação entre trabalho e regulação. O consumo orientado por fatores qualitativos que permitem e requerem a escolha e a decisão, ao invés da necessidade, engendra um sujeito-reflexivo. O termo ato agrário proposto pelo Movimento *Slow Food*, é o que melhor define:

O consumidor orienta o mercado e a produção com suas escolhas e, aumentando sua consciência sobre estes processos, ele ou ela assumem um novo papel. O consumo se torna parte do ato produtivo e o consumidor

³Movimento e organização não governamentais que tem como objetivo promover uma alimentação boa, limpa e justa, valorizando a produção local e o meio ambiente. Assume o compromisso duma alimentação saudável conectando o planeta ao ato comensal e produtivo.

⁴Movimento que prega o uso de alimentos saudáveis, produzidos de maneira sustentável e sem uso de agrotóxicos ou mesmo conservantes químicos. Valoriza sabores e saberes locais via preservação e conscientização ambiental, biodiversidade e responsabilidade social. Neste sentido conecta a alimentação com a saúde pessoal e do planeta de maneira holística. Além do mais a comida é tomada como fonte de prazer comprometido com a responsabilidade socio ambiental.

⁵Trata-se de sistema de produção sustentável com pouca necessidade de energia. Faz produção em círculos concêntricos tendo na base o reservatório de água donde são criados peixes. A partir deste centro se distribui a água e irriga as diversas e combinadas culturas produzidas em círculo por vários motivos além da irrigação também a construção de barreiras naturais que impede o dificulta a permeabilidade de pragas favorecendo o controle biológico.

se torna então um co-produtor. O produtor exerce um papel importante no processo de trabalhando para alcançar a qualidade, tornando sua experiência disponível e acolhendo os conhecimentos e saber-fazer dos outros (SLOW FOOD BRASIL, 2018).

A escolha que está no campo da decisão é constituinte do sujeito. No exemplo do movimento *Slow Food*, trata-se da escolha por alimentos dotados de “significados” – fatores – qualitativos - (serem bom, limpo e justo) como condição de consumo. (PETRINI, 2013). A própria dimensão subjetiva do que é ser bom, limpo e justo, permite recolocar dimensões esquecidas, negligenciadas e relegadas em favor de interesses corporativos como no caso a indústria de alimentos, e do protagonismo desta na história do desenvolvimento do capitalismo. Outros como o sabor dos alimentos, ou ligados a pauta da segurança alimentar, ao trato com o solo, preservação ambiental, etc. Ainda, a negativa em consumir alimentos originários de produto de exploração sobre o trabalho, etc. Trata-se, portanto, de iniciativas que vão para “*al di là*”⁴⁶ da mera satisfação das necessidades calóricas ou das chamadas calorias vazias. Ou mais do que solucionar o problema da fome, como tem sido a flamula da bandeira da agricultura de *comodites*. É neste ponto que se pode falar de uma “nova economia” pautada na suficiência do crescimento em função do esgotamento holístico da velha economia política (LATOUCHE, 2009).

Conclusões

O sujeito social contemporâneo se constitui a partir da intersecção entre produção e consumo consciente, ressignificando a própria sociabilidade por meio de escolhas e decisões éticas. Esse protagonismo envolve a preservação ambiental, o consumo de alimentos saudáveis, a busca por remuneração justa, além de fatores estéticos e culturais relacionados ao patrimônio alimentar. Ao adotar práticas de agricultura alternativa e orgânica, o sujeito desafia os modelos econômicos tradicionais e amplia os limites da economia política, propondo novas relações de produção, circulação e distribuição de bens. A agricultura alternativa, em oposição à lógica industrial da Revolução Verde, promove uma relação viva com os recursos naturais (terra, água, ar e sol). Esta prática exige um saber-fazer dinâmico e relacional, onde o produtor é também um produtor de conhecimento, aplicando ciência, intuição e experimentação. Diferente da precisão mecânica do capitalismo industrial, a agricultura alternativa valoriza a imprecisão e a diversidade, respeitando os ritmos naturais e negando a mortificação dos recursos. Esse processo reforça a subjetividade

⁴⁶Sistema de produção agrícola criada por ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmeggren na década de setenta. Trabalha com a força da natureza de forma holística sem contraria-la. Trabalha de forma sustentável com três princípios básicos: o cuidado com a terra, com as pessoas e a partilha de excedentes.

e a inventividade dos trabalhadores agrícolas, que estão constantemente envolvidos na produção e na transformação do conhecimento.

A redefinição do consumo como uma prática ética também se reflete em escolhas financeiras, como exemplificado pelo Banco GLS Gemeinschaftsbank⁵ na Alemanha. Ao decidir conscientemente para onde seus recursos são direcionados, os indivíduos promovem uma economia alinhada com causas sociais, evitando que seus investimentos apoiem práticas contrárias aos seus valores. Esse protagonismo na esfera econômica demonstra que o conhecimento e a responsabilidade são forças produtivas essenciais que moldam novas formas de vida.

Dessa maneira, o sujeito social contemporâneo é caracterizado pela sua capacidade de escolher e decidir de forma crítica, contestando a lógica do capitalismo voltado para a acumulação de capitais e a padronização das relações de produção e consumo. Ele é moldado pela experiência relacional e pela resistência à privação imposta pelo sistema econômico dominante. Esse sujeito não está acabado, mas está em constante transformação, buscando alternativas que resgatam a vitalidade dos elementos naturais e promovem uma sociabilidade mais justa e sustentável.

Referências

ADAO Orgânicos. [2016]. Facebook. Disponível em: https://web.facebook.com/adao.organico/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 01 de maio de 2024.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, Editora UFRGS: 2004.

CEPEDA, V, L. **Inclusão Democrática e Novo Desenvolvimentismo: um balanço histórico**, Revista Estudos Avançados: São Paulo, Mai/ag., 2012.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Economics of Production**, London: AER, 1970.

GONÇALVES, T. M. **A produção orgânica no entorno da cidade de Goiânia - GO: históricos, atualidades e desafios sociais**, Trabalho Final de Curso defendido na graduação – bacharelado da FCS-UFG, 2017.

⁵O banco foi criado tendo como princípio o entendimento segundo o qual o capital construído a partir do trabalho vai para um banco, e que depois é transferido para a economia na forma de crédito que depois é movimentado e devolvido para o acionista em juros. Um dos princípios do capitalismo financeiro é a impessoalidade, ou seja, o dinheiro que o sujeito emprestou para o banco pode servir para financiar tanto causas nobre e humanitárias quanto outras que o sujeito desaprovava. No caos do Gemeinschaftsbank o acionista tanto conhece quanto decide sobre os investimentos do seu dinheiro que vai causas ecológicas projetos culturais, escolas livres, com velhos e idosos, pedagogia curativa, economicamente sustentáveis, e de utilidade pública dentre outros. Há fundos para agricultura biodinâmica, para pesquisas de sementes, para o desenvolvimento de novas fontes renováveis de energia, para formação, para programas de desenvolvimento de países subdesenvolvidos, etc. (OLIVEIRA; KUX; KLIPSTEIN, 2003).

GORZ, A. **Éloge du Suffisant**. Paris. PUF: 2019.

GORZ, A. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital, São Paulo: Annablume. 2005.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**: Guerra e democracia na era do império, Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/> , Acesso 22 de fevereiro de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 de fev. de 2023.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Os números da reforma agrária**. Disponível: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/reforma-agraria-em-goias/> , Acesso: 22 de fevereiro de 2023.

KUX, G. **Projeto de sequestro de carbono através da geração de terra preta de índio (TPI)**. Projeto de pesquisa. 2009.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do Decrescimento Sereno**, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

OLIVEIRA, L.; KUX, G; KLIPSTEIN, L. Fraternidade na Vida Econômica, Igualdade na vida jurídica, liberdade na vida espiritual. Contribuição para a discussão do tema "Economia Solidária" **Anais...** III Fórum Social Mundial. Porto Alegre: 2003.

PETRINI, C. **Cibo e Libertà**: storie di gastronomia per la liberazione. Firenze: Giunti, 2013.

SCHENEIDER. S; GAZOLLA. M. (org.) **Os Atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHULTZ, Z. Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. *In*: SCHENEIDER. S GAZOLLA. M. (org.) **Os Atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SLOW FOOD BRASIL, Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/perguntas-frequentes>, Acesso: 22 de março de 2018.

TELES, V. L. L. C. **ADAO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA EM GOIÁS**. 2007. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.



Características da produção e perfil socioeconômico dos agricultores participantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP

Rodrigo Castilho Freitas¹

Antonio Lázaro Sant'Ana¹

Resumo: As feiras livres apresentam-se como uma forma de comercialização tradicional e consolidada, constituindo-se em um importante circuito curto de comercialização para os agricultores familiares. O objetivo deste trabalho consistiu em descrever e analisar aspectos da diversidade da produção e do perfil socioeconômico dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, que ocorre semanalmente aos domingos. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário que levantou dados socioeconômicos dos agricultores feirantes, características gerais do estabelecimento, tipo e diversidade da produção, outras formas de comercialização utilizadas e o percentual de renda obtido com a produção e a comercialização na Feira. A análise dos dados obtidos evidenciou que os produtores que participam da referida Feira Livre se caracterizam como agricultores familiares que utilizam, de forma predominante, circuitos curtos de comercialização, por meio de venda direta ao consumidor. A ampla diversidade da produção local (vendem 145 produtos na Feira Livre) possibilita que os consumidores tenham uma alimentação de qualidade, sendo imprescindível que políticas públicas de apoio a estes agricultores sejam aplicadas e fortalecidas para que a população tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Diversidade de produção e comercialização; Circuitos Curtos de Comercialização; Geração de renda; Agricultura familiar.

Production characteristics and socioeconomic profile of farmers participating in the Free Fair of Ilha Solteira-SP

Abstract: Free fairs are a traditional and consolidated form of marketing, constituting an important short supply chain for family farmers. The objective of this work was to describe and analyze aspects of the diversity of production and the socioeconomic profile of farmers who sell at the Feira Livre in Ilha Solteira-SP, which takes place weekly on Sundays. Data collection was carried out through the application of a questionnaire that collected socioeconomic data from the market farmers, general characteristics of the establishment, type and diversity of production, other forms of commercialization used and the percentage of income obtained from production and sale at the Feira Livre. The analysis of the data obtained showed that the producers who sell at the Feira Livre de Ilha Solteira-SP are characterized as family farmers, with the main form of marketing occurring in short supply chains through direct sales to the consumer. The wide diversity of local production (145 products sold at the Feira Livre) allows consumers to have quality food, and it is essential that public policies are applied and strengthened so that the population has increasing access to healthy foods.

Keywords: Production and commercialization diversity; Short Food Supply Chains; Income generation; Family farming.

¹Universidade Estadual Paulista-UNESP, Brasil. *Autor correspondente: rodrigocfreitas@usp.br

Introdução

As feiras livres representam uma importante possibilidade de participação econômica e social de assentados de reforma agrária e de agricultores familiares tradicionais. Além de serem relevantes como meio de comercialização para estes indivíduos, são valiosas enquanto local de preservação de relações socioculturais, constituindo um espaço de socialização, sobretudo sendo um espaço público, socioeconômico, cultural, dinâmico e que possibilita a preservação da autonomia dos agricultores e o fortalecimento e interação entre os saberes locais (PEREIRA *et al.*, 2017; GODOY; ANJOS, 2007).

Uma vez que os produtos chegam até estes com informações acerca de sua origem, em muitos dos casos sendo comercializados diretamente pelo produtor, as feiras livres são positivas para os consumidores, sendo caracterizadas como um tipo de Circuito Curto de Comercialização (CCC), sendo que estes incluem outras formas de comercialização das quais os agricultores familiares podem se utilizar, como articulação de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (RETIÈRE, 2014), associações e cooperativas de produtores, comercialização diretamente nas propriedades rurais, entrega em domicílio, em restaurantes, varejo local e em lojas virtuais (ROVER; DAROLT, 2021).

Este trabalho teve como foco a Feira Livre de Ilha Solteira-SP, município localizado na região Noroeste do Estado de São Paulo-SP, com população estimada de 26.886 pessoas (IBGE, 2021). A agricultura familiar representa 83,6% de estabelecimentos do município, portanto 286 estabelecimentos, distribuídos por uma área aproximada de 35.506 ha. As atividades agropecuárias mais representativas no município são pecuária bovina, lavouras temporárias (especialmente a cana-de-açúcar), horticultura e lavouras permanentes (IBGE, 2017).

O objetivo do presente estudo foi descrever e analisar os aspectos da diversidade da produção e do perfil socioeconômico dos agricultores feirantes participantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP, oriundos, em sua maioria, dos assentamentos rurais implantados no município: o Cinturão Verde, o Estrela da Ilha e o Santa Maria da Lagoa, mas há também a presença de agricultores do projeto Horta dos Aposentados e outras áreas rurais do município ou de municípios próximos. A Feira ocorre regularmente aos domingos entre 6h e 12h, em uma área coberta na altura do Passeio Caracol, na Avenida Brasil Norte.

Agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização.

Feiras são espaços importantes para a preservação de relações socioculturais e que permitem certa autonomia do agricultor. São também um importante

meio de comercialização de produtos da agricultura familiar, concomitante ao abastecimento de produtos de características locais, baratos e saudáveis, o que garante a soberania e segurança alimentar, significando ainda um espaço de socialização, identidade regional e cultural e de articulação política (PEREIRA *et al.*, 2017). Sua relevância pode ser resumida “no abastecimento direto de consumidores, na geração de renda para a população rural e na animação do comércio urbano” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2018, p. 561).

Enquanto espaço que possibilita proximidade entre consumidores e produtores no ato da comercialização, seja com os próprios produtores atuando na venda ou com intermediários que obtêm os produtos diretamente com estes, as feiras livres são caracterizadas como Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). Rover e Darolt (2021) caracterizam CCC como as formas de comercialização em que produto chega nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção). Cassol e Schneider (2015) englobam os CCC como um elemento central do que chamam de redes agroalimentares alternativas, dado que formam redes de distribuição alimentar alternativas ao modo convencional, e conforme afirmam Rover e Darolt (2021), os CC são responsáveis por abastecer estas redes alternativas ou cidadãos.

Marsden *et al.* (2000) designam a ocorrência dos CCC em três modalidades, sendo estas a face a face, em que o consumidor adquire os produtos diretamente com o produtor; proximidade espacial (ou cadeias de proximidade espacial), que consiste em os produtos sendo originados e comercializados em mercados locais e regionais em que o consumidor conhece sua origem; espacialmente estendida, em que é feito saber aos consumidores a origem dos produtos por meio de certificação, por vezes por meio de selos. Ainda, CCC podem ser distinguidos em casos de venda direta, em que o produtor entrega seus produtos diretamente ao consumidor; e venda indireta através de um único intermediário, seja através de mercados locais, entrega em domicílio, associações e cooperativas (DAROLT *et al.*, 2013). O caso das feiras livres é caracterizado mais comumente pela modalidade face a face e por venda direta, contando com os intermediários que atuam, há ainda a venda indireta.

Schneider e Ferrari (2015) destacam que CCC se caracterizam enquanto alternativas a partir de três dimensões, as espaciais, sociais e econômicas. Espacial se refere a promover redução da distância dos alimentos entre produtor e consumidor; social se deve à promoção do contato face a face, estabelecendo-se nas relações socioculturais a confiança entre produtor e consumidor; econômica devido a possibilidade de obter maior valor na venda de seus produtos nos mercados locais criados. Para fortalecer os CCC e a integração com o consumidor, Retière (2014) observa que os produtores buscam a diversificação dos produtos vendidos, valendo-se de três estratégias, sendo

estas a diversificação da produção nos sistemas agrícolas; o processamento e beneficiamento de alimentos; e a complementação da gama de produtos recorrendo a intermediários.

Uma vez que os circuitos curtos de comercialização e, especialmente, as feiras livres permeiam o universo da agricultura familiar, é necessário abordar esta temática. Diferente dos CCC, a agricultura familiar possui uma definição prevista na legislação brasileira, de modo que os caracterizados como agricultores familiares precisam atender simultaneamente aos seguintes requisitos:

[...] não detenha mais que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra de sua própria família em suas atividades econômicas, tenha renda familiar predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e dirija o seu estabelecimento com a família (BRASIL, 2006).

Schneider e Cassol (2013) e Del Grossi (2019) destacam que a afirmação institucional mais relevante entre 1996 e 2006, e potencialmente de todo o histórico da agricultura familiar no Brasil é a aprovação desta Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). Extrativistas, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais podem também ser beneficiários desta lei, atendendo aos requisitos previstos e eventuais legislações específicas (DEL GROSSI, 2019). O segmento é significativo ao apresentar função ambiental, econômica e social, tendo como objetivo a diversificação de cultura na produção, buscando permitir abastecimento alimentar e renda ao longo de todo o ano (CARVALHO; GROSSI, 2019).

Atualmente no Brasil, conforme o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar é representada por 77% dos estabelecimentos rurais do país, ocupam 23% da área total e são responsáveis também por 23% da produção agropecuária do país (IBGE, 2019). Del Grossi (2019) avalia que a agricultura familiar representa dois terços (2/3) das ocupações no campo, uma vez que é um segmento com uso intensivo de mão de obra em suas atividades agropecuárias (12,5 pessoas ocupadas por cada 100ha), em contrapartida a agricultura não familiar emprega somente 1,8 pessoas por 100ha. Quanto ao valor da produção por hectare, os dois segmentos se equivalem, sendo que o familiar produz em média R\$ 132,00/ha, enquanto o não familiar apresenta média de R\$ 133,00/ha (DEL GROSSI, 2019).

A produção da agricultura familiar comumente contribui na comercialização e obtenção de renda (GRISA *et al.*, 2010), mas sem reduzir o autoconsumo, o que está associado ao potencial de autonomia para o autoabastecimento

alimentar, concomitante a segurança alimentar (MALUF, 2007). A agricultura familiar, definida enquanto um modo de vida, destaca-se por ser capaz de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais (LIMA *et al.*, 2019).

Uma vez que a agricultura familiar possibilita segurança alimentar nas unidades familiares, com a mercantilização de sua produção é possível também partilhar desta segurança alimentar com os consumidores, uma vez que estes conhecem acerca do local e modo de produção dos alimentos, bem como podem adquirir alimentos com valor acessível, convergindo a importância da agricultura familiar, circuitos curtos e segurança alimentar (DAROLT *et al.*, 2013; PEREIRA *et al.*, 2017). A partir de práticas alimentares promotoras da saúde e que respeitam a diversidade cultural, além de serem sustentáveis nas dimensões ambiental, cultural, econômica e social, portanto, circuitos curtos potencializam a segurança alimentar de agricultores e consumidores (RAMBO *et al.*, 2019).

Apesar da recente diversificação de estratégias de comercialização da produção em circuitos curtos (ROVER; DAROLT, 2021), desde os últimos 50 anos as feiras encerram o espaço predominante para a comercialização de produtos da agricultura familiar, aliado à venda para intermediários (ANJOS; BECKER, 2014). As feiras livres são adotadas como canal de comercialização que permite contato direto com o consumidor e ausência (ou redução) de intermediários, associado aos fatores de barganha, perecibilidade e logística (CARVALHO; GROSSI, 2019). Portanto, as feiras são importantes para os agricultores familiares enquanto uma alternativa de renda (VIEIRA, 2017), assim como no aspecto da possibilidade de interação e socialização com os consumidores (FONTANA; LIMA, 2018; RAMBO *et al.*, 2019).

A comercialização em feiras, por parte dos agricultores familiares, aliado à frequência e intimidade com os consumidores, incorpora no cotidiano a diversidade regional e as tipicidades do espaço onde funciona (SPECHT *et al.*, 2018). Feiras possuem a primazia de preservar relações socioculturais, fortalecerem laços e saberes locais, indo muito além do abastecimento de produtos com características locais, saudáveis e com preços acessíveis, destacando-se enquanto espaço de socialização, identidade regional e cultural, bem como de articulação política (PEREIRA *et al.*, 2017).

Metodologia

O interesse desta pesquisa é de caracterizar os agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP quanto aos aspectos socioeconômicos deste conjunto de agricultores e a diversidade de produção.

Freitas *et al.*

O município de Ilha Solteira faz parte da Microrregião Geográfica de Andradina e da Mesorregião de Araçatuba, no noroeste do Estado de São Paulo (IBGE, 2020). Possui uma área de 652,64 km² (IBGE, 2022), população estimada de 26.886 pessoas, conforme o último Censo Demográfico (IBGE, 2021) e PIB *per capita* de R\$24.339,08, enquanto a média do Estado de São Paulo é de R\$52.009,94 (IBGE, 2019).

Os agricultores do município estão distribuídos majoritariamente pelos assentamentos, sendo estes o Assentamento Estrela da Ilha, o Assentamento Santa Maria da Lagoa, e o Assentamento Cinturão Verde, além de pequenas áreas rurais denominadas rocinhas familiares, e pelo Projeto Horta dos Aposentados. Estes espaços foram implantados ao longo da história do município, o Cinturão Verde, criado pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) em 1984, e que inicialmente era composto de 90 lotes; enquanto os outros dois assentamentos, ambos instalados em 2005, são resultado da luta pela terra na região. O Estrela da Ilha é composto por 209 lotes, e o Santa Maria da Lagoa, com 75 lotes, conforme informado por Froes e Sant'Ana (2019). A Horta dos Aposentados é um projeto que teve sua implantação em 1985, por meio de iniciativa da Associação dos Aposentados do município (MARTINS *et al.*, 2009).

A fim de constituir um conjunto de textos que embasassem a proposta do trabalho e possibilitassem a discussão dos resultados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que conforme Andrade (2010), visa a atualização do conhecimento e é necessária para a delimitação do tema de pesquisa, o desenvolvimento do assunto e as considerações a serem realizadas. Como instrumento de coleta de dados, entrevistas são caracterizadas como “uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” (CHIZZOTTI, 2017, p. 45), sendo definidas por Chizzotti (2017) como livre, estruturada ou semiestruturada. Gil (2019) afirma que a técnica de entrevista para a coleta de dados é recorrente na pesquisa em ciências sociais e possibilita a obtenção de diversos aspectos da vida social.

O questionário utilizado para a coleta de dados na presente pesquisa foi aplicado na forma de uma entrevista estruturada na grande parte de suas questões, com os sujeitos respondendo sobre perguntas específicas, mas dado a conjuntura de sua aplicação, há um espaço para observações que valoriza os discursos livres suscitados pelas perguntas-chaves e o necessário diálogo, constituindo-se assim em uma entrevista semiestruturada (CHIZZOTTI, 2017). Ainda, conforme orientação deste autor, este questionário foi testado, com agricultores os quais já havia sido estabelecida comunicação - “presumíveis informantes” - “para se identificar problemas de linguagem, de estrutura

lógica ou das demais circunstâncias que podem prejudicar o instrumento” (CHIZZOTTI, 2017, p. 56).

A Feira Livre de Ilha Solteira-SP ocorre regularmente aos domingos, entre 6h e 12h, em uma área coberta, construída e destinada a esta finalidade na altura do Passeio Caracol, na Avenida Brasil Norte (Figura 1). Os feirantes se distribuem em bancas fixas no local, espaço nomeado Feira Norte, fornecido pela Prefeitura do município.

Figura 1 – Vista parcial de bancas e produtos de comercialização dos agricultores na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprios autores, 2022.

Assim, a Feira Norte conta com bancas fixas e numeradas, bem como banheiros e torneiras nas entradas para lavar as mãos, sendo disponibilizado sabão e álcool para higienização. Há uma parte central, em que estão as bancas fixas, mas agricultores que se inseriram mais recentemente na feira se instalam montando as próprias bancas em um espaço que inicialmente foi designado como estacionamento da Feira. Esta feira livre é considerada a principal forma de varejo local em que os agricultores atuam na comercialização direta de seus produtos reduzindo aspectos burocráticos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012).

A coleta dos dados foi realizada entre maio e julho de 2021, a partir de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados na forma de entrevista com os(as) produtores feirantes, totalizando 29 entrevistados(as). As perguntas selecionadas envolvem questões referentes aos(as) agricultores(as) quanto ao perfil socioeconômico, dados gerais do estabelecimento em que se dá a produção, diversidade de produção e aspectos da comercialização.

Os dados obtidos foram organizados em planilha, sistematizados e elaborados gráficos para melhor visualização e análise, realizada por meio de estatística descritiva (SILVESTRE, 2007), comparando os resultados com outros trabalhos científicos da mesma temática.

Resultados e discussão

A partir das entrevistas e da organização das respostas coletadas, foi possível identificar o perfil dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira. A seguir são apresentadas as características destes sujeitos, discutindo-se alguns aspectos julgados relevantes.

Neste conjunto de feirantes, 55,2% são mulheres e 44,8% homens. No município de Jales-SP (Noroeste Paulista) foi encontrada predominância de agricultores do sexo masculino responsáveis pelo estabelecimento (NAKAO; SANTANA, 2020), mas estes agricultores estavam, em vários casos, acompanhados de suas esposas, as quais frequentemente são responsáveis pela comercialização na feira. Viegas (2016) observa em uma feira no Sul a maioria de bancas sendo constituída por casais que trabalham juntos, mas com o homem responsável pelo negócio. No presente estudo, observou-se, com alguma frequência, bancas constituídas por casais, porém com casos em que nenhum dos dois assume uma posição de liderança na comercialização, ou com mulheres responsáveis sozinhas pelas bancas. Garcia (1992) observa crescimento do número de feirantes mulheres no Nordeste na década de 1980, mas indica que a participação destas se limitava a setores de produtos alimentares considerados menos nobres, como farinha, cereais e carne, o que é distinto do presente caso. Nakao (2021) menciona que é frequente que as mulheres trabalhem diariamente com seus maridos nas atividades agropecuárias, além de exercer atividades domésticas e participar da comercialização de alimentos. Araújo e Ribeiro (2018) consideram o tema controverso e destacam diferenças entre produtos, regiões e épocas.

As faixas etárias e a escolaridade, em função de cada segmento etário, constam da Tabela 1. Quanto à faixa etária entre os agricultores predomina a de mais de 60 anos (62,1%), seguido de quase um quarto entre 40 a 50 anos (24,1%) encontrando-se baixo número de pesquisados (6,9%) mais jovens, com menos de 40 anos (Tabela 1). O perfil observado neste conjunto é distinto do encontrado

por Lima (2012), Viegas (2016) e Nakao (2021), nenhum destes estudos constatou percentual maior do que 30% para a faixa etária acima de 60 anos.

Já em relação à participação de jovens nas feiras, este é um aspecto semelhante ao observado por Nakao (2021) que aponta a ausência de agricultores com menos de 30 anos, o que a autora considera preocupante tendo em vista a participação, no futuro, desse segmento social nas feiras livres municipais. Ribeiro *et al.* (2024), a partir do contexto do Alto-Médio rio São Francisco, associam ao “milagrinho” – momento de aquecimento econômico da economia interna do Brasil entre os anos 2006 e 2010 – à intensificação do retorno de aposentados urbanos e uma ocupação pendular de jovens em comunidades rurais.

A maioria dos entrevistados não concluiu o Ensino Fundamental, perfil predominante entre os indivíduos acima de 50 anos. Menos de um quarto (20,7%) completou este nível de ensino, poucos completaram o Ensino Médio (17,2%) e somente um (3,4%) cursou o Ensino Superior, este que está na faixa etária de 20 a 40 anos (Tabela 1).

Esta característica do perfil dos agricultores em feiras livres é pouco debatida e apresenta quadros distintos em várias ocasiões. É incomum encontrar a presença de feirantes com ensino superior completo, ainda que tenha sido relatado por Vieira (2017). Constata-se a presença predominante de indivíduos com Ensino Fundamental incompleto, tal baixo índice de escolaridade afeta os agricultores, uma vez que podem enfrentar dificuldades para “incorporar algumas inovações que exigem conhecimentos e habilidades ligadas à educação formal” (NAKAO, 202).

Os estabelecimentos rurais em que se dá a produção estão distribuídos pelos assentamentos rurais Cinturão Verde (44,8%), Estrela da Ilha (13,8%), Santa Maria da Lagoa (10,3%) e assentamentos de outros municípios (6,9%); e pelas áreas Horta dos Aposentados (6,9%), “Rocinha Familiar” (6,9%) e outras áreas na zona rural (10,3%). Observa-se a participação expressiva na Feira Livre dos agricultores do Cinturão Verde, o assentamento rural mais antigo do município.

Estes feirantes, em sua maioria (82,8%), são residentes no estabelecimento rural em que produzem, sendo que cinco deles (17,2%) frequentam a área com a finalidade de cuidar da produção, mas residem na área urbana. Na maior parte dos casos, apenas duas pessoas residem no estabelecimento (34,5%) e este mesmo número trabalha com a produção (58,6%). Destacam-se ainda estabelecimentos em que seis pessoas residem (33,3%), mas em apenas um caso este é o número da mão-de-obra que trabalha no local. Estes valores destoam, devido ao fato de que em alguns casos os residentes não produzem no local, alguns dos membros da família possuem outras ocupações e porque há propriedades em que diaristas se somam à mão-de-obra familiar, o que ocorre em reduzida parte dos casos,

tal qual foi observado também por Viegas (2016), relevante para compreender a predominância da agricultura familiar entre os pesquisados.

Tabela 1 – Distribuição em função da faixa etária (nº de indivíduos e percentual), em função da escolaridade correspondente (%), dos agricultores pesquisados no município de Ilha Solteira-SP.

Faixa etária (anos)	Nº e % de indivíduos	Escolaridade			
		Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio completo	Ensino Superior completo
20 a 40	2 (6,9%)	0%	0%	50%	50%
> 40 a 50	2 (6,9%)	50%	50%	0%	0%
>50 a 60	7 (24,1%)	57,1%	42,9%	0%	0%
>60	18 (62,1%)	61,1%	16,7%	22,2%	0%
Total	29 (100%)	62,1 %	20,7 %	17,2 %	3,4 %

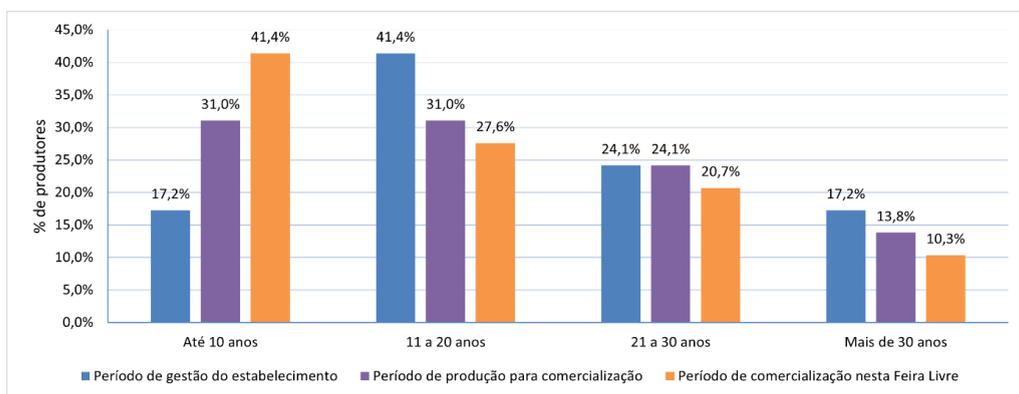
Fonte: Próprios Autores, 2022.

Os agricultores foram perguntados acerca do tamanho da área total do estabelecimento e o tamanho da área em que efetivamente há produção. Quase a metade (44,8%) produzem em estabelecimentos com área total menor do que 1,0 hectare (ha), e um pouco mais que a metade (58,6%) informaram utilizar uma área para a produção com menos de 1 ha. Os respondentes cujo tamanho do estabelecimento é de entre 1 a 5 ha foram 13,8% dos entrevistados e entre 6 a 10 ha foi o valor informado por 3,4% do total. Entre 11 a 15 ha é o tamanho do estabelecimento em que produzem 27,6% dos agricultores, mas apenas 13,8% informaram ocupar esta faixa de área com a produção. Nos referimos à área sob responsabilidade do produtor entrevistado e não do estabelecimento rural, pois há casos em que a área é cedida aos agricultores. O valor do módulo fiscal em Ilha Solteira é de 30 ha, de modo que nenhum dos produtores que comercializa na Feira Livre excede nem mesmo à metade deste valor. Os dados da distribuição do tamanho dos estabelecimentos rurais são semelhantes ao encontrado por Godoy e Anjos (2007), Thomé (2017) e Nakao (2021).

Identificou-se também, no levantamento, o período do qual os agricultores possuem a gestão do estabelecimento em que produzem, período de produção

nesta área com a finalidade de comercialização e período de atuação nesta Feira Livre (Figura 2). Observa-se neste conjunto que 41,4% dos agricultores comercializam há até 10 anos nesta Feira Livre; a mesma proporção destes agricultores possui a gestão do estabelecimento por um período de entre 11 e 20 anos, e no caso do tempo que produzem com a finalidade de comercializar, ambas as faixas de tempo (até 10 anos; e 11 a 20 anos) se destacam com 31% do total, cada uma. Há mais de 30 anos produzindo para comercialização e escoando a produção nesta Feira Livre estão a menor parte dos agricultores, respectivamente 13,8% e 10,3%. Apenas 10,3% dos pesquisados gerem o estabelecimento há mais de 30 anos, percentual semelhante ao dos que o fazem há menos de 10 anos. Deste modo, em contraste com a faixa etária elevada dos agricultores que comercializam nesta Feira Livre, encontra-se aqui a predominância de atores que produzem em seus estabelecimentos e comercializam há menos tempo na mesma. Também são mais frequentes os que produzem com a finalidade de comercialização há menos tempo (menos de 20 anos, nestes casos).

Figura 2 – Distribuição percentual dos agricultores pesquisados, em função do tempo (anos) que possuem a gestão do estabelecimento, tempo (anos) que produzem neste para comercialização e tempo (anos) que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



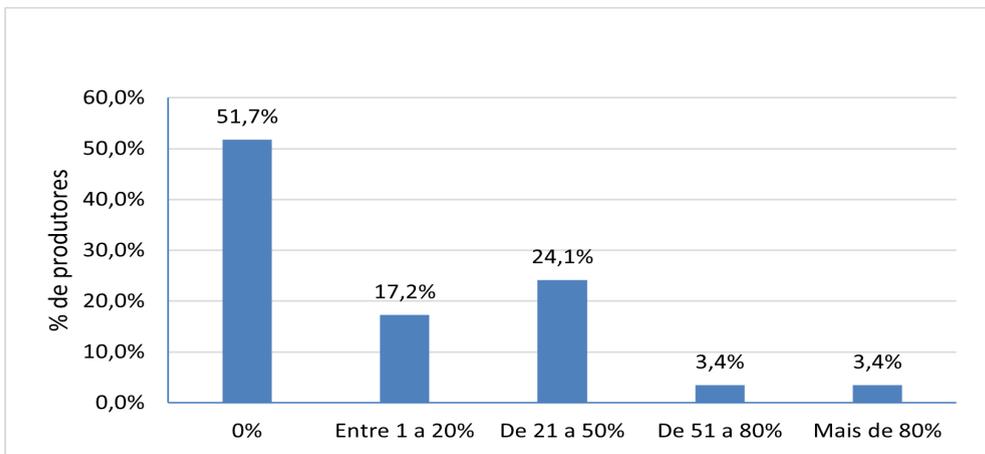
Fonte: Próprios autores, 2022.

Levantou-se com relação as práticas de comercialização dos feirantes qual é o percentual de produtos de intermediários no total de sua venda (Figura 3). A maioria não revende produtos (51,7%), alguns produtores eventualmente se utilizam desta estratégia, enquanto são poucos (6,8%) os agricultores que chegam a vender nesta feira mais que 51% de produtos obtidos de intermediários. Viegas (2016) também observou maior representatividade da venda de produtos

de produção própria, destacando que há casos em que as vendas de intermediários estão associadas a comercialização de produtos entre vizinhos, fato que caracteriza o aspecto da proximidade espacial nos circuitos curtos, conforme destaca Marsden *et al.* (2000).

A produção destes feirantes pode ainda dirigir-se a outras formas de comercialização, com maior frequência a venda para restaurantes (20,7% do total), outros feirantes (17,2% do total) e em banca própria na rua (13,8% do total). Anteriormente Froes e Sant'Ana (2019) realizaram semelhante estudo com as duas feiras que ocorriam em Ilha Solteira-SP entre dezembro de 2016 e março de 2017, ocasião em que 57,9% dos produtores afirmaram não possuir outra forma de comercialização, e, de forma semelhante, 51,7% dos agricultores que entrevistamos informaram não possuir outra forma de comercialização.

Figura 3 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da representatividade (%) de produtos de terceiros no total de sua venda, no município de Ilha Solteira-SP.



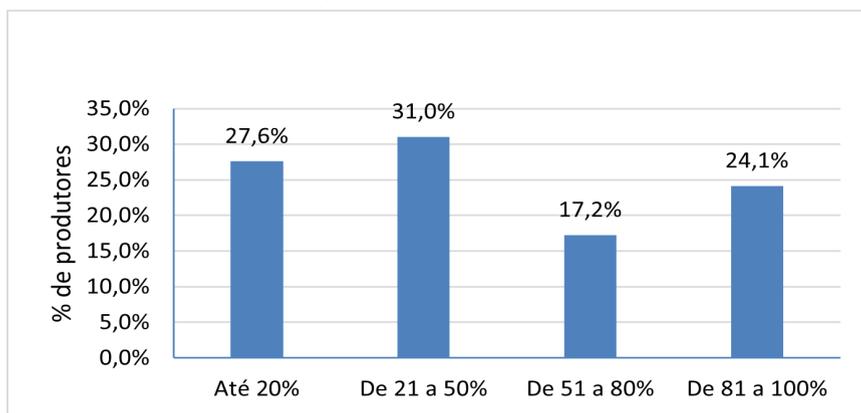
Fonte: Próprios autores, 2022.

Froes e Sant'Ana (2019) identificaram também as possibilidades de comercialização por meio da Conab, em residência ou na rua e para intermediários, sendo outras alternativas identificadas no presente trabalho. Característica da agricultura familiar, 93,10% informaram realizar autoconsumo (SCHNEIDER; CASSOL, 2013). Ribeiro *et al.* (2024) relatam a persistência do autoconsumo mesmo em condições de secas frequentes e severas, apontando ainda a diversidade de produção consumida, incluindo hortaliças, lavoura e criações de gado, frango e, com menor frequência, porco.

A compreensão da importância da agricultura e da comercialização na feira inclui conhecer a renda obtida pelos feirantes por meio da produção e desta forma de comercialização. O percentual de renda obtido através da propriedade pelos agricultores desta Feira Livre (Figura 4) não apresentou um perfil que se destacasse muito com relação aos demais, de modo que pouco mais que um quarto (27,6%) informou obter da produção até 20% da renda, quase dois terços (31%) informaram obter entre 21 a 50%, a faixa menos informada foi a de 51 a 80% (17% dos pesquisados) e quase um quarto (24,1%) informaram obter 81 a 100% de sua renda dessa forma.

Orientados por questionamentos semelhantes sobre a participação das vendas na feira livre em relação ao total agropecuária, em Jales-SP, dois terços dos feirantes afirmaram obter 81 a 100% da renda de sua propriedade, enquanto nenhum informou obter menos de 20% (NAKAO, 2021). Em um contexto de dificuldade de comercialização, com o recurso apenas eventual da venda em feiras, Ribeiro *et al.* (2024) identificaram a aposentadoria como a maior contribuição na renda de metade das famílias de agricultores familiares em uma população.

Figura 4 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da propriedade, no município de Ilha Solteira-SP.



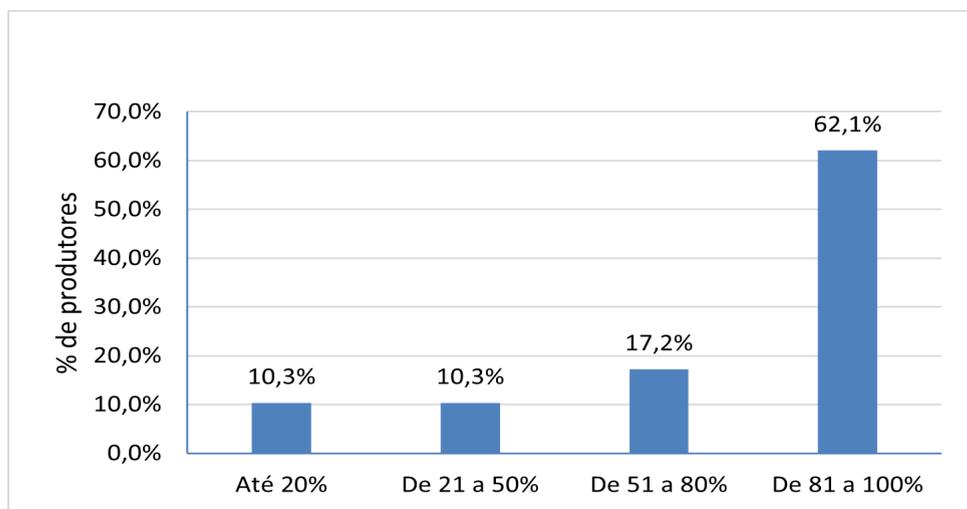
Fonte: Próprios autores, 2022.

As informações levantadas quanto ao percentual da renda total obtida pelos agricultores através da comercialização na Feira Livre de Ilha Solteira (Figura 5) indicam que somente 10,3% dependem bem pouco desta, que são os casos em que o valor obtido representa até 20% da renda agropecuária familiar; também 10,3% declararam que a renda auferida na Feira situa-se entre 21 a 50% da renda

Freitas *et al.*

familiar originária do estabelecimento; um percentual um pouco maior (17,2%) indicaram que entre 51 e 80% da renda agropecuária familiar é proveniente da comercialização na Feira; mas são predominantes os agricultores (62,1% do total) em que esta forma de comercialização representa de 81 a 100% da renda agropecuária familiar.

Figura 5 – Distribuição percentual dos agricultores, em função da renda bruta agropecuária familiar, obtida por meio da comercialização na Feira Livre de Ilha Solteira-SP.



Fonte: Próprios autores, 2022.

Pereira *et al.* (2017) reportam, em um conjunto de agricultores que comercializam em feira livre, o percentual de 27% que obtém o total da renda por meio daquela atividade e 9% em que quase o total provém da feira. Estes autores destacam a limitação de qualquer tentativa de levantamento quantitativo da renda dos agricultores, uma vez que há vieses que dificultam tal objetivo, como a diversidade de fontes de renda, a diversidade e difícil mensuração da produção para autoconsumo e a sazonalidade da produção. Acrescenta-se aqui que há agricultores que ao receber esse questionamento explicitam seu raciocínio de cálculo, no qual nota-se que levam em conta gastos como o transporte até a feira, por exemplo. Essa observação desvela que por vezes os entrevistados podem informar valores de renda líquida, enquanto outros de fato informam a renda bruta, logo, mostra-se difícil consolidar este perfil.

Os dados levantados com relação ao perfil socioeconômico deste conjunto de agricultores conduzem a compreensão de que são atores da agricultura

familiar, uma vez que predomina a participação de indivíduos da família na produção, contando-se poucas vezes com a contratação de diaristas, bem como todos estes agricultores são minifundiários, nenhum deles possuindo propriedade maior que um módulo fiscal. Os atores inseridos neste espaço de comercialização são também considerados como atores inseridos em circuitos curtos de comercialização, uma vez que são identificados os aspectos de venda direta e proximidade espacial, tal qual os produtos comercializados são, na maior parte dos casos, originários de produção própria.

Medeiros *et al.* (2019) consideram que a expansão da agricultura familiar é importante para o desenvolvimento regional e para a segurança alimentar do país, impactando positivamente a economia com a ampliação da oferta de alimentos. Araújo e Ribeiro (2018) relacionam a relevância de as rendas dos feirantes fluírem nos circuitos econômicos locais, potencializando o comércio local nos dias de feira e ainda possibilitando a integração entre produtores, cooperativas e associações familiares com a inserção da agricultura familiar em circuitos produtivos.

Ao menos 145 produtos diferentes são ofertados na feira, dentre os quais 138 são produzidos pelos próprios feirantes, sendo 109 de origem vegetal, 13 de origem animal e 16 são processados. Sete (7) dos produtos comercializados na feira são apenas revendidos de terceiros, ainda que originários de outros produtores rurais. As culturas e criações mais recorrentes comercializadas por esse conjunto de agricultores estão elencadas por ordem de frequência no Quadro 1 (produção vegetal) e Quadro 2 (produção animal). A partir dos nomes populares informados pelos agricultores, os nomes científicos foram organizados com base na publicação "Flora e Funga do Brasil" (FLORA DO BRASIL, s/d), utilizando-se do sistema de classificação Angiosperm Phylogeny Group (APG IV, 2016).

Até 2008, pelo menos, a comercialização de hortaliças (alface, almeirão, cebolinha, couve, salsinha e rúcula), pelos produtores familiares do Cinturão Verde, era menos representativa nesta feira quando comparada a comercialização em supermercados e varejinhos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012). Nas feiras livres em Jales, verificou-se que a alface é o produto mais procurado pelos consumidores (NAKAO, 2021).

Quadro 1 – Distribuição (nº e %) dos produtos vegetais cultivados e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados.

Produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%) de produtores
Mandioca	Manihot esculenta	23	79,31%
Cebolinha	Allium schoenoprasum L.	21	72,41%
Alface	Lactuca sativa L.	19	65,52%
Coentro	Coriandrum sativum L.	19	65,52%
Couve	Brassica oleracea L. var. viridis L.	19	65,52%
Rúcula	Diplotaxis eruroides (L.) DC.	18	62,07%
Salsinha	Petroselinum crispum (Mill.) Nyman ex A.W. Hill	17	58,62%
Limão cravo	Citrus limonia Osbeck	17	58,62%
Almeirão	Cichorium sp. L.	16	55,17%
Mamão	Carica papaya L.	14	48,28%
Banana (maçã, da terra, nanica, ouro, San Tomé, vermelha)	Musa sp. L.	12	41,38%
Abóbora (abobrinha, cabotiã, menina, paulista)	Cucurbita L. Duchesne	12	41,38%
Limão taiti	Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka	11	37,93%
Quiabo	Abelmoschus esculentus (L.) Moench	11	37,93%

Fonte: Próprios Autores, 2022.

Quadro 2 – Distribuição (n° e %) das espécies ou produtos animais produzidos e comercializados na Feira Livre de Ilha Solteira-SP, pelos agricultores pesquisados.

Criação/produto	Nome científico	Número de produtores	Percentual (%)
Frango, ovos	Gallus domesticus	17	58,62%
Porco	Sus domesticus	13	55,17%
Bovino (carne, leite)	Bos taurus	9	31,03%
Carneiro	Ovis aries	3	10,34%
Abelha (Mel)	Apis sp.	1	3,45%
Pato	Cairina moschata momelanotus	1	3,45%

Fonte: Próprios Autores, 2022.

Destaca-se no levantamento de culturas produzidas por estes agricultores a grande diversidade de olerícolas, contando com 55 diferentes espécies, sem considerar as variedades de cada espécie. Dentre estas, 12 são plantas medicinais e somadas ao hibisco, totalizam 13 espécies de uso medicinal nesta Feira. Quanto as espécies de fruta, a diversidade também é expressiva, abrangendo 31 culturas. Há ainda plantas de uso múltiplo, encontrando-se a moringa e a bucha (usada como olerícola) estas podendo inclusive ser consideradas plantas alimentícias não convencionais (PANC's; KINUPP; LORENZI, 2014), tal qual outras culturas aqui levantadas, como é o caso do melão-de-são-caetano e da taioba.

Neste canal de comercialização, a diversificação de produtos e agregação de valores aos produtos in natura são importantes para atrair o consumidor, também relevante é considerar os aspectos de sazonalidade para tais objetivos (FURLAN JUNIOR *et al.*, 2012), sendo no presente estudo encontrada ampla diversidade de produtos cultivados e comercializados. Em torno de um quarto (37) desses produtos são vendidos por um ou dois produtores; enquanto apenas 6,2% do total de produtos é comercializado por mais de 50% dos produtores, o que evidencia a estratégia dos agricultores de buscar a diversidade da oferta de produtos, sendo mais heterogêneo do que o observado por Medeiros *et al.* (2019) em uma feira no Nordeste.

Dentre as culturas informadas com maior frequência pelos produtores, destacam-se olerícolas, como mandioca, cebolinha, alface, coentro, couve, rúcula, salsinha e almeirão (todas com oferta envolvendo mais da metade dos

Freitas *et al.*

agricultores), e, dentre as frutas, o limão cravo (ou rosa) aparece com mais frequência (58,62% do total), como uma cultura apreciada por estes agricultores, o que pode ser devido as características desta variedade de tolerância à seca, boa produtividade e maturação precoce de frutos, em contrapartida é suscetível à gomose e ao declínio (SOMBRA *et al.*, 2016).

Citado com a mesma frequência que o limão cravo está o frango e galinha caipira, criações das quais exploram a comercialização de carne e ovos, respectivamente. No Estado de São Paulo, 27,8% dos estabelecimentos apresentam criação de galináceos e a avicultura familiar tem destaque enquanto “forma de resistência às pressões de um sistema agroalimentar globalizado” (GUELBERSALES *et al.*, 2013, p. 5). Aqui, de forma pouco expressiva, observamos também a oferta de patos, criação que é pouco representativa no cenário nacional (FIGUEIRA, 2009), mas que tem um nicho de mercado.

Reforça-se que a destacada diversidade de culturas e criações informadas pelos atores pesquisados potencializa a contribuição da Feira Livre de Ilha Solteira-SP e dos agricultores familiares para a comercialização de produtos agrícolas locais. Tal como constatado por Darolt *et al.* (2013) as propriedades que se inserem em circuitos curtos são mais diversificadas em sua amplitude de produtos de origem animal e vegetal.

A ampliação da diversidade de produtos ofertados é característica do fortalecimento deste espaço de comercialização tradicional e de valor cultural tão expressivo que são as feiras (DORTELMANN *et al.*, 2013; FARIA *et al.*, 2016). A diversificação de produção e oferta pode ser favorecida por inovações em políticas públicas integradas às soluções tradicionais e adaptadas às questões locais (RIBEIRO *et al.*, 2024).

Considerações finais

A análise dos dados indicou que, entre os agricultores feirantes da Feira Livre de Ilha Solteira-SP, predomina aqueles com baixa escolaridade e na faixa etária de mais de 60 anos, além da maior presença de mulheres; aspectos que, com exceção da baixa escolaridade, são incomuns na literatura. Estes agricultores, em sua maioria, produzem em assentamentos rurais do próprio município, sendo que 82,8% moram em seus estabelecimentos rurais, sendo mais frequente dois residentes e também duas pessoas trabalhando na área. Todos possuem estabelecimentos menores que a metade do módulo fiscal do município, utilizam a maior parte do estabelecimento rural para produção, em sua maioria produzindo há menos de 20 anos e comercializando nesta feira há menos de dez anos.

Pouco mais da metade destes produtores (51,7%) comercializa unicamente na Feira Livre de Ilha Solteira e realiza apenas a venda de produção própria, sendo que quase todos utilizam também os produtos para o autoconsumo. O

perfil de renda dos agricultores a partir de sua produção é variado, mas no que se refere a comercialização na feira livre, quase dois terços (62,1%) obtém por meio desta entre 81 a 100% do total da renda bruta agropecuária.

Os dados encontrados no presente levantamento evidenciam que os agricultores que participam da Feira Livre de Ilha Solteira-SP se enquadram como agricultores familiares, cuja principal forma de comercialização ocorre em circuitos curtos, caracterizados, especialmente, pela venda direta ao consumidor.

Os agricultores mais frequentemente comercializam apenas produtos de origem vegetal, havendo uma parcela que vende produtos de ambas as origens (vegetal e animal) e uma quantidade reduzida é especializada na venda de produtos de origem animal. Em relação as culturas produzidas, constatou-se grande diversidade, especialmente de olerícolas, com destaque para mandioca, cebolinha, alface, coentro, couve, rúcula, salsinha e almeirão. A ampla diversidade de espécies cultivadas e criadas localmente é relevante para a qualidade da alimentação da população do município, além de atender preferências dos consumidores que não são encontradas em outros pontos comerciais da cidade.

A relevância de estudos que observem o perfil socioeconômico e de produção dos agricultores que comercializam localmente necessita ser destacada, cabendo conhecer ainda mais aspectos do que aqui foram levantados, por exemplo acerca de questões mais voltadas às técnicas de produção, às dificuldades de produção e comercialização, a aspectos relacionados à orientação técnica, à segurança alimentar. Outro aspecto importante é o acompanhamento da evolução da Feira Livre ao longo dos anos, para conhecer a dinâmica da agricultura e do comércio, e também, nesse caso específico, verificar se a pandemia do Covid-19 pode ter afetado de alguma forma o levantamento realizado na presente pesquisa.

A cultura da feira livre enquanto local dinâmico de comercialização e interação social resiste e renova a aliança necessária entre consumidores e agricultores familiares. Para tanto, a valorização e adesão por parte da população local é necessária. Além disso e para facilitar esse processo, é imprescindível que políticas públicas sejam aplicadas e fortalecidas para que a população tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis e que estes não falem à sociedade como um todo. A articulação de mecanismos, como a Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA, pelo envolvimento de consumidores e produtores, pode ser uma ferramenta importante para alcançar estes objetivos.

Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

APG, I.V. The linnean society of London. **Botanical journal of the linnean society**, v. 181, p. 1-20, 2016.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

CARVALHO, F. F.; GROSSI, S. F. A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2019.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 143-180, 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2017. 208 p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DEL GROSSI, M. E. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.

DORTELMANN, J.; GEBAUER, J.; MAZON, T.; COSTA, T.; PEREZ-CASSARINO, J. Feira Agroecológica da agricultura familiar de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

FARIA, R. B.; BOTINI, N.; SOARES, F. S.; SOARES, J. A. G.; SILVA, M. L. Recursos genéticos vegetais comercializados na feira do produtor de Tangará da Serra, MT. **Biodiversidade**, v. 15, n. 3, 2016.

FIGUEIRA, T. A. **Fatores relevantes para o sucesso da avicultura de corte na agricultura familiar da Zona da Mata mineira: a percepção do produtor**. 2009, 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2009.

FLORA DO BRASIL. **Flora e Funga do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

FONTANA, A. P. C.; LIMA, R. S. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades: compreendendo a relação feirante – freguês. *In: Third Internacional Conference Agriculture and Food in the Urbanizing Society*, 17-21 set. 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: 2018.

FROES, D.; SANT'ANA, A. L. As feiras livres de Ilha Solteira (SP): Comercialização, orientação técnica, perfil socioeconômico e tecnológico dos produtores. *In: VIII Jornada de estudos em Assentamentos Rurais*, jun. 2019, Campinas, **Anais...** Campinas, 2019.

FURLAN JUNIOR, E.; COSTA, S. M. A. L.; ROSA, M. E.; PINOTTI, C. R.; SILVA, T. R. Aspectos da produção, canais de distribuição e abastecimento na cidade de Ilha Solteira-SP. **Revista Cultura Agronômica**, v. 21, n. 2, p. 93-108, 2012.

GARCIA, M. F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19. Rio de Janeiro: Anpocs, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019, 248 p.

GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F. O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas-RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007, p. 1461-1465.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GUELBER SALES, M. N.; SOLER, M. M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Estilos de avicultura: uma estratégia de resistência da condição camponesa. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, p.1-6, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Área territorial brasileira 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente**, 01 jul 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html> Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; ÓRGÃOS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA, SECRETARIAS ESTADUAIS DE GOVERNO E SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **PIB per capita**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html> Acesso em: 24 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 24 mai. 2022.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2014. 745 p.

LIMA, E. D. **A feira livre na mediação campo-cidade**. 2012, 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LIMA, A. F.; SILVA, E. A. IWATA, B. G. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARSDEN, T; BANKS, J; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p.424-438, 2000.

MARTINS, M. R.; SANT'ANA, A. L.; OLIVEIRA, L. R.; GONZAGA, D. A. SILVA, F. C. Práticas de Adubação Usadas Pelos Produtores Da Horta dos Aposentados E Possibilidades De Torná-las Agroecológicas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

MEDEIROS, M. R. F.; SILVA, R. T. O.; LIMA, M. N.; SANTOS, A. B. M. V. Feira Agroecológica: Dificuldades e potencialidades de um circuito curto de comercialização. *In*: ANDREZA, R. S. **Saúde Pública em Tempos Pandêmicos**. 1ed.: Editora Omnis Scientia, 2021, v.1, p. 260-269.

NAKAO, D. C. C. **Feiras livres municipais como alternativa de comercialização dos agricultores familiares em Jales-SP**. 2021, 80 f. Tese – (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira – SP, 2021.

NAKAO, D. C. C.; SANT'ANA, A. L. Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do Território Noroeste Paulista. **Guaju**, v. 6, n. 1, p. 86-106, 2020.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; VON DENTZ, E. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014, 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP, 2014.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CRUZ, G. C.; SILVA, K. A. Agricultura familiar e programas de abastecimento de água no gerais do Alto-Médio rio São Francisco, Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, p. e274867, 2024.

ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: ROVER, J. O.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021, p. 19-43.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 107-118, 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. **Serie documentos de trabajo**, n. 145, 2013.

Freitas *et al.*

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVESTRE, A. L. **Análise de dados e estatística descritiva**. São Paulo: Escolar Editora, 2007

SOMBRA, K. E. S.; SILVA, A. C. C.; LOUREIRO, F. L. C.; BASTOS, D. C. Citricultura desenvolvida na agricultura de base familiar do município de Russas, Ceará. **Cultura Agrônômica**, v.25, n.3, p.303-316, 2016.

SPECHT, S.; BLUME, R.; VON ENDE, M.; SOUZA, M. T. M. É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira – UFSM. In: Third Internacional Conference Agriculture and Food in na Urbanizing Society, 17-21 set. 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: 2018.

THOMÉ, C. **O uso de canais de distribuição curtos nas relações comerciais de agricultores familiares de Santa Rosa/RS – a feira livre**. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerrado Largo, Cerrado Largo – RS, 2017.

VIEGAS, F. S. **As feiras de pelotas contribuem com as cadeias curtas de produção?** Trabalho de Conclusão de Curso. 2016, 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Faculdade de Administração e Turismo, Pelotas – RS, 2016.

VIEIRA, B. C. **O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica**. 2017, 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara - SP, 2017.



Potencialidade de ferramentas para a qualificação da Extensão Rural para assentamentos rurais no Rio Grande do Sul - Brasil

Vinicius Piccin Dalbianco¹

Pedro Emanuel Peres Diani^{1*}

Alison Fernando Jeronymo Eduardo¹

Pedro Selvino Neumann²

Alisson Vicente Zarnott²

Resumo: O artigo tem por objetivo descrever e analisar o uso de ferramentas de suporte às ações de Extensão Rural (ER) voltada para os assentamentos da Reforma Agrária. Com relação ao método, a pesquisa se qualifica como sendo qualitativa, de caráter descritivo, com aporte documental e pesquisa de campo. O trabalho com ações de campo, foi realizado durante o ano de 2022, em assentamentos localizados no município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil. As ferramentas analisadas na pesquisa foram o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER (SIGRA), a análise econômica de Unidades de Observações Pedagógicas (UOP) e a Sistematização de Experiência. As ferramentas de extensão demonstraram potencial para aprimorar os serviços de ATER para os assentamentos, na: i) coleta e sistematização de dados; ii) reconstituição histórica e reflexiva sobre as experiências de desenvolvimento dos assentamentos; e iii) na análise econômica das unidades produtivas que representam as famílias agrupadas por sistemas de produção.

Palavras-chave: Assentamentos; Reforma agrária; Extensão rural.

Potential of tools for the qualification of Rural Extension for rural settlements in Rio Grande do Sul - Brazil

Abstract: The article aims to analyze a set of working tools for improving external Rural Extension (RE) services for Agrarian Reform settlements. Regarding the method, the research qualifies as qualitative, descriptive in nature, with documentary support and field research. The work with field actions was carried out during the year 2022, in settlements located in the municipality of Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil. The tools proven in the research were the ATER Integrated Rural Management System (SIGRA), the economic analysis of Pedagogical Observation Units (UOP) and the Systematization of Experience. Extension tools have the potential to improve ATER services for settlements, in: i) data collection and systematization; ii) historical and reflective reconstruction of the settlements' development experiences; and iii) the economic analysis of the production units that represent families grouped by production systems.

Keywords: Settlements; Agrarian reform; Rural extension.

¹Universidade Federal do Pampa-Unipampa, Brasil. *Autor correspondente: pedroemanoelperesdiani@gmail.com

²Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Brasil

Introdução

Os assentamentos rurais são uma importante estratégia de combate à pobreza rural e de promoção da inclusão social no campo, além da contribuição para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). “Quando bem planejados e implementados, esses assentamentos podem ser uma solução eficaz para a questão agrária e contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais” (MIRANDA, 2015, p. 53).

Os assentamentos rurais visam garantir o acesso à terra e à moradia adequada a grupos populacionais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esses grupos podem incluir trabalhadores rurais sem-terra, populações tradicionais e outros segmentos que vivem em áreas urbanas ou rurais (DALBIANCO, 2018).

A implantação e desenvolvimento de assentamentos proporciona condições dignas de vida para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social, o acesso à terra, à habitação e à infraestrutura básica. Além de tudo, essa prática busca promover o desenvolvimento econômico e social das regiões onde os assentamentos são criados, por meio da geração de emprego e renda e do estímulo à produção agropecuária e outras atividades econômicas. Neste sentido, o desenvolvimento de assentamentos é um processo complexo e multifacetado que envolve planejamento, gestão de recursos, infraestrutura, habitação, serviços públicos, sustentabilidade e participação comunitária, visando a criação de comunidades que sejam saudáveis, seguras, equitativas, prósperas e sustentáveis.

Existem várias estratégias para o desenvolvimento de assentamentos, incluindo o reassentamento de pessoas em áreas desapropriadas, a regularização fundiária, a urbanização de áreas informais e a promoção de projetos habitacionais sustentáveis e acessíveis. Essas estratégias são frequentemente implementadas em conjunto com programas de desenvolvimento social e econômico, como educação, saúde e emprego.

Após criados e implantados, o desenvolvimento de assentamentos rurais necessita da colaboração de múltiplos setores e a participação ativa das comunidades envolvidas. As políticas e os programas de desenvolvimento rural voltadas para assentamentos rurais devem ser desenvolvidos de maneira participativa e inclusiva, envolvendo os moradores dos assentamentos e suas organizações locais na tomada de decisões e na implementação de soluções sustentáveis e adaptadas às suas necessidades. Sobre isso, destaca-se os serviços de ER, pois contribuem para a promoção do desenvolvimento do campo, prioritariamente para agricultura familiar (DIAS, 2008).

No caso dos assentamentos rurais, até o ano de 2016 existia o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que prestava serviços de

ER para as famílias assentadas. O principal objetivo do programa era o de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos assentamentos rurais, garantindo condições dignas de vida para as famílias e a conservação dos recursos naturais.

No âmbito do programa de ATES no Rio Grande do Sul, foram desenvolvidas várias ferramentas para auxiliar no trabalho de ER, entre as principais se destacam o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA), a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) e as Sistematizações de Experiências Agroecológicas. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo descrever e analisar o uso de ferramentas de suporte às ações de Extensão Rural (ER) voltada para os assentamentos da Reforma Agrária. Neste sentido, o artigo está dividido em 5 seções, contando com esta introdução. Na segunda seção são apresentadas as referências metodológicas do estudo. A terceira seção traz o referencial teórico que embasa as discussões sobre ER para os assentamentos da Reforma Agrária. A quarta seção apresenta uma análise das ferramentas em questão. Por fim, se dedica uma seção para as considerações finais.

Metodologia

Este trabalho foi elaborado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER), da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Itaqui, com base na análise do Programa de ATES no RS e das principais ferramentas que o compõem. Trata-se da análise de um conjunto de ferramentas de suporte às ações de ER voltada para os assentamentos da Reforma Agrária.

Com relação ao método, a pesquisa se qualifica como sendo qualitativa, de caráter descritivo, com aporte documental e pesquisa de campo, tendo como meio de investigação também a pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória segundo Gil (1996) é realizada, em geral, por meio de revisões de literatura, estudos de caso ou entrevistas com pessoas que têm experiências práticas ou sejam especialistas no tema. Em alguns casos esta pesquisa trata-se de uma etapa preparatória acerca de um tema pouco explorado, ou então sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva.

O primeiro passo do trabalho foi a construção de uma revisão bibliográfica sobre o tema da Reforma Agrária no Brasil, que resultou na elaboração da seção seguinte. O segundo passo consistiu na formação e estudo da equipe do GIEDER sobre o uso das ferramentas de ER pelos técnicos de ATES, principalmente entre os períodos de 2008 e 2016. Foram revisados relatórios técnicos, foram feitas atividades de formação com técnicos de ATES da época, e, mais especificamente, foi estudado as ferramentas da Rede de Observação Pedagógica, do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) e os referencias da metodologia de Sistematização de Experiências.

A partir deste processo de formação da equipe do GIEDER foi desenvolvido atividades de campo para coleta de dados, com vistas a atualizar estas ferramentas a partir da realidade atual de alguns assentamentos. Este trabalho de campo foi feito entre os meses de agosto de dezembro do ano de 2022, no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul.

O quarto momento consistiu de análise dos dados e discussões sobre a função das ferramentas SIGRA, RUOP e Sistematização de Experiências para o trabalho de ER. Nesta etapa, buscou-se demonstrar as potencialidades dessas para o desenvolvimento dos assentamentos e dos trabalhos de ER.

Referencial Teórico

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi o instrumento criado pelo governo federal para apoiar a criação de assentamentos de Reforma Agrária. Estimulado pelo Estatuto da Terra de 1964, o PNRA tinha por objetivo a desapropriação fundiária para o assentamento de famílias sem-terra.

A criação de assentamentos de Reforma Agrária foi acompanhada pela elaboração de políticas públicas voltadas para a instalação e desenvolvimento de assentamentos; entre elas, a política de ER. A ER, na condição de política pública, foi impulsionada no Brasil no ano de 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), de Minas Gerais (MG), seguida pela criação de associações nos demais Estados da Federação. O período compreendido entre 1948 e o Golpe Militar, em 1964, é denominado como a fase do “humanismo assistencialista”, e pode ser caracterizado por ter como público-alvo os agricultores mais pobres, por priorizar as atividades relacionadas ao bem-estar da família e por operar com o Crédito Rural Supervisionado (CRS), que era destinado a investimentos na propriedade como um todo (RODRIGUES, 1997).

O segundo período vai do Golpe Militar até o ano de 1984 e é caracterizado como a fase do “difusionismo produtivista”. Marcado pela estreita relação da política de extensão com a modernização da agricultura, tendo como “carro-chefe” o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado no ano de 1965, com o objetivo de ser o principal mecanismo estimulador e financiador da política de modernização da agricultura e conseqüentemente a ampliação dos serviços de ER em todo o país. Neste cenário, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e ER (SIBRATER), no ano de 1970, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973 e a Empresa de Assistência Técnica e ER (EMBRATER), no ano de 1975. Em âmbito nacional a EMBRATER substituiu a ABCAR e, nos Estados, as ACARS foram substituídas pelas EMATERs (DALBIANCO, 2018).

No final da década de 1980 a crise econômica se aprofunda e o governo adota as recomendações neoliberais elaboradas pelo Consenso de Washington². Por conta disso, os serviços de ER, financiados e executados pelo Estado, foram sensivelmente reduzidos, situação que se agravou com a extinção da EMBRATER, em 1990, pois resultou na desarticulação da coordenação nacional dos serviços de Assistência Técnica e ER (ATER). Este momento pode ser caracterizado como o terceiro período, onde os serviços da ATER foram precarizados (DALBIANCO, 2018).

Por volta dos anos 1980 e 1990, muitos dos movimentos formados por trabalhadores rurais ganharam impulso na luta pelo direito à terra no Brasil, tanto no rural quanto no urbano. E, assim, em uma batalha em nome da criação de uma Reforma Agrária que verdadeiramente garanta o acesso à terra, a mesma torna-se uma palavra de ordem na sociedade brasileira. É um fato que nas últimas décadas podemos notar as reivindicações de diversos movimentos por mais direitos, principalmente no campo, com os assalariados rurais, posseiros, latifundiários e sem terras.

Com a mudança governamental ocorrida no ano de 2003, os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária passaram a contar com uma nova perspectiva em relação às políticas do Estado. Mesmo que o agronegócio não tenha deixado de ser a prioridade no desenvolvimento agrícola do país, esta mudança possibilitou a criação e concretização de políticas públicas voltadas a atender a uma população rural historicamente à margem do desenvolvimento. Neste cenário, destaca-se a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e ER (PNATER) e, sobre suas diretrizes, dois programas: um objetivando disponibilizar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares (ATER) e outro aos assentados pela política de Reforma Agrária Assessoria Técnica Social, Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Sobre o programa de ATES, se ressalta que o mesmo foi desenvolvido para prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as diversas famílias assentadas pela Reforma Agrária, de maneira contínua e integral. Consequentemente, o programa teve como objetivo assessorar as famílias nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida das mesmas. Promovendo o aperfeiçoamento na administração dos lotes, de seus sistemas produtivos, auxílios e no comércio de seus produtos, mas também possui um viés relacionado às questões sociais, como a saúde, o saneamento básico, o meio ambiente, a educação, entre outras problemáticas em assentamentos da Reforma Agrária. A ATES visou possibilitar aos assen-

² A PNATER foi criada em 2004, após quase uma década de debates, com o intuito de reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento, tomando como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas (MIRANDA, ZARNOTT e ZANELLA, 2018).

tamentos uma maior capacidade organizacional social e produtiva, isto com a valorização das questões pertinentes para o desenvolvimento humano das famílias presentes nestes locais. Porém, infelizmente, a ATES foi encerrada em 2016 por falta de destinação de verba por parte do governo federal, uma grande perda para as famílias beneficiadas pelo programa, principalmente para aquelas que não possuem condições financeiras propensas a contratar estes mesmos serviços prestados em instituições privadas.

Análise das ferramentas metodológicas para o fortalecimento da assistência técnica e ER

Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA)

O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) é um sistema informatizado do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), estruturado pela UFSM, através do apoio e cooperação com o INCRA, onde foi usado pela ATES nos assentamentos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O mesmo foi utilizado para construção de diagnósticos para monitoramento e planejamento do desenvolvimento dos assentamentos, a fim de demonstrar e qualificar a atuação dos técnicos de ATES.

O SIGRA é uma ferramenta voltada para obtenção de uma maior qualidade de dados de gestão rural, sendo também utilizado como fonte de consultoria no trabalho das equipes técnicas de ER. O SIGRA se propõe a diversos objetivos, dentre os quais: proporcionar um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos da Reforma Agrária, com o propósito de facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos, assim como, fornecer informações mais atuais e detalhadas que se encontram com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais órgãos que tratam das informações sobre desenvolvimento rural e de assentamentos rurais.

Através do SIGRA se pode disponibilizar informações técnicas e de qualidade para as famílias assentadas, assim como para entidades locais e regionais relacionadas à Reforma Agrária, dado que se trata de um sistema multiuso, que possibilita que os técnicos de ATES, prestadoras de serviços, INCRA, famílias assentadas e suas organizações tenham a possibilidade de geração de informações em tempo real (FLECH; FRIEDERICH, 2018).

O Manual do SIGRA, o qual é usado como base para o questionário usado pelos técnicos e pesquisadores de ER em assentamentos da Reforma Agrária, é dividido em quatro partes, sendo estas: i) Quem são?; ii) Como vivem?; iii) Como são os lotes?; iv) O que produzem?. Dessa maneira, dentro de cada parte, existem diversos questionamentos pertinentes relacionados à temática, por exemplo, na parte de "Como são os lotes?", se questiona o entrevistado

(assentado responsável pela família) sobre o maquinário e equipamento utilizado no lote, assim como quais são as principais benfeitorias, entre outros questionamentos; com isso, se obtém as informações utilizadas para criação de retratos e materiais audiovisuais, que possibilitam demonstrar de forma mais clara a realidade vivida pelas famílias assentadas.

A necessidade de criação de um sistema de coleta e análise de dados se manifestou em dois momentos: no processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PDAs e PRAs, respectivamente), quando as equipes demonstraram dificuldades para a elaboração do diagnóstico sobre a realidade das famílias assentadas; e na construção do planejamento regional, quando foi instaurado o contrato para a regionalização das metas para o ano 2011, e se exigiu das equipes a elaboração de um planejamento condizente com a realidade local e regional das famílias (DALBIANCO, 2016).

Além disso, as discussões sobre a necessidade de um sistema de dados também foram permeadas pelas inúmeras tentativas frustradas que objetivaram a construção de diagnósticos dos assentamentos. Deste modo, um dos principais desafios do SIGRA foi superar as críticas recorrentes, resultantes dos problemas de credibilidade e funcionalidade dos instrumentos de coleta de dados já realizados no estado, dado que as duas iniciativas já desenvolvidas pela ATES, 'perfil de entrada' (em 2004) e 'pasta da família' (em 2009) não foram bem-sucedidas, devido aos dados coletados que não foram aproveitados pelas equipes de execução e não foram devolvidos para as famílias assentadas. Por falta de instrumentos para sistematização e de metodologia para análise das informações coletadas manualmente pelos técnicos, as equipes executoras da ATES acabavam coletando dados apenas para o cumprimento de meta contratual, sem a preocupação ou interesse de usar essas informações para a qualificação dos trabalhos de ER. Esse processo ficou evidente inclusive na própria meta da ATES, que era específica para a coleta de dados, não incluindo o trabalho de sistematização, análise e elaboração de planos de desenvolvimento de acordo com os diagnósticos das famílias atendidas (ATPs/RS, 2015, p. 2).

Ressalta-se que o SIGRA é um sistema informatizado que contém informações de todas as famílias assistidas pelo Programa de ATES no RS. Demandado pelo Programa e criado pelos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs) no ano de 2011, o SIGRA tem se mostrado como uma importante ferramenta para a qualificação da intervenção da ATES, principalmente pela diferenciação das famílias de acordo com as características sociais, produtivas e ambientais e como uma ferramenta para a qualificação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos.

A concepção do embasamento do planejamento nos diagnósticos fornecidos pelo SIGRA pode ser compreendida a partir do seguinte trecho, extraído de um documento formulado pelos ATPs:

A qualificação do trabalho da ATES se dá, por exemplo, quando os técnicos analisam o perfil da família antes de realizar a visita técnica ou elaborar um projeto, quando os técnicos identificam diferentes tipos de produtores dentro dos assentamentos e orientam sua ação para cada público específico e também quando os órgãos públicos como o INCRA acessam as informações do SIGRA para direcionar sua atuação (ATPs/RS, 2015, p. 7).

Além das equipes técnicas, o SIGRA é utilizado por inúmeras organizações vinculadas ao Programa de ATES (principalmente, as cooperativas de produção), pesquisadores de temáticas vinculadas ao desenvolvimento de assentamentos e o próprio INCRA, para identificar e planejar ações de desenvolvimento nos assentamentos.

No ano de 2015, a experiência do SIGRA foi selecionada para fazer parte do Caderno de boas práticas de ATER juntamente com mais 56 experiências exitosas na promoção da ATER que foram apresentadas no seminário de “Boas práticas de ATER na agricultura familiar e Reforma Agrária”, realizado em Brasília no dia 1º de dezembro de 2015. Compreende-se que esse reconhecimento é resultado das avaliações sobre a política de ER, em que se evidencia uma dificuldade generalizada para a sistematização e análise dos dados da realidade dos agricultores. Nessa conjuntura, o SIGRA mostra-se como uma ferramenta que pode apoiar a qualificação da ATER/ATES, sendo reconhecido como “boas práticas de ATER”.

O desafio que se coloca é o uso dessa ferramenta para a qualificação do trabalho da ATES. Avalia-se que, até então, as equipes técnicas não conseguiram modificar a lógica de trabalho de modo a referenciar adequadamente o planejamento proposto conforme a realidade das famílias assentadas.

Ao se analisar os documentos de planejamento apresentados pelas equipes técnicas, observa-se que existe uma limitação para se trabalhar com dados e com diagnósticos. Estimulada pela lógica contratual que valoriza o cumprimento da norma e da regra na execução de ações pontuais, a ação técnica espontânea e referenciada nos próprios técnicos se comporta como uma ação assistencialista, preocupada na solução de problemas pontuais e imediatos. O uso do SIGRA, como ferramenta de trabalho das equipes técnicas, está relacionado com uma proposta de ATES diferenciada, que deve ser sustentada pela concepção de processos de desenvolvimento de médio e longo prazo, suplantando a lógica do imediatismo como parâmetro de qualidade de ER.

No ano de 2022, o GIEDER realizou uma atualização dos dados do SIGRA em três assentamentos localizados município de Santana do Livramento,

RS, abrangendo 123 famílias assentadas, sendo 39 famílias pertencentes ao assentamento São Joaquim, 22 famílias pertencentes ao assentamento Recanto e 62 famílias pertencentes ao assentamento Ibicuí, ao longo de três semanas, com um tempo variado na aplicação dos formulários em cada residência. A proposta desta atualização foi demonstrar que o SIGRA se mantém como uma importante ferramenta ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos.

A seguir, demonstra-se algumas informações extraídas dos relatórios do SIGRA, com base na atualização de 2022. Na Tabela 1, é possível perceber a distribuição etária e por sexo das pessoas de um assentamento.

Tabela 1 - Distribuição dos Assentados - Faixa etária por sexo – PA Recanto – 2022 em Santana do Livramento-RS.

Faixa etária (anos)	Feminino	Masculino	Total
Até 4	6	7	13
5 a 14	4	6	10
15 a 24	9	3	12
25 a 39	8	7	15
40 a 54	6	9	15
55 a 60	1	1	2
Acima de 60	2	4	6
Total	36	37	73

Fonte: SIGRA (2022).

Na Tabela 2, é possível analisar as condições de via de acesso de outro assentamento. Se pode observar que o assentamento está com suas vias de acesso em condições precárias, dado que, das 62 famílias assentadas respondentes, 55 afirmam que tem o acesso interrompido em alguma época, e 7 possuem acesso permanente às suas estradas internas, porém, nenhuma possui acesso interrompido permanentemente.

Na Tabela 3, demonstra-se os dados produtivos referente a atividade leiteira no assentamento São Joaquim. Destaca-se que, de um total de 29 famílias, 12 estão envolvidas com a atividade leiteira, sendo que a maioria se enquadra na produção voltada para o autoconsumo.

Por fim, cabe destacar que somente através de dados científicos, observações empíricas e levantamentos in loco é que poderemos pensar em alternativas viáveis para a desmistificação do que são os assentamentos da Reforma Agrária e quem são os indivíduos que os compõem. Neste sentido, o SIGRA se apresenta como uma importante ferramenta para a qualificação dos sistemas de produção dos assentamentos.

Tabela 2 - Condição das vias de acesso - PA Ibicuí - 2022.

Condição das estradas	Quantidade de famílias	Apenas para veículos leves	Para veículos leves e pesados
Interrompido algumas épocas	55	8	45
Acesso permanente às estradas	7	2	5

Fonte: SIGRA (2022).

Tabela 3 - Produção de leite no assentamento São Joaquim - 2022.

Categoria Produção (l)	Famílias	Produção Total (l)	Total de vacas	Produtividade vaca/dia
12000 - 20000	1	18.250	14	3,6
20001 - 30000	1	42.050	2	57,6
30001 - 40000	1	35.400	9	10,8
40001 - 60000	4	187.800	71	7,2
60001 - 100000	5	326.110	104	8,6
Total	12	588.560	200	-

Fonte: SIGRA (2022).

Os dados sistematizados a partir do SIGRA permitem uma interpretação precisa sobre o funcionamento de uma comunidade dentro de assentamentos rurais, pois assim se torna possível visualizar estratégias e políticas sociais mais eficazes, visando o bem-estar social das famílias assentadas, deste modo, concordando com o que foi destacado por Souza:

Considerando que a política nacional da Reforma Agrária prima por ações e estratégias para alcançar o desenvolvimento rural e sustentável, a partir da articulação harmoniosa entre os domínios econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, subentende-se que a qualidade de vida das famílias assentadas é o produto final desejável (SOUZA, 2009, p. 2

Assim, o acúmulo de estudos de diferentes áreas do imaginário social sobre o bem-estar social dentro das comunidades rurais, proporcionará ferramentas para a ação de órgãos e instituições públicas e privadas para atuarem sobre as mesmas. Tendo em vista que os assentamentos da Reforma Agrária são comunidades criadas com o intuito de enfraquecer o histórico controle do “latifundismo” sobre a posse de terras no Brasil, promovendo uma distribuição fundiária mais justa, proporcionando para famílias de trabalhadores do campo, a chance de buscar equidade econômica, social e qualidade de vida (SIMONATO *et al.*, 2014).

Sobre a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP)

A necessidade de uma compreensão mais detalhada da realidade vivenciada por parte das famílias assentadas, fez com que o programa de ATES no RS criasse uma ferramenta como a RUOP. Essa ferramenta objetiva promover modelos pedagógicos que estimulem os técnicos de ATES e demais atores envolvidos no desenvolvimento dos assentamentos a refletirem sobre os condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelas famílias. Além disso, busca gerar referências técnicas econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e regionais (ATES/RS, 2013).

As UOPs que compõem a rede vêm gerando indicadores nos últimos anos, tanto técnicos quanto econômicos, o que permite avaliar a capacidade de reprodução dos assentados, para assim se ter um instrumento mais completo para ser utilizado pelos técnicos da ATES nos assentamentos da Reforma Agrária. Neste sentido, a RUOP tem por objetivo constituir-se em uma ferramenta pedagógica que estimule os técnicos e assentados para a reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelas famílias, e também possibilita diagnósticos mais detalhados acerca dos sistemas de produção, isto empregando o modelo de análise do método do valor agregado, o qual verifica o valor gerado na Unidade de Produção Agrícola (UPA).

As ferramentas da gestão agrícola e o método da Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários foram várias vezes apontados como capazes de contribuir para a qualificação dos métodos e abordagens da ATES. É desta preocupação que surge a proposta de se criar na ATES do RS uma ‘Rede de Unidades de Observação e Referência Pedagógica’ representativa dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos do RS. O objetivo é utilizar a Rede como ferramenta pedagógica, estimulando os técnicos e assentados na reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelos assentados

e também para a geração de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e/ou regionais (ATPs, 2013, p. 7).

O trabalho a campo do GIEDER teve por finalidade a coleta de novos dados complementares para compor e atualizar a Rede de Unidades de Observação Pedagógicas (RUOP), formada originalmente por mais de 100 unidades de observação pedagógicas (UOP), os quais são unidades de produção agrícolas representativas dos principais sistemas de produção agrícolas dos assentamentos do Rio Grande do Sul. Em Santana do Livramento, foram atualizados os dados das unidades da RUOP vinculados ao sistema leite. Deste modo, este trabalho foi realizado em algumas unidades de produção para a realização da análise econômica. Para esta análise econômica, foram escolhidas 9 unidades de produção a partir de uma amostra estratificada. A estratificação dos produtores de leite foi realizada com base no volume de leite produzido no mês de julho de 2022 e seguiu a mesma escala adotada pela Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE).

A escolha das unidades também observou uma distribuição espacial dentro do município de Santana do Livramento, de modo que unidades representassem as diferentes regiões que concentram o maior número de assentamentos. As informações para a análise econômica foram coletadas em visitas realizadas às unidades de produção entre 29 de agosto e 2 de setembro de 2022. A coleta realizada contou com auxílio das planilhas Microsoft Excel desenvolvidas para a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP), ferramenta que compunha o conjunto de ações desenvolvidas no Programa de ATEs/RS.

A análise econômica foi realizada pelo método do Valor Agregado (VA), determinado pela fórmula: $VA = PB - CI - D$. Onde: VA = Valor Agregado. PB = Produto Bruto. CI = Consumo Intermediário. D = Depreciação (LIMA *et al.*, 2001?). Neste cálculo, o PB se refere ao valor monetário de tudo que foi produzido durante um ciclo agrícola. São considerados PB a produção consumida pela família, a produção doada e vendida, a remuneração de serviços prestados para terceiros. Por sua vez, o CI corresponde aos custos consumidos para a realização da produção durante um ciclo agrícola e a depreciação se refere ao custo sobre os ativos fixos, como, por exemplo, o maquinário.

Além destes indicadores, são calculados o Valor Agregado Bruto (VAB) que corresponde a subtração do PB pelo CI e se apresenta como um indicador da eficácia técnica da produção, pois representa a relação entre o que se produz e o que se gasta para garantir essa produção. Já o Valor Agregado Líquido (VAL) corresponde a subtração do VAB pela depreciação e indica a eficiência econômica da unidade de produção. Por fim, a renda agrícola é obtida após a subtração da Distribuição do Valor Agregado (DVA). O DVA representa os

valores relacionados aos gastos com os meios de produção que o agricultor não possui (despesas com arrendamento, salários) e a distribuição do Valor Agregado na sociedade via impostos e pagamento de juros de financiamento de custeio (caso tenham sido contraídos).

Além da Renda Agrícola, também é analisada a Renda Total da UPA, quando são consideradas as outras fontes de renda como aposentadorias, trabalhos não agrícolas, doações recebidas pela família.

Os dados econômicos das unidades de produção de leite analisados apontam que, de modo geral, os sistemas de produção com volume mensal de até três mil litros não proporcionam renda às famílias assentadas de modo que alcancem o Nível de Reprodução Simples (NRS) e permaneçam na atividade (NEUMAN; FIALHO, 2009).

A tendência apontada para essas unidades é a redução ou mesmo a completa supressão da produção de leite em seus lotes, para entrada do arrendamento das áreas para cultivo de soja e liberação da mão de obra para obtenção de outras rendas. Esse grupo representa mais de 27% do volume de leite captado e mais 65% dos produtores que atualmente entregam leite para a cooperativa. Assim sendo, é essencial proporcionar meios para que esses agricultores não deixem a atividade, mas sim se tornem produtores mais eficientes e, proporcionalmente, com rendas oriundas do sistema leite que proporcionem a continuidade ou mesmo o crescimento da atividade (NEUMAN, *et al*, 2022).

Neste sentido, esta rede vem contribuindo em grande parte para a qualificação das ações extensionistas, realizadas por parte de acadêmicos, pesquisadores e técnicos do programa de ATES no RS. Sendo considerada uma importante ferramenta para qualificação da interpretação e para as ações realizadas a campo com as famílias assentadas, auxiliando a traçar estratégias visando a melhoria dos assentamentos e como uma importante ferramenta pedagógica para a formação e qualificação dessas famílias.

Sobre a Sistematização de Experiências

A Sistematização de Experiência teve como origem o México na década de 1980. Esta práxis foi utilizada como uma ferramenta de educação popular pelos profissionais que eram vinculados ao Centro de Estudos do Terceiro Mundo (Ceestem), que sentiram a necessidade de recuperar e comunicar as experiências sobre as quais vinham trabalhando por um período.

As vivências eram sistematizadas para ser um canal de comunicação de informações que demonstrava lições que não estavam sendo devidamente divulgadas e tampouco replicadas (ECKERT, 2008). Este é um período em que as organizações de educação popular começaram a teorizar e a implementar

iniciativas de experiências que, a princípio, se aplicam sobretudo aos programas de educação popular em que trabalhavam (PLANELLS, 2002).

A sistematização de experiência é uma ferramenta metodológica de coleta, sistematização e análise de dados de uma comunidade. De acordo com Holliday (2009, p. 24), que define a sistematização como sendo uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” e busca ser visto como uma ferramenta de aprendizado.

Assim, a sistematização é uma interpretação crítica de uma experiência, que apenas é possível pelo ordenamento e reconstrução do processo vivido e que possui uma lógica que conduz o processo de modo a compreender os fatores que intervêm e as relações entre eles. Deste modo, a sistematização produz um novo conhecimento a partir de uma prática concreta, possibilitando a sua compreensão e transcender para além dela. Ademais, a sistematização possibilita objetivar o processo construído pelas comunidades, de tal modo que se converte a experiência em objeto de estudo, interpretação teórica e ao mesmo tempo de transformação (HOLLIDAY, 2009).

Neste sentido, a sistematização de experiências é uma ferramenta de ER que consiste em ordenar, classificar e/ou catalogar dados e informações pertinentes sobre determinado tema, para determinada finalidade, isto é, organizando-se em um sistema, no formato de um material descritivo ou visual, por tópicos, tais como: contexto; descrição da experiência; resultados, produtos e impactos; potencialidades; limites; lições aprendidas; fotos e depoimentos; autores e colaboradores; referências; rede de contatos; entre outros. Além disto, a sistematização de experiências busca obter aprendizagens críticas a partir das experiências obtidas por meio das ações da equipe no âmbito da extensão.

Assim, concordamos com Holliday (2009) quando afirma que a sistematização realizada com a leitura e reconhecimento da realidade, mediados pelo método, são fontes para a transformação da realidade.

No caso do Programa de ATES no RS, o uso da ferramenta de sistematização de experiências contribuiu para melhorar as práticas de ER e promover a sustentabilidade, a inovação e a melhoria dos espaços nas comunidades rurais. Essa abordagem permite compartilhar e aplicar as lições aprendidas em diferentes situações de forma mais eficaz, evitando, assim, a repetição de erros e aumentando o sucesso.

Destaca-se que entre os anos de 2013 e 2015 as equipes técnicas do Programa de ATES do RS realizaram 54 sistematizações de experiências. De acordo com Miranda, Zarnott e Zanella (2018), que se preocuparam em relatar esse trabalho, foram constituídas como experiências “sistematizáveis” pelo

Programa de ATES, o conjunto de estratégias postas em prática por famílias assentadas, desde suas interações com seus projetos de vida, com as pautas dos movimentos sociais, com as políticas públicas, com as organizações que atuam nos assentamentos e, sobretudo, com as ações de ER. Nesse sentido, os autores evidenciam que as experiências sistematizadas pelo Programa de ATES foram aquelas que, em diferentes graus, se aproximavam de uma perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável como orienta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)³.

O exercício de sistematização de experiências no Programa de ATES permitiu visualizar um novo caminho para reflexão da ação extensionista através da análise crítica de práticas realizadas nos assentamentos. Foram possíveis identificar problemas e potencialidades existentes em todas as experiências. Esperamos que essas experiências possam servir tanto para contribuir nos trabalhos das equipes de ER como para as organizações populares que desenvolvem ações onde a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da agroecologia sejam prioridades (ATPS, 2013, p. 4).

A realização da sistematização das experiências permite uma abordagem analítica e de maneira crítica sobre a vivência e experiência das comunidades, e ao examinar de perto os resultados e os impactos alcançados pela experiência, torna-se um exercício constante de monitoramento e avaliação das atividades, necessário para o contínuo aprimoramento da ação (Chavez-Tafur, 2007). Isto torna o resultado deste trabalho, mais difundido e de mais fácil acesso a outros grupos e projetos relacionados a temática da sistematização realizada.

No trabalho desenvolvido pelo GIEDER no município de Santana do Livramento, a sistematização teve como eixo central a reconstrução do processo histórico da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE) nos seus 20 anos de existência. Sendo que o objetivo geral foi de “resgatar e documentar a trajetória da COPERFORTE provocando um processo reflexivo sobre a ação cooperativa e estratégias de superação das adversidades”. E os objetivos específicos, foram: reconstruir a trajetória da cooperativa; identificar os momentos mais desafiadores da cooperativa e estratégias de superação; refletir sobre os feitos e aprendizados, analisar o momento atual da cooperativa, perspectivas e desafios futuros e elaborar material audiovisual da cooperativa para o aniversário de 20 anos.

⁴ De acordo com Williamson (2000), personagem idealizador do Consenso, as medidas adotadas para a reestruturação da economia mundial partiram do reconhecimento de que a redução do aparato público e do intervencionismo governamental representava soluções pragmáticas para a diminuição dos défices orçamentários, que reduziram o papel do Estado em prol do desenvolvimento econômico baseado no livre mercado. Recomendações-chave desse processo para o desenvolvimento econômico sustentavam-se na liberação internacional dos mercados, eliminando as barreiras para os investimentos internacionais, no fomento ao setor privado e na redução da “máquina estatal” pela privatização das empresas públicas (MAXWELL, 2005). Contudo, essas alterações provocaram um agravamento significativo da pobreza devido à incapacidade do setor privado em atender as demandas básicas da população.

No delineamento do processo de sistematização da experiência da COPERFORTE, contou-se com distintas ferramentas, aplicadas em diferentes momentos, como: reuniões, entrevistas com produtores e dirigentes, leitura de paisagem, linha do tempo e método SWOT (FOFA), bem como estudo dos documentos da cooperativa.

O método FOFA, possibilitou refletir com o grupo de dirigentes sobre a força da cooperativa, oportunidades de crescimento, diversificação e consolidação, além de fraquezas e ameaças que podem limitar o avanço da mesma. Estas reuniões com os dirigentes da cooperativa, foram fundamentais para construção do eixo e objetivos da sistematização, bem como para apresentação e discussão sobre o resgate histórico.

A reconstituição da linha do tempo da cooperativa foi realizada em momentos, contando com a participação de dirigentes que atuaram em diferentes períodos na cooperativa, bem como com os produtores. Para a reconstituição da memória, desenhou-se uma linha com os principais fatos ocorridos em diferentes períodos, sendo marcados por reflexões e aprendizados. As entrevistas com produtores, feitas a partir de um roteiro semiestruturado, possibilitaram compreender o processo histórico das famílias assentadas desde a chegada nos lotes, passando pela organização das atividades produtivas, o ingresso na atividade leiteira e sua participação na cooperativa.

A leitura de paisagem possibilitou compreender o contexto socioambiental onde estão inseridos os produtores de leite da COPERFORTE, as fragilidades e potencialidades que o agroecossistema oferece para o desenvolvimento das atividades produtivas. A reflexão sobre as decisões tomadas no decorrer da história e os resultados obtidos, possibilitam aprender e não repetir erros cometidos. Entretanto, as reflexões de diferentes atores, em distintas funções, mediada por agentes externos, possibilita olhares sob diferentes ângulos da experiência sistematizada e estes diferentes pontos de vista precisam estar registrados, ordenados, organizados de tal modo que sirvam de referência para novas experiências a serem desenvolvidas. O resultado da sistematização da COPERFORTE foi a elaboração de um relatório técnico e um material audiovisual, que pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UdtiiFvXIOA>⁴.

Assim sendo, se considera que a sistematização de experiências se revela cada vez mais numa ferramenta importante para ordenamento dos fatos, reconstrução de processos vividos e reflexões que geram aprendizados. Essa ferramenta de sistematização de experiências no rural pode ser útil para organizações associativas, cooperativas, entidades de ER, ONGs entre outras que queiram contribuir com ações educativas de caráter emancipatório.

⁵ Vídeo disponibilizado na plataforma youtube em 21 de novembro de 2022.

Considerações finais

O Programa de ATES no RS é resultado de um esforço coletivo de organizações e instituições que se preocuparam em desenvolver os pressupostos previstos pela PNATER com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais. Entende-se que a estrutura proposta no modelo de ATES no RS alcança avanços inéditos em sua história, apontando para uma nova dinâmica e racionalidade organizacional na prestação desse serviço.

A crítica à centralidade decisória e ao distanciamento das metas contratuais da realidade regional, bem como a abertura do INCRA ao diálogo sobre a necessidade da reconfiguração dos contratos, possibilitou um novo formato de metas contratuais, no qual foi possível contemplar as diferentes características territoriais dos assentamentos por meio de uma estrutura de planejamento regional da ATES, com o uso das informações disponibilizadas pelo SIGRA e RUOP. Essa mudança construiu um novo ciclo de discussão e ação no Programa de ATES, em que a centralidade das decisões passou a ser compartilhada em nível regional e com as famílias assentadas. Esses ajustes passaram a proporcionar aproximações entre diferentes atores envolvidos no contexto da ER, fomentando desafios metodológicos com o objetivo de valorização dos saberes e conhecimentos dos agricultores e extensionistas.

Desse modo, compreende-se que é fundamental a sistematização e análise da realidade dos assentamentos como pressuposto da determinação das ações de ER. Nesse cenário, a combinação do SIGRA com o planejamento regional poderá contribuir significativamente para a elucidação de informações que possibilitem viabilizar o monitoramento de resultados do trabalho da ATES.

Neste sentido, a implementação das políticas de consolidação dos assentamentos rurais cumpre uma função primordial para a viabilidade da permanência das famílias no campo. Em especial, destaca-se as ações de ER e suas ferramentas de trabalho, como é o caso de destaque neste trabalho o SIGRA, a RUOP e a sistematização de experiências.

No caso do SIGRA, a ferramenta se mostrou pertinente no processo de coleta, sistematização e análise dos dados das famílias assentadas, potencializando o trabalho das equipes de ATES. O SIGRA é um sistema que possibilita uma ampla gama para análise dos assentamentos e assentados, isto acerca de, quem são, como vivem, como são os lotes e o que produzem.

No caso da RUOP, destaca-se que se trata de um sistema de obtenção de dados, este mais específico sobre a situação econômica das unidades de produção. Ambos os sistemas contribuem para a realização de pesquisas e ações no âmbito da ER, contribuindo para a disseminação do conhecimento técnico e acadêmico, para os membros e lideranças de assentamentos e movimentos no meio rural.

No caso da ferramenta de sistematização de experiências, compreende-se que se trata de uma ferramenta destinada a produção de materiais técnicos e audiovisuais que facilitem a divulgação das ações extensionistas durante as visitas a domicílio nos assentamentos e das organizações que fazem parte dos mesmos, com a importância de servir de exemplo para novas ações de outros projetos com o mesmo objetivo no futuro.

Mesmo que o ATES tenha sido interrompido no ano de 2016, as ferramentas discutidas neste trabalho são referências para os processos de ER, apontando para uma nova dinâmica organizacional na prestação desse serviço.

Agradecimentos

Agradecimento ao projeto “Implantação do SIGRA no programa de ATER para assentamentos de Reforma Agrária” do TED INCRA-UFSM.

Referências

ATPS. **Assessores Técnicos Pedagógicos**. Universidade Federal de Santa Maria. Cartilha de suporte metodológico da RUOP ATES/RS. Santa Maria, fev. 2013. Impresso.

ATPS/RS. **Assessores Técnicos Pedagógicos**. Universidade Federal de Santa Maria. Décimo segundo relatório dos ATP. Santa Maria, dez. 2015. Impresso.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/items/show/59>. Acesso em: 05/03/2023.

DALBIANCO, V. P. **Racionalidade Burocrática e Políticas Públicas: crítica ao sistema normativo da ATES no RS**. Tese de doutorado. Programa de Pós graduação em ER, 2016.

DALBIANCO, V. P. **A institucionalidade do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) NO/RS**. In: Uma nova ER pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco[...] [et al.], – Ijuí: ed. Unijuí, 2018.

DIAS, M. M. Políticas públicas de ER e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, vol. 1, n. 1, p. 101-114, 2008. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/986>. Acesso em: 05/03/ 2023.

ECKERT, C. **Orientação para elaboração de sistematização de experiências**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008. 46 p.

FLECH, E. M.; FRIEDERICH, G. **Um Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA) como Instrumento de Gestão da Atuação em Rede**. In: Uma nova ER pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco... [et al.], – Ijuí: ed. Unijuí, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996, 176p.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., Brasília: MMA, 2009, 128 p.

MAXWELL, S. **The Washington Consensus is dead! Long live the Meta Narrative!**. Working Paper n° 243. Londres: Overseas Development Institute, 2005.

MIRANDA, F. Q. ZARNOTT, A. V. ZANELLA, F. C. O Processo de Sistematização de Experiências Agroecológicas como Instrumento de Extensão Rural. In:

DALBIANCO, et al. **Uma Nova Extensão Rural Pública**: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ed. Unijuí, p. 163-178, 2018.

NEUMANN, P. S.; ZARNOTT, A. V.; DALBIANCO, V. P.; JAEHN, E. (ORG). **Análise Econômica da Produção de Leite entre os Associados da Coperforte. 2022**. Documento para discussão.

NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Sistemas agrários**: Agricultura Familiar e Sustentabilidade. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

PLANELLS, ANTONI VERGER L. **Sistematización de experiencias em America Latina**: uma proposta para el análisis y la recreación de la acción colectiva desde los movimientos sociales. Barcelona: Universita Autonomia, Dpto de Sociologia, 2002. 15 f.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de ER no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/81227/1/Conceito-de-seletividade.pdf>. Acesso em: 05/03/2023.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. Banco de dados 2022. Integrado ao Programa de Assistência Técnica e ER (ATES) aos assentamentos de Reforma Agrária . Disponível em: www.sigra.net.br. Acesso em: 16/02/2023.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A. de; DORNFELD, C. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 2, p. 339-356, Julho-Dezembro, 2014.

SOUZA, J. M. M. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 368f. Núcleo de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2 p. 251-264, ago. 2000.

ZANELLA, F. C.; PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e relações de interdependência: ambiguidades no reconhecimento dos assentados na região estancieira do Rio Grande do Sul. **INTERAÇÕES**, v. 20, n. 4, p. 1165-1178, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/inter/a/zWYvpwgP8yt5pqSN3nCPzBF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05/03/2023.



As tecnologias socioterritoriais mundializadas da agroecologia: dos lotes de reforma agrária do Brasil as propriedades familiares em Portugal

Fernando Freitas de Almeida¹

Resumo: O artigo apresenta os principais resultados do estágio de doutoramento na Universidade de Lisboa, apresentando um estudo comparado das tecnologias socioterritoriais da agroecologia identificadas em campo, expondo as distinções e aproximações dos territórios da agroecologia no Brasil e em Portugal. Para tanto, a teoria dos movimentos socioterritoriais tornou-se seminal, ao fornecer elementos para investigação dos territórios camponeses, desde a organização dos lotes de assentamentos da reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até territórios de resistência camponesa em Portugal. Como resultado principal, pode-se observar tecnologias socioterritoriais da agroecologia em ambos os territórios, tais como: a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), agrofloresta, plantio consorciado e educação popular, o que nos permite refletir sobre a mundialização dessas resistências e uma disputa de modelos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agroecologia; Soberania alimentar; Assentamentos; Sistemas agroalimentares.

The Globalized Socio-Territorial Technologies of Agroecology: From Agrarian Reform Plots in Brazil to Family Farms in Portugal

Abstract: The article presents the main results of the doctoral research internship at the University of Lisbon, offering a comparative study of the socioterritorial technologies of agroecology identified in the field, highlighting the distincts and similarities between agroecological territories in Brazil and Portugal. To this end, the theory of socioterritorial movements became seminal, providing elements for investigating peasant territories, from the organization of agrarian reform settlement plots arranged by Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) to peasant resistance territories in Portugal. The main result observed is the presence of socioterritorial technologies of agroecology in both territories, such as Community-Supported Agriculture (CSA), agroforestry, intercropping, and popular education. This allows us to reflect on the globalization of these resistances and a contest over development models.

Keywords: Agroecology; Food sovereignty; Settlements; Agri-food systems.

¹Universidade Estadual Paulista-UNESP, Brasil. *Autor correspondente: fernando.f.almeida@unesp.br

Introdução

O trabalho trará a síntese da pesquisa de intercâmbio de doutorado realizada na Universidade de Lisboa, no Centro de Estudo Geográfico – CEG, dentro do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). Como recorte fundamental, tem-se os lotes de reforma agrária dos assentamentos Ipanema e Bela Vista em Iperó/SP, no Brasil, e a Quinta da Maravilha em Portugal, por compreender que estes territórios têm a agroecologia como princípio e diferem de territórios tipicamente apropriados pelos capitalistas.

Quando observamos os princípios da agroecologia postos em giz na lousa no lote Mãe Terra no Brasil e da mesma forma na Quinta da Maravilha em Portugal, pode nos conduzir a pensar sobre as tecnologias socioterritoriais mundializadas, porém mesmo que a estética seja a mesma, os conteúdos sociais postos são outros e precisam ser analisados de forma crítica. Se no Brasil os camponeses são vistos como classe, a partir da organização de movimentos socioterritoriais, na reprodução de seu modo de vida e na criação de políticas de assentamentos que permitiram sua territorialização a partir da luta, os camponeses observados em Portugal são vistos no modo de vida, por não terem uma luta articulada de maneira mais ampla.

A teoria dos movimentos socioterritoriais de Fernandes (2005) e Pedon (2009) faz-se fundamental, pois, ao analisar ambos os territórios, temos como central a disputa por um projeto de desenvolvimento territorial, que passa pela organização destes camponeses envolvidos na defesa da agroecologia. A agroecologia e a soberania alimentar são conceitos centrais, por compreender que ambos orientam a atuação dos camponeses, povos das florestas, indígenas de todo o mundo, sobretudo aqueles vinculados à Via Campesina (LVC), importante articuladora da luta em escala planetária, destacando-se a América Latina como locus da resistência camponesa dos movimentos socioterritoriais.

Para tal, como objetivo do texto, apresentaremos as aproximações e estranhamentos das tecnologias da agroecologia desenvolvida no Brasil, com a participação dos movimentos socioterritoriais, e a agroecologia praticada em Portugal, com produção de base familiar e como coaduna com a produção do seu próprio modo de vida, trazendo seu caráter mundializado.

Metodologia

A metodologia central da análise refere-se ao trabalho de campo, realizado nos lotes de reforma agrária no Brasil e na Quinta da Maravilha, em Portugal, sendo possível realizar observações e diálogos com os sujeitos sobre as tecnologias socioterritoriais e a agroecologia, princípios presentes nos territórios. A partir de tal metodologia, teremos a fotografia entendida como documento de uma determinada época, que permite revelar a organização dos territórios.

A revisão bibliográfica foi fundamental, passando por conceitos como agroecologia, soberania alimentar e tecnologias socioterritoriais, sendo que as bibliografias aqui presentes foram organizadas no software Mendeley, gerenciador de referências.

Agroecologia como contra modelo dos movimentos socioterritoriais

O conceito de agroecologia será aqui entendido como um contra modelo de desenvolvimento do capitalismo, conforme argumentado por Rosset (2017), Rabello (2018) e Almeida (2023), ou seja, a agroecologia não é considerada um modelo único, mas sim uma das possibilidades de superação dos modelos tipicamente capitalistas de produção, circulação e consumo. Entendemos também a agroecologia como um caminho no qual os camponeses, indígenas, povos das florestas e demais movimentos articulados a Via Campesina (LVC) encontraram para fazer a defesa da soberania alimentar em escala mundial. Pode-se ainda afirmar que os conteúdos da agroecologia presentes na ciência ocidental, ao encontrar os movimentos da América Latina, avançam para além da produção, destacando-se como defesa do território e como uma das formas mais importantes de organização dos movimentos agrários.

“Mientras que muchos vean a la agroecología como una ciencia occidental, LVC y CLOC mas bien plantean la agroecología en el contexto de estas disputas territoriales, de la (re)construcción de “territorios campesinos,” y de la producción de alimentos para sus familias y comunidades (soberanía alimentaria) (ROSSET, 2015, p. 9).

A agroecologia será vista também como bandeira dos movimentos socioterritoriais articulados, e o conceito científico faz emergir a compreensão de Altieri (2012), que tem como princípio: “[...] os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar” (ALTIERI 2012, 15).

Destaca-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) avançou em sua própria definição do entendimento do que são as práticas agroecológicas, conforme colocado por Matheus e Feliciano (2021), passando pelo debate da reforma agrária popular e da questão agrária mais ampla, fundamental para o entendimento deste trabalho.

Esta definição parte de debates profundos e horizontais com outros movimentos socioterritoriais, em diversas escalas. Machado *et al.* (2022), ao analisar as ações coletivas de solidariedade durante a pandemia, apresentam a capacidade dos movimentos socioterritoriais de produzir alimentos

Freitas de Almeida

agroecológicos em quantidade e qualidade, garantindo segurança alimentar para muitas pessoas durante a crise imposta pela pandemia, como demonstram os autores: “As ações de solidariedade do MST e de outros movimentos socioterritoriais são reveladoras da capacidade da agricultura camponesa de produzir alimentos em quantidade e qualidade que garantam a segurança alimentar e nutricional da população.” (MACHADO *et al.* 2022, 174).

Conforme Rosset (2017), a agroecologia deve ser baseada em princípios e não em receitas, ou seja, afirma-se assim que os modelos prontos não servem à agroecologia, pois cada território desenvolve a agroecologia conforme sua cultura, suas possibilidades, seus aprendizados. Porém, observa-se alguns conhecimentos gerais dos camponeses do Brasil e Portugal conquistados através das trocas.

A resistência dos camponeses, conforme Fabrini (2006), precisa ser vista em escala, pois o camponês dialoga com outros territórios, e conforme avança esta organização, sua luta mundializa. Entende-se assim a agroecologia como um contra modelo historicamente criado pelos camponeses, indígenas, povos da floresta, sistematizado pelos movimentos socioterritoriais organizados, sobretudo aqueles vinculados à Via Campesina, que têm como base a mundialização desta luta. A partir de uma perspectiva contra-hegemônica, ora mais subordinada, ora mais autônoma, temos o ponto de partida teórico do artigo, tendo em vista a mundialização mais geral da agricultura controlada pelo capitalismo, como aponta Oliveira (2012).

A tecnologia socioterritorial, por sua vez, tem como arcabouço teórico autores como Coca, Vinha, Cleps Junior (2021) Coca (2022), Sansolo *et al.* (2021), que compreendem esta como parte das necessidades dos territórios contra-hegemônicos e buscam resolver problemas subjacentes nas mais diversas escalas. Funcionando como resistência aos modelos de tecnologias do capitalismo, ao ser territorializada pelos movimentos socioterritoriais, assume um caráter comunitário, que difere do caráter privatista.

Com base na discussão realizada, podemos apresentar a seguinte definição de tecnologia socioterritorial: toda tecnologia (seja ela como produto ou processo, material ou imaterial) criada a partir da cultura local, enraizada nos sítios simbólicos de pertencimento (Zaoual, 2006) de determinadas comunidades, em suas múltiplas dimensões, de acordo com as condições e as necessidades do lugar e visando a resistência no território, a permanência e a reprodução sociocultural e ambiental e que, dessa forma, pode se territorializar e se ampliar em diferentes escalas (SANSOLO *et al.* 2021, 108).

Tecnologias socioterritoriais que partem de um conhecimento histórico dos povos do campo, que desenvolveram nos diversos agroecossistemas,

através de intercâmbio de saberes, a seleção de espécies, o saber fazer, o conhecimento popular, possibilitando o atual momento do desenvolvimento da agroecologia como praxis.

Essa abordagem, portanto, reconhece que as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 64).

Neste sentido, reconhecer os camponeses e os povos da floresta como sujeitos protagonistas da agroecologia e do desenvolvimento de suas tecnologias, em diferentes escalas, faz-se fundamental. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia são lugares privilegiados na sistematização dos conhecimentos da agroecologia, mas não se realizam sem os sujeitos do campo, sua cultura, seu modo de vida e seu conhecimento.

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas. Esse diálogo traz profundas implicações (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 64).

Outro elemento diz respeito à escalabilidade da produção deste conhecimento, pois compreende-se que da mesma forma que ocorre a internacionalização das tecnologias de produção privadas, conforme Chenais (1996), marcada pelo controle das grandes multinacionais sobre as patentes, produção, intercâmbio e circulação em diversas etapas, apresenta-se a proposição de compreensão das tecnologias socioterritoriais da agroecologia sob o viés da mundialização, como possibilidade de resistência e garantia da reprodução da vida.

Para além de situações meramente conjunturais, a permanência dos camponeses na terra e sua reprodução social encontra-se, hoje, gravemente ameaçada pelo modelo tecnológico hegemônico que é, em nível mundial, a base de sustentação do agronegócio”(GUBUR; TONÁ, 2012, p. 60).

Freitas de Almeida

A compreensão dos movimentos socioterritoriais de se organizarem em torno de uma organização como a Via Campesina (LVC), e regionalmente na América Latina como a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), coaduna com a necessidade de propor um modelo de desenvolvimento que difere do capitalista, e este modelo só se faz possível no campo, com a defesa da soberania alimentar, da agroecologia como bandeira e com o desenvolvimento de tecnologias socioterritoriais criadas nos territórios destes sujeitos.

Coca (2022) apresenta em seu texto este caráter de uma mudança ainda incipiente da perspectiva urbana em relação à soberania alimentar, muito ligada ao consumo de alimentos, sobretudo no hemisfério norte. Pode-se observar isso no campo, e será referenciado no capítulo de análise, mas de fato ainda se considera ínfima no recorte do estudo.

Estudo atuais como os de McMichael (2014), De Schutter (2015) e Coca (2016a, 2016b), pontuam que, em escala global, a soberania alimentar tem vivido sua segunda geração. Isso porque, quando ela foi proposta pela La Via Campesina, em meados da década de 1990, ela era referida aos movimentos camponeses de luta pela terra, ou seja, seu foco principal era a mudança nos aspectos produtivos. Nesse momento, ganharam maior destaque as articulações que visavam causar mudanças no sistema agroalimentar de países do Hemisfério Sul. Porém, atualmente, a soberania alimentar também tem sido utilizada como referência para o consumo de alimentos, assumindo uma perspectiva urbana, especialmente em países do Hemisfério Norte (ROMÁN-ALCALÁ, 2015; SCHIAVONI, 2009). Por mais que essa nova tendência não se sobreponha à primeira em importância, ela não deixa de indicar a maior complexidade que está relacionada às disputas pela orientação dos sistemas agroalimentares na atualidade (McMICHAEL, 2014) (COCA 2022, p. 33).

Com este fundamento teórico fundamental, pode-se compreender a soberania alimentar como referência dos territórios, a agroecologia como bandeira e caminho presente nos territórios camponeses e dos povos da floresta, e as tecnologias socioterritoriais como possibilitadoras da praxis desses dois conceitos.

Tecnologias socioterritoriais da agroecologia no Brasil e em Portugal

Pode-se pensar a agroecologia, posta em dois territórios distintos: nos assentamentos de reforma agrária fruto de um processo de luta do campesinato que tem na conquista do assentamento o ponto de partida para sua reprodução, conforme Feliciano (2009), e conseqüentemente nas práticas agroecológicas e também na Quinta da Maravilha, que tem como bandeira a defesa da agroecologia em um contexto que se difere sobretudo por se tratar de uma propriedade privada da terra dentro de um país central ao capitalismo, Portugal.

Dentro deste contexto, as lousas que provocaram a análise deste artigo podem ser vistas nas Figura 1 e 2, pois foram tiradas em um encontro com almoço caipira no assentamento e um almoço agroecológico na Quinta, ambos tinham como intuito apresentar a agroecologia à comunidade urbana e optaram por colocar, nas lousas, seus princípios. No Sítio Mãe Terra, na figura 1, a frase cunhada pós-eleição do Jair Bolsonaro “Ninguém solta a mão de ninguém”, em rosa quase apagado, também: a defesa da reforma agrária, a agroecologia, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), além da solidariedade e educação. Por sua vez, na Quinta da Maravilha, a Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP/CSA), viveiro, agricultura regenerativa, soberania alimentar e novamente a educação.

Figura 1 - Lousa no Almoço caipira no lote Mãe Terra - Assentamento Bela Vista Iperó/SP – 2018.



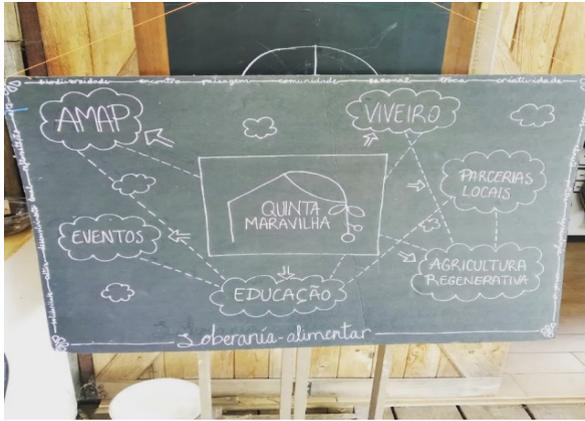
Fonte: Elaboração própria (2018).

Palavras em vermelho: “Contexto R Agrária, Agroecologia, Alianças, CSA, Com Solidária, Educação”.

Palavras na borda: “liberdade, cultura, desenvolvimento local, regeneração, biodiversidade, encontro, paisagem, comunidade, sazonal, troca, criatividade, cuidados, alimentos, partilha, agroecologia, consorcio”.

Ao olhar para ambas as fotografias, pode-se observar tecnologias socioterritoriais que se mundializam, sejam as materiais, como a CSA e os almoços agroecológicos, ou imateriais como soberania alimentar, agroecologia e a educação. Os princípios da agroecologia estão presentes em ambos os territórios e ultrapassam a perspectiva puramente ecológica de quando cunharam o conceito de agroecologia, ao trazer para o centro do debate preocupações sociais e econômicas.

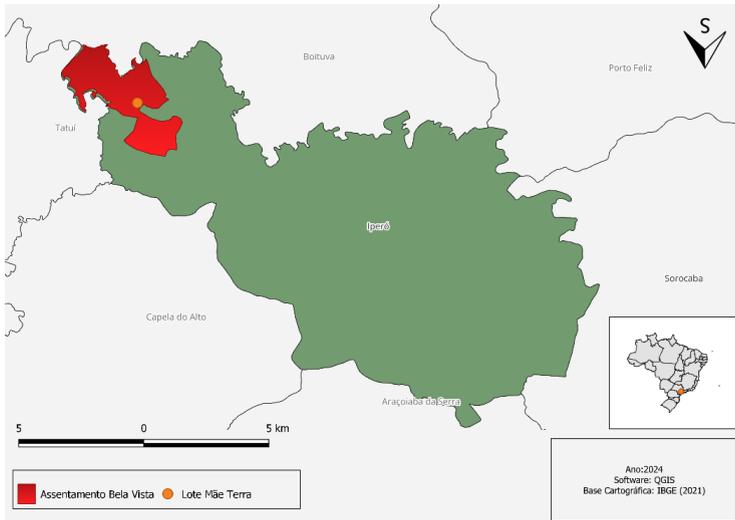
Figura 2 - Lousa no Almoço agroecológico na Quinta da Maravilha - Portugal – 2023.



Fonte: Elaboração própria (2023).

O lote Mãe Terra foi importante na análise por ser o lócus de defesa da reforma agrária no assentamento Bela Vista. Sua localização privilegiada, próxima ao centro de Iperó e às cidades da região, como observado no mapa da Figura 3, e sua atuação em defesa dos princípios da agroecologia são fundamentais para o trabalho, permitindo observar diversas estratégias de produção de alimentos saudáveis.

Figura 3 - Mapa de localização Lote Mãe Terra – Iperó, Brasil, 2024.



Fonte : Elaboração própria

Pode-se observar nas Figuras 4a e 4b a contribuição significativa para a natureza com a ocupação e o avanço da agroecologia no lote Mãe Terra, localizado ao sul da linha férrea Sorocabana. É possível afirmar que as tecnologias socioterritoriais da agroecologia se manifestam por meio da resistência dos camponeses territorializados, produzindo floresta.

Figura 4a - Lote Mãe Terra – Iperó – Brasil - março/2003.



Fonte: Google Earth (2024).

Figura 4b - Lote Mãe Terra – Iperó – Brasil - abril/2023.



Fonte: Google Earth (2024).

Estas diferenças são seminais, pois dentro do assentamento do MST, a agroecologia tem sido vista articulada com lutas mais gerais da sociedade, como a defesa de um modelo de desenvolvimento. Podemos observar ações articuladas, tomando como exemplo que durante a pandemia, alimentos agroecológicos foram doados, alimentos produzidos nos assentamentos e doados na cidade. Pode-se observar em campo este momento, quando

Freitas de Almeida

alimentos produzidos dentro dos princípios da agroecologia foram doados na parte urbana de Iperó, saindo direto dos lotes de reforma agrária e indo para frente de um conjunto habitacional popular. Se a barreira financeira é a lógica mais hegemônica de acesso aos alimentos, a doação aparece como resistência (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Carreta carregada no Lote Mãe Terra com alface crespa, cheiro verde, limão rosa, hortelã para doação.



Fonte: Elaboração própria (2022).

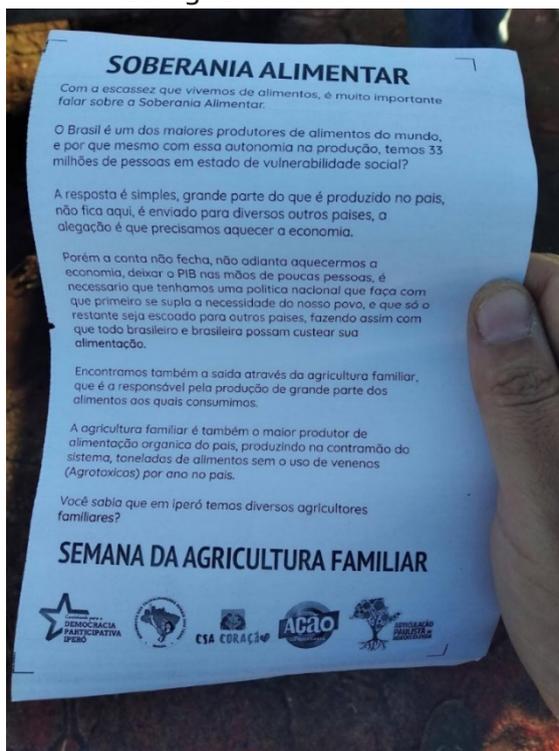
Figura 6 - Doação sendo realizada na praça a frente do prédio do CDHU.



Fonte: Elaboração própria (2022).

A doação de alimentos surpreendeu os moradores, muitos chegavam do trabalho porque era final da tarde, alguns chegaram com dinheiro na mão para comprar achando que não era doação, outros ao perceber que não iria pagar, agradeciam e falavam que “chegou em boa hora”, a solidariedade presente surpreendeu, demonstrando que é possível garantir acesso aos alimentos agroecológicos. Juntamente com a doação, os movimentos socioterritoriais e socioespaciais de Iperó e região, identificados na Figura 3, elaboraram um panfleto sobre a soberania alimentar para ser entregue junto à doação, demonstrando a preocupação com aspectos da conscientização da população (Figura 7).

Figura 7 - Panfleto elaborado sobre Soberania Alimentar elaborado na Semana da Agricultura Familiar.



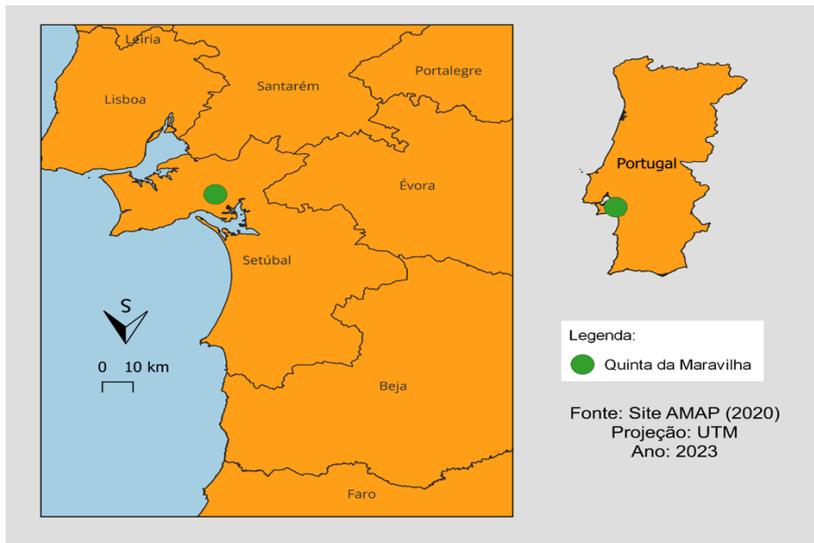
Fonte: Elaboração própria (2022).

Preocuparam-se em garantir acesso ao alimento e também disseminar ideias em torno da defesa da soberania alimentar, coadunando com as análises de Coca (2022), que entende a soberania alimentar como responsável pela territorialização de contra-espços.

Dentre as principais conclusões, percebe-se que mesmo que a soberania alimentar esteja sendo implementada no Brasil por meio de ações pontuais, não fazendo parte de um processo de mudança estrutural, ela pode ser lida como responsável pela existência de contra-espacos que fogem das dinâmicas hegemônicas da organização do território. Isso pode ser percebido por meio de exemplos como a produção sob bases agroecológicas, o comércio solidário, a criação de mercados alternativos entre outros etc. (COCA 2022, p. 27).

O trabalho de campo na Quinta da Marvilha em Portugal foi realizado em 2023, possibilitado a partir do 3º evento de capacitação organizado pela K-evolution, uma instituição do terceiro setor, tendo como tema “O Sistema de Produção AMAP”. Este evento foi parte de um conjunto de eventos financiados pelo THE PLACE instituto, que tem financiado essas atividades em Setúbal, Portugal, e na Turquia. A quinta em questão entrega produtos agroecológicos no sistema de AMAP/CSA, atuando em três concelhos: Lisboa, Almada e Palmela, e está localizada em Setúbal, conforme Figura 8.

Figura 8 - Mapa de localização Quinta da Marvilha, Portugal - 2023.

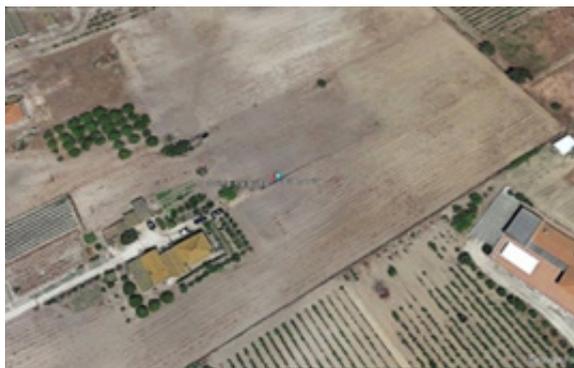


Fonte: Elaboração própria (2023).

A propriedade foi adquirida há seis anos, em um solo arenoso e com área verde ínfima conforme possível de observar nas imagens de satélite. A necessidade de regenerar o solo para garantir o plantio, mostrou-se evidente nas falas dos camponeses e na observação. Para tal as tecnologias socioterritoriais

que permitiram o processo de regeneração da Quinta, foram as utilizadas na agroecologia, agrofloresta, cobertura vegetal e plantio consorciado (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Quinta da Maravilha – Setúbal – Portugal - maio/2013.



Fonte: Google Earth (2024).

Figura 10 - Quinta da Maravilha – Setúbal – Portugal - abril/2023.



Fonte: Google Earth (2024).

Pode-se observar a centralidade da educação também na Quinta, ficando evidente em diversas dimensões: nas dinâmicas, nos cuidados com a organização do espaço, nas falas e nas mensagens presentes no ambiente. Em diálogo com o responsável pela Quinta, pode-se perceber que há um intenso intercâmbio, tanto em escala local quanto mundial, de conhecimento. Quando ele menciona que houve na Quinta para realizar formação e trocas de saberes militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também de um indígena Mapuche, demonstra que a troca dos movimentos socioterritoriais é mundializada, e ressalta

o quanto a América Latina tem a oferecer em termos de conhecimento sobre as práticas agroecológicas para os países centrais do capitalismo.

Há também uma preocupação latente com o meio ambiente, não apenas na produção, mas também na observação da Quinta: nos banheiros secos, havia dois, reduzindo o consumo de água potável; na reciclagem, com a separação de materiais; e também na compostagem, reaproveitando as sobras de alimentos que retornam para o ciclo, gerando mais alimentos.

Quando buscamos fazer as aproximações, observamos haver princípios e práticas agroecológicas em ambos os territórios, tais como: agrofloresta, consórcios de plantas, produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), solidariedade, respeito ao meio ambiente e práticas educacionais (Figura 11).

Figura 11 - Quinta da Maravilha - visita ao plantio consorciado - 2023.



Fonte: Elaboração do Autor (2022).

Os plantios consorciados destacam-se como uma tecnologia socioterritorial desenvolvida pelos camponeses e adotada pela agroecologia, diferindo da produção convencional. Isso possibilita a troca de energia, um maior controle de pragas e uma variedade sazonal de alimentos, visto que cada planta pode produzir em épocas diferentes. Esses elementos foram apresentados pelos camponeses tanto em Portugal quanto no Brasil.

Outra tecnologia presente nos territórios são as agroflorestas. Enquanto na agricultura convencional a lógica hegemônica é a derrubada das árvores para maximizar os lucros e ampliar as áreas de plantio, na agroecologia a

floresta torna-se aliada. Isso permite a produção dentro das áreas, gerando cobertura vegetal e água, fornecendo lenha e estabelecendo uma relação mais harmoniosa com a natureza (Figura 12).

Figura 12 - Assentamento Ipanema Iperó – visita ao plantio consorciado com agrofloresta ao fundo - 2022.



Fonte: Elaboração do Autor (2023).

Outra tecnologia presente nos territórios são as agroflorestas. Enquanto na agricultura convencional a lógica hegemônica é a derrubada das árvores para maximizar os lucros e ampliar as áreas de plantio, na agroecologia a floresta torna-se aliada. Isso permite a produção dentro das áreas, gerando cobertura vegetal e água, fornecendo lenha e estabelecendo uma relação mais harmoniosa com a natureza.

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é outra tecnologia socioterritorial presente nos assentamentos de Iperó/SP e na Quinta da Maravilha. Seu princípio é a troca, eliminando atravessadores. Os camponeses produzem alimentos agroecológicos de época em quantidade e, com frequência semanal ou quinzenal, entregam em um local combinado ou no próprio lote. Os coprodutores (consumidores) pagam um valor fixo para ter acesso a esses alimentos, coresponsabilizando as duas partes pela produção/circulação/consumo.

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) também são uma prática presente. Diante da racionalização das dietas em escala mundial, consumir esses alimentos, historicamente consumidos por camponeses e

povos das florestas, cria outra racionalidade em relação ao que comemos, muitas vezes possibilitando a troca de saberes no preparo desses alimentos.

As tecnologias socioterritoriais presentes revelam como a troca mundial dos saberes camponeses e indígenas através da agroecologia está cada vez mais presente. Esses conhecimentos, gerados historicamente, bem como saberes comunitários, são trocados e possibilitam que as comunidades os apliquem conforme as possibilidades materiais, climáticas, econômicas e sociais.

A condição presente nas duas realidades - de um lado, o Brasil, que tem o movimento socioterritorial como base constituinte da agroecologia, que se faz a partir da luta organizada pelo MST, e, por outro lado, Portugal, um movimento ainda incipiente, com uma organização ainda em desenvolvimento, por meio de associação, mas conectado ao mundo e às possibilidades de financiamento criadas pelas políticas da União Europeia (U.E) - nos permite refletir sobre a mundialização das tecnologias socioterritoriais.

Conclusões

As práticas agroecológicas vêm se mundializando e ganhando centralidade na luta em defesa da soberania alimentar, nos mais diversos territórios, mostrando-se fundamental na produção de alimentos saudáveis em qualidade e quantidade.

No Brasil, essas tecnologias socioterritoriais mundializadas da agroecologia encontraram como aliados os assentamentos rurais e os movimentos socioterritoriais, enquanto em Portugal essas práticas ainda incipientes e localizadas encontram sujeitos críticos organizados. Isso revela-se fundamental, demonstrando resistência em ambos os territórios ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

As tecnologias socioterritoriais da agroecologia, ao partir das necessidades dos territórios camponeses, avançam como resistência dentro desses territórios estudados, buscando, sob outra lógica que não a capitalista, garantir a reprodução dos camponeses, da natureza e da sociedade como um todo. Isso é especialmente relevante quando comparado com as tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo, que são apropriadas privadamente por aqueles que têm capital e raramente têm como preocupação a reprodução da vida.

Por fim, uma necessidade identificada é a de avançar essas tecnologias socioterritoriais para além dos mercados alternativos, sob o prisma de que estes ainda excluem uma parcela significativa da população e, mesmo com as doações vistas em campo, tornam-se incipientes. Os limites encontrados estão bastante relacionados ao próprio sistema capitalista e à forma como os regimes alimentares foram se organizando nas sociedades. A lógica terra-poder-capital é hegemônica nas sociedades e precisa ser superada, mas a agroecologia pontua como a forma atual mais eficiente de repensar essa lógica no campo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com financiamento da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - SP. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia que possibilitou estágio de doutoramento em Portugal sob a supervisão do Professor Dr. Luís Moreno no Centro de Estudos Geográficos (CEG) do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) na Universidade de Lisboa (ULisboa).

Referências

ALMEIDA, R. A. **A agroecologia da classe camponesa**. In: ALMEIDA, R. A.; NARDOQUE, S. (Eds.). Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista. Campo Grande/MS: UFMS, 2023.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHESNAIS, A. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã VM Ed. Graf. Ltda., 1996.

COCA, E. L. F. A soberania alimentar como parte dos contra-espços do Brasil contemporâneo. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 2, p. 25-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.3-2>.

COCA, E. L. F.; VINHA, J. S. C.; CLÉPS JÚNIOR, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais. **Campo Território**, v. 16, p. 117-144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164205>.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FELICIANO, C. A. **Terra em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

MACHADO, A. dos S.; ALBUQUERQUE JORGE, A.; MANÇANO FERNANDES, B. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174708>.

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade-natureza durante e pós-pandemia. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 44-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.469>.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 7-11, 2012.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas do contexto do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ROSSET, P. **A territorialização da agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo**. In: RIBEIRO, D. S. (Ed.). *Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ROSSET, P. Epistemes rurales y la formación agroecológica en la Vía Campesina. **Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina Ciência & Tecnologia Social**, v. 2, p. 8-16, 2015.

SANSOLO, G. D. *et al.* Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, G. D.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). **Tecnologia social e reforma agrária popular**. Cultura Acadêmica, 2021.



Meio ambiente virtual: a lei de proteção de dados pessoais da China

Patrícia Guedes Gomide Nascimento Gomes^{1*}
Hildebrando Herrmann¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Zildo Gallo¹

Resumo: Escândalos de sérios e grandes vazamentos de dados pessoais ocorridos nos Estados Unidos da América, os casos Cambridge Analytica e Edward Snowden, levaram o mundo a questionar a segurança, proteção e privacidade dos dados pessoais que trafegam no meio ambiente virtual. Esses vazamentos de dados revelaram a necessidade premente de proteger e preservar os dados pessoais existentes nos mais diversos bancos de dados existentes na rede mundial de computadores e fora dela. A União Europeia saiu na frente e promulgou o GDPR. Em seguida veio o CCPA do Estado da Califórnia. Após, veio o Brasil, que, levando em consideração o teor do GDPR, criou a sua legislação de proteção de dados pessoais, a LGPD. Em novembro de 2021 a República Popular da China publicou o PIPL, sua legislação de proteção de dados pessoais. O objetivo do presente artigo é verificar a legislação da China.

Palavras-chave: Direito à privacidade; Vazamentos de dados; Dados pessoais; LGPD; Proteção.

Virtual Environment: China's Personal Data Protection Law

Abstract: Scandals of serious and large leaks of personal data that occurred in the United States of America, the Cambridge Analytica and Edward Snowden cases, led the world to question the security, protection and privacy of personal data that travel in the virtual environment. These data leaks revealed the pressing need to protect and preserve personal data in the most diverse databases on the world wide web and beyond. The European Union took the lead and enacted the GDPR. Next came the CCPA from the State of California. Then came Brazil, which, taking into account the content of the GDPR, created its personal data protection legislation, the LGPD. In November 2021, the People's Republic of China published the PIPL, its personal data protection legislation. The objective of this article is to verify China's legislation.

Keywords: Right to privacy; Data leaks; Personal data; LGPD; Protection.

¹Universidade de Araraquara- UNIARA, Brasil. *Autora correspondente: patriciagomide@gmail.com

Introdução

O objetivo do presente trabalho é avaliar a legislação de proteção de dados pessoais da República Popular da China, denominado PIPL.

Hoje, os cidadãos vivem numa sociedade vigiada na internet, todos os seus cliques na rede, suas buscas em sites de pesquisa, suas curtidas e compartilhamentos nas redes sociais geram dados no meio ambiente virtual que contém informações valiosas de cada um dos cidadãos, com indicativos de dados da personalidade e características individuais, que, segundo Rodotà (2008), se denomina por sociedade em rede.

Demonstrando a inexistência de segurança na rede, dois escândalos de vazamento de dados havidos entre 2013 e 2015, respectivamente, causados por Edward Snowden e pela Cambridge Analytica, deixaram o mundo em estado de alerta e evidenciaram a necessidade premente de preservar e proteger os dados pessoais constantes nas mais diversas bases de dados existentes, especialmente no ambiente virtual (BBC, 2018).

Em 2013, Edward Snowden divulgou detalhes do programa de interceptação de dados e comunicações eletrônicas em massa da Agência de Segurança Nacional Norte Americana, da qual era funcionário (GREENWALD, 2014). Os documentos e dados por ele divulgados demonstraram o amplo projeto de espionagem eletrônica realizado pelos Estados Unidos da América ao redor do globo (GREENWALD, 2014).

A Cambridge Analytica foi a empresa que atuou na campanha do então candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Donald Trump. O caso se tratou do vazamento de dados de mais de 50 milhões de usuários do Facebook, e ocorreu devido a um teste criado por um russo, que obteve de forma consentida dados dos usuários da rede que realizaram o teste por ele desenvolvido, obtidos, especificamente, dos usuários cadastrados no site do Facebook, e comercializados à Cambridge Analytica (BBC, 2018). O problema não foi especificamente o teste, mas os dados que foram voluntariamente disponibilizados, posteriormente vendidos, e que foram utilizados no período eleitoral para direcionar ações pontuais de cunho político (PRESSE, 2019).

Esses escândalos demonstraram ao mundo a absoluta vulnerabilidade dos dados pessoais no meio ambiente virtual, levando os países à corrida para a proteção de dados pessoais (MONTEIRO, 2018). A comunidade europeia foi a primeira a promulgar seu regulamento em 2016, denominado GDPR, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018.

A Lei do Estado da Califórnia, o CCPA – Califórnia Consumer Privacy Act, em português, Lei de Privacidade do Consumidor da Califórnia, promulgada em 2018 e em vigor desde 1º de janeiro de 2020 (TROJAN, 2019).

Visando adequar-se e estar em conformidade com a comunidade europeia (PINHEIRO, 2019), o Brasil promulgou a sua lei de proteção de dados, deno-

minada por LGPD – Lei geral de proteção de dados pessoais, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, publicada em 15 de agosto de 2018, com dispositivos que entraram em vigor de imediato e outros apenas em 18 de setembro de 2020, com a exceção das sanções previstas na lei, que entraram em vigor em 1º de agosto de 2021 (KUCEK, 2020).

A LGPD está levando empresas públicas e privadas que tratam, armazenam e coletam dados pessoais, a correrem para se adequar às disposições legais, traçando planos para a adequação e implementação, a fim de evitar vazamento de dados e a aplicação das pesadas multas estabelecidas pela legislação, em cada caso específico, e demais sanções estabelecidas pelo legislador (PINHEIRO, 2019).

A China também promulgou sua legislação de proteção de dados pessoais, seguindo os demais países.

A legislação de dados pessoais da China, lei denominada pela tradução do texto para o inglês pela DigiChina da Universidade de Stanford, por PIPL – Personal Information Protection Law, em português, Lei de Proteção de Informações Pessoais, que entrou em vigor em 1º de novembro de 2021, pode ser considerada como uma legislação mais alinhada ao GDPR e a LGPD, por sua abrangência.

Atentos às legislações acima mencionadas o presente artigo se importou em analisar, em linhas gerais, a legislação da China, estabelecendo alguns comparativos a fim de identificar eventuais semelhanças ou discrepâncias, em especial, no que diz respeito à garantia de proteção de dados pessoais.

Importante estabelecer que pelo teor da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2020), o direito à privacidade é considerado como tutela de direito personalíssimo e assim foi tratado pela maioria das legislações promulgadas.

O PIPL da China

Em 2021, entrou em vigor na China a sua lei de proteção de dados pessoais, denominada pela tradução do texto para o inglês pela DigiChina da Universidade de Stanford. por PIPL – Personal Information Protection Law, em português, Lei de Proteção de Informações Pessoais, que entrou em vigor em 1º de novembro de 2021, e pode ser considerada como uma legislação alinhada ao GDPR e a LGPD, por sua abrangência.

Além do PIPL, a China também dispõe de uma lei específica sobre Cibersegurança (CSL), que trata de todo tipo de dado e não apenas de dado pessoal, e entrou em vigor em 1º de junho de 2017, e de uma lei de segurança de dados (DSL), que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, o Código Civil Chines, e outras (PEÇANHA DE SOUZA, 2021).

Importante elucidar antes de adentrar à análise, que a intenção de proteção do PIPL não é necessariamente a proteção de direitos individuais, mas sim a segurança nacional e o controle do estado sobre os dados.

Pois bem, um detalhe bastante importante da legislação chinesa é a de que ela protege o titular do dado contra empresas privadas, mas o governo e empresas públicas podem ter acesso a todos os bancos de dados existentes. A esse respeito, é importante esclarecer que o governo chinês tem o direito de verificar tudo o que o cidadão chinês publica e sua interação na rede, com finalidade de garantir a segurança nacional (GOGONI, 2021). Não significa que as empresas públicas não devam se adequar e aplicar a legislação, significa apenas que não responderão por eventual violação de dados.

Segundo Gogoni (2021), a promulgação do PIPL, levou à saída de várias empresas estrangeiras da República Popular da China, diante das exigências do governo chinês no que diz respeito aos dados dos cidadãos chineses. As exigências impostas pelo PIPL geram elevados custos às empresas, o que as espantou da China, a exemplo da Microsoft e do Yahoo que encerraram suas atividades no país.

O PIPL tem aplicação extraterritorial, ou seja, não se restringe à República Popular da China, pois se aplica a atividades de tratamento de dados dentro do país e fora dele, no que concerne a residentes na China (artigo 3º do PIPL, 2021). O tratamento transfronteiriço de dados deve obedecer ao estabelecido no respectivo tópico da legislação, do qual destacamos os artigos 38 e 39.

A legislação protege os dados pessoais da pessoa física identificada ou identificável, excluindo, como ocorre na LGPD, o dado anônimo (artigo 4º do PIPL, 2021).

Define dados pessoais como qualquer tipo de informação relativa a uma pessoa natural identificada ou identificável, seja eletronicamente ou de outra forma registrada e também aborda o que denomina por dado pessoal confidencial, no qual estão incluídos os dados biométricos, religião, informações de saúde, contas financeiras, informações de localização e informações de menores.

Os princípios aplicáveis na legislação no que concerne ao tratamento de dados são os da transparência, legalidade, necessidade e boa-fé, sendo certo que para o tratamento de dados pessoais deve haver um propósito claro e razoável, caso contrário não é aceita a realização do tratamento, sendo certo, inclusive, que a coleta excessiva de dados é proibida pela lei (artigos 5º, 6º e 7º do PIPL, 2021).

Não é aceita a coleta coercitiva de dados pessoais, havendo expressa vedação na lei nesse sentido.

Logo, para que uma empresa possa tratar dados pessoais deve observar estritamente o teor da lei, agir com transparência, indicando ao titular o que será tratado e com qual finalidade, informando ainda a necessidade para o dado ser tratado. Desta forma, não é possível exagerar na coleta de dados pessoais, prevalecendo o mínimo possível de coleta para o específico propósito de tratamento.

É vedado o uso e tratamento de informações irrelevantes à finalidade principal do tratamento do dado pessoal (art. 6º PIPL, 2021). É certo que a gestão de dados pessoais precisa assegurar a integridade dessas informações, a fim de

prevenir efeitos adversos nos direitos e interesses dos indivíduos que possam resultar de imprecisões ou lacunas nos dados pessoais (art. 8º do PIPL, 2021).

As organizações que lidam com o tratamento de dados pessoais são responsáveis por suas operações de processamento e devem adotar as providências necessárias para assegurar a proteção das informações pessoais manipuladas (art. 9º do PIPL, 2021).

Além disso, ninguém pode manipular informações pessoais infringindo leis e normas administrativas, e não é permitido se envolver em atividades de tratamento de dados que possam comprometer interesses públicos ou a segurança do país (art. 10 do PIPL, 2021).

Segundo o artigo 13 do PIPL, a base legal primordial para o tratamento é o consentimento, expresso e informado, que deve ser prévio. Há necessidade de consentimento específico para o tratamento de dados confidenciais, assim como a transferência de dados para outro país ou no caso de realização de marketing direto, divulgação pública de dados, transferência de dados a outro controlador. A intenção do legislador é de que haja total transparência quando da solicitação do consentimento, a fim de que o consentimento seja fornecido, ou não, de forma livre, em especial, que o titular tenha total conhecimento prévio de modo preciso, e ainda com as razões para o tratamento de seus dados (LEE, CHI, CHEN, *et al.*, 2021).

Outras bases legais também existem, a exemplo do GDPR e da LGPD, que são: necessidade de tratamento para o cumprimento de contratos, inclusive de trabalho, para o cumprimento de obrigações estatutárias ou legais, em casos de incidentes de saúde pública ou para a proteção da vida e saúde das pessoas, para a segurança pessoal e patrimonial, para fins jornalísticos e de interesse público e outros (artigos 13 e 14 do PIPL, 2021).

Para processar informações pessoais de menores de 14 anos a entidade deverá obter o expresso consentimento dos pais ou responsáveis (art. 15, do PIPL, 2021).

Além das bases legais, há necessidade de informar o titular sobre o tratamento que será realizado e para qual razão os dados serão tratados, de forma que o titular possa adequadamente consentir com o tratamento (artigos 16 e 17 do PIPL, 2021). Se houver mudança no tratamento do dado, mudança de finalidade do tratamento o indivíduo deverá ser comunicado da alteração e autorizar, ou não, o novo tratamento (artigos 18 e 24 do PIPL, 2021).

A legislação não estabelece um período de tempo para o tratamento do dado pessoal, no entanto dispõe no artigo 20 que o período de retenção da informação deve ser o menor necessário ao atingimento da necessidade de tratamento.

Segundo o artigo 21 do PIPL é possível a mais de uma entidade, em conjunto, processar e tratar dados pessoais de indivíduos chineses desde que observadas as bases de dados legais existentes, o que leva à solidariedade entre elas em caso de violação da lei.

O artigo 27 do PIPL traz um dispositivo específico acerca da coleta da biometria facial, através de câmeras de segurança espalhadas pelas ruas do país, para fins de segurança pública. Essas imagens não podem ser utilizadas para qualquer outra finalidade, salvo com autorização expressa do titular. Não há dispositivo semelhante no GDPR, LGPD ou CCPA.

Para o tratamento de informações sensíveis deve ser obtido um consentimento específico. São dados considerados sensíveis pelo PIPL, a teor do artigo 29, a biometria, credo, saúde, informações financeiras, geolocalização, dentre outras não especificadas na lei.

As empresas são obrigadas a manter protegidas informações pessoais e confidenciais, criando e implantando sistemas de gerenciamento de segurança de dados, o que inclui a aplicação de medidas técnicas adequadas contra o processamento ilegal dos dados, além de proteção contra o vazamento de dados, estando, ainda, obrigadas a comunicar a autoridade no caso de ocorrência de vazamento de dados. Essas medidas de segurança devem ser implantadas com base nas legislações existentes (CSL, DSL, PIPL) na República Popular da China.

A lei também estabelece o regramento adequado para o tratamento de dados a ser realizado por agências estatais, a teor dos artigos 33 a 37 do PIPL.

O titular do dado pessoal tem o direito de solicitar a adequação ou a correção do dado (art. 46 do PIPL, 2021), a exclusão (art. 47 do PIPL, 2021), a anonimização, e pode também cancelar o consentimento antes concedido, e pedir explicações sobre as regras de usadas pela entidade para o tratamento do dado pessoal (art. 48 do PIPL, 2021).

A legislação ainda estabelece que as entidades devem adotar regras de prevenção de vazamento, roubo, alteração ou eliminação de dados pessoais, determinando que de acordo com a finalidade e método do processamento, o tipo de informação pessoal, o impacto nos indivíduos, os possíveis riscos de segurança, as entidades de tratamento devem implementar as ações necessárias para assegurar que as operações de processamento de informações pessoais estejam em conformidade com as leis e normas administrativas (art. 51 do PIPL, 2021).

Se as organizações que processam informações pessoais detectarem um vazamento de dados pessoais, devem agir prontamente, informando os departamentos e pessoas que exercem funções de proteção de informações pessoais (art. 56, do PIPL, 2021).

À semelhança da LGPD e do GDPR, o PIPL também obriga que as empresas mantenham um encarregado de dados, que é o executivo responsável dentro da empresa por supervisionar o tratamento de dados, e que será responsável por tratar com o governo chinês no que diz respeito a prestar esclarecimentos e auxiliar o governo em investigações (GOGONI, 2021). Esse encarregado, deverá

ter seus dados registrados como pessoa responsável junto a autoridade de proteção de dados do país (artigo 52 do PIPL, 2021).

As empresas que não estão estabelecidas na China estão obrigadas a manter no país um encarregado de dados e um departamento de proteção e segurança de dados. A lei também determina que as empresas tornem públicas as informações de contato para o recebimento de reclamações e relatórios.

Em conformidade com o disposto no art. 54 do PIPL, a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais deverá realizar auditorias regulares, a fim de que suas atividades estejam em conformidade com a lei e regulamentos administrativos.

A autoridade pode aplicar sanções às empresas em caso de violação da legislação, a teor dos artigos 65 a 71 da lei, que estabelece multas de mais de um milhão de Yuans. A autoridade de dados da República Popular da China é o CAC – Administração do Ciberespaço da China que através do Departamento estadual de Ciberespaço e Informatização é a principal responsável pelas ações de planejamento e proteção de informações pessoais dentro do território chinês, e, pois, responsável pela verificação de conformidade das empresas ao PIPL, a teor do artigo 40 (LEE, CHI, CHEN, *et al.*, 2021). No entanto, além do CAC outros também podem monitorar a aplicação da legislação, como o Banco Popular da China ou a Comissão Reguladora de Seguros e Bancários da China.

O CAC, será responsável pela verificação de conformidade e juntamente com outros órgãos de proteção locais, pela aplicação das penalidades impostas na legislação (LEE, CHI, CHEN, *et al.*, 2021).

As sanções pela violação à lei podem ir de um milhão de Yuans ou 50 milhões de Yuans ou corresponder a 5% da receita anual do ano anterior ao da violação (art. 65 do PIPL, 2021). Além da multa a autoridade de dados da China também poderá determinar a suspensão de atividades ou a paralisação dos negócios para a retificação e emissão de relatório ao departamento responsável.

Há também sanção para as pessoas físicas diretamente responsáveis pela violação da legislação, sendo que nesses casos a multa será no valor de 10 mil Yuans até 100 mil Yuans.

É importante esclarecer que a legislação não se aplica a dados pessoais processados por indivíduos que processam informações pessoais para questões pessoais ou para propósitos domésticos.

Conclusão

As legislações de proteção de dados pessoais se mostram indispensáveis para a proteção das pessoas, diante do quanto narrado no presente trabalho, em especial diante dos vazamentos de dados reportados.

Muitos países promulgaram suas legislações de proteção de dados pessoais, tal qual ocorreu na União Europeia que saiu na frente, criando o GDPR, seguida pela legislação da Califórnia e posteriormente a legislação brasileira, a LGPD.

Logo após veio a China com sua legislação de proteção de dados pessoais que além de visar a proteção da segurança nacional privilegia também a pessoas. Nesse aspecto e também em outros a legislação chinesa se aproxima muito do Regulamento da União Europeia e da LGPD do Brasil.

A toda evidência, após a leitura de todo o acima relatado, que não representa um estudo exaustivo da legislação chinesa, vemos que o PIPL é bastante rígido e impõe pesados ônus para as empresas que realizam tratamento de dados pessoais na República Popular da China.

As demais legislações, especialmente a brasileira e a da união europeia, estão embasadas na garantia fundamental da tutela da personalidade, tratando o direito à privacidade do dado pessoal como direito personalíssimo do titular, já a legislação chinesa tem como fundamento a segurança nacional.

Referências

BBC News. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades – **Vazamento sem precedentes expôs dados de 50 milhões de usuários e mergulhou empresa em nova crise, pouco tempo depois de comoção sobre disseminação de notícias falsas.** 20/03/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei geral de proteção de dados pessoais.**

BRASIL. **Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018.** Altera a Lei geral de proteção de dados pessoais.

BRASIL. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

CCPA – **Califórnia Consumer Privacy Act.** 2018. Disponível em https://leginfo.ca.gov/faces/codes_displayText.xhtml?division=3.&part=4.&lawCode=CIV&title=1.81.5. Acesso em: 10 mai. 2024.

DIGICHINA da Universidade de Stanford. Disponível em: <https://digichina.stanford.edu/about/>. Acesso em 10 de mai. 2024.

GDPR. 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679>. Acesso em: 10 mai 2024.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GOGONI, R. **Lei de segurança de dados da China pega pesado com big-techs**. 2021. Disponível em: <https://meiobit.com/455272/china-lei-privacidade-dados-vs-big-techs/>. Acesso em: 16 jul 2024.

KUCEK, G. B. **Lei geral de proteção de dados e sua vigência**. 2020. Disponível em: <http://www.agkn.com.br/blog/lei-geral-de-protecao-de-dados-e-sua-vigencia>. Acesso em: 11 nov. 2020.

LEE, A.; SHI, M.; CHEN, Q.; HORSLEY, J. P.; SCHAEFER, K.; CREEMERS, R.; WEBSTER, G. Seven Major Changes in China's Finalized Personal Information Protection Law - **Algorithmic discrimination, cross-border data rules, data portability, post-mortem rights, and more**. 2021. Disponível em: <https://digichina.stanford.edu/work/seven-major-changes-in-chinas-finalized-personal-information-protection-law/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MONTEIRO, R. L. **Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil**: análise contextual detalhada - A LGPD terá um impacto na sociedade como poucas leis antes tiveram. Jota, 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/agenda-da-privacidade-e-da-protecao-de-dados/lgpd-analise-detalhada-14072018>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PEÇANHA DE SOUZA, C. **A Lei de proteção de informações pessoais (PIPL) e o papel do direito numa China hiperconectada**. 2021. Disponível em: <https://www.observachina.com/post/a-lei-de-prote%C3%A7%C3%A3>. Acesso em 10 jan. 2022.

PINHEIRO, P. P. **Palestra proferida no ScaleUp**. Rio de Janeiro, nov. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_H7iz9powFc. Acesso em: 11 jul. 2024.

PIPL- **Personal Information Protection Law**. 2021. Disponível em: <https://digichina.stanford.edu/work/translation-personal-information-protection-law-of-the-peoples-republic-of-china-effective-nov-1-2021/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PRESSE, F. **Cambridge Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RODOTÁ, S. DE MORAES, M. C. B. **A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje**. São Paulo: Renovar, 2008.

TROJAN, V. A nova lei de privacidade e proteção de dados na Califórnia (CCPA) - **Os principais pontos da nova regulação vista como a 'GDPR da Costa Oeste'**. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-nova-lei-de-privacidade-e-protecao-de-dados-na-california-ccpa-04052019>. Acesso em: 12 jul. 2024.